

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Geociências

Mestrado em Geografia

Guilherme Tenher Rodrigues

Moradias de baixa renda em zonas rurais e periurbanas no contexto do turismo de massa. Uma análise das dinâmicas espaciais de Gramado e Canela.

Porto Alegre

2023

Guilherme Tenher Rodrigues

Moradias de baixa renda em zonas rurais e periurbanas no contexto do turismo de massa. Uma análise das dinâmicas espaciais de Gramado e Canela.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Porto Alegre

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Tenher Rodrigues, Guilherme
Moradias de baixa renda em zonas rurais e periurbanas no contexto do turismo de massa. Uma análise das dinâmicas espaciais de Gramado e Canela / Guilherme Tenher Rodrigues. -- 2023.
290 f.
Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Habitação. 2. Espaço Geográfico. 3. Formação Sócio-Espacial. 4. Gramado. 5. Canela. I. Rodrigues Soares, Paulo Roberto, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Guilherme Tenher Rodrigues

Moradias de baixa renda em zonas rurais e periurbanas no contexto do turismo de massa. Uma análise das dinâmicas espaciais de Gramado e Canela.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em Porto Alegre, 08 de dezembro de 2023.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Tania Marques Strohaecker
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Vanessa de Souza Batisti
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS



Bairro Jardim - zona periférica da cidade de Gramado, RS - visto a partir da zona rural do Vale do Quilombo.

Aos meus familiares, por me mostrarem que o
amor é o propósito.

Aos meus amigos, por me mostrarem que a leveza
é o caminho.

Aos meus mestres, por me ensinarem que o
pensamento ético é a fundação

“Uma ciência triste é aquela em que não se dança”

Isabelle Stengers, filósofa, em um trecho da entrevista “Conversações com Isabelle Stengers”. Rev. Antropol. São Paulo, Online, 59(2): 155-186 [agosto/2016]

“Não importa que, diante da aceleração contemporânea, e graças ao tropel de acontecimentos, o exercício de repensar tenha de ser heroico. Essa proibição do repouso, essa urgência, esse estado de alerta exigem da consciência um ânimo, um disposição, uma força renovadora. A força desse movimento vem do fato de que, enquanto a memória é coletiva, o esquecimento e a conseqüente (re)descoberta são individuais, diferenciados, enriquecendo as relações interpessoais, a ação comunicativa. Assim, o que pareceria uma inferioridade, na realidade é uma vantagem. Ao contrário do que deseja acreditar a teoria atualmente hegemônica, quanto menos inserido o indivíduo (pobre, minoritário, migrante...), mais facilmente o choque da novidade o atinge e a descoberta de um novo saber lhe é mais fácil”.

Milton Santos, geógrafo. Trecho de seu livro “A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.”, 9ª ed. Editora Edusp: São Paulo, 2017, p. 329.

“Ter um lugar digno e quente para morar é como ter ar puro para respirar ou água para beber. É algo que todos nós deveríamos poder ter como certo. Não é assim em nossa sociedade porque essas coisas se transformaram em mercadorias, ficando fora do alcance de quem não tem os meios para adquiri-las”.

Antropólogo Tim Ingold em uma entrevista para “Ethic” em agosto de 2023, reproduzida pelo Instituto Humanitas Unisinos e pelo CEPAT no mesmo mês

RESUMO

Este trabalho problematiza a habitação a partir de um esquema teórico que abrange estudos sobre o espaço geográfico, formação sócio-espacial e o território usado. Assim, a habitação é vista como um elemento que superpõe eventos de diferentes escalas de origem com as especificidades da cotidianidade e solidariedade do lugar de existência, constituída por um enredamento de políticas públicas e ações privatizantes. As moradias de baixa renda nas zonas periurbana e rural dos municípios de Gramado e Canela são consideradas, a partir deste esquema, um tipo de habitação resultante da formação sócio-espacial destas municipalidades, em especial aquela baseada no projeto do turismo de grandes contingentes populacionais. É possível, por meio da pesquisa qualitativa, capturar implicações e indicações constituintes destas localidades, como a função de abrigo para o trabalhador urbano de baixa renda, vetores de reprodução da força de trabalho barata, lotes concorrentes com os produtos do turismo rural e focos de expansão urbana.

Palavras-chave: Habitação; Espaço geográfico; Formação Sócio-Espacial; Gramado; Canela.

ABSTRACT

This work problematizes housing within a theoretical framework that encompasses studies on geographical space socio-spatial formation and the territory in use. Thus, housing is seen as an element that overlays events of different scales of origin with the specificities of everyday life and the solidarity of the place of existence, constituted by a web of public policies and privatizing actions. Low-income housing in the peri-urban and rural areas of the municipalities of Gramado and Canela is considered, according to this framework, a type of housing resulting from the socio-spatial formation of these municipalities, especially that which is based on the project of large population tourism. Through qualitative research, it is possible to capture implications and indications that constitute these localities, such as the function of shelter for low-income urban workers, vectors for the reproduction of cheap labor, competition with rural tourism products, and focal points of urban expansion.

Keywords: Habitation; Geographic Space; Socio-spatial Formation. Gramado; Canela.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pontos turísticos de Gramado e Canela	19
Figura 2 - Pontos turísticos de Canela	20
Figura 3 - Museus e empreendimentos imobiliários nos bairros centrais de Gramado e Canela.....	22
Figura 4 - Assentamentos na zona periurbana de Gramado.....	23
Figura 5 - Assentamento na zona rural canelense e a paisagem rural de Canela	24
Figura 6 - Hierarquia urbana COREDE Hortênsias	26
Figura 7 - Mapa da Infraestrutura de transportes no COREDE Hortênsias.....	43
Figura 8 - Eventos à luz de Milton Santos.....	51
Figura 9 - Superposições de eventos e escalas.....	53
Figura 10 – Afunilamento da escolha	73
Figura 11 – Esquema circular dos capítulos teóricos da dissertação.....	100
Figura 12 - <i>Complexus</i> habitacional a partir do olhar geográfico	117
Figura 13 - Grau de contingência habitacional.....	119
Figura 14 – Posição relativa do “Foco 1” com relação ao centro de Gramado e à cidade de Canela	130
Figura 15 – “Foco 1” no ano de 2020	131
Figura 16 – Posição relativa do “Foco 2” com relação ao centro de Canela e à cidade de Gramado	132
Figura 17 – “Foco 2”, Anexos A e B no ano de 2020	133
Figura 18 - Triangulação dos dados.....	147
Figura 19 – Conselho Regional de Desenvolvimento Hortênsias.....	156
Figura 20 - Mapa dos Municípios e Eixos produtivos do COREDE Hortênsias.....	159
Figura 21 – Casa subterrânea kaingang	162
Figura 22 – Ocupação territorial extrativista de Canela.....	165
Figura 23 – A modernização do território de Gramado	169
Figura 24 - Estação Canella, 1934.....	170
Figura 25 – Museu Municipal Professor Hugo Daros	171
Figura 26 - A história de Gramado e Canela através da literatura	172
Figura 27 – A zona industrial de Canela	179
Figura 28 – A zona industrial de Gramado.....	180
Figura 29 – Imagens dos bairros centrais de Gramado e Canela	185

Figura 30 - Mapa de Calor e Área de Captação dos turistas que visitam Gramado e Canela.....	187
Figura 31- Mapa dos <i>Hot Points</i> : áreas com alto volume de turistas em Gramado e Canela.....	188
Figura 32– Rentização em Gramado e Canela	190
Figura 33 – Manifestações da “economia simbólica da cidade” em Gramado e Canela.....	192
Figura 34 - Modelo de produção espacial campo/cidade – urbano/rural.....	197
Figura 35 – Produção alimentar na zona rural de Gramado	199
Figura 36 – A utilização da zona rural como residência para os trabalhadores da cidade ou turistas	201
Figura 37 – Grandes empreendimentos imobiliários na zona rural	202
Figura 38 – Turistificação do campo: atrações modernas.....	203
Figura 39 – Turistificação do campo: atrações históricas.....	204
Figura 40 - Residências rurais tradicionais margeando uma via recém-asfaltada na zona rural gramadense	205
Figura 41 - Vias de acesso ao Foco 1	208
Figura 42 - Foco 1 e os usos do território no seus arredores.....	209
Figura 43 - Foco 1 entre 2002 e 2022.....	210
Figura 44 - Moradias do Foco 1	211
Figura 45 - Foco 1 e o perímetro urbano do município de Gramado.....	213
Figura 46 - Via de acesso ao Foco 2 e seus anexos.....	215
Figura 47 - Foco 2 e os usos do território no seus arredores.....	215
Figura 48 - Foco 2 Anexo B entre 2002 e 2022.....	216
Figura 49 - Foco 2 Anexo A entre 2002 e 2022.....	217
Figura 50 - Moradias do Foco 2, anexo A	218
Figura 51 - Moradias do Foco 2, anexo B	219
Figura 52 - Foco 2 e o perímetro urbano de Canela	220
Figura 53 - Crescimento da mancha urbana no norte de Canela 2007-2022.....	223
Figura 54 - Avenida Borges de Medeiros, bairro central de Gramado	229
Figura 55 - Rentização dos atores sociais locais no circuito do rentismo planejado	230
Figura 56 - Bairro central de Gramado.....	231
Figura 57 - Minimercado, marmoraria e serralheria próximos ao Foco 1	238

Figura 58 - Marcenaria familiar no Foco 2, anexo B.....	239
Figura 59 - Produtos turísticos de Gramado e Canela	243
Figura 60 - Principais destinos de origem dos turistas e novos trabalhadores de Gramado e Canela	245
Figura 61 – Esquema relacional do turismo de massa, custo de vida regional e rentismos locais.....	247
Figura 62 - Produtos turísticos habitacionais nas zonas rurais de Gramado e Canela	249
Figura 63 - Construção de moradias de aluguel no Foco 1 entre 2019 e 2022.....	250
Figura 64- Anexo XVII da Lei Complementar 17/2022 do município de Gramado ..	251
Figura 65 - Anexo XVIII da Lei Complementar 17/2022 do município de Gramado	254

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- População e taxa de crescimento populacional em Gramado e Canela nos anos censitários	157
Gráfico 2 – Representação percentual dos setores no total de vínculos em Canela (1985-2020).....	174
Gráfico 3 – Representação percentual dos setores no total de vínculos em Gramado (1985-2020).....	176
Gráfico 4 - Evolução do número de estabelecimentos por setor em Gramado (1985-2020)	177
Gráfico 5 - Evolução do número de estabelecimentos por setor em Canela (1985-2020)	178
Gráfico 6 - Número de trabalhadores formais e população em números absolutos em Gramado e Canela	221
Gráfico 7 - Número de trabalhadores formais por faixa salarial em Gramado e Canela (2002, 2010, 2021) (salário mínimo)	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais documentos consultados	135
Quadro 2 - Registros em arquivos e bases de dados consultadas	140
Quadro 3- Roteiro das entrevistas semiestruturadas: grupo dos moradores	144
Quadro 4 - Roteiro das entrevistas semiestruturadas: grupo dos pesquisadores ...	144
Quadro 5 - Roteiro das entrevistas semiestruturadas: grupo dos servidores públicos	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados demográficos e econômicos dos municípios do COREDE Hortênsias (2015, 2019, 2020)	156
Tabela 2 – Atividades econômicas com maior número de contratações em Canela (1995 e 2020)	181
Tabela 3 – Atividades econômicas com maior número de contratações em Gramado (1995 e 2020)	182
Tabela 4– Tamanho dos estabelecimentos por número de empregados, Gramado e Canela, 1990 e 1999	241

LISTA DE SIGLAS

AIS	Áreas de Interesse Social
APL	Arranjo Produtivo Local
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEE	Departamento de Economia e Estatística
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FLONA	Floresta Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
Matriz FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
VAB	Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 A PROBLEMÁTICA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA .	18
1.2 A PROPOSTA: UM CAMINHO REFLEXIVO SOBRE A HABITAÇÃO CANELENSE E GRAMADENSE.....	28
1.2.1 Objetivo geral	28
1.2.2 Objetivos específicos	28
1.2.3 Justificativa	32
2. ESPAÇO GEOGRÁFICO SOB A PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS	36
2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO: AÇÕES, OBJETOS E EVENTOS	41
2.1.1 NORMAS.....	54
2.1.1.1 Território (sendo) usado	56
2.1.2 TECNOSFERA E PSICOSFERA: A REDUTIBILIDADE QUE AMALGAMA O ESPAÇO	59
2.2 DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO COMO FATOR MULTIESCALAR DE ORDENAÇÃO, UNICIDADE E FRAGMENTAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL	61
2.2.1 TRABALHO E SUA DIVERSIFICAÇÃO: O ELEMENTO CONSTITUINTE DO HOMEM, DA SOCIEDADE E DA DIVERSIDADE ESPACIAL.....	62
3. TERRITÓRIO: O ESPAÇO GEOGRÁFICO HISTORICIZADO	80
3.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE À LUZ DE RAFFESTIN	83
3.2 METROPOLIZAÇÃO COMO SISTEMA TERRITORIAL E VETOR DE ACELERAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL CONTEMPORÂNEA	86
3.2.1 METROPOLIZAÇÃO E A NOVA ECONOMIA METROPOLITANA: O BINÔMIO “FINANÇAS - MERCADO IMOBILIÁRIO”	95
4. HABITAÇÃO SOB O OLHAR GEOGRÁFICO	99
4.1 HABITAÇÃO COMO LUGAR DE EXISTÊNCIA	100
4.2 HABITAÇÃO COMO UM ENREDAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PRIVATIZANTES: A MULTISSETORIALIDADE	104
5. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E METODOLÓGICOS	122
5.1 ESCLARECIMENTOS SOBRE O MÉTODO	122
5.2 DELINEAMENTOS DE PESQUISA	126
5.2.1 LOCUS DE ANÁLISE.....	130

5.3 FONTES DE COLETA DE DADOS	133
5.3.1 REGISTROS FOTOGRÁFICOS E A PAISAGEM COMO RECURSO METODOLÓGICO: BREVES COMENTÁRIOS A PARTIR DO OLHAR MILTONIANO	145
5.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE	147
5.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	152
6. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DE GRAMADO E CANELA	153
6.1 O QUADRO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO DE GRAMADO E CANELA...155	
6.1.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE GRAMADO E CANELA: POVOS ORIGINÁRIOS, TROPEIRISMO E IMIGRAÇÕES SOB A INSÍGNIA RÉGIA.....	161
6.1.2 MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: IMIGRAÇÃO TEUTO-ITALIANA E INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO	165
6.1.3 ESPETACULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ESPECULAÇÃO E PROJETO TURÍSTICO.....	174
6.2 RURALIDADES GRAMADENSES E CANELENSES NO CONTEXTO TURÍSTICO REGIONAL	193
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: OS FOCOS E SUAS CARACTERÍSTICAS	207
7.1 ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS DO FOCO 1 – LINHA CARAHÁ EM GRAMADO.....	208
7.2 ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS DO FOCO 2 – RUA JOÃO DE DEUS PALHANO EM CANELA	214
7.3 CARACTERÍSTICA 1: FOCOS COMO ABRIGO PARA O TRABALHADOR URBANO DE BAIXA RENDA.....	224
7.4 CARACTERÍSTICA 2: FOCOS COMO VETOR DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO BARATA	235
7.4.1. PRESSÃO DEMOGRÁFICA COMO MODO DE ACUMULAÇÃO NA REGIÃO GRAMADO-CANELA	242
7.5 CARACTERÍSTICA 3: FOCOS COMO LOTES CONCORRENTES COM OS PRODUTOS DO TURISMO RURAL. A AMBIGUIDADE ENTRE FORMA E PROCESSO.....	248
7.6 CARACTERÍSTICA 4: FOCOS DE EXPANSÃO URBANA	252
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	256

REFERÊNCIAS.....	261
ANEXO A – INFOGRÁFICO DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO DE GRAMADO E CANELA.....	277
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA MORADORES.....	280
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA PESQUISADORES.....	283
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES PÚBLICOS.....	286

1 INTRODUÇÃO

A introdução é dividida entre a *problemática* disparadora do problema de pesquisa e a *proposta* de desenvolvimento do trabalho, com o tema principal, perguntas norteadoras, objetivo geral, objetivos específicos e a justificativa.

1.1 A PROBLEMÁTICA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Gramado e Canela são municípios sul-rio-grandenses nacionalmente conhecidos por seus atrativos turísticos. O esforço social e econômico para tornar estes lugares um dos principais destinos de visitação remonta praticamente à história da emancipação destes territórios, especificamente na metade do século XX; empenho que contou não apenas com variáveis endógenas à sua formação sócio-espacial¹, como também incentivos regionais e nacionais².

1 Assunto explorado no capítulo sobre a Formação Sócio-Espacial de Gramado e Canela, em especial nas seções sobre modernização e espetacularização do território. Para uma análise específica sobre a influência dos Planos Diretores no turismo, consultar: DALONSO, Yoná da Silva et al. **O Papel do Plano Diretor na constituição das políticas públicas para o turismo: um estudo da cidade de Gramado, Rio Grande do Sul (Brasil)**. 2012.

2 TRINDAD, Bianca da Silva; CÉSAR, Pedro Alcântara Bittencourt; VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves. Governança do Turismo: planejamento e gestão local e regional em Gramado-RS, Brasil. **Rosa dos Ventos**, v. 11, n. 3, p. 653-663, 2019.

DE MESSIAS, Talita Alves; GOULARTI FILHO, Alcides. A atuação da Sudesul nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, 2015.

PEDROSA, Breno Viotto. Considerações sobre a Sudesul: formação e modernização territorial. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 47, 2020.

Figura 1 - Pontos turísticos de Gramado e Canela



Fonte: Wikimediacommons, 2023.

Os produtos turísticos destas municipalidades são idiossincráticos. A gastronomia, hospedagem, comércio, habitação e eventos são permeados por elementos da própria história destas localidades conjugados com influências culturais nacionais e globais, em especial, as euro-estadunideses, as quais atraem um contingente considerável de turistas todos os anos. Ademais, a exuberância da Mata Atlântica e a paisagem das escarpas do Planalto Basáltico Meridional são, inegavelmente, outro ponto forte de atração desta região.

O impacto demográfico das atividades turísticas é considerável. No ano de 2019, os 44.643 habitantes de Gramado receberam cerca de 3,2 milhões de turistas; um fluxo 71 vezes maior que a população local. Canela, da mesma forma, recebeu aproximadamente 1,4 milhão de visitantes, uma população flutuante 26 vezes maior que os seus 53.348 habitantes, segundo as estimativas populacionais para aquele ano. (IBGE, 2023; SEBRAE, 2019).

Não obstante, a própria demografia destes municípios passou por mudanças dignas de atenção. A população gramadense e canelense cresceu aproximadamente 24% no período entre 2010 e 2022, perdendo apenas para o

interstício censitário de 1991 e 2000. Nos últimos 31 anos, o número de habitantes canelenses praticamente dobrou, passando de 24.801 para 48.946, um aumento de 97,4%. Gramado, por seu turno, registrou um aumento populacional de 81,6%, isto é, passou de 22.095 habitantes em 1991 para 40.134 em 2022. (IBGE, 2023).

Das atividades econômicas que mais contratam trabalhadores na região, destacam-se os estabelecimentos hoteleiros; restaurantes; fabricação de móveis com predominância de madeira; atividades relacionadas ao lazer; produção de derivados do cacau e elaboração de chocolates, balas, gomas de mascar; comércio varejista de artigos do vestuário e complementos; condomínios prediais; e construção de edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços). (RAIS, 2022).

Figura 2 - Pontos turísticos de Canela



Fonte: Wikimediacommons (2023).

A habitação, produto turístico local que impulsiona as atividades diretamente relacionadas ao setor da construção civil, registrou, entre 1985 e 2022, mais de 1.400% de aumento no número de unidades em Gramado e Canela, impactando diretamente na paisagem e nos processos espaciais da região. (RAIS, 2022).

Todavia, este crescimento carrega contradições. Segundo Copetti (2019) um dos primeiros problemas do alto crescimento na região se manifesta na superoferta de hotéis (leitos) em Gramado e a baixa taxa de ocupação ou demanda: cerca de 42% em 2013, apresentando certa estabilidade nos anos seguintes. Assim, o valor dos serviços diminui e os ganhos por unidade vendida passam a ser ínfimos. (COPETTI, 2019; RODRIGUES, 2019). Em adição, as:

[...] "dores do crescimento" incluem congestionamento no trânsito, além de problemas para abastecimento de água e saneamento. Em novembro de 2018, com o Natal Luz em pleno andamento, a prefeitura chegou a decretar estado de calamidade pública devido a irregularidades no abastecimento feito pela Corsan. Na época, a companhia afirmou que o entrave estava relacionado ao aumento no número de pessoas que circulam na cidade na alta temporada e durante os grandes eventos. (COPETTI, 2019).

Figura 3 - Museus e empreendimentos imobiliários nos bairros centrais de Gramado e Canela



Fonte: Montagem elaborada pelo autor (2023), a partir de Wikimediacommons (2023).

As inúmeras construções de caráter extravagante e espetaculoso nos bairros centrais, assim como seus impactos no desenvolvimento local já são um objeto de análise em si, em especial no tocante à sua representação cultural-intencional frente ao tipo de turismo promovido nestas municipalidades. Todavia, se percorridas as áreas periurbanas e rurais destes municípios, um dado paisagístico tão intrigante quanto ao da zona urbana surge: focos esparsos de moradias precárias e relativamente aglomeradas em determinadas faixas de terra. Assentamentos que surgem ao lado de estradas de terra, próximas às produções agrícolas e até mesmo de pousadas rurais. O que este tipo de habitação indica e implica no espaço de Gramado e Canela? Como estas casas se relacionam com os edifícios espetacularizados e condomínios de luxo destas cidades?

Figura 4 - Assentamentos na zona periurbana de Gramado



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2023).

Como se não bastasse a prova fotográfica destes assentamentos, foi publicado, no ano de 2017, o “Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias 2015-2030” com o objetivo de trazer aos gestores locais e à população um “diagnóstico atualizado dos municípios e da região, com indicação de uma carteira de projetos possíveis, para superar as disparidades da região e promover o desenvolvimento nos próximos anos” (COREDE Hortênsias, 2017, p. 17).

O diagnóstico ou plano é separado em nove dimensões, as quais também constituem cada capítulo do documento. São elas: macroeconomia; turismo; ambiente; infraestrutura de logística; habitação e urbanismo; economia; educação; saúde; e energia e comunicações. No final de cada capítulo é elaborado um quadro “Matriz FOFA - Hortênsias” contemplando as forças, as fraquezas, as oportunidades

e as ameaças de cada tema proposto, além da proposição de projetos específicos para cada área explorada. (COREDE Hortênsias, 2017).

Figura 5 - Assentamento na zona rural canelense e a paisagem rural de Canela



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2023).

O documento elabora algumas intervenções consideradas necessárias para integrar a região em suas dimensões sociais e econômicas. Todas estas diretrizes estão ligadas, direta ou indiretamente, à atividade turística e à infraestrutura necessária para o aumento da circulação de pessoas e possíveis novos locais de visitação. O desenvolvimento de roteiros turísticos internacionais a partir dos cânions da Serra Geral; a construção de novas vias de acesso intra e inter-regionais e ampliação das já existentes são algumas medidas sugeridas para o desenvolvimento econômico dos sete municípios da região: Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Jaquirana. Neste plano, a melhora dos indicadores socioeconômicos (PIB, PIB *per capita*, VAB, escolaridade, emprego formal, salários) dos últimos três municípios supracitados é de vital importância visto que eles apresentam os piores resultados da região. (COREDE Hortênsias, 2017).

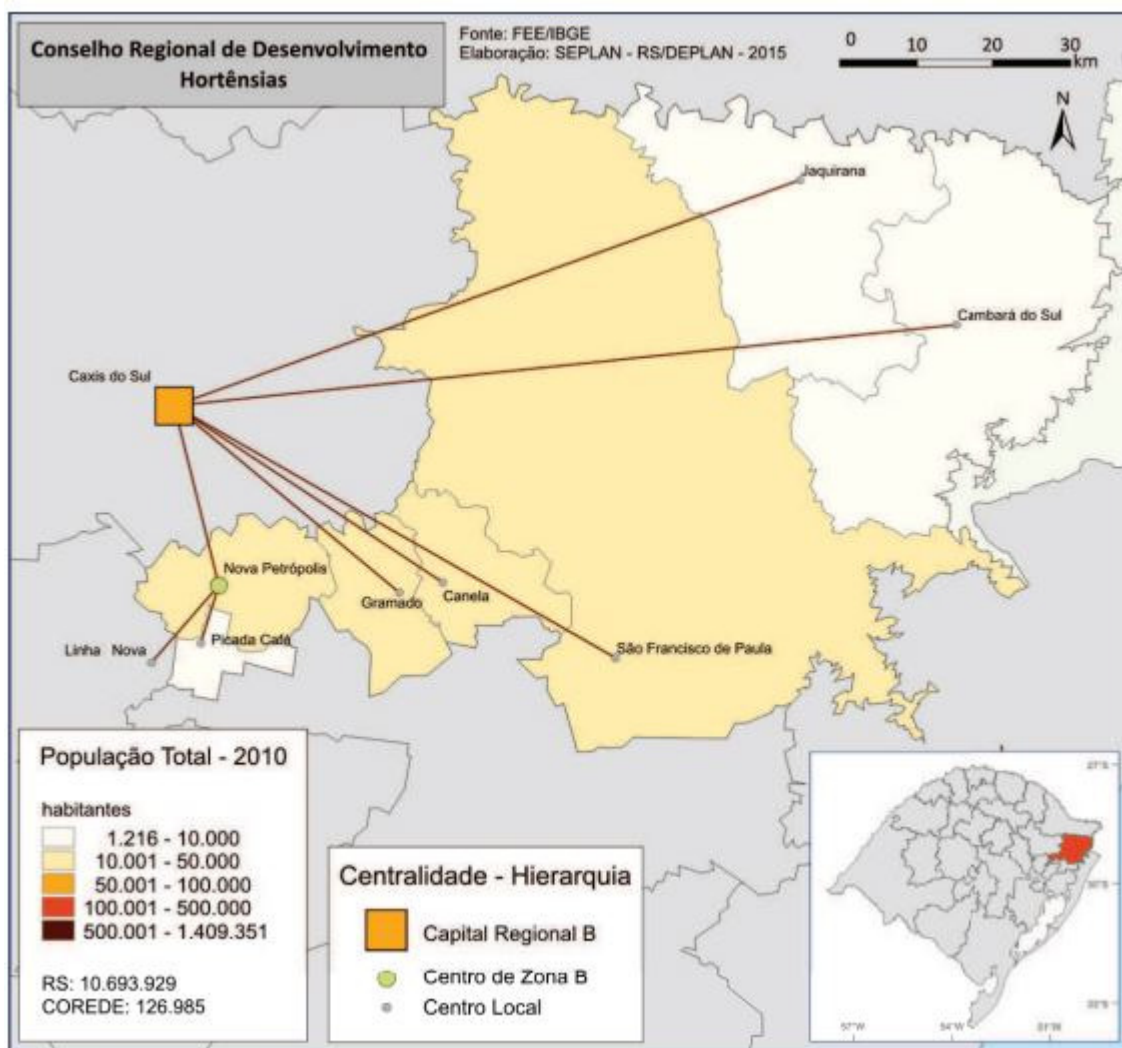
Além das intervenções de integração regional, o documento sugere várias medidas de ampliação das dimensões já existentes na realidade local, mas que podem ser qualificadas (forças e oportunidades). O que chama a atenção é o peso dado para temas concernentes ao desenvolvimento rural, seus limites, ameaças e potencialidades.

Quando analisada a dimensão do turismo (COREDE Hortênsias, 2017, p. 47), é válido destacar a identificação de três pontos de acumulação na região: o

enoturismo da região da Uva e Vinho, espaço já consolidado e exógeno ao COREDE Hortênsias, mas que possui um efeito de transbordamento de capital, serviços e pessoas; o eixo Gramado-Canela, também já consolidado na atividade turística, com destaque para o turismo de massa; e os Campos de Cima da Serra, em especial a região dos cânions. Este último não está consolidado como ponto de acumulação, porém, segundo este plano, há potencial para o turismo internacional. O desafio para o turismo na região é remanejar a exaustão de infraestrutura e serviços presenciada no eixo Gramado-Canela e distribuir o fluxo de visitantes nos demais (e potenciais) pontos turísticos / de acumulação. O urbanismo agressivo manifestado nas últimas décadas nos municípios gramadense e canelense também é levantado, bem como a falta de esforço político intermunicipal para integrar as diferentes matrizes de turismo da região: enoturismo, turismo de massa, ecoturismo, turismo rural, turismo cultural, entre outros.

Adiante, quando destacada a dimensão de Habitação e Urbanismo, assevera-se que as sete cidades do COREDE Hortênsias formam um anel periférico em torno de Caxias do Sul. Logo, este município se torna a cidade influente. Todavia, Gramado e Canela são considerados o centro local da região e, mesmo ganhando este título, observa-se a desvinculação em sua rede urbana com o extremo leste do COREDE, isto é, Cambará do Sul e Jaquirana. É importante mencionar que a topografia acidentada da região é considerada um fator condicionante para a expansão urbana em direção ao interior dos municípios, apresentando neste sentido uma tendência à conurbações a partir das vias de acesso / rodovias. A baixa densidade populacional rural também é apontada como um fator a se considerar, principalmente para os municípios que possuem grande extensão territorial, como São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Jaquirana. Por fim, apontamentos como áreas urbanas muito extensivas, periferias com cinturão de pobreza e falta de saneamento no meio rural são considerados pontos frágeis pelo Plano. (COREDE Hortênsias, 2017).

Figura 6 - Hierarquia urbana COREDE Hortênsias



Fonte: SEPLAN, 2015.

Neste mesmo capítulo, destaca-se como ameaças ao desenvolvimento (COREDE Hortênsias, 2017, p. 108):

densidades rurais altas em alguns municípios podem ser acarretadas por ocupações de áreas rurais com fins urbanos (sítios de lazer, habitação irregular, turismo), principalmente nas principais cidades da região: Gramado, Canela e Nova Petrópolis, inviabilizando a utilização de áreas rurais para fins de produção agrícola / pecuária; e falta de controle sobre a origem da água utilizada e captada no subsolo, através de poços artesianos na utilização urbana e rural.

Para este projeto de pesquisa, o capítulo que trata sobre a economia da região mostra-se o mais intrigante. Pois, ao invés de focar em diagnósticos, diretrizes / prognósticos voltados para o turismo, o capítulo dedica sua análise para o fortalecimento da agricultura e demais desdobramentos advindos deste setor como

uma forma de diversificar a matriz produtiva do COREDE Hortênsias. Nele, aponta-se para o baixo dinamismo do setor agropecuário; o ínfimo investimento em energia, informação e comunicação do meio rural; a falta de segurança (assaltos e abigeatos); a falta de planejamento na silvicultura; o baixo nível de escolaridade da população rural; e a informalidade na agricultura e demais atividades de extração. (COREDE Hortênsias, 2017).

Dado este cenário, aponta-se como oportunidades a criação e estímulo de agroindústrias por meio de um polo tecnológico na área de alimentos, bem como a criação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) entre os setores da agricultura, pecuária e extração vegetal, podendo aliar-se com o setor de turismo através de seus nichos gastronômicos e rurais. Ademais, o incentivo à agricultura familiar e o projeto de alfabetização e aumento da escolaridade desta população também são fatores considerados essenciais para o desenvolvimento da zona rural da região. Todavia, caso não tomadas estas medidas, elenca-se como ameaças o aumento da informalidade; a precarização da infraestrutura de energia, circulação e comunicação; a perda de jovens no meio rural; a captura de renda por empresas alhures; e o uso do solo “só para moradias com **favelização em zonas rurais**” (COREDE Hortênsias, 2017, p. 125. Grifo nosso).

Finalmente, o capítulo sobre educação também retoma a ameaça da favelização rural (COREDE Hortênsias, 2017, p. 135). Fatores como o baixo nível de escolaridade e a conseqüente dificuldade de geração e apropriação de renda pela população rural são elencados, juntamente com a falta de políticas públicas para educação no / do campo e qualificação de empresas e produtores rurais.

Apesar de ser considerado como “ameaça” pelo Plano Estratégico, o apontamento para a favelização em zonas rurais suscita uma discussão importante sobre a **habitação** em meio à relação dialética contemporânea entre o crescimento urbano e a mecanização / modernização do campo.

Todavia, o próprio termo “favelização em zonas rurais” será problematizado à luz da análise geográfica proposta neste trabalho, pois implica assuntos espaciais, visto que engloba um tipo específico de formação sócio-espacial com suas formas e funções contingenciadas por uma determinada estrutura e processos sociais e econômicos e territoriais.

1.2 A PROPOSTA: UM CAMINHO REFLEXIVO SOBRE A HABITAÇÃO CANELENSE E GRAMADENSE

É com o dado paisagístico, demográfico e a crítica ao termo “favelização em zonas rurais” que este trabalho parte com algumas perguntas norteadoras. As primeiras, de natureza mais geral, questionam: *como se dá a habitação na contemporaneidade? Como a Geografia pode contribuir para a discussão sobre habitação?* E as demais, de caráter mais específico, indagam: *o que a favelização em zonas rurais fala sobre os desdobramentos habitacionais da região Gramado-Canela? Estas moradias podem ser classificadas como tal? Elas pertencem a que tipo de processo econômico destes municípios? O que estas moradias indicam sobre a formação sócio-espacial de Gramado e Canela?* Destas perguntas, traçaram-se o tema e os seguintes objetivos de pesquisa. O **tema** desta dissertação é “**habitação**”.

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a relação entre o turismo de massa e moradias de baixa renda a partir de dois focos habitacionais na zona periurbana e rural de Gramado e Canela, no estado do Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos

a) elaborar um esquema teórico sobre habitação a partir de concepções do espaço geográfico e Lugar miltonianos, aplicando-o na realidade de dois focos de habitação de baixa renda nos municípios de Gramado e Canela.

b) identificar, caracterizar e mapear estas duas localidades nos municípios de Gramado e de Canela;

c) analisar indicações e implicações destes focos de habitação de baixa renda e suas possíveis causas e efeitos na formação sócio-espacial dos municípios de Gramado e Canela.

Para responder os objetivos específicos *a* e *c*, *como se dá a habitação na contemporaneidade e o papel dos estudos geográficos nesta discussão*, desenvolveu-se um referencial teórico que qualifica a habitação em dois grandes arcos narrativos e contextualizadores: o espaço geográfico e o território; e outro conceito sintetizador: o Lugar. Em outras palavras, a habitação é interpretada neste trabalho como um elemento da existência humana que dialoga intimamente com os elementos do espaço e do território. Para o espaço, optou-se por um caminho basilar a partir das concepções engendradas pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, haja vista o reconhecimento nacional e internacional de sua teoria e o universo de temas que este autor aborda em suas propostas epistemológicas e metodológicas. Já para o território é utilizado como um conceito auxiliar para entender as ações da rede de atores locais. Assim, a partir de Milton Santos, elaborou-se um diálogo com Claude Raffestin.

As influências técnicas e psicoféricas da formação de Gramado e Canela são maiores do que os elementos construídos em suas localidades. É um microcosmo com intensas ligações com eventos oriundos de diferentes escalas de origem e extensão. É por isso que, por mais que o recorte geográfico se expresse nas moradias de baixa renda destes municípios, o referencial teórico estrutura uma análise que foge daquela de caráter localista. Encontrou-se na análise miltoniana ferramentas para lidar com a unicidade técnica, hiperconectividade, financeirização, estruturação da divisão territorial do trabalho e, sobretudo, os processos urbanos e metropolitanos contemporâneos que constroem conjuntamente e desigualmente o sistema territorial dos diferentes lugares.

As localidades aqui estudadas são apenas o dado aparente, portanto paisagístico, de uma rede global complexa de objetos e ações. A história e governança locais se misturam e se reconfiguram constantemente com diretrizes nacionais e internacionais, formando um mosaico subespacial particular, mas com interfaces latentes aos desafios do modo de produção capitalista do século XXI em sua roupagem neoliberal.

Desta forma, o **espaço** foi escolhido como a primeira categoria desta reflexão, pois ele aponta para dimensões mais ontológicas da habitação. Isto é, a habitação perpassa toda a problemática espacial que, por sua vez, é totalizante e é dada pelo conjunto indissociável, contraditório e solidário de ações e objetos, com conteúdo (meio) técnico-científico-informacional e mecanismos de comando manifestados na

tecnosfera e psicosfera. As normas, dentro da problemática espacial, formalizam e até institucionalizam o sistema de ações, recaindo sobre o território e (des)ordenando distintas localidades de acordo as intencionalidades dos agentes sociais, econômicos, políticos e culturais hegemônicos. Ao mesmo tempo, os agentes sociais hegemônicos, reagem às normas submetendo-se a elas ou contrarrazionalizando (criando novas racionalidades).

A tônica destas existências ou “espessuras” tecnocientíficas, normativas e institucionais é dinamizada pela marcha da História. Portanto, utilizou-se da categoria analítica “divisão do trabalho”, também miltoniana, para periodizar as distintas incursões espaciais (período comercial, período manufatureiro, período industrial e período tecnológico). Todos estes signos produtivos e sociais recaem sobre o presente como heranças, como rugosidades e elementos condicionantes à formação sócio-espacial de cada localidade. Portanto, a divisão do trabalho como fator de ordenação, unicidade e fragmentação sócio-espacial mostra o conteúdo funcional-relativo dos recortes geográficos e seu horizonte de possibilidades.

O segundo arco contextualizante, o **território**, foi escolhido como um elemento que desvela o domínio da ação e da ideação *no* espaço e, por conseguinte, na habitação. O território é um conceito polissêmico que pode ser interpretado desde noções reificantes, como o conceito de solo pátrio, Estado, nação, povo, cultura e recursos naturais, até acepções mais sutis, como o território-rede, a multiterritorialidade, identidade e os novos sistemas de poder a partir da digitalização da vida (territorialidade das *big techs* e infosfera). Independentemente da concepção, é inegável que os estudos sobre o território compartilham um terreno comum ao considera-lo um elemento analítico *político*, isto é, uma abstração capaz de captar o movimento de atores sintagmáticos que produzem constantemente imagens espaciais, impõem suas intencionalidades e criam um campo dialético entre forças de cercamentos e pertencimentos. Este campo de forças decanta sobre as moradias e sobre os corpos em um movimento duplamente qualificado: poder, Estado e Economia, de um lado, e cultura, identidade, natureza e reprodução social, de outro. Defende-se, a partir deste quadro, a importância de considerar os estudos relativos à metropolização. Entende-se que o habitar na contemporaneidade convive intimamente com processos oriundos deste novo fenômeno socioespacial que conjuga a digitalização da vida, a plataformização da economia, a corporativização da política, a uberização do trabalho e a especulação imobiliária.

Por fim, dado o caminho teórico traçado, sintetiza-se a **habitação** como um quase-sinônimo do Lugar miltoniano, ou seja, um elemento sintetizante, adjetivado como quadratura elementar, unidade contraditória e lugar de existência; e constituída a partir do enredamento de políticas públicas e ações privatizantes (uma multissetorialidade). A habitação, portanto, é formada e convive com espessuras técnicas, normativas e institucionais que provocam sua conectividade e noção de rede por meio de uma fluidez confinada às normas inerentes às próprias espessuras. Mas é também na habitação que se observa a mais vívida abertura ao incerto, à convivialidade, à espontaneidade, à comunicação e à potência do Lugar. Para tanto, usou-se os Planos Diretores de Gramado e Canela para considerar o que é periurbano, ou seja, próximo ao perímetro urbano, e o que é rural, fora do perímetro urbano.

Com a construção de um quadro esquemático sobre habitação, voltou-se para as moradias de baixa renda em zonas periurbanas e rurais nos municípios de Gramado e Canela e buscou-se responder os objetivos específicos b e c.

A identificação, caracterização e mapeamento dos dois focos de moradia destes municípios foram realizados por meio de um estudo da Formação Sócio-Espacial desta região, apresentada no quinto capítulo da dissertação, combinado com procedimentos operacionais e metodológicos de cunho qualitativo, em especial, a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas (comunicadas no quinto capítulo). Os dados estatísticos revelam diferentes momentos históricos nas matrizes produtivas gramadense e canelense; municípios emancipados ainda como vilarejos agrofamiliares e com pequenos empreendimentos hoteleiros e madeireiros, modernizados pela chegada do trem (1910-1970) e pela cultura dos imigrantes europeus, passando a contratar grande parte de sua mão de obra em atividades industriais (1970-2000) até desenvolver projetos mais consistentes na área do turismo (2000-atualidade). Todos estes movimentos são sintetizados em três grandes eventos, no sentido miltoniano. São eles: ocupação, modernização e espetacularização do território.

O objetivo específico c foi suprido por meio da construção de um metatexto no capítulo sobre análise e discussão dos resultados, isto é, uma produção textual descritiva e interpretativa que intentou costurar a indução (conteúdo latente das entrevistas, documentos, fotografias e registros em arquivo) com a dedução (conteúdo teórico e construção do esquema habitacional), tendo sempre em mente

as implicações habitacionais e espaciais destes focos, suas possíveis causas e efeitos na realidade dos municípios de Gramado e Canela.

1.2.3 Justificativa

A realização do presente trabalho se justifica por alguns pontos problematizados que são, no entendimento do autor, política e academicamente relevantes para o debate geográfico da contemporaneidade. O primeiro, o mais evidente, é o tema da habitação. Conforme exposição realizada em capítulo próprio nesta dissertação, a habitação é um objeto de estudo com natureza complexa, ou seja, não pode ser concebido de forma unilateral, monolítica, mas sim percebido como um *complexus*, uma tessitura sócio-espacial que abriga ações (atores e normas) e objetos (técnicas e materialidade). Neste trabalho, de forma específica, a habitação é uma esfera elementar, unidade contraditória e lugar (miltoniano) de existência, bem como um enredamento de políticas públicas e interesses privados constituintes de uma multissetorialidade corresponsável por gerar as *condições* de habitabilidade da população.

O debate filosófico contemporâneo, especificamente as contribuições mais recentes do filósofo Bruno Latour e do sociólogo Nikolaj Schultz colocam a *habitabilidade* como o possível ou o “ideal” novo eixo de debate político para o século XXI. Em sua obra conjunta intitulada “Memorando sobre a nova classe ecológica” (Vozes, 2022), estes pensadores propõem um deslocamento do pensamento político para o contexto daquilo que eles chamam de *Novo Regime Climático*, isto é, uma nova tarefa política de readequação frente à mutação e emergência ambientais.

A crise climática, dentro da proposta de Latour e Schultz, coloca a habitabilidade como tema central na reorganização material e moral da sociedade. Inclusive, eles apontam que o próprio debate sobre o modo de produção capitalista deve ser subsumido às condições de habitação das populações, pois a forma como hoje o ecúmeno se estrutura e se movimenta é o indicativo mais sensível e, portanto, mais eficiente, de compreensão e combate contra as intensas e frequentes mudanças climáticas. Por mais que a problemática do clima não é explicitamente discutida neste trabalho, é impossível se abster de um desafio que delimita toda a ação humana. A assim chamada “Natureza” hoje, mais proeminentemente que

outras épocas, é um agente imprescindível na determinação dos assentamentos e fluxos demográficos, assim como nos limites e possibilidades dos sistemas produtivos e de consumo.

Logo, a *demografia* e a *organização funcional da população* ou *distribuição territorial do trabalho*, ambos explorados nesta dissertação, ganham relevo neste debate. Para Gramado e Canela, municípios que apresentaram considerável crescimento populacional nas últimas décadas, os dados demográficos e ocupacionais são indispensáveis para a compreensão das intencionalidades operantes na malha territorial destas localidades. Se confrontados os dados regionais com as condições de habitabilidade dos moradores dos assentamentos de baixa renda nas zonas periurbana e rural gramadense e canelense, acredita-se que é possível apreender importantes nexos espaciais que operam manifestadamente na paisagem e matriz produtiva locais.

A exuberância e espetacularização da paisagem destes municípios, sobretudo a urbana, por exemplo, apontam para um processo histórico de construção da *cidade neoliberal*, com todo o seu corolário de políticas individualizantes, de consumo, de leis mercadológicas e de forças especulativas imobiliárias. Tais movimentos respondem a um processo que aqui será chamado de *metropolização*, outro ponto essencial para o debate político e acadêmico na seara geográfica.

Considera-se a metropolização como um sistema territorial e vetor de aceleração e intensificação da segregação socioespacial contemporânea. Este fenômeno geográfico ultrapassa as fronteiras das regiões metropolitanas e reforça a organização reticular de atores hegemônicos privatizantes. Para a geógrafa Sandra Lencioni, enfrentamos uma “dilatação do território”, onde a intensificação da mobilidade (hipermobilidade); as transformações do sistema produtivo internacional; e a organização em redes por meio das novas tecnologias da informação e da comunicação são altamente presentes no cotidiano. Seu funcionamento se dá por meio da construção de espaços fluidos que, de maneira contraintuitiva, intensificam processos de concentração de renda dentro e no entorno de cidades historicamente relevantes.

O espaço tornou-se um produto de abrandamento dos efeitos das crises do capital por meio de sua apropriação e produção. A construção de edifícios, infraestruturas, asfaltamentos, estruturas de provisão de serviços públicos e demais

investimentos de bens de capital, isto é, bens produzidos com o intuito de produzir outros bens e de aumentar a produtividade e crescimento econômico estão cada vez mais contidos em uma lógica privatista, logo, regados mais pelo capital privado do que providos pelos fundos públicos, como comumente observados nas épocas de *welfare state* do século XX.

As dinâmicas espaciais contemporâneas da metropolização levam a se pensar com mais criticidade sobre o objeto de estudo da Geografia que, segundo Milton Santos, é o espaço geográfico. Ele indica a dimensão normativa, intencional (sistemas de ações), existencial e material (sistemas de objetos) do modo como habitamos, além de indicar o conteúdo técnico, científico e informacional do cotidiano. Uma moradia, neste contexto, é permeada por fatores que constituem o espaço geográfico, assim como por variáveis que configuram o uso territorial.

Portanto, analisar habitação sob a ótica miltoniana do espaço geográfico é um exercício político e intelectual que evidencia a importância de outro conceito miltoniano: o Lugar. Nele, centraliza-se a discussão sobre a intersecção entre as “globalidades” e as “localidades” (verticalidades e horizontalidades) das relações socioeconômicas contemporâneas, colocando-as em posição de complementariedade e contradição. O Lugar também pode ser capturado como uma categoria da existência, visto que o cotidiano nos revela uma possibilidade de compreensão do espaço vivido. Por carregar a dimensão existencial, o lugar desencadeia a interação entre a produção racional e simbólica do espaço.

Para Milton Santos, os sistemas hegemônicos e hegemonzados capturam o “lugar” à sua maneira. O primeiro opera por meio da racionalização das relações, as quais obedecem a um conjunto de normas e diretrizes mercantis e usam a proximidade como uma vantagem contábil na diminuição dos custos de transporte e logística ou se utilizam das infraestruturas como símbolos de fluxos e celeridade. Por outro lado, a proximidade, as densidades humanas e materiais, abrem-se para a criação e manutenção de laços culturais, de identidade, de afetividade e de sociabilidade entre os sujeitos que compartilham este espaço. Portanto, o movimento dialético *Espaço/território – Habitação/Lugar* propõe o olhar geográfico crítico e acusa um movimento político de denúncia das desigualdades e de apoio e promoção das diversidades existenciais.

Em adição, esta dissertação é uma tentativa de seguir, aprofundar e ampliar os estudos do autor, em especial em Rodrigues (2019), onde foi apresentada a

pesquisa sobre a “Trajetória de desenvolvimento: caso do município de Gramado no período 1985-2017”. Neste trabalho, o objetivo era apenas compreender a trajetória do município serrano e as principais inflexões na sua matriz produtiva. Aqui, confronta-se o desenvolvimento hodierno gramadense e de seu vizinho, Canela, a partir das condições de habitabilidade de uma parcela da população que vive em assentamentos de baixa renda nas zonas periféricas e rurais. Estas moradias serão usadas como elementos de problematização da história, do presente e do futuro do desenvolvimento socioeconômico da região.

Assim, a presente dissertação está estruturada em oito capítulos. O primeiro contempla a introdução com a problemática, objetivos geral e específicos e a justificativa. O segundo capítulo aborda os estudos miltonianos sobre o espaço geográfico e todo seu corolário de ideias. O terceiro explora teorias sobre o território. O quarto capítulo contempla a habitação sob o sistemático olhar geográfico. O quinto capítulo aborda os procedimentos operacionais e metodológicos utilizados nesta pesquisa. O sexto abre a discussão sobre a Formação Sócio-Espacial de Gramado e Canela. O sétimo, por sua vez, elenca toda a análise e discussão dos resultados sobre os focos habitacionais nas zonas periurbana e rural gramadense e canelense e, finalmente, o oitavo capítulo contempla as considerações finais.

2. ESPAÇO GEOGRÁFICO SOB A PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS

A palavra espaço, além de ser utilizada corriqueiramente, aparece em diferentes áreas do conhecimento científico como uma categoria analítica e, por tal motivo, remete-nos a diferentes significações adaptadas aos propósitos de cada disciplina. Esta problemática por si só já obriga o autor desta dissertação a delimitar com clareza qual o constructo semântico que será utilizado quando o espaço aqui é invocado. (CORRÊA, 1995).

Transferindo esta problemática para a Geografia, nota-se que o espaço, assim como outros conceitos nevrálgicos a esta seara do saber, também apresenta, a partir dos desdobramentos históricos e repercussões teóricas das suas diferentes escolas de pensamento, uma polissemia. Esta palavra-conceito impõe diferentes concepções que vão desde o olhar hartshorniano e ratzeliano da geografia tradicional, isto é, um espaço absoluto, geométrico, independente de outros entes, o qual possui uma existência própria a partir de um conjunto de pontos, até as elucubrações da geografia teórico-quantitativa, com o seu espaço geográfico-econômico, racional, isotrópico, composto de linhas e pontos que representavam distância, localização, destinos entre os recursos humanos (espaço relativo), os recursos naturais e a fábrica, calculáveis e graduados por tabelas de custos de produção (dinheiro, energia despendida e tempo). O espaço para a geografia teórico-quantitativa é aquele que respeita as regras do desenvolvimento produtivo do pós-guerra e, sobretudo, do crescimento econômico que tal momento histórico demandava das nações industrializadas. O reducionismo e a simplicidade destas concepções foram facilmente criticados pelas escolas geográficas posteriores. (CORRÊA, 1995).

Na sua digressão, Santos (2021) vislumbrou o caminho epistemológico da Geografia como, primeiro, um conjunto de disciplinas e conceitos adaptados para questões imperiais e coloniais. Nesta fase mais tradicional, aponta ele, a *região* era considerada um conceito-chave formado por uma coerência interna que, na medida em que o devir histórico e a mundialização de matriz europeia começaram a incidir sobre outras culturas, o conceito tornou-se um escaninho vazio, haja vista que as regiões, a partir da intensificação dos processos de integração econômica global, passaram a responder muito mais a fatores exógenos do que endógenos.

No pós-guerra, com a renovação quantitativa da Geografia, o economicismo é uma das principais forças motrizes de criação da grade curricular. A construção de modelos formalistas, do empirismo, do utilitarismo, voltados para o progresso e crescimento econômico, como também para a exclusão do movimento social, fizeram da “Geografia viúva do Espaço” (Santos, 2021, p. 109) e suas heranças imperiais e repetições de método intensificaram sua “inércia analítica” frente às céleres mudanças socioeconômicas e culturais observadas nos últimos cinco decênios do século XX. (SANTOS, 2021).

O debate a partir da falta de criticidade social nas análises do espaço tradicional e teórico-quantitativo ocasionou a mudança de eixo analítico deste espaço “racionalmente indiferente” para *outro* espaço, embebido de teoria marxiana e de métodos provenientes do materialismo-histórico. A inerente contradição no âmbito sócio-espacial, isto é, o movimento histórico combinado e desigual manifestado por meio da simultânea formação social e espacial resultante da organização do modo de produção capitalista, e a noção filosófica de totalidade foram alguns dos elementos teóricos introduzidos nos estudos geográficos desta escola. Dentro desta concepção, a sociedade e o espaço são elementos imprescindíveis para seus respectivos devires. (CORRÊA, 1995).

É na escola da geografia crítica que o espaço reaparece como um conceito-chave nas análises. As contestações eram voltadas para a análise burguesa do espaço como um receptáculo ou como mero espelho da sociedade. A introdução da “espacialidade” nos estudos foi influenciada pelas crescentes desigualdades socioespaciais das sociedades industrializadas e subdesenvolvidas, observadas a partir dos anos 70, meados da inflexão do regime de acumulação capitalista fordista para o flexível, abrindo o campo político-econômico para manifestações socioeconômicas neoliberais e demais ideologias pró-mercado. (CORRÊA, 1995; WACQUANT; 2001; CARLOS, 2007).

No Brasil, Milton Santos se configurou como um nome de importância sem precedentes para este movimento epistemológico. Além de colocar o espaço geográfico como o principal elemento investigativo da Geografia, elaborou um *corpus* teórico onde incluiu diversos conceitos que antes eram

externos à teoria geográfica, como a técnica, a ação, a norma, os eventos, os símbolos, a ideologia, a totalidade e a totalização, a temporalidade e a temporalização, entre outros. Ademais, as categorias de análise do método geográfico passaram a ser a sua estrutura, seus processos, suas formas e funções. A estrutura seria aquela que abarca diversas formas e funções, intimamente ligada com o aspecto histórico das naturezas econômicas e sociais da sociedade, revelando seu contexto e finalidade. O processo, também atrelado à métrica temporal, representa as ações contínuas, resultando em mudança, representando uma estrutura em movimento, condicionada pelas contradições inerentes à estrutura social e econômica de determinado grupo social. As formas implicam na dimensão visível dos objetos da e na paisagem. Ao contrário de apresentarem uma autonomia, estas formas devem ser analisadas em arranjos, redes, conjuntos que permitem a sua análise multiescalar e relacional / funcional. Por fim, as funções implicam as tarefas predestinadas às formas. A função também expressa a intencionalidade inerente a cada lugar dentro do contexto maior da estrutura socioeconômica. (CORRÊA, 1995; SANTOS, 2020).

Santos (2020), ao propor uma revolução conceitual e metodológica para a Geografia, vislumbrou no conceito de espaço geográfico uma chave importante para a compreensão da realidade da sociedade que se configurava no final do século XX. O modo de produção pautado no capital e, sobretudo, a evolução dos sistemas técnicos são teorizações basilares para a sua forma de pensar os aspectos geográficos da civilização contemporânea.

A partir do espaço, Santos (2020) desdobra uma série de problematizações onde a sociedade e suas configurações espaciais constituem-se por meio de uma ontologia diádica, isto é, uma constituição dialética e, portanto, intimamente relacional. A periodização ou temporalização entra como uma variável de contextualização das estruturas, formas, processos e funções. O *meio*, outro elemento nevrálgico para Milton, serve como um qualificador do conteúdo espacial, podendo ser natural, técnico, científico, técnico-científico ou técnico-científico-informacional³. Novamente, os modos de

³ O trabalho de Fábio Tozi já cogita a adjetivação do meio como técnico-científico-informacional-comunicacional. A dimensão comunicacional surge de uma exegese das últimas elaborações de Milton Santos sobre o papel dos pobres como detonadores de novos debates,

produção e os desdobramentos históricos do capitalismo são de extrema importância para os processos de periodização e contextualização do espaço, pois criam o *sentido geral* da organização de seus elementos (homens, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas). (SANTOS, 2020).

Conforme Souza (2022), o “edifício metodológico” desenvolvido por Milton Santos consiste, em suma, na noção de que o espaço geográfico é um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Depois, como categorias de análise, encontram-se conceitos como o de paisagem, o de configuração territorial, divisão territorial do trabalho, o espaço produtivo ou produzido, as rugosidades e as formas-conteúdo. No que tange aos recortes espaciais, a teoria miltoniana considera como válido os estudos sobre a região, o lugar, as redes e as escalas. Os seres humanos, as instituições, as firmas, o meio ecológico e a infraestrutura são aqui considerados os elementos do espaço geográfico que carregam estruturas próprias, mas com existência relacional. As relações entre os elementos fazem do espaço uma estrutura de estruturas ou uma estrutura complexa. Por fim, o meio que não é mais considerado natural, mas sim técnico-científico-informacional, opera através da psicosfera e da tecnosfera, mecanismos estratégicos de decantação e disseminação do próprio meio. (SOUZA, 2022; SANTOS, 2020).

Era claro para Santos (2021) que o espaço é um fato e fator social. A influência deste se dava não só no sujeito, como também na sociedade. O espaço geográfico miltoniano é, portanto, uma instância social, um produto e um produtor, um determinante e um determinado. Além de utilizar o espaço para realizar sua crítica aos modos de produção, à divisão territorial do trabalho e todas as vicissitudes socioeconômicas provenientes destas movimentações, Milton Santos foi um grande crítico da globalização neoliberal que tomava corpo nas últimas décadas do século XX. A sua preocupação com a cidadania, com os direitos sociais e com a plena democracia, e não apenas a *democracia de mercado*, podem ser elencadas como motivações ético-políticas por detrás do pensamento miltoniano. (SANTOS, 2014b; SANTOS, 2021).

modos de existência, de reavaliação de normas hegemônicas e potencialização de manifestações afetivas e colaborativas da vida cotidiana. (in TOZI, Fábio. RIGIDEZ NORMATIVA E FLEXIBILIDADE TROPICAL. Investigando os objetos técnicos no período da globalização, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2012)

Dado este breve panorama, entende-se aqui que a habitação não escapa da problemática espacial e que esta última é o seu ponto de partida e de chegada, o seu contexto e sua potencialidade. Logo, o objetivo dos próximos parágrafos é discorrer sobre alguns dos elementos pertencentes ao “edifício” teórico-metodológico de Milton Santos, capazes de auxiliar na construção de uma reflexão habitacional profunda. Este capítulo, portanto, não estará fazendo referência ao espaço social de Bourdieu (2013), com sua apropriação, justaposição e arranjo distributivo de agentes e posições sociais; tão pouco o espaço lefebvriano (LEFEBVRE, 1978; 1999; 2016) que, apesar de influenciar o pensamento miltoniano, está mormente voltado à problemática urbana e sua movimentação na zona crítica de implosão e explosão das sociedades pós-industriais; ou a tríade de Harvey (2012) do espaço absoluto, relativo e relacional. Entretanto, há que apontar dois esclarecimentos: i) as afirmações acima não objetivam escapar do diálogo com as outras concepções de espaço. Haverá costuras teóricas. O que se quer expressar é que, neste trabalho, será dada maior ênfase no pensamento miltoniano; e ii) é inegável a característica comum de que todas as noções de espaço oriundas da análise crítica da sociedade e do seu modo de produção, incluindo o espaço geográfico de Milton Santos, projetam o mesmo ângulo questionador com relação aquele espaço neutro, vazio, puro, geométrico e sem influência nas demais dimensões da realidade, utilizados nas escolas geográficas pretéritas ou em outras ciências, como a econômica.

Assim, é válido frisar que a base teórica desta dissertação está majoritariamente direcionada para a construção teórica e metodológica miltoniana. Entretanto, novamente, isto não exclui o diálogo com outros autores. O segundo capítulo, por exemplo, busca explorar as *intencionalidades* ou *territorialidades* como manifestações do *domínio da ação* por meio da categoria geográfica de território. Posteriormente, no capítulo sobre a habitação, o espaço geográfico surge novamente como aquilo que caracteriza a problemática habitacional através da contradição entre a existência de normas e técnicas, de um lado, e a solidariedade, a potencialidade e a possibilidade, de outro.

2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO: AÇÕES, OBJETOS E EVENTOS

Ao buscar entender a natureza do espaço, Santos (2017) constrói sua compreensão através de três perspectivas. Uma das alternativas seria entender o espaço como um dado que apresenta, de um lado, as relações sociais e, do outro, uma configuração territorial composta por complexos naturais e acréscimos humanos, ou seja, o conjunto do produto social e natural de uma paisagem que, ao longo da história da humanidade, tende a negar sua condição natural através da criação de objetos cada vez mais artificiais (artificializados), os quais se arqueiam como verdadeiras próteses junto à Natureza. Esta abordagem é útil para entender as forças essenciais de mutação geográfica e histórica do meio natural para o meio técnico-científico-informacional.

O primeiro, o meio natural, remete aos primórdios da humanidade, onde os complexos naturais ainda eram predominantes e as eventuais técnicas, tarefas e trabalhos humanos que surgiam seguiam uma “biomimética”, seja através de reflexos do funcionamento da Natureza, seja através de extensões das capacidades motoras corporais. Já com os posteriores e influentes fenômenos sociais da divisão do trabalho e da mecanização da produção, percebe-se a crescente substituição de objetos naturais por objetos cada vez mais técnicos / artificiais. A mundialização, embora desigual, deste tipo de objeto racional, instrumental e superior às forças naturais (porque mais circunscritos às crescentes exigências mercantis) teve seu estopim e disseminação no século XIX através das vicissitudes da revolução técnica de caráter industrial. (SANTOS, 2017).

Entretanto, é a partir das movimentações globais do pós-Segunda Guerra e da entrada geopolítica relevante dos países subdesenvolvidos nos anos 70 por meio dos esforços político-econômicos de modernização destas sociedades (projetos majoritariamente vetorizados pela urbanização) que o conteúdo do espaço torna-se técnico-científico-informacional. Esta tripla adjetivação indica que a produção de bens e serviços deste período desponta tal intencionalidade (por diversos motivos, mas normalmente por questões de competitividade, produtividade, eficiência e previsibilidade contábil-financeira), que os objetos são, por essência, técnicos e informacionais. A existência de um

mercado global, graças à união entre a técnica e a ciência, promoveu então um novo patamar de produção e qualificação das paisagens, as quais, por seu turno, são cada vez mais cientificadas e tecnicizadas, voltadas em sua maioria para os interesses políticos, culturais e econômicos globais. (SANTOS, 2017). Em linhas gerais, o “meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização” (SANTOS, 2017, p. 239).

A outra aproximação que pode ser realizada sobre a natureza do espaço é considera-lo pela análise da relação entre fixos e fluxos. Já em seu livro *Metamorfoses do espaço habitado*, Santos (2014a) apontava os fixos, por exemplo, como os próprios instrumentos de trabalho e a força produtiva da massa populacional, visto que “nos dão o processo imediato do trabalho” (SANTOS, 2014a, p. 86). Enquanto os fluxos determinam variáveis de consumo e distribuição, dada a sua natureza de movimento e circulação. É também uma característica dos fixos imbricar elementos econômicos, técnicos e políticos, isto é, quando considerados elementos de trabalho, eles possuem a capacidade de criar massas. Por conseguinte, estas últimas precisam não apenas de qualificação técnica, mas de poder socioeconômico e político para ser movimentadas no espaço.

A relação dialética entre fixos e fluxos determinam a dinâmica i) de distinção dos / entre os lugares por meio da relação entre o exercício do trabalho e a adequação dos objetos para suas respectivas atividades econômicas e ii) da capacidade de determinada fração do território em eliminar o espaço pelo tempo (aceleração da rotação do dinheiro) e estimular a acumulação de capital. Esta última dinâmica torna-se proeminente dado o contexto capitalista contemporâneo, com seus processos de globalização e financeirização. (SANTOS, 2014a; HARVEY, 2005).

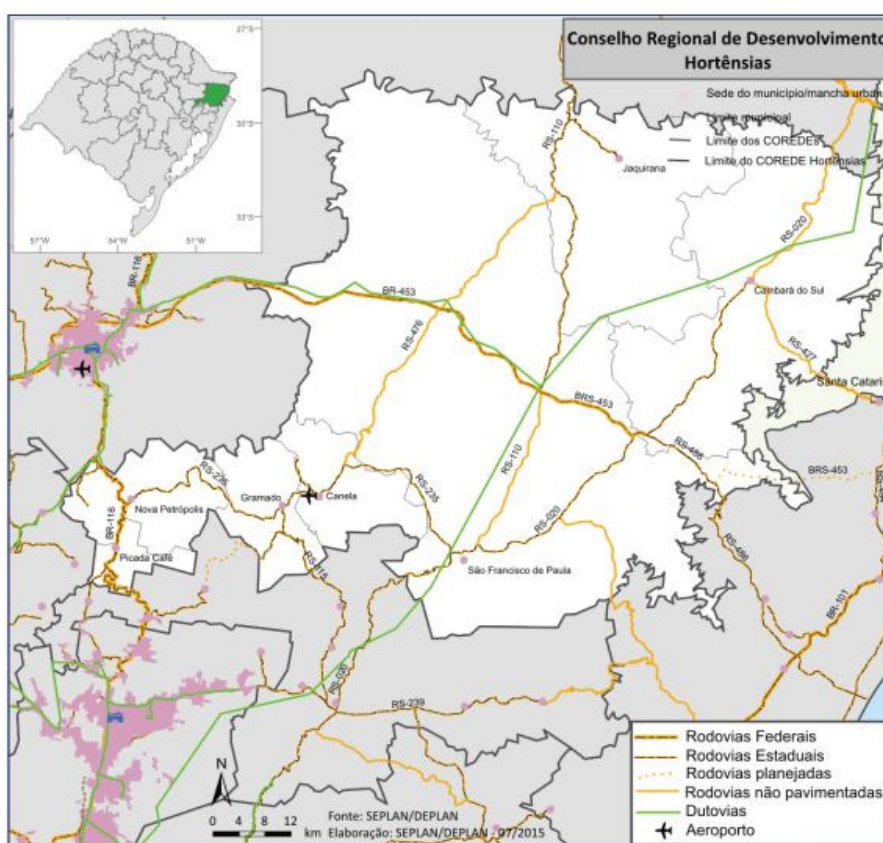
A categoria de análise “fixos-fluxos” também abarca a interação indissociável dos sistemas de ações e objetos, noção que será explorada adiante por meio do entendimento de *eventos*. Conforme Santos (2017, p. 61-62):

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e seu valor,

ao mesmo tempo em que, também, se modificam [...]. Foi assim em todos os tempos, só que os fixos são cada vez mais artificiais e fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.

O conceito de fixos e fluxos, a partir do entendimento miltoniano, possibilita trabalhar com diferentes aspectos e elementos territoriais. O primeiro ponto está relacionado ao mercado de trabalho, isto é, a existência dos fixos e fluxos pressupõe uma interdependência destes às necessidades de construção material de determinado local, portanto, a relação entre trabalhadores e seus instrumentos de trabalho / estabelecimentos e vice-versa. Este nexo de objetos inerentes ao próprio trabalho permite identificar diferentes matrizes produtivas, e nestas, as manifestações socioeconômicas de especialização e diversificação. (SANTOS, 2017). O mapa da Figura 7 elucida cartograficamente a relação entre estas duas categorias.

Figura 7 - Mapa da Infraestrutura de transportes no COREDE Hortênsias



Os fixos (rodovias, aeroportos e dutovias) que permitem, sustentam e intensificam os fluxos.

Fonte: SEPLAN, 2015.

A partir desta identificação, pode-se também distinguir os diferentes projetos de planejamento socioeconômicos entre os lugares, suas distintas formas de produção, distribuição e circulação e capacidade de integração regional. Sendo assim, os fixos e fluxos se tornam outra proposta de analisar processos de regionalização, haja vista que eles permitem analisar o conteúdo dos locais e, portanto, sua “coerência funcional” (SANTOS, 2017, p. 247).

Outro aspecto territorial dos fixos e fluxos é sua capacidade de determinação da velocidade de rotação do dinheiro e, conseqüentemente, a intensidade de acumulação de capital e seus subjacentes fenômenos de distribuição e concentração, revelando assim outro elemento de diferenciação entre as localidades. Segundo David Harvey (2005), a geografia da acumulação manifesta as próprias contradições do crescimento econômico, visto que, em um sistema capitalista, este se apresenta como intrinsecamente “dinâmico e inevitavelmente expansionista” (HARVEY, 2005, p. 43). Ademais, Milton Santos evidencia a acumulação na análise de fluxos e fixos:

Nos dias de hoje, como certamente jamais antes, quando os fixos têm importância muito grande, a circulação passa também a ter importância fundamental, entre outras razões pelo fato de que o produto se internacionalizou e, por conseguinte, tem de ser distribuído através de todo o mundo, sem respeito às fronteiras, nem às distâncias. Por outro lado, **a necessidade de acumulação agravou-se** e, por conseguinte, a circulação ganhou um ritmo frenético. Quem menos tem poder de movimento mais depressa vê desvalorizar-se seu produto e seu meio de trabalho. (SANTOS, 2014a, p. 87. Grifo nosso).

Ao dar forma e conteúdo aos processos de produção, distribuição e circulação, os fixos e fluxos se tornam elementos importantes no processo de acumulação. Se observadas as condicionalidades que este processo demanda, nota-se a centralidade de salvaguardar a relação fixos-fluxos. Assim, para que ocorra a acumulação, é necessário: i) um excedente na oferta de mão-de-obra a partir do estímulo de crescimento populacional ou de correntes migratórias (criação de massas ou “exércitos para produção”); ii) disponibilidade dos meios de produção, como máquinas, equipamentos, infraestrutura ou sistemas de engenharia com o intuito de promover a circulação e expansão da produção e consumo no território; iii) um mercado para absorver as crescentes

quantidades de mercadorias produzidas, objetivando a realização da demanda efetiva. (HARVEY, 2005; SANTOS, 2014a; SANTOS, 2017).

A terceira e última aproximação de Santos (2017) para entender o espaço geográfico é conceituá-lo como um sistema de objetos e um sistema de ações em um conjunto de relações indissociáveis, contraditórias e solidárias. Para efeitos de maior compreensão, analisa-se separadamente a noção miltoniana de cada sistema constituinte do espaço.

Através da sua forma, Santos (2017) aponta que o objeto pode traduzir a *intenção* que lhe deu origem. Constata-se, pois, desde já, que o objeto é fundamentalmente projetivo, produzindo signos de diferentes tempos e, portanto, um papel na produção do imaginário de cada época. O objeto é uma referência para examinar sua realidade sócio-histórica. Ele informa o passado e, principalmente, o presente. Conforme Santos (2017, p. 68), “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais”.

No intercâmbio técnico e cultural entre os grupos sociais, os objetos podem ser aceitos, adotados, replicados ou recusados. É importante entender que seu uso não é necessariamente geral e uniformizado. É por isso que, adjacente aos objetos, é possível entender que eles também carregam uma complexidade oriunda do seu repertório de funções, realização de tarefas e opções de uso (complexidade funcional); e uma complexidade estrutural, interpretada pelo conjunto de peças necessárias para a produção do objeto em sua quantidade e variedade. Estas duas complexidades formam a própria *informação* do objeto. (SANTOS, 2017).

Na contemporaneidade, mais do que nunca, os objetos se tornam atores. Eles podem mudar a fisionomia, a fisiologia, as estruturas e as relações sociais. É através deles que a celeridade e a rotatividade (descartabilidade) do que é produzido se manifesta, isto é, eles carregam, por meio da sua vida funcional e econômica, a própria predestinação de sua idade. Esta marcha produtiva que incide nos objetos (modernos *versus* antigos) é um dos determinantes de sua hierarquia. Todavia, a hegemonia de alguns objetos sobre os outros parte, também, de variáveis históricas e políticas, como a noção de competitividade, acepção que não é propriamente técnica. (SANTOS, 2017).

Os objetos não devem ser analisados separadamente, dada a sua existência imprescindivelmente interdependente. É por isso que na teoria miltoniana eles são sempre referidos como um sistema, uma mutualidade de funções que cada vez mais se complexifica. O *sistema* de objetos desvela a própria característica *relacional* destes⁴. (SANTOS, 2017). Para que um aeroporto possa existir, por exemplo, é necessário que se tenha aviões, vias de acesso ao local, transporte, uma sociedade de consumo, renda, edifícios, trabalhadores, entre outras variáveis sociais e espaciais. (SANTOS, 2017). Ou para que um local turístico possa produzir e (re)produzir suas tarefas é necessária a coerência funcional entre os serviços ofertados (hotéis, restaurantes, parques, atividades culturais) e os sistemas de engenharia (vias de acesso, rodoviárias, aeroportos, saneamento, hospitais, mercados, etc).

Ademais, a universalização dos objetos possibilitada pela globalização e pelo progresso das tecnologias da comunicação e da informação intensificou o seu acionamento por meio de *arranjos funcionais*, com conteúdos densamente técnicos, científicos e informacionais. É também no processo de universalização que se observa cada vez mais a diminuição no número de “outras” técnicas e de diferentes formas combinadas de utilização dos recursos de cada localidade. Este fenômeno pode ser chamado também de unicidade ou produção de uma inteligência planetária, dentro da qual a capilaridade, a extensão, a familiaridade e a quantidade de objetos técnicos são indispensáveis. (SANTOS, 2017).

Um objeto pode ser compreendido como o encontro da forma e da função resultante do planejamento e da produção humana, articulado por esferas intelectuais, materiais, técnicas, políticas e sociais. As funções demandam que o objeto trabalhe em conjunto. Nesta etapa da globalização, com todos os avanços nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, a *ciência* é cada vez mais determinante na concepção, produção e funcionamento do objeto. Seu conteúdo propriamente dito, isto é, a estrutura interna do objeto é

⁴ Apesar de partir da ampla noção de Antropoceno, é importante mencionar o conceito de hiperobjeto do filósofo Timothy Morton na sua obra *Hyperobjects: Philosophy and Ecology After the End of the World*, como um tópico a ser futuramente explorado nos estudos geográficos sobre objeto. Segundo ele, um hiperobjeto não é um objeto grande, mas sim um objeto incomensurável dado o seu número de relações com outros objetos e demais elementos de diferentes ordens. Esta infinitude de acionamentos coloca os objetos como componentes de uma rede densa e complexa de relações que ocorrem não somente na esfera da Técnica e da Cultura (tecnosfera e antroposfera), mas também na geosfera e na biosfera.

essencialmente técnica e seu funcionamento em conjunto, sua transmissão e recebimentos de dados para / de outros objetos, aumentando sua precisão funcional, é realizada graças ao conteúdo informacional exigido pelo mercado internacional contemporâneo digitalizado. Podem-se, portanto, observar objetos cada vez mais complexos e especializados a serviço do capital e do trabalho hegemônicos. Isto faz Milton Santos concluir que existem, primordialmente, duas intencionalidades por trás dos objetos técnicos contemporâneos: a intencionalidade mercantil e a intencionalidade científica. (SANTOS, 2017).

Isso redefine inteiramente o sistema espacial. Objetos criados deliberadamente e com intenção mercantil são movidos por uma informação concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado a mais-valia mundial. (SANTOS, 2017, p. 216).

Santos (2017, p. 214-215; 218) espelha as características gerais dos objetos técnicos contemporâneos com as cinco características do sistema técnico atual: i) universalidade e autoexpansão; ii) vida sistêmica; iii) concretude, no sentido simondoniano de “objetos mais perfeitos que a própria natureza” (p.218); iv) conteúdo em informação; e v) intencionalidade.

As ações, por sua vez, também estão baseadas na técnica e na ciência. Santos (2017), ao se inspirar nos sociólogos Talcott Parsons e Everett Rogers, bem como no educador Edward Shils, define um ato como um comportamento orientado que se dá em situações, ou seja, em um contexto onde a ação e o sujeito da ação estão inseridos e no qual envolve uma motivação, um esforço. Assim, a ação não é um conjunto qualquer de atos, mas sim aquilo que é projetado, planejado, intencionado e que se arquiteta *dentro de e para a* realização de um sentido.

Além de poder ser considerada um processo, a “ação é subordinada a normas” (SANTOS, 2017, p. 78) formais, informais, escritas, faladas ou expressas de distintas formas. A realização da ação dentro de normas cria um conjunto de atos e subprocessos que incutem em uma determinada ordem, rotina, regra e costume.

Santos (2017) destaca a importância de analisar as ações a partir de suas escalas de comando e execução. Segundo este autor, com a intensificação da globalização, é comum que se identifique ações estranhas

aos propósitos dos lugares, formando uma nova espécie de alienação regional ou local. Pode-se falar que, no contexto atual, com a digitalização e a dataficação das tarefas, a ação é global, simultânea, instantânea, imediata. Santos (2017) comenta que, para além da expressão *just-in-time*, muito utilizada no léxico econômico para expressar uma produção adaptada aos ritmos da demanda, é possível, com a densidade técnica, científica e informacional do espaço, falar em ações *just-in-place*.

A ação unificada, produtora de uma unidade de comando em escala global, se dá por meio do trabalho sistemático e conjunto dos governos com as corporações, as organizações internacionais e as instituições financeiras. As localidades, nesta conjuntura, sofrem uma espécie de superposição de ações oriundas de diferentes escalas. Desta forma, vários locais herdaram uma submissão ao dado global e sua materialidade passa a valorizar-se ou desvalorizar-se de acordo com as exigências internacionais da marcha da modernidade. (SANTOS, 2017).

É verdade que o conteúdo da ação global é aquele coordenado e codificado, isto é, operante e operador da razão formalizada, a qual carrega um discurso próprio, mas que o conjuga, também, com o sistema de objetos. A ação codificada porta um tipo específico de linguagem: a do cálculo, da matemática, da estatística, da produtividade, da competitividade e da celeridade. Este tipo de ação obedece à razão instrumental e permite pouco ou praticamente nenhum espaço para manifestações simbólicas e afetivas. Assim, de maneira tautológica, quanto mais desvalorizadas perante a ordem racional hegemônica global, mais espaço para a comunicação e emoção as localidades possuem. (SANTOS, 2017).

Portanto, a ação, para Santos (2017), pressupõe atores com poder de decisão, como os governos, as multinacionais, a mídia, as organizações internacionais, etc; e os demais, isto é, atores com maiores limitações de escolhas oriundas de sua posição social ou acesso às informações necessárias para realização de seus propósitos no território. Estas afirmações convergem com os atores sintagmáticos asseverados por Raffestin (1993), quando este analisa o sistema de atores e suas movimentações territoriais, tópico explorado mais adiante.

Na ação unificada, também não há espaço para uma ação reflexiva na divisão do trabalho, o que faz Santos (2017) classificar este fenômeno como um caminho para a alienação. O adensamento técnico do meio é um fator complexificador do processo de reflexão do trabalhador para com a atividade que exerce. Este fenômeno também é discutido por Heller (1991) ao tratar o cotidiano como uma formação de objetivações genéricas em-si, como a base material, os objetos em conjunto, a linguagem, os costumes ou qualquer dispositivo “banal” que auxilie o sujeito no seu processo diário de especialização por meio do trabalho. E a objetivação genérica para-si como segundo elemento formador do cotidiano. Nesta, o Estado, a arte, a política e a moral são exemplos de fatores que moldam, legitimam e permitem a socialização, a formação e também a especialização dos sujeitos.

Ademais, dentro do processo alienante, a retórica é um tópico de destaque para Santos (2017) quando o mesmo busca entender o sistema atual de ações. Graças a este sistema, os objetos condicionam um discurso de sedução, um discurso de marketing, de uso, de consumo e de docilidade. Estes enunciados operam através da informação, contrainformação e desinformação. Santos (2017, p. 227) já assinalava o que hoje se chama *fake news* como mecanismo de conquista ideológica, seja política ou mercantil. Assim, as ações hegemônicas não permitem que os sujeitos tenham uma relação profunda com os objetos do cotidiano, apenas um convívio puramente funcional. (SANTOS, 2017).

Apesar de Santos (2017) destacar os atores principalmente por meio de instituições (governamentais ou privadas), ele também esclarece que a ação vem, sobretudo, do ser humano. Por mais que as ações apresentem um conteúdo racional cada vez mais denso e uma instrumentalidade cada vez mais “cega” à diversidade socioambiental, esta nunca poderá ser totalmente racional. Como toda a ação parte de humanos, além de racional, ela também é comunicacional, afetiva e simbólica.

Santos (2017) segue esta argumentação e aponta que, no cotidiano, existem, essencialmente, três ordens do agir: a técnica e a jurídica, as quais demandam e expõem dados e informação; e a ação de ordem simbólica, a qual representa a força da transformação e da mudança sociocultural.

Agora, o que auxilia a compreensão da inseparabilidade dos sistemas de ações e de objetos? Como se dá a relação entre estas categorias? Pressupõe-se que as ações resultam de necessidades e estas, para serem supridas, demandam uma série de funções que recaem nos objetos. Não obstante, esta é uma abordagem muito linear de se pensar esta relação. Há que se buscar maior profundidade entre estes dois sistemas e uma resposta satisfatória para estes questionamentos se encontra no conceito miltoniano sobre de *eventos*.

Quando se analisa o espaço geográfico miltoniano, é necessário considera-lo como uma totalidade. Assim, Santos (2017) parte de uma abordagem que considera o movimento do universal para o particular e vice-versa, enfatizando o papel dos eventos e da divisão do trabalho como elementos nevrálgicos para a análise geográfica. Abrir-se-á, portanto, uma breve explanação sobre a importância dos eventos e sua relação com as escalas geográficas. Já a divisão do trabalho será explorada em uma seção própria.

O evento, segundo Santos (2017), está intimamente relacionado com a duração, extensão e superposições de escalas. Eles podem ser interpretados de diversas maneiras conforme o sistema de ideias utilizado: uma série de instantes; uma possibilidade; uma tentativa de realização total de uma possibilidade, bem como *veículos de intenções*, capazes de transformar objetos e lugares. Os eventos são, sem exceção, o Presente; se dão em dado instante e tornam-se elementos qualificadores do tempo.

Os eventos podem ser divididos em *naturais* como a queda de um raio, o início de uma chuva; uma avalanche; e *sociais* e *históricos*, frutos de toda ação humana. É no contexto antrópico que eles podem tomar a forma de ideias, como as inovações tecnológicas ou a imposição de novas normas, variando seu tempo de duração e suas áreas de incidência. (SANTOS, 2017).

Portanto, os eventos são uma categoria essencialmente temporal e possuem, no entendimento de Santos (2017), dois tipos de duração. A primeira, a natural, refere-se à natureza original do evento, sua estrutura interna, idiosincrasia, qualidades individuais. A segunda, por sua vez, é a duração organizacional subsumida ao esforço de cessar ou prolongar, “fazer durar”, ordenar e até mesmo alterar o processo natural do evento. Leis, decisões governamentais, regras bancárias ou corporativas são alguns

exemplos de eventos de natureza organizacional, pois interferem e definem diretamente a direção e duração dos acontecimentos.

Assim como ações e objetos, os eventos também se apresentam em conjuntos sistêmicos, criando “situações” organizacionais por meio de mecanismos de instalação, funcionamento, controle e regulação que, em retroação, passam a reger a duração e amplitude deles próprios. (SANTOS, 2017).

“Do nível da organização depende a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento” (SANTOS, 2017, p. 149). A escala, por sua vez, pode ser interpretada como um dado organizacional do espaço, visto que ela é responsável por apontar a origem e a extensão da qualificação do tempo social. A decisão política de controle e execução de um projeto turístico qualifica os processos socioeconômicos de uma municipalidade, por exemplo, ou o tempo de funcionamento dos bancos determina o horizonte de execução de determinadas atividades monetárias. (SANTOS, 2017).

Figura 8 - Eventos à luz de Milton Santos



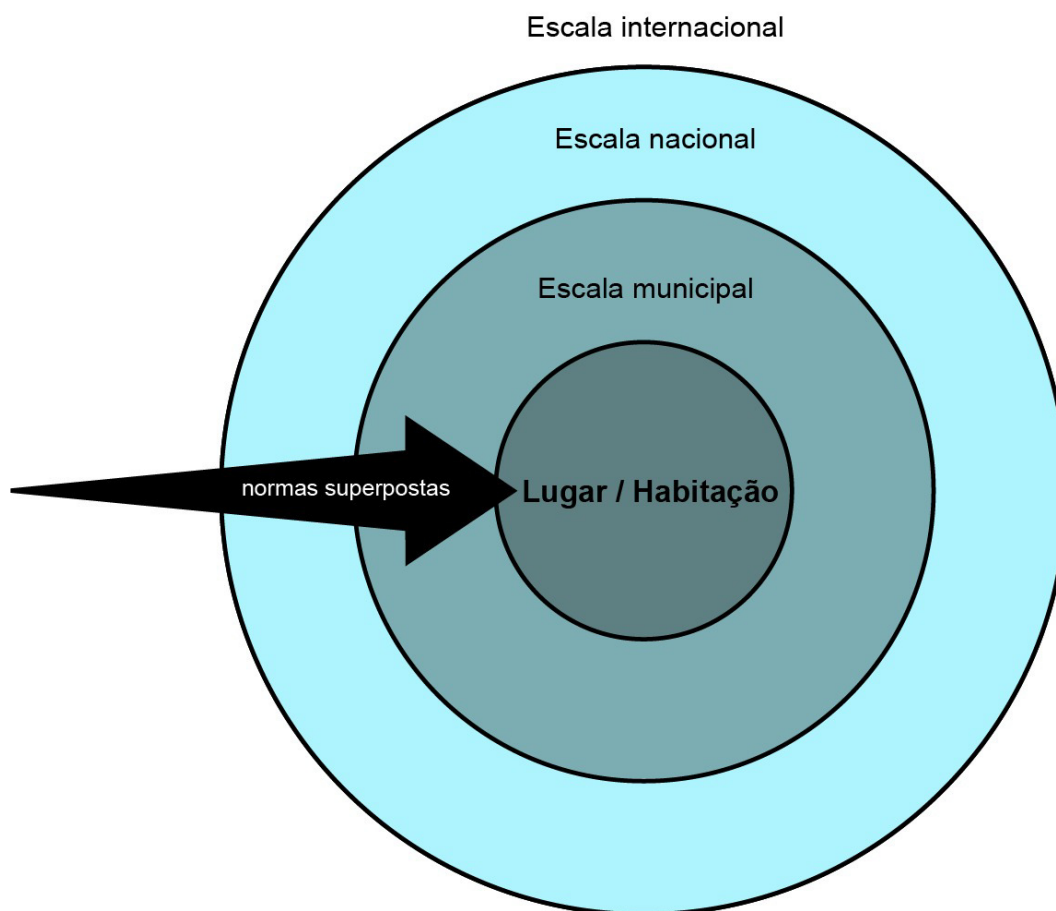
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As escalas cuidam da *dimensão organizacional* dos diversos recortes espaciais. Esta função se faz presente sobretudo no modo de produção capitalista, que valoriza os lugares por meio da sua capacidade de produtividade (nível de eficiência) e na oferta e no uso dos seus recursos naturais e humanos com vistas à acumulação. Neste sentido, a noção de escala também acrescenta à análise espacial fatores *técnicos* utilizados na duração de determinados eventos. (SANTOS, 2017).

Na exposição miltoniana, interpreta-se, portanto, a *escala de origem* das variáveis que produzem o evento, isto é, as forças operantes e emissárias dos vetores organizacionais, bem como a *escala de impacto*, de realização ou de ocorrência dos eventos. Contudo, nem todos os atores são capazes de conjugar elementos organizacionais (sócio-políticos) que produzem eventos em escalas de impacto significativas, é por isso que Milton Santos destaca especialmente o papel do Estado e das autoridades intermediárias, como as instituições regionais, metropolitanas e municipais como produtoras “oficiais” de eventos por obterem o monopólio da força e da criação de leis e normas públicas de ordenação territorial. (SANTOS, 2017).

O poder estatal e suas instâncias produzem uma superposição de eventos. Um ator de escala nacional ou internacional, por exemplo, envia vetores normativos que se superpõem com as demais normas dos níveis regionais, metropolitanos, municipais ou locais. A superposição vetorial cria uma combinação solidária que qualifica, segundo a localidade, a área de incidência ou a escala de realização dos próprios eventos. A escala do acontecer, isto é, este resultado de superposições de eventos de duração organizacional, é a própria escala geográfica, visto que, na sua essência, é a revelação da coerência espacial dos próprios eventos. (SANTOS, 2017).

Figura 9 - Superposições de eventos e escalas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Entretanto, em Santos (2018), é possível observar que as multinacionais também são capazes de emitir vetores responsáveis pela ordenação dos territórios. As entidades corporativas também são emissárias de eventos e qualificam o espaço por meio do meio técnico-científico-informacional. Os imperativos panópticos da produtividade e concorrência estão decantados na presença das empresas globalizadas em diferentes áreas geográficas.

Destarte, a realização dos eventos se dá em um dado subespaço e tempo (temporalidade) que amalgama combinações e, portanto, caminhos de aplicação, perpetuação e transformação dos objetos e ações (historicização do espaço). Graças ao contexto preexistente nas localidades, isto é, a sua inércia dinâmica ou formas-conteúdo herdadas (rugosidades do meio histórico e da formação sócio-espacial), o desenvolvimento passa a ser desigual e combinado e a *espacialização* torna-se uma *condição de realização* do meio

técnico-científico-informacional. Em linhas gerais, a condição de realização das localidades se dá pela sua atualidade, sentido e possibilidades imanentes à suas formas-conteúdo. (SANTOS, 2017; 2021).

Retomando a observação de que os eventos também podem ser ideias, os símbolos e a ideologia entram aqui como um movimento importante. Conforme Santos (2017), não é mais eficaz separar analiticamente a essência da aparência das coisas. Segundo ele, a ideologia também é essência e realidade, pois é vivida. Ela constrói símbolos que, quando criados, fazem parte da vida real por meio dos objetos e ações.

Os objetos, por seu turno, podem nascer como ideologia e realidade, simultaneamente. A totalidade social para Santos (2017) é uma mistura de “realidade” e “ideologia”. As duas possuem papel estrutural e estruturante, no sentido de formação de campos de ação e relações sociais, ideia esta muito semelhante àquela asseverada por Bourdieu (2004), quando este elucubra uma sociologia da ciência.

Haja vista a duração organizacional dos eventos sociais e históricos, abrem-se duas breves subseções para explicar a importância das normas, da tecnosfera e da psicofera como mecanismos de condicionamento, ordenação e comando no espaço geográfico miltoniano.

2.1.1 NORMAS

Na construção metodológica e epistemológica miltoniana, a norma aparece como aquilo que organiza os objetos com o objetivo principal de extraí-los *outputs* alinhados às ordens pré-determinadas. Se se contextualiza as normas com a contemporânea globalização, fica claro que elas partem também de empresas, mormente internacionais; de sistemas jurídicos; de atividades mercantis e econômicas como um todo. A norma é atrelada, neste sentido, à ordem, ao contrato, ao Mercado e às suas respectivas instituições, outro ator importante na emissão de eventos de escala global. (SANTOS, 2017).

As normas advindas de atores hegemônicos também servem para reger as ações e comportamentos com vistas à total realização da razão instrumental. Esta razão, portanto, embebida da hiperconectividade presente nas primeiras décadas deste século e da urgência da mais-valia global ou do

capital internacional(izado), está à serviço de normas que ultrapassam as fronteiras das localidades, operando através de redes e da multiescalaridade. (SANTOS, 2017; 2021).

A partir da leitura de Santos (2017; 2021) nota-se que natureza da norma é híbrida, isto é, mercantil e geopolítica. Os sistemas jurídicos se estruturam a reboque destas duas intencionalidades primárias. Agora, o aumento da existência e da incidência de normas se dá muito pela adjetivação técnica do conteúdo do espaço geográfico, visto que a Técnica em si é constituída por uma série de normas que permitem a realização de tarefas teleológicas.

Esta teleologia está voltada substancialmente para as diretrizes do mercado internacional, com seus agentes públicos e privados, esforçando-se sistematicamente para a uniformização da gestão, da tecnologia, do consumo e dos modos de vida (efetivamente a uniformização se expressa como unicidade). A linguagem contábil, do planejamento, da previsão e da rentabilidade, mediada pelas dimensões técnicas e jurídicas advindas das demandas empresariais, acionam as normas como “estruturadoras da realidade” (SANTOS, 2017, p. 231) e potencializam o sistema mercantil e seus pontos de controle, de cálculo e de regulação da economia global e dos territórios. (SANTOS, 2017).

Entretanto, a norma nem sempre *convive em e advém* de espaços racionalizantes, ela pode surgir da espontaneidade do convívio cotidiano entre diferentes atores sociais. No entendimento de Santos (2017), as normas informais, menos informacionalizadas, ou menos “racionais” no sentido mercadológico, surgem naturalmente nas grandes cidades de países subdesenvolvidos. Estas normas permitem a subversão ou o não alcance das normas hegemônicas rígidas. As relações interpessoais e a comunicação por meio da emoção são muito importantes na criação deste tipo de norma, a qual passa a ser criadora de cultura e de novas noções econômicas, tanto em relação ao uso dos recursos locais, quanto na organização das relações a partir da produção e do consumo. (SANTOS, 2017).

2.1.1.1 Território (sendo) usado

Inclui-se o termo *território usado* como um desdobramento da subseção sobre normas, pois, esmiuçando o conceito proposto por Santos e Silveira (2003), é possível notar que, por mais que se possa fazer um paralelo entre o espaço geográfico e o território, este último é animado por essencialmente três componentes: o Estado, o povo (nação) e a cultura, os quais, por seu turno, respondem aos estímulos oriundos do modo de produção vigente. Ademais, estes três elementos também pressupõem construções normativas para que possam erigir, operar e condicionar suas ações no território. É comum, na literatura miltoniana, atrelar o conceito de norma ao território. Também é importante mencionar que Santos e Silveira (2003) não conjecturam, como fez Raffestin (1993), sobre a precedência e posterioridade das categorias espaço e território (há o espaço e depois o território, ou vice-versa), ao contrário, estes consideram o território como *território usado* e este como um possível sinônimo de espaço geográfico.

Pois bem, para Santos e Silveira (2003, p.20), “o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual”.

Ao definirem o conceito de território, estes autores recordam que este só se configura se considerado como uma extensão apropriada e usada. A territorialidade, em contrapartida, conota-se como uma retroalimentação do pertencimento ou como um “sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...*” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 19).

Diferentemente de Souza (1995), que enfatizava a territorialidade a partir das ações do “homem”, Santos e Silveira (2003) ampliam esta ideia até mesmo para os animais no sentido biologizante. Entretanto, a territorialidade deles se difere da dos humanos porque estes últimos apresentam um *senso de planejamento e de consternação a movimentos futuros*. Ademais, Santos e Silveira (2003) reconhecem que há uma definição restrita de território como uma nomenclatura política para o espaço de um país. E que, a existência de um Estado é essencialmente vinculada a um território, mas o mesmo não pode ser asseverado para o território e/ou territorialidade, visto que eles podem

existir sem a presença de um Estado, conforme também observado em Souza (1995).

Assim, para estudá-lo e capturar suas transformações é necessário: i) uma **periodização** dos usos deste território como forma de compreender os contextos, sua evolução e interação multiescalar; ii) estudo das **técnicas** ou dos sistemas técnicos do território, como instrumento de apreensão da materialidade, dos modos de organização e regulação e da divisão territorial do trabalho; iii) estudo do **povoamento** e sua relação com a dimensão econômica e esta como vetor dos movimentos demográficos e do mercado externo, bem como de produtos, serviços, informação e demais elementos de fluidez do território e sua regulação pelo mercado. Estes elementos e atores não só constituem o território como também são condicionados por ele. (SANTOS, SILVEIRA, 2003).

O estudo da periodização captura a temporalidade ou durabilidade apontada por Souza (1995), só que este fazia alusão ao sentido de identidade de um grupo. Já Santos e Silveira (2003) introduzem o elemento “tempo” e o classificam como ferramenta de contextualização histórica das bases sócio-tecnológicas de determinado grupo. O segundo ponto, o estudo da técnica, aproxima-se da concepção mais clássica de território, conforme o entendimento ratzeliano, pois problematiza as dimensões materiais e produtivas dos países, enfatizando a divisão territorial do trabalho e seus desdobramentos: as metamorfoses do processo social entre o trabalho vivo e o trabalho morto (herdado de outros períodos históricos) e a hierarquização dos lugares dado os atributos qualitativos tecnológicos distintos entre os países, predominantemente comparados e equacionados pela ciência e pelos sistemas técnicos, especialmente a técnica informacional, essencial para o desenvolvimento socioeconômico contemporâneo. O estudo do povoamento, por sua vez, busca desvelar as tendências de concentração de pessoas, mercadorias, serviços, ordens, entre outros, nas cidades em detrimento dos campos. (SANTOS, SILVEIRA, 2003).

“Nesse arcabouço levamos em conta tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações, emissoras de rádio e TV, etc.), como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnico-científicos (sementes, adubos, propaganda,

consultoria) destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares. É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição”. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 22).

Santos e Silveira (2003) enfatizam novamente a importância do *meio técnico-científico-informacional* para o estudo do território e para o entendimento de suas formas geográficas materiais e sociais. Em outras palavras, para estes autores, é indispensável conceber o território contemporâneo sem se considerar o peso científico, técnico e informacional das instituições sociais, jurídicas e políticas. A grande contribuição deles para este estudo é mostrar que o **uso** do território revela a multiescalaridade, dinamismo e intencionalidade do campo de forças sócio-político e jurídico em determinada unidade geográfica.

O gerúndio no título desta breve subseção (território *sendo* usado) remonta diretamente às reflexões realizadas por Silveira (2022) em sua Aula Magna para o Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Quando colocada esta conjugação, esta autora alerta a importância do movimento dialético e, portanto, indissociável entre sociedade e território. Também remonta o conteúdo técnico do espaço e sua temporalidade, isto é, as ações passadas, cristalizadas em objetos e em normas que convivem simultaneamente com ações presentes.

É também Silveira (2022) que adjetiva o território, assim como o lugar, como sendo uma condição para a ação. Por conseguinte, o território é uma categoria híbrida de análise social, na qual as existências normativas e técnicas herdadas são frequentemente confrontadas com as possibilidades do presente e vice-versa.

Por fim, a materialidade do território é basilar para entender a sua forma de organização, o tempo dos seus objetos e a técnica como mediação dos tempos da produção, da divisão do trabalho, da circulação e da cooperação. (SILVEIRA, 2022). O território será retomado no próximo capítulo desta dissertação para evidenciar a importância de se analisar o domínio da ação e da norma, o sintagmatismo, o simbolismo, a intencionalidade e a territorialidade como expressões de confinamentos e pertencimentos.

2.1.2 TECNOSFERA E PSICOSFERA: A REDUTIBILIDADE QUE AMALGAMA O ESPAÇO

A tecnosfera e a psicosfera são categorias analíticas miltonianas que abarcam a complexidade material e imaterial intrínseca ao esforço de construção social e econômica no acionamento de novas normas, ações e objetos principalmente aqueles projetados com a intencionalidade mercantil hegemônica. (SANTOS, 2017; SOUZA, 2022).

Estes termos, embora não tão diretos ao ponto de se realizar uma analogia, possuem o mesmo intuito epistêmico-metodológico da Escola Francesa da Regulação, muito utilizada no estudo de Harvey (2007), quando a mudança do regime de acumulação fordista para o flexível é analisada a partir de um planejamento sistêmico entre o Estado, o Capital e o Grande Trabalho, com vistas a regulamentar as dimensões sociais e políticas, bem como cristalizar novos padrões organizativos das atividades produtivas e níveis de consumo inerentes aos novos modelos de negócios. (HARVEY, 2007).

A tecnosfera e a psicosfera podem ser descritas como mecanismos que trabalham para alcançar a docilidade populacional frente às mudanças tecnológicas, sociais e econômicas. Conforme Santos (2017), cada objeto só passa a existir de fato se for animado pela energia social. Assim, é necessário um programa que prepare a matriz axiológica dos consumidores e trabalhadores para o novo arranjo de objetos que se quer implantar na sociedade, submetendo-os aos modos de vida da nova narrativa que estes objetos carregam. Em linhas gerais, pode-se dizer que há redutibilidade entre a tecnosfera e a psicosfera.

Tecnosfera e psicosfera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico-informacional introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território. (SANTOS, 2017, p. 256).

Para Kahil (2010) os objetos, muito ligados à tecnosfera, possuem existência própria. Todavia, a psicosfera, concernente às ações, dá sentido

para os usos destes objetos. Para esta autora, o uso corporativo desenfreado é a principal adjetivação destas esferas na contemporaneidade. A afirmação infracitada se torna mais clara quando revisitada após a leitura da seção sobre a metropolização mais adiante. Não obstante, vale a citação:

Indissociavelmente, sistemas de objetos naturais ou artificiais e sistemas de ações são perversamente usados e dispostos a serviço da manutenção e atualização do poder econômico e político das poucas e grandes corporações e instituições mundiais. [...] São forças centrífugas que retiram do lugar, das populações locais, dos governos locais, qualquer escala o tomemos (federal, estadual ou municipal) as possibilidades de presença pública autônoma, retiram do lugar as possibilidades de invenção política, de realização do espaço público. (KAHIL, 2010, p. 482).

Santos (2000; 2017) de fato assevera que a tecnosfera pertence à esfera dos objetos, da materialidade, da produção e do intercâmbio. Esta qualifica os lugares por meio da técnica, da racionalidade e de interesses majoritária e potencialmente alhures aos locais. Por este motivo, a tecnosfera se torna paradoxalmente um dado local, conectando diferentes pontos do globo (multiescalaridade), sendo facilitadora das condições operacionais da verticalidade, disseminando as necessidades de consumo e de produção em diferentes territórios. É também a tecnosfera que permite a existência de densidades técnicas e informacionais nas localidades.

Por outro lado, a psicofera, pertencente ao reino das ideias, dos valores e das crenças, participa ativamente na criação de um *sentido* para os lugares. Ela é naturalmente ambivalente, pois, de um lado auxilia na configuração das mentes e na adaptação dos corações para o uso e interação com os objetos técnicos, sendo em certos casos uma tarefa estratégica imprescindível para a expansão do meio técnico-científico-informacional (o marketing e as demais ações publicitárias, por exemplo), antecedendo-o para adequar os comportamentos às novas interações adjacentes ao progresso técnico. (SANTOS, 2017).

Ela, a psicofera, dissemina os valores modernos e agiliza a ação mercantil nos territórios. O controle institucional, o desenvolvimento cada vez mais agressivo e sutil de estratégias mercadológicas e a constituição de avançados sistemas midiáticos operam com tamanha intensidade e celeridade graças a esta esfera. (SANTOS, 2017).

Não obstante, a tecnosfera e a psicofera a serviço dos processos hegemônicos globalizantes e racionalizantes. são reavaliadas constantemente pelas populações vulnerabilizadas ou marginalizadas. Estas contrarracionalidades, conforme citadas anteriormente no trecho do texto do professor Milton Santos, carregam os poderes comunicacional e afetivo das relações interpessoais, reformulando os usos destas duas esferas para fins reais, concretos, locais, solidários e não-predatórios. (SANTOS, 2017).

Os pobres e os migrantes são os sujeitos socioculturais apontados por Santos (2017) como atores importantes na subversão das lógicas perversas presentes nos objetos técnicos, nas normas corporativas e até mesmo estatais. Estes sujeitos demonstram a capacidade de inventividade, de novos usos, de uma nova construção que se dá no presente e aponta para outro futuro, com relações renovadas entre a sociedade e seu meio.

2.2 DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO COMO FATOR MULTIESCALAR DE ORDENAÇÃO, UNICIDADE E FRAGMENTAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Esta seção evidencia a importância da divisão do trabalho para apreender a mundialização e a fragmentação técnica dos / nos territórios como complexificação do espaço geográfico. A densidade jurídica, técnica e a ordenação sócio-espacial que gravitam de acordo com os diferentes modos de produção principalmente na história da acumulação capitalista, são essenciais para apreender a historicidade e, portanto, a junção entre temporalidade e intencionalidade constituintes deste espaço.

Assim, os próximos parágrafos são resultado de um esforço de captura das estruturas espaciais por meio da divisão do trabalho. Em outras palavras, através da divisão funcional, intenta-se elencar os longos períodos apontados por Santos (2020, p. 38) ao conceber a periodização como um método do espaço. São eles: i) Século XV – 1620: o período do comércio em grande escala; ii) 1620-1750: o período da Manufatura; iii) 1750-1870: o período da Revolução Industrial; iv) 1870-1945: o período da Indústria; v) Pós-guerra: o período da Tecnologia.

Milton Santos, assim como Karl Marx e Friedrich Engels abordam a categoria analítica “divisão do trabalho” sob prismas semelhantes e até mesmo complementares. Enquanto estes últimos a consideram como o motor da vida social, Milton Santos acrescenta a esta categoria um vetor de diferenciação espacial. Em *A Ideologia Alemã*, Engels e Marx (2002, p. 10) não aprofundam sua análise, mas entendem que a dimensão histórica do homem parte de bases naturais, isto é, parte de condições já prontas, como elementos geológicos, orográficos, hidrográficos e climáticos, por exemplo, para, posteriormente, analisar sua transformação a partir das ações dos homens. São também Engels e Marx (2002, p. 25) que denominam a consciência do meio da natureza (ou do meio sensível mais próximo), simultânea à consciência dos outros homens / da sociedade como aspectos nevrálgicos da historicidade da civilização, bem como a força motriz para a própria divisão do trabalho. Considerando, nesta argumentação, que a existência precede a consciência, a produção material oriunda do meio próximo, segundo estes autores, é o fato e condição fundamental para a História.

2.2.1 TRABALHO E SUA DIVERSIFICAÇÃO: O ELEMENTO CONSTITUINTE DO HOMEM, DA SOCIEDADE E DA DIVERSIDADE ESPACIAL

A diversificação das atividades produtivas para Milton Santos (2014) ou a produção de necessidades novas para além daquelas consideradas básicas, conforme apontado por Engels e Marx (2002), desloca o eixo de análise das diferenciações da Natureza para as diferenciações do mundo histórico à luz da divisão do trabalho, pois é esta última que desvela distintos modos de produção, forças produtivas, alocação de recursos e diferenciação / hierarquização dos lugares. Isto é, a divisão do trabalho, para os autores aqui citados, é essencial para compreender as transformações históricas dos modos de produção, o sistema de propriedade (pública e privada) e suas respectivas relações sociais, bem como as metamorfoses do espaço geográfico e seus sistemas de objetos e ações. Esta categoria provoca um deslocamento da investigação de uma relação natural para uma relação geográfica e social.

Engels e Marx (2002), por exemplo, consideram a divisão do trabalho como uma forma assertiva de representar as diferentes formas de propriedade.

Eles utilizam esta categoria analítica para descrever a história da civilização europeia (e depois, mundial) de forma progressiva e cronológica.

De acordo com estes estudiosos, as condições materiais de produção possuem uma relação direta com o crescimento da população que, por conseguinte, aumenta e complexifica a necessidade de intercâmbio. A divisão do trabalho, neste contexto, entra como o fator que mede o grau de desenvolvimento de uma nação e desdobra dois tipos elementares de propriedade: i) a propriedade tribal, de caráter mais rudimentar, com uma divisão do trabalho majoritariamente baseada no sexo⁵ e na extensão da divisão já observada nas células familiares. A propriedade tribal remete às atividades que animam terras incultas por meio do plantio, pastoreio, caça, pesca e agricultura e; ii) a propriedade comunal e propriedade do Estado, localizada na Antiguidade, onde várias tribos se reuniam em uma cidade através da conquista ou acordos contratuais. Concomitante à propriedade comunal, observa-se o desenvolvimento limitado da propriedade privada, mobiliária e imobiliária, mas que se apoia em uma lógica de cidadãos livres que, conjuntamente, no decorrer do tempo e por meio do surgimento dos Estados, tencionam interesses citadinos frente a outros atores que defendem interesses do campo. (ENGELS; MARX, 2002).

Contrariando a exposição de Marx e Engels, Durkheim aponta que a divisão do trabalho possui conotação moral, pois carrega uma espécie de solidariedade que amalgama as relações entre os sujeitos. Desta forma, a sociedade tribal seria de natureza *mecânica*, pois todos os indivíduos realizam a mesma atividade e, portanto, não haveria divisão do trabalho. Com o passar do tempo, a sociedade evoluiria para uma natureza *orgânica*, onde o aumento da divisão das tarefas passaria a ser mais moral do que técnico. (ALVES, 2014).

⁵ Apesar de Marx e Engels classificarem a divisão do trabalho por sexo como “natural” e observável em sociedades tribais, diversos estudos hodiernos demonstram esta divisão como uma “herança má” do processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas, ocasionando fenômenos contemporâneos de violência de gênero, desigualdade no acesso do mercado de trabalho entre homens e mulheres, desigualdade de renda por sexo, trabalho reprodutivo não remunerado, informalidade, pobreza feminina, entre outros (MOREIRA; GUIMARÃES, QUIRINO, 2020; KON, 2020; CISNE; FALQUET, 2020; BIROLI; QUINTELA, 2020; VICENTE; ZIMMERMAN, 2020; FALU, 2014; KERGOAT, 2003).

Ao contrário do espírito de solidariedade durkheimiano, o aumento populacional e o avanço da propriedade privada, particularmente a imobiliária, segundo Marx e Engels (2002), causa desagregação do poder do povo, acirra a oposição entre os Estados, bem como o antagonismo entre o campo e a cidade. Para eles, a divisão do trabalho causa uma cisão entre o interesse particular e o interesse comum; e o Estado se torna, desta forma, uma “comunidade ilusória” que opera, essencialmente, a partir de interesses muito particulares / de poucos. (ENGELS; MARX, 2002).

Logo, para Engels e Marx (2002), a divisão do trabalho abre uma série de consequências para as sociedades que, de um lado, presenciam a distribuição desigual da propriedade (via gênero ou escravidão, por exemplo) e, por outro, estabelecem novas contradições entre a força produtiva, o estado social e a consciência. Consoante a este último elemento, Engels e Marx (2002), argumentam que as consciências elementares anteriormente assinaladas (consciência do meio da natureza e consciência dos outros homens / da sociedade) desembocam em uma divisão do trabalho que, primeiro, está fundada em uma consciência gregária ou tribal, que opera por meio da divisão sexual e do trabalho que faz por si só ou pela natureza. Posteriormente, com o aumento da população e, por consequência, do intercâmbio, a divisão do trabalho se desdobra no *trabalho material* que, por sua vez, se bifurca no trabalho comercial e industrial (cidade) e no trabalho agrícola (campo), sendo estes condicionados à relação dialética e, portanto, de contradição, cumplicidade, movimento e totalidade; e no *trabalho intelectual*, que faz com que a própria consciência seja capaz de imaginar algo emancipado das “amarras materiais do mundo”, permitindo-a criar certa autonomia. Em outras palavras, a criação de teorias “puras” só pode ser concebida no momento em que o trabalho intelectual se desprende do trabalho material⁶. Este argumento é desenvolvido com mais profundidade pelos autores

⁶ Marx e Engels (2002) utilizam a categoria da divisão do trabalho como um dos argumentos principais na obra *A Ideologia Alemã*, mas seu intuito era confrontar com o método dos jovens hegelianos que concebiam a consciência, e por decorrência, a interpretação do mundo, a partir do reino das abstrações imateriais. Para Marx e Engels, o método deveria partir não de abstrações, mas das condições materiais reais da vida. O materialismo histórico, nome do método criado por eles, acredita no caráter social, prático e real da vida, onde as ideias são apenas uma consequência da divisão real do trabalho material e intelectual. As transformações históricas da civilização e, portanto, o movimento do homem no mundo, para eles, deve ser interpretado “da terra para o céu” e não ao contrário.

ao longo da obra *A Ideologia Alemã* para demonstrar a eficácia do trabalho intelectual na criação de valores que aparentam estar em uma ambiência deslocada das condições materiais reais da vida e dos modos de produção das sociedades. Ademais, a ilusão de universalidade de valores é uma das consequências entre a separação do trabalho material e intelectual. Este deslocamento esconde o fato de que os pensamentos dominantes de uma determinada época correspondem aos pensamentos da própria classe dominante desta época. (ENGELS, MARX, 2002).

Em um primeiro momento, estas afirmações parecem condizer com o conceito miltoniano de psicofera. Esta impressão é parcialmente real, a unicidade na técnica e no modo de produção só existe graças aos trabalhos sutis nos corações e nas mentes da população que, por sua vez, passa a aceitar novos arranjos tecnológicos e formas de organização societal. Entretanto, enquanto o trabalho intelectual de Marx e Engels (2002) desemboca na arena política e na dualidade “superestrutura e infraestrutura”, a psicofera miltoniana ocupa-se da apropriação dos valores como produção e reprodução de novos nichos técnicos (ou tecnológicos) voltados para intencionalidades mercantis. (ENGELS, MARX, 2002; SANTOS, 2017).

A revelação de Marx e Engels sobre a divisão entre trabalho material e imaterial também suscitou vários estudos críticos sobre o que hoje é denominada de “economia do conhecimento”, a qual é criticada por alguns por se revelar como um instrumento acadêmico criador de subjetividades, mantenedor de valores da classe dominante, capaz de filtrar a realidade do trabalho social e das formas de vida por meio de teorias reducionistas e até mesmo alienantes. (LAZZARATO, 2017; ANTUNES, 2008; LESSA, 2001).

Corroborando com o objetivo principal desta seção, analisa-se como Marx e Engels reconstroem as transformações sociais e econômicas a partir do espaço-tempo europeu sob a ótica da “divisão do trabalho”.

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias. (ENGELS; MARX, 2002, p. 55)

O parágrafo anteriormente citado, apesar de chegar às mãos dos leitores em 1932, foi escrito pelos autores por volta de 1840. O objetivo era provar que a oposição entre a cidade e o campo só poderia ocorrer através de um sistema de propriedade privada e esta, por sua vez, só se realizaria por meio da divisão do trabalho *imposta*; e se *imposta*, significa que a mesma carregaria um conteúdo político de defesa, expropriação material e supressão e/ou valorização de determinados interesses. (ENGELS; MARX, 2002).

A divisão de trabalho entre o campo e a cidade suscitou e suscita uma série de estudos sobre as consequências econômicas, sociológicas, geográficas e políticas desta cisão. Seja da “vitória” dos signos administrativos e políticos do urbano em detrimento do rural, conforme apontado por Lefebvre (SODRÉ; MARTINS, 2016; MALAVSKI, 2011; AZEVEDO, 2012), ou pela relação dialética que o campo e a cidade expressam no período da metrópole contemporânea financeirizada e a possibilidade de uma reinvenção ou até reinserção do rural (SPOSITO, 2013; CARNEIRO, 2008), ou até mesmo pela reestruturação das relações entre o campo e a cidade por meio de uma simbiose entre atividades materiais e intelectuais a partir de uma migração pendular de trabalhadores, conforme a “aldeia industrial do futuro” proposta por Kropotkin (2021), é evidente que a morfologia resultante da separação entre o campo e cidade representou um profundo conflito sociológico entre as relações de produção agrárias ou feudais e aquelas industriais e urbanas.

A separação entre o campo, representando a propriedade fundiária, e a cidade, *locus* do capital baseado do trabalho e na troca, é essencial para entender o quadro geral da divisão do trabalho na Idade Média como o fenômeno socioespacial organizado por corporações. As corporações deste período eram resultado do êxodo dos servos do processo de desmantelamento da alta Idade Média, com outros servos livres, que avultavam uma oposição de interesses das diferentes profissões e da propriedade comum. As corporações eram associações que possuíam mestres que operavam por meio de relações patriarcais. (ENGELS; MARX, 2002).

A divisão do trabalho na Idade Média era feita de forma espontânea entre as corporações, todavia os trabalhadores isolados eram submetidos a executar o ciclo de trabalho sem qualquer liberdade. Trocas restritas, pouca ligação entre as cidades e a população minguada eram alguns dos fatores que

contribuíam para que o trabalhador desenvolvesse uma “sujeição sentimental” à sua atividade. (ENGELS; MARX, 2002).

“A extensão da divisão do trabalho que se seguiu foi a separação entre a produção e o comércio” (ENGELS; MARX, 2002, p. 59) e, por conseguinte, a formação de uma classe particular de comerciantes. O comércio implicava a conjugação de novos fatores espaciais, como o desenvolvimento de condições materiais para a criação de estradas e de meios de transporte e ações / políticas de segurança e permissão de trocas entre distintos territórios (legislações), dado que esta nova atividade trabalhava com uma escala geográfica mais extensa, para além das regiões próximas aos locais de produção. (ENGELS; MARX, 2002).

O comércio proporcionou maior fluidez e reciprocidade com o processo produtivo. Por consequência, há aumento na comunicação e, portanto, na conexão entre as cidades. A nova escala de trocas propiciou também o crescimento do intercâmbio de instrumentos e as cidades passaram a se especializar em ramos distintos do setor industrial. Esta especialização causa uma nova divisão do trabalho, fazendo com que a limitação geográfica primitiva e o provincialismo vão, aos poucos, desaparecendo. (ENGELS; MARX, 2002).

“A divisão do trabalho entre as diferentes cidades teve como primeira consequência o nascimento das manufaturas, ramos da produção que escapam ao sistema corporativo” (ENGELS; MARX, 2002, p. 63). O surgimento das manufaturas, segundo estes autores, exige uma concentração populacional, sobretudo no campo. Outro ponto levantado por Marx e Engels (2002) concernente à atividade manufatureira é que ela transforma as relações de propriedade, isto é, a manufatura, depois do comércio, ultrapassa a acumulação natural de capital e provoca o advento e robustez do capital móvel. A tecelagem é o exemplo mais emblemático da manufatura. Além de ser a primeira manifestação do tipo, ela se valeu da acumulação e mobilização de capital primitivo, amarrou escalas de mercado internas e externas às nações, se tornou, dada sua natureza, uma forma de produção alheia à corporação, formou outro tipo de cidade e uma nova classe de tecelões. (ENGELS; MARX, 2002).

A manufatura, seguem Engels e Marx (2002), não só provocou mudanças nas relações entre os trabalhadores e empregados, que passaram a

ser mormente monetárias, fazendo com que a matriz patriarcal perdesse sua importância; como também fez com que diferentes nações entrassem em concorrência entre si por meio de lutas comerciais, protecionismos, demais proibições alfandegárias e até mesmo guerras, transformando o comércio em uma categoria não apenas econômica, mas política. A partir deste momento, a divisão do trabalho no advento e funcionamento da manufatura passa a ter caráter internacional, articulando diferentes pontos do globo.

O comércio foi incorporado ao sistema manufatureiro de tal forma que a retroalimentação “comércio ↔ manufatura” transformou as relações sociais e de classes sociais (modificação profunda, quando não completa, na propriedade feudal fundiária); acelerou e ampliou os sistemas coloniais de exploração socioeconômica; intensificou a aceleração do capital móvel; e criou uma cisão entre a grande burguesia, composta pelos grandes comerciantes e *manufacturiers* e a pequena burguesia, aquela localizada nas corporações e politicamente submissas aos operadores das novas escalas de comércio e de produção. (ENGELS; MARX, 2002).

As relações comerciais da época, destarte, podem ser caracterizadas por dois grandes movimentos mais ou menos simultâneos. O primeiro está relacionado ao sistema de metais preciosos que, com suas proibições de exportação e o aumento populacional, se tornou elemento essencial para o aumento das indústrias nacionais, protegidas da livre concorrência. Segundo, a conjugação entre a manufatura, a colonização e o comércio mundial tornou a navegação um elemento essencial de comunicação entre as colônias que passaram a ser consumidoras dos produtos da indústria manufatureira. Guerras comerciais e marítimas e o fato da Inglaterra, ao longo do tempo, ser capaz de consolidar sua posição monopolística no mar e na manufatura são algumas das vicissitudes elencadas pelos autores. (ENGELS; MARX, 2002).

O século XVIII foi definido por Engels e Marx (2002) como o século do comércio mundial, do nascimento do comércio do dinheiro, dos bancos, das dívidas de Estado, do papel-moeda, das especulações sobre os fundos e as ações, enfim, o século do desenvolvimento do sistema monetário como um todo que, combinado com a conjuntura monopolística excepcional da Inglaterra, criou as condições perfeitas para o surgimento da grande indústria. (ENGELS; MARX, 2002).

A grande indústria também provocou uma nova forma de conceber a propriedade privada através da utilização do desenvolvimento da ciência, das noções político-econômico-sociais de liberdade e concorrência nacional, bem como do maquinário e maior complexidade da divisão do trabalho. A grande indústria obrigou os demais países, para além da Inglaterra, a tomar novas medidas protecionistas e adotar o formato da grande indústria dentro dos seus territórios, aos poucos. (ENGELS; MARX, 2002).

Este novo fenômeno socioeconômico também tornou a concorrência, que antes era nacional, em internacional (reescalonamento dos movimentos mercantis); estabeleceu o desenvolvimento dos meios de comunicação; definiu o mercado mundial moderno; colocou o comércio sob seu domínio; transformou todo o capital em capital industrial; aperfeiçoou o sistema monetário; conduziu à circulação e centralização rápida de capitais; aniquilou, em seus próprios termos, a ideologia, a religião, a moral e a identidade; forjou o fato da história mundial, pois os povos de todo o globo passaram a ser potenciais consumidores; subordinou a ciência da natureza ao capital; privou a divisão do trabalho de seus resquícios naturais; dissolveu todas as relações naturais para transformá-las em monetárias; criou as cidades industriais de forma intensa e pululada; destruiu a influência e poder do artesanato e demais estágios pretéritos de organização social; desgarrou o capital de seu conteúdo nacional; entre outros desdobramentos. (ENGELS; MARX, 2002, p. 70-72).

A digressão feita por Engels e Marx (2002), substancialmente resumida nos parágrafos anteriores, possui o intuito de mostrar que, com a divisão do trabalho, os instrumentos de produção que antes eram naturais, passaram a ser caracterizados como objetos subsumidos pela civilização. Assim, como forma de elucidar o argumento destes autores, pode-se dizer que os indivíduos anteriormente subordinados à natureza são, hoje, subordinados a um produto do trabalho. Da mesma forma, a propriedade que antes era fundiária, baseada na dominação imediata e natural, passou a ser balizada pelo domínio do trabalho. A união dos indivíduos que era marcada por laços familiares, tribais, coletivos ou com o próprio solo, hoje é majoritariamente intermediada por contratos trabalhistas, pelo intercâmbio, e este, pela moeda.

Este fenômeno social seria o que Durkheim (1977) apontara quando costurou os conceitos de interesse individual e solidariedade social. A

sociedade industrial era mediada por *contratos* que expressavam interesses particulares derivados da crescente divisão social do trabalho. A “harmonia social” passou a ser resultado, sobretudo, do papel da dimensão jurídica das sociedades. “É bem verdade que as relações contratuais, que eram inicialmente raras ou completamente inexistentes, se multiplicam à medida que o trabalho social se divide” (DURKHEIM, 1977, p. 238).

Segundo Barradas (2012), Marx demonstra com mais profundidade no Livro primeiro, Tomos I e II da obra seminal *Das Kapital*, que a divisão do trabalho foi essencial para a universalização ou generalização da mercadoria. Foi também a divisão do trabalho que impulsionou a exploração do capital (leia-se do modo de produção capitalista) sobre o trabalho. A divisão entre o trabalho intelectual e material possui grande relevância ao analisar a constante expropriação do trabalhador para com os meios de produção, pois ele cria e mantém certos valores como “universais” e “inquestionáveis”.

Ademais, a divisão do trabalho desemboca na divisão das *condições* de trabalho. O aumento e complexificação desta divisão provoca fracionamento do capital entre diversos *proprietários*. As forças produtivas se tornam independentes dos sujeitos porque estes, no sistema industrial são considerados indivíduos “livres”, dispersos, em competição entre si e, portanto, proprietários privados. Assim, a *condição de trabalho* oriunda de uma divisão de tarefas *imposta* aos sujeitos fez, ao longo dos séculos, com que as *condições de existência* dos próprios indivíduos se submetessem ao trabalho e, sobretudo, à propriedade privada. (ENGELS; MARX, 2002).

As afirmações de Engels e Marx (2002) abrem a discussão para dois pontos. O primeiro considera a divisão do trabalho como um elemento essencialmente *social*, pois implica em um sistema jurídico de propriedade e em um sistema político de defesa e resistência das condições de existência dos sujeitos que, segundo eles, se organizam historicamente através das *classes sociais*. Aprofundando a análise, observa-se que a divisão do trabalho implica em um problema *territorial*, pois permeia sistemas de poder de múltiplas naturezas (social, política, jurídica, econômica), responsáveis por ditar os usos do território.

O segundo ponto está relacionado à *escala* da divisão do trabalho. Nele, pode-se considerar o comércio, a manufatura e a grande indústria como

processos acumulativos e recursivos de eliminação de “esferas menores” de produção e extensão geográfica de determinados sistemas técnico, político e economicamente *unificados*. “[...] Quanto mais o isolamento primitivo das diversas nações é destruído pelo modo de produção aperfeiçoado, pela circulação e pela divisão do trabalho entre as nações que disso espontaneamente resulta, tanto mais a história se transforma em história mundial” (ENGELS; MARX, 2002, p. 47).

A *unificação* ou *unicidade*, ao contrário de ser marcada pela pacificidade e reciprocidade dos saberes entre os povos, foi um processo longo e violento, composto por guerras, invasões e diferentes tipos de imposições dos conquistadores para com os conquistados⁷. Segundo Milton Santos (2017), o início da história social era marcado por tantos sistemas técnicos quanto o número de lugares existentes. Em outras palavras, a escala local determinava as relações sociais, as relações de trabalho, as relações com a natureza e demais produtos técnicos dos grupos que ali habitavam.

Ao longo da história, as trocas entre os grupos e, sobretudo, as desiguais, acabam por impor a certos grupos as técnicas de outros. [...] É assim que conjuntos inteiros ou pedaços de técnicas se incorporam a outros pedaços mudando-lhes os antigos equilíbrios e acrescentando elementos externos às histórias até então autônomas. (SANTOS, 2017, p. 190).

Pode-se citar o caso emblemático da colonização que, graças às navegações e a força imperial da Metrópole, conseguiram impor seus sistemas técnico, social, religioso e jurídico nas esferas cosmológicas dos povos colonizados. Todavia, este processo de imposição não se logra completamente, pois “a conquista é também condicionada pelo objeto que se conquista” (ENGELS; MARX, 2002, p. 77). Por isso a importância da análise miltoniana ao se aprofundar na diferenciação dos lugares como análise acurada de suas respectivas histórias, ponto este que será analisado adiante.

No momento, é importante lembrar que, em *A Natureza do Espaço*, Milton Santos (2017) subsume a divisão do trabalho à Técnica (ELIAS, 2003), considerando a primeira como um dos elementos indicativos da condição

⁷ Esta discussão também aparece em vários escritos de Marx analisados no livro de Kevin B. Anderson, intitulado “Marx nas margens: nacionalismos, etnias e sociedades não ocidentais (Boitempo, 2019).

espaço-temporal da segunda. Não obstante, a apresentação do elemento da *unicidade* aqui escrito tem como objetivo corroborar com a dimensão escalar planetária da divisão de trabalho asseverada entrelinhas na análise histórica de Engels e Marx (2002).

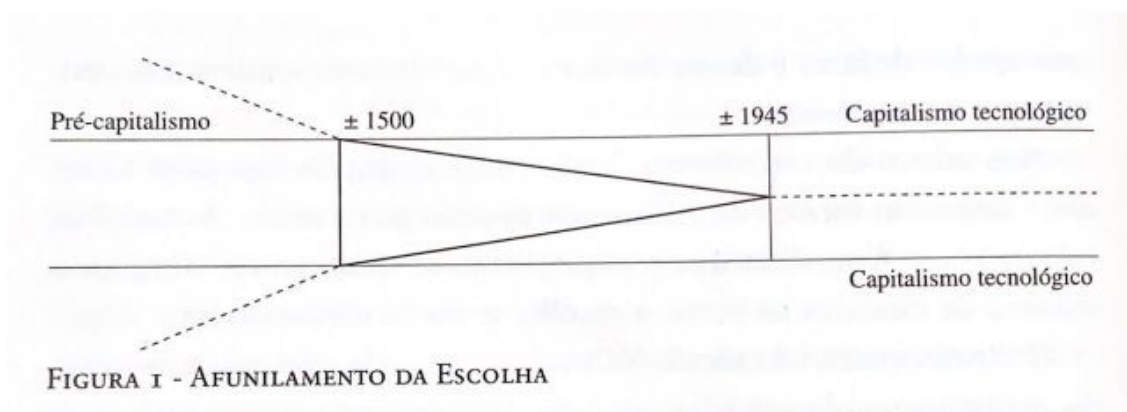
Pois bem, elencadas estas considerações, Milton Santos (2017, p. 190-191), segue com seu argumento ao explicar que:

Tais invasões, misturas, e composições acabam por reduzir o número de sistemas técnicos. E a cada novo movimento, consagrando fusões, supressões e integrações. O estoque de sistemas técnicos fica menor, na medida em que as trocas entre grupos se intensificam e se ampliam geograficamente, envolvendo um número crescente de sociedades e territórios. A criação das *economias-mundo* de que fala F. Braudel é um momento muito importante nessa evolução. A partir do século XVI, com a expansão do capitalismo, cria-se a possibilidade de trocas intercontinentais e transoceânicas, de plantas, de animais e de homens, com seus modos de fazer e ser. As técnicas particulares tendem a se contaminar mutuamente. [...] A partir da segunda metade do século XX, há escolha de tal forma e com tal rapidez de afunila que, cedo, há apenas um modelo.

O processo de escolha do qual Milton Santos se refere é o próprio processo de consolidação do capitalismo como um sistema globalmente vigente. A globalização hoje, como a operação do sistema capitalista no meio técnico-científico-informacional, pode ser interpretada também como o movimento de unicidade do tempo (através da digitalização da vida), da unicidade da técnica (tendo a informação como base) e da unicidade do motor da vida econômica e social (processo contemporâneo de financeirização na economia e na política). (SANTOS, 2017; RUIZ, 2021).

O progressivo afunilamento da escolha de outros sistemas técnicos pode ser observado na figura abaixo:

Figura 10 – Afunilamento da escolha



Fonte: Santos, 2017, p. 192.

Tal movimento unificante também foi apontado por Massey (2007) como um dos principais elementos problemáticos da história da modernidade. Nele, as culturas e seus espaços de existências são isomorfizadas e transformadas em espaços de fluxos. A perda de autonomia dos povos e a cisão entre espaço e sociedade são heranças nefastas deste processo de globalização. As relações sociais de cada lugar e suas estruturas de poder são radicalmente modificadas com os processos (muitas vezes forçados) de importação de sistemas de objetos e ações alhures. Nesta comunicação assimétrica, as diferentes culturas mudam a tônica de suas relações sociais e formam espaços e tempos fragmentados, híbridos, relativamente porosos e repletos de contradições tecno-político-sociais.

Primeiro há a estória da modernidade: de espaços divididos em parcelas, de um isomorfismo assumido entre espaços/lugares e culturas/sociedades. Em segundo lugar, há a noção hegemônica corrente de espaços de fluxos: o espaço da globalização sem grilhões. Eu argumento que ambas as visões de globalização são deficientes. Em ambos os casos elas foram mobilizadas em estórias que na realidade aniquilam a sua própria especialidade, onde a diferença espacial perde qualquer possibilidade de autonomia devido ao seu arranjo discursivo em seqüências temporais. Não havia um simples isomorfismo entre lugar e cultura sob a modernidade, apesar dos esforços (incluídos através da mobilização deste discurso de espaço) para produzi-lo. Similarmente hoje, no meio do assim chamado espaço de fluxos da globalização, novas barreiras estão sendo erguidas, novas fortalezas sendo construídas. (MASSEY, 2007, p. 152).

No devir da humanidade e, mais recentemente, no progresso do sistema capitalista, várias bases técnicas e, portanto, materiais, se tornaram vetores de reestruturação social. Os instrumentos protéticos, o maquinário pesado, as peças intercambiáveis, a criação de objetos teleguiados, o domínio do magnetismo, da química, a criação e o arranjo de sistemas eletrônicos, o manejo da informação, ou seja, os produtos das subseqüentes revoluções industriais são, além dos elementos sociais, pontos de inflexão na organização das sociedades e seus sistemas políticos, jurídicos, culturais, sociais, ambientais e econômicos. (BARROSO, 2017).

Com a marcha do capitalismo, amplia-se a tendência a que, sobre a diversificação da natureza, operada pelas forças naturais, se realize uma outra diversificação, também em escala global, mediante forças sociais. Primeiro, o “social” ficava nos interstícios; hoje é o “natural” que se aloja ou se refugia nos interstícios do social. Com a indústria, esta tendência se acentua ainda mais, graças às técnicas de que o homem passa a dispor, já que estas interferem em todas as fases do processo de produção, através das novas formas de energia comandadas pelo homem. Hoje, o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação. (SANTOS, 2017, p. 130).

Milton Santos (2017) assevera que a divisão *internacional* do trabalho é um processo que desemboca na divisão *territorial* do trabalho. Em outras palavras, a divisão do trabalho implica uma distribuição social e geográfica de recursos materiais e intelectuais (indivíduos, instituições, ideias, relações) que dão possibilidade de ação aos sujeitos. O conjunto destes recursos forma uma totalidade que, ao abarcar a relação entre seus elementos, se renova a cada etapa e cria uma nova totalidade. Todavia, um recurso analisado por si só não possui valor algum. Conforme o argumento miltoniano, uma população, um estoque de produtos ou emprego, por exemplo, só possuem sentido se examinados conjuntamente e em sua totalidade, isto é, enquadrados em um contexto social e geográfico. Este último ponto é essencial, pois mostra certa divergência com a visão de Engels e Marx (2002), porque para Milton Santos (2017), é apropriado analisar a história não através dos modos de produção, apenas, mas pela *formação socioespacial*.

[...] Fora dos lugares, produtos, inovações, populações e dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada um depende de uma dada localização. Por isso a

formação socioespacial, e não o modo de produção, constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades. (SANTOS, 2017, p. 132-133).

A importância dos lugares e da repartição de recursos, para Milton Santos, é basilar para analisar como se dá a divisão do trabalho no mundo, pois é ela que possui as forças de transformação e, portanto, precedência causal. Os lugares, segundo ele, coletam e descartam, a cada momento, uma miríade de vetores. Este movimento combinado e desigual delinea a individualidade de cada lugar que passa a “condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator” (SANTOS, 2017, p. 133).

A distribuição de recursos entre os diferentes lugares cria, inevitavelmente, uma hierarquia entre eles. Segundo Milton Santos (2017), a divisão territorial do trabalho também representa a capacidade de ação das pessoas, instituições, firmas e governos de determinadas localidades. Como a distribuição é desigual e, em muitos casos obedece à lógica de concorrência do mercado global, a própria divisão do trabalho implica conflitos. No entendimento deste autor, o Estado e o Mercado, por exemplo, em sua multiplicidade de atores, passam a disputar a distribuição territorial das atividades produtivas por meio de modalidades de exercício da política e do poder, no caso do Estado, ou pelo interesse próprio, no caso dos atores do mercado. (SANTOS, 2017).

A própria formação sócio-espacial do Brasil pode ser elencada como um exemplo dos movimentos de divisão territorial do trabalho. Nosso país entra na história global no início do afunilamento da escolha (vide à Figura 1). Os fundamentos econômicos da ocupação portuguesa nas terras americanas deram início às empresas agrícolas, vetores espaciais importantes para as regiões mais setentrionais da colônia portuguesa. Os sistemas materiais e imateriais de organização da economia açucareira dinamizaram o complexo econômico nordestino, o qual se tornou uma hinterlândia depois da expansão territorial ajuizada pela economia escravista mineira, que articulou os demais territórios, centrais e meridionais, do país, incluindo a Capitania de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, onde Gramado e Canela estão localizados.

Ulteriormente, a economia cafeeira passou a movimentar a região sudeste e criar possibilidades para o que depois viria a ser o sistema industrial dos séculos XIX e XX. Tal dinâmica territorial criou complexos de infraestrutura, constelações populacionais e assimetrias técnicas que se fazem presente na história nacional até os seus desdobramentos mais contemporâneos. (FURTADO, 2006).

Por isso que, dentro da divisão territorial do trabalho, o tempo e as temporalidades são categorias essenciais para a sua compreensão. Para Milton Santos, o estudo da divisão do trabalho a partir da categoria temporal implica duas formas de análise. A primeira, podendo ser identificada em Engels e Marx (2002), por exemplo, é o estudo dos sucessivos processos de transformação da divisão do trabalho, onde a duração, os períodos, as (con)sequências e lugares de incidência são equacionados. Conforme observado anteriormente, as transformações que partem da corporação para a manufatura, e desta para a grande indústria, é um exemplo de como cada período histórico representa uma nova divisão do trabalho. Este tempo aqui mencionado nada mais é do que o tempo dos elementos mais fundamentais constituintes de cada modo de produção. Quando este é socialmente estabelecido, pode-se contar como “um tempo geral” incutido nas distintas temporalidades de modos de produção pretéritos, mas ainda atuantes em determinado lugar. Sendo assim, há um tempo geral (ou generalizado), postulado por um modo de produção hierarquicamente influente (hegemônico, se preferir) que se estabelece em uma escala capaz de abranger diversos pontos geográficos.

Entretanto, a segunda forma de analisar a divisão do trabalho mostra que os lugares acolhem o “tempo geral” do modo de produção hegemônico vigente, mas não deixam de manifestar outras temporalidades inerentes aos modos de produção do passado ou à individualidade de cada localidade. Em linhas gerais, esta análise está relacionada à justaposição dos tempos. Esta, de caráter mais geográfico, seria, para Milton Santos (2017), a consideração do lugar como um agente e testemunha do “desenrolar simultâneo” das várias divisões do trabalho operantes sobre ele. A partir do “tempo geral” estabelecido pelo modo de produção vigente, desdobram-se as noções de atraso ou particularidade dos lugares, porque neles (os lugares), “diversos tempos

concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta”. (SANTOS, 2017, p. 136).

As recentes conquistas técnicas de manipulação da informação por meio do computador, *smartphones*, dos sistemas *big data* ou dos algoritmos, por exemplo, tornam cada vez mais acurada a análise dos tempos da divisão do trabalho. Entretanto, é importante destacar que, para Milton Santos, os períodos não são definidos *somente* pelo tempo uniforme dos sistemas de máquinas, mas sim pelo tempo vivido das/nas sociedades que, por sua parte, resultam da divisão do trabalho. (SANTOS, 2017).

É importante frisar que a divisão social e geográfica do trabalho na interpretação miltoniana serve para analisar os diferentes tempos (temporalidades) do presente, tornando-se assim, uma categorial intertemporal e transversal. Estas constatações coadunam com Rodrigues (2016), quando este aponta que alguns autores como Zarifian e Chiavenato, ao interpretar a sociedade contemporânea baseada na coleta, sistematização, compra e venda de informações, bem como na economia do conhecimento, tentaram reduzir a importância dada à categoria “divisão do trabalho” e substituí-la pela noção de serviços e modelos de competência, por exemplo.

Segundo Rodrigues (2016, p.1), “o modelo de formação por competências, apresenta-se como substituidor da divisão do trabalho [...] por desenvolver integralmente o sujeito - o associado ou colaborador, não mais dito como trabalhador”. Estas afirmações, no entendimento de Rodrigues (2016), negligenciam a profundidade da “divisão do trabalho” como uma categoria não apenas técnica, mas social também. A divisão social do trabalho desnuda o que está por trás das relações produtivas: a apropriação privada dos meios de produção por parte do capitalista e, por conseguinte, a arena política de assalariamento e demais direitos sociais do trabalhador. Milton Santos (2017), por exemplo, quebra esta visão idealista e tecnocrata da divisão do trabalho ao apontar seu caráter *espacial, territorial e temporal*.

Ainda em sua análise temporal, Milton Santos (2017) explora, dentro da categoria da divisão do trabalho, a distribuição territorial do trabalho morto. Além dos elementos de temporalidade dos diferentes modos de produção, a divisão do trabalho é permeada por suas segmentações pretéritas e seus

antigos arranjos de objetos. Este ambiente construído ou dado pelos trabalhos realizados em tempos anteriores condiciona a divisão do trabalho presente, a qual escolhe ou não utilizar os recursos do *built environment* que lhe foi concedido.

Aqui, entra-se em uma análise direta da forma e da função, dado que os objetos cristalizados na paisagem não só indicam uma unidade de um tempo anterior e seus respectivos modos de produção, como possibilita a criação de novas funções dentro deles. A este processo de relação intertemporal entre forma e função, Milton Santos (2017) chamou de *rugosidade*.

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em outros lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. [...] Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. [...] Deste modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas ali estão à espera, pronto para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. (SANTOS, 2017, p. 140-141).

As rugosidades também expressam uma luta política. Segundo Kahil (2012), os acelerados processos produtivos da contemporaneidade, através de todas suas exigências draconianas de produtividade e imediatismo, causam, ao mesmo tempo, uma resistência inspirada nas

exigências éticas do humanismo concreto muito estritamente ligadas ao senso de solidariedade e responsabilidade. A teoria crítica miltoniana nos conduz pensar o futuro ancorado no presente e, portanto, sem ignorar os determinantes das ações emanados das configurações territoriais. (KAHIL, 2012, p. 6).

A relevância do conceito de *rugosidade* se expressa na compreensão de que há notável influência do passado nos lugares e em sua morfologia (conjunto de objetos). A introdução de novas formas de trabalho em determinadas localidades enfrenta resistências de configurações pretéritas de divisão laboral. O meio técnico-científico-informacional penetra desigualmente nestes lugares que, de acordo com sua configuração espacial, reestruturam a

hierarquia global entre espaços de comandos e espaços de ação. A fase hodierna da globalização, comandada pelas grandes companhias transnacionais equipadas com conglomerados técnicos eletrônicos, digitais, telemático-informacionais e financeiros, operam sobre as rugosidades da realidade local que, por sua vez, facilitam ou dificultam a criação de uma inteligência planetária voltada à escala da mais-valia operável em extensão global. (SANTOS, 2017). Estas heranças poderão ser vistas no capítulo sobre a formação sócio-espacial de Gramado e Canela, por meio dos eventos de ocupação, modernização e espetacularização de seus territórios.

Concisamente, Engels e Marx (2002) auxiliam na compreensão da divisão do trabalho como um fator de articulação entre distintas formas de propriedade atreladas aos interesses de determinados grupos ou classes sociais. As forças produtivas, combinadas com as relações sociais de produção subjacentes, formariam um modo de produção que expressaria a própria produção material e a forma correspondente de intercâmbio (comércio) de um período histórico e, portanto, seus sistemas distributivos e de propriedade. A luta contra a divisão de trabalho *imposta* seria o caminho que libertaria os sujeitos da expropriação constante e intensa do sistema capitalista, porque, para estes autores, a transformação do indivíduo em um proprietário, seja da própria força de trabalho ou dos meios de produção, impede as sociedades de subverterem a atual relação de produção e de construírem outras condições materiais capazes de se apoiar na força da coletividade, na união voluntária, e na supressão das condutas morais atreladas puramente à competição e à propriedade privada⁸.

Por outro lado, a contribuição essencial de Milton Santos para o estudo da divisão do trabalho está em considerar que ele não representa apenas um dado puramente *social*, mas também revela questões *territoriais*, *técnicas* e, sobretudo, *espaciais*, haja vista que a divisão social é realizada sob a divisão territorial do trabalho que, por sua vez, está condicionada à uma ação sucessiva e superposta de tempos, manifestados, por sua vez, nas temporalidades inerentes aos eventos de duração organizacional, bem como à

⁸ A utopia ou proposição de Marx e Engels de uma divisão laboral para além da lógica do modo de produção capitalista pode ser explorada com mais profundidade no estudo de Nemirovsky, et. al (2015).

uma distribuição combinada e desigual de recursos dos/nos diferentes lugares da superfície terrestre. Os elementos geográficos adicionados à análise da divisão laboral, como o tempo, a forma, função, os objetos e as ações são fatores que indicam a extensão, a escala, a localização, a diferenciação (regionalização) e a hierarquização dos lugares no modo de produção capitalista. Tais elementos auxiliam na compreensão das distintas naturezas da globalização e suas características históricas, como a globalização colonial-mercantil, a industrial e a mais recente, a financeira, bem como suas formas de organização geográfica e social. (SANTOS, 2017).

3. TERRITÓRIO: O ESPAÇO GEOGRÁFICO HISTORICIZADO

Dado que o espaço aqui considerado é, em linhas gerais, uma *categoria de análise social*, assim como uma *instância social*, valendo-se do léxico althusseriano-miltoniano, pertencente a uma lógica dialética e, portanto, de inseparabilidade, contradição e solidariedade entre um sistema de ações e de objetos pertencentes e reveladores da totalidade, pode-se presumir que o movimento histórico e as inúmeras contradições espaciais são amalgamados por **intencionalidades**. (SANTOS, 2017).

A intencionalidade, por sua vez, é aquela também proposta por Santos (2017, p. 90), a qual se entende como uma variável eficaz “na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da ação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno”. Ou ainda, a intencionalidade como “uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto”. (SANTOS, 2017, p. 91). Quando se toma determinado recorte geográfico, neste caso os municípios de Gramado e Canela, não há como desconsiderar que neste *espaço* há uma *produção* imbuída de uma *intencionalidade*, seja esta produção já herdada (estrutura e forma) ou em termos de realização (processo e função). Em outras palavras, os produtos neste/deste recorte geográfico já estão nos processos produtivos existentes.

Ao tratar da intencionalidade, pondera-se que ela implica certo direcionamento nas condutas; nas ações. “[...] A atividade se desenvolve a partir de uma *imagem-meta*, acarretando uma conduta orientada a atingir um

objeto-meta satisfatório”. (SANTOS, 2017, p. 92-93). Quanto mais adequado o arranjo de objetos para determinada ação, mais eficaz esta se torna. Os movimentos conjugados entre o agir e o agido, destarte, seguem um desenvolvimento parcialmente analisável e, portanto, controlável (SANTOS, 2017). Destaca-se o termo “parcialmente”, pois por mais que haja planejamento (leia-se aqui como a intencionalidade manifesta em sistemas institucionais organizativos e até informais), a complexa trama que se faz presente no *meio* pode redirecionar involuntariamente algumas trajetórias socioespaciais, isto é, identifica-se uma superação da hipertelia⁹. Nas palavras de Santos (2017, p. 94-95):

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território. Lembremo-nos, porém de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma cota de imponderabilidade no resultado, devida, de um lado, à natureza humana e, de outro, ao caráter humano do meio. [...] Uma razão pela qual não se pode prever completamente o resultado da ação vem, exatamente, do fato de que a ação sempre se dá sobre o meio, combinação complexa e dinâmica, que tem o poder de deformar o impacto da ação.

Jacobs (2011), ao analisar os processos de reurbanização de algumas cidades estadunidenses, concluiu que as cidades, como um todo, são problemas de complexidade organizada que, de um lado, demandam uma observação que valorize aspectos “microscópicos” e, de outro lado, exigem a identificação de um determinado fator e suas relações complexas e inter-relacionadas com outros fatores. Para isso, é necessário refletir sobre os processos através de um método de indução e, preferencialmente, procurar indícios “não médios”, isto é, que não se encontram na média estatística. Este último ponto confere maior peso analítico para os elementos de imprevisibilidade como variáveis de desvelamento dos próprios projetos urbanísticos. Segundo Jacobs (2011, p. 493):

⁹ O significado de hipertelia aqui considerado é aquele proposto por Simondon (1958) como o excesso de especialização e especificações técnicas de um objeto técnico ou sistema. Do grego hypér, (muito; excessivo) + télos, (finalidade) +ia.

A quantidade de elementos irregulares, que tende a ser relativamente pequena, é indispensável para as cidades cheias de vida. Todavia, no sentido em que me refiro a elas aqui, as quantidades fora do padrão são também importantes como elementos de análise – como indícios. São quase sempre as únicas que transmitem o modo como as diversas quantidades maiores estão interagindo ou deixando de interagir.

As afirmações de Santos (2017) e Jacobs (2011) sobre o grau de imprevisibilidade e complexidade em que as ações estão submetidas podem auxiliar o objetivo desta dissertação sob a perspectiva de que os locais de moradia de baixa renda nas zonas periurbana e rural em Gramado e Canela, identificada como uma quantidade detectável, relativamente pequena, mas fora do padrão ou até mesmo um resultado indesejado, pode revelar lacunas do projeto de desenvolvimento urbano-rural destes municípios, indicando processos mais abrangentes, como por exemplo, a rentização nos bairros centrais; os esforços de marketing sobre a imagem pitoresca e espetacularizada dos municípios; a especulação imobiliária e o rentismo; e o aumento dos preços de venda dos terrenos e imóveis nas cidades gramandense e canelense, de um lado, combinados com o histórico achatamento do salário dos trabalhadores urbanos; o (*des* ou *sub*)incentivo socioeconômico de atividades rurais e agrícolas; e o aumento do setor de serviços em detrimento da indústria¹⁰, processos analisados mais adiante neste trabalho. Estas asserções estão carregadas de intencionalidade mercantil e jurídica, indispensáveis para os projetos e ações do desenvolvimento urbano. Assim, sem que haja considerações precipitadas, segue-se com o que se propõe expor neste capítulo: a intencionalidade proposta por Milton Santos como o pano de fundo para entender a ação dos diferentes atores no espaço geográfico e os sentidos dos usos contemporâneos do território.

Para isso, recorreu-se a potência do conceito de território na Geografia e seus diferentes prismas teóricos como forma de evidenciar o domínio da ação na produção das paisagens e transformação do espaço. Santos (2017; 2018; 2021) apontava para o Estado e as corporações internacionais como grandes *players* na transformação das paisagens urbana e agrícola do Brasil. Destarte, este capítulo apresentará desde concepções reificadas do território, como a

¹⁰ Processos ambíguos do crescimento econômico-urbano contemporâneo concernentes ao que Diniz e Gonçalves (2022, p. 10) apontam como “aumento da demanda capitalista por terras e a deterioração das condições de reprodução da força de trabalho”.

materialidade representada no solo e no conjunto de recursos do Estado nacional (território como recurso), até suas mais recentes conjecturas sobre territórios-rede, (multi)territorialidades, infosfera e a territorialidade das *big techs*. Finaliza-se a discussão apresentando a multiescalaridade do campo de forças inerente ao território, cuja abrangência incide tanto na população (território como abrigo) como os usos contemporâneos aparato jurídico-administrativo através do fenômeno da metropolização.

3.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE À LUZ DE RAFFESTIN

A intencionalidade presente entre a ação e o objeto está intimamente ligada às concepções sobre território em Raffestin (1993). De acordo com este geógrafo, o território pode ser abordado como aquilo que se manifesta no espaço, isto é, o território é precedido pelo espaço e não existe sem este. O território é o resultado da ação de um ator sintagmático, um agente que realiza programas e projetos no espaço. Sendo assim, o território não é o espaço propriamente dito, mas um *espaço onde se projeta um trabalho* que, de um lado, se dispense energia e informação e, de outro, evidencia relações marcadas pelo poder. No entendimento deste autor, “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Se o território é uma forma de produção a partir do espaço e esta produção arquiteta e é arquitetada por relações de poder, pode-se dizer que esta ação também é realizada por intermédio de projetos, modelos ou imagens desejadas do espaço (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2017). Em outras palavras, quando se projeta sob o espaço, parte-se de uma representação particular e original do mesmo e, em seguida, recorre-se a ações que são sustentadas por conhecimentos e práticas que se utilizam de sistemas sêmicos, de signos, de códigos e demais sinais que permeiam os processos sociais que constroem a própria realidade. Logo, “a imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem” (RAFFESTIN, 1993, p.145).

Raffestin (1993) adverte que o território é um campo de ação que abarca mais de um ator sintagmático, assim, deve-se considerar que esta categoria

evoca um *sistema* de atores e um *sistema* subjacente de intenções de poder. Estes sistemas nada mais são do que a complexificação do território animado pelo jogo multilateral de diversos atores que, a partir de suas representações originais do espaço, constroem tessituras, pontos e redes no sistema territorial. É importante mencionar que não se trata de uma geometrização das ações, mas de ações que podem ser representadas geometricamente. Assim, forma-se a axiomática do poder, com sua historicidade, dinamismo, complexidade e constante abertura a novos atores / agentes.

Da concepção de território asseverada por Raffestin (1993), desmembram-se duas subcategorias que reforçam este conceito ao mesmo tempo em que iluminam novos elementos: o sistema territorial e a territorialidade. O primeiro é essencialmente uma matriz composta por elementos do espaço manifestados em superfícies, pontos e linhas, cruzados com sistemas de objetivos e ações – conhecimento e práticas – econômicos, políticos, sociais e culturais. A interação destes dois conjuntos resulta na ação em tessituras, redes e nós. O sistema territorial é, segundo este geógrafo, concomitantemente um produto e um meio de produção.

Raffestin (1993) aponta que a produção territorial é sinônimo de uma produção de *imagens territoriais*. Assim, toda a tessitura implica uma noção de limites (escalares, lineares e zonais), pois é necessária a delimitação das práticas e conhecimentos. Em adição, considera-se dois tipos de tessitura, a “desejada” ou aquela que tenta otimizar o campo operatório de um grupo; e a “suportada” que busca maximizar o controle do grupo. Evidencia-se também o dinamismo deste elemento: a tessitura política é mais constante que a tessitura econômica. “A tessitura é sempre o enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura delimita a escala dos poderes” (Raffestin, 1993, p. 154).

Os nós ou nodosidades podem modificar a imagem e a situação das malhas inscritas, sejam elas cidades, metrópoles, capitais ou aldeias. Os pontos induzem à hierarquização, pois são mais bem definidos em termos relativos do que em termos absolutos. Os pontos também expressam as posições dos atores; atores estes que mantêm relações, asseguram funções, se interditam, se distanciam, e se aproximam. (RAFFESTIN, 1993).

Por fim, nas acepções de Raffestin (1993), as redes se caracterizam como sistemas de linhas que desenham tramas. Estas tramas podem ser

abstratas (redes de rádio, televisão, redes bancárias, internet) ou concretas (redes ferroviárias, rodoviárias, hidroviárias). As redes são elementos de discussão nos estudos de Souza (1995), especificamente aqueles relacionados aos territórios descontínuos e contínuos.

A segunda subcategoria é a noção de territorialidade. Raffestin (1993, p.158) a define como algo que reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral. Ela pode ser a “face vivida” do poder. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e / ou produtivistas. A territorialidade procede de uma problemática relacional, ela pode ser entendida pelo conjunto de relações que se originam de um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com a disponibilidade de recursos do sistema. É também uma característica da territorialidade o seu dinamismo em diferentes escalas de tempo, tornando-a relativamente dis/simétrica e in/estável. Para elucidar este termo, Raffestin (1993, p. 160) recorre à elaboração de uma equação:

$$T \rightarrow \Sigma H r E$$

O “T” seria a territorialidade; “H” o indivíduo, o sujeito que pertence a uma coletividade; “r” relação particular definida por uma forma e conteúdo que necessita de mediatos; “E” exterioridade, isto é, uma “topia”, um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional ou político; “Σ” não simboliza, neste caso, uma soma matemática, mas uma totalidade de relações biossociais em constante interação. (RAFFESTIN, 1993, p. 160-161).

As acepções de tessituras planejadas e suportadas, bem como o entendimento raffestiniano de territorialidade e sistema territorial serão importantes para a compreensão dos enquadres de poder na produção da paisagem em Gramado e Canela e como os dois focos de moradias de baixa renda aqui analisados se conectam neste contexto regional.

3.2 METROPOLIZAÇÃO COMO SISTEMA TERRITORIAL E VETOR DE ACELERAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL CONTEMPORÂNEA

A marcha do capitalismo, conforme apontado na seção sobre a divisão territorial do trabalho, opera por mecanismos muito peculiares de unicidade e fragmentação (complexificação); e a contemporaneidade não escapa desta lógica. Tais engrenagens utilizaram momentos históricos anteriores para conjugar uma nova forma de ordenação sócio-espacial dentro e entre diferentes territórios. O conteúdo do espaço, isto é, o meio técnico-científico-informacional, ganha novo sentido e intensidade com os recentes desdobramentos históricos, políticos, econômicos e culturais. Utilizam-se os estudos da metropolização para caracterizar este vetor sócio-espacial contemporâneo. (LENCIONI, 2020; SANTOS, 2017).

Portanto, o título desta seção, inspirado em Lencioni (2020), revela, de antemão, o que se pretende descrever: a metropolização como um fenômeno que ocorre no espaço das cidades, mas não somente, apresentando características quantitativas e qualitativas idiossincráticas e dissemelhantes se comparadas aos processos observados na urbanização vigente até as décadas finais do século XX. Estes estudos serão úteis para qualificar o que Santos (2017) chama de meio técnico-científico-informacional, bem como identificar alguns processos hegemônicos que reestruturam as configurações espaciais do presente (financeirização, digitalização, plataformização, entre outros).

Lencioni (2020) marca historicamente o início dos estudos sobre metropolização no final da década de 1960, a partir das contribuições do geógrafo francês Bernard Kayser. Segundo ela, Kayser estava preocupado em entender a relação dos espaços metropolizados e não metropolizados do território da França. O termo “metropolização” não foi utilizado por ele nas pesquisas, mas o geógrafo já apontava características interessantes entre as suas duas categorias de análise. Ele considerava os espaços não metropolizados como heterogêneos, com baixa densidade demográfica e menores índices de investimentos intensivos em capital. A dinamicidade, o espaço constante de fluxos e de trocas comerciais intensas era típico da cidade de grande porte, do espaço metropolizado. O grande peso socioeconômico e

urbano da capital francesa era uma das preocupações de Kayser que, ao identificar as regiões não metropolizadas, buscou contrabalançar a espessura e extensão técnica e econômica da malha urbana francesa.

A metropolização como problema de pesquisa e objeto de estudo preenche os escaninhos acadêmicos apenas no final do século XX, onde os impactos provenientes da globalização se tornaram vetores de transformação na morfologia, na funcionalidade e na estrutura da produção do espaço (LENCIONI, 2020). A estrutura urbana do final do século passado, aponta Lencioni (2020), foi afetada por inúmeros processos político-econômicos que se territorializaram nas cidades e também nas localidades para além delas. Pode-se dizer que tais processos desembocaram em “um crescimento territorialmente extensivo das regiões metropolitanas” (LENCIONI, 2020, p. 174).

A dominância do capital financeiro (BRAGA, 2019), a desregulamentação dos Estados nacionais, ou a mercantilização das esferas sociais da vida pela guinada neoliberal no campo socioeconômico; a articulação entre o capital usurário e o capital rentista por meio do mercado imobiliário (RIBEIRO; DINIZ, 2020); e a mudança da matriz produtiva calcada em um modelo de acumulação fordista para um novo regime pós-fordista (ou de acumulação flexível) (HARVEY, 2007) são alguns fatores essenciais para a compreensão das metamorfoses do espaço produzido, vivido e imaginado das últimas décadas, seja qual for a escala de análise ou recorte geográfico.

Mendez (2014) engendrou um panorama que costura o capitalismo contemporâneo com o fenômeno da metropolização. Segundo este autor, o contexto estrutural dos últimos quarenta anos opera pelo regime de acumulação da financeirização que, por sua vez, possui um modo de regulação neoliberal. Consoante a estes movimentos, observa-se a intensificação de uma matriz produtiva baseada nas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e uma organização da produção por meio de redes (cadeias globais de valor).

A conjugação recente da financeirização, da globalização, da digitalização, informacionalização (ou dataficação) da vida e da neoliberalização dos sistemas econômicos e políticos afetaram as metrópoles e produziram transformações multidimensionais em suas realidades. A primeira, de caráter

econômico, pode ser observada por meio do aumento dos negócios voltados ao mercado imobiliário, assim como o avanço dos agentes privados na gestão de diversos bens públicos por meio do processo generalizado de mercantilização. Outro ponto é a inversão ou “desmaterialização econômica” dos sistemas produtivos que passam a evidenciar o setor terciário e desindustrializar o setor secundário. Em outras palavras, nota-se o maior peso dos serviços no produto interno bruto dos países em detrimento da indústria. (MATTOS, 2006).

A segunda transformação, detectada no mercado de trabalho, aponta para a segmentação destes mercados que, cada vez mais flexibilizados, delineiam-se cada vez mais por meio de fenômenos sociais de precarização do trabalhador, diminuição dos seus direitos e, conseqüentemente, reforço dos mecanismos de polarização social e processos de exclusão. (MATTOS, 2006).

Outro ponto evidenciado por Mattos (2006) é a mudança na gestão urbana e na organização territorial. O campo político passou a valorizar a governança empresarial, corporativa e, portanto, privatista ao invés da gestão coletiva e democrática dos espaços urbanos e metropolitanos. O planejamento territorial passa cada vez mais pelas mãos das grandes companhias, conforme também asseverado por Santos (2018), que analisava as cidades na virada do século como espaços cada vez mais voltados para os grandes capitais (a cidade corporativa). E destacava a prioridade dos investimentos de infraestrutura e a publicidade garantidora da narrativa moderna criadora do sujeito consumidor como mecanismos políticos eficientes de amálgama entre a tecnoesfera e psicoesfera.

Santos (2018) também destacou o que Mattos (2006) vai chamar de transformações territoriais do capitalismo global contemporâneo: a urbanização extensiva e a cidade dispersa. Santos (2018, p. 106), por exemplo, relatou que as cidades brasileiras “são grandes porque há especulação e vice-versa”. A criação mercantil de escassez advinda da especulação gera um crescimento disperso e espraiamento da cidade.

Mattos (2006) complementa esta visão ao indicar que a urbanização extensiva opera por vetores de fragmentação espacial (rearranjos funcionais da terra), standardização (estética e marketing) e gentrificação. Tais elementos estão intimamente ligados aos impactos (também, mas não somente)

metropolitanos de uma constante e sistêmica crise socioambiental que acompanha a regulação neoliberal financeirizada e globalizada: esgotamentos de ciclos imobiliários e deslocamento de bolhas especulativas; despejos, desvalorização econômica e paisagens devastadas; aumento do desemprego e precarização dos empregos existentes; novas formas de pobreza e exclusão social; políticas de austeridade fiscal e deterioração de bens públicos.

Haja vista a miríade de tendências e a pululância de impactos sócio-espaciais e territoriais, volta-se à *metropolização* como um fenômeno “epi-urbano”, histórico, que manifesta todas as tendências supracitadas, as quais ultrapassam os territórios tradicionalmente metropolitanos. Por se tratar de um neologismo, Lencioni (2020) alerta que o termo “metropolização” passou a ser estudado por vários campos do conhecimento e, inevitavelmente, ganhou um caráter polissêmico. Todavia, as pesquisas convergem ao buscar explicar as possíveis causas das transformações do espaço metropolitano dos últimos quatro decênios, com suas conurbações, policentralidades e aumento das extensões territoriais. Sendo assim, ela esclarece que a palavra não vem do substantivo “metrópole”, visto que não possui nenhuma conotação teórica e histórica com o termo grego destinado às cidades-estado, mas sim parte do verbo “metropolizar” que, ao adicionar o sufixo “ção” expressa automaticamente uma noção de ação, dinamicidade e movimento. (LENCIONI, 2020).

Entretanto, este novo fenômeno de produção do espaço não se atinha somente às regiões metropolitanas; ele apresenta certas características tecnológicas, econômicas, sociais, informacionais, científicas, e, sobretudo, geográficas, que evidenciam a hipossuficiência da categoria “urbanização” para explicar seus processos internos e vicissitudes. Por meio de atentas observações, Lencioni (2020, p. 174) relata que:

[...] algo excepcional estava surgindo e o entendimento de que se tratava de um novo patamar da urbanização não era convincente, porque essa transformação não se constituía como um nível superior de uma mesma coisa, de um continuum, como o degrau acima na figuração de uma escada. Tratava-se de algo diferente, que rompia com a dominância dos atributos da urbanização historicamente herdada. Nessa perspectiva, tem o sentido de uma genuína metamorfose, uma mudança completa de forma, função e estrutura da urbanização. Portanto, significa uma disrupção no processo de urbanização, uma ruptura do continuum relacionada a um novo

momento, o da planetarização do urbano (Lefebvre, 2004) ou o da urbanização planetária (Brenner e Schmidt, 2012).

Este trecho é relevante para entender a inflexão qualitativa e quantitativa por trás do termo “metropolização”. Continuando o argumento de Lencioni (2020), cabe destacar que a metropolização deve ser colocada em um nível de discussão teórico-metodológica acima da urbanização, pois esta última é subsumida pela primeira através das mutações na forma, estrutura e função; e também a articulação que a primeira produz ao interagir com diferentes tempos históricos urbanos e até mesmo rurais delineia novos processos espaciais e sociais. A urbanização, periurbanização, suburbanização, por exemplo, são conjugadas e engolfadas pela metropolização. Em linhas gerais, a metropolização se apresenta “como dominante e superior a todos os outros processos de produção do espaço” (LENCIONI, 2020, p. 174). É relevante frisar que os demais processos de produção espacial permanecem, eles não são excluídos pela metropolização, apenas não possuem mais sua característica hegemônica de intervenção nas esferas políticas, econômicas e culturais das sociedades.

Ao buscar conceitualizar a metropolização, Lencioni (2020) engendra um panorama teórico de significações atribuídas a esta palavra. Alguns pesquisadores a classificam como uma espécie de pós-urbanização; outros como um marco histórico de clivagem da modernidade para a pós-modernidade. Há quem a define como um processo imbricado com a globalização e também como um novo ciclo urbano repleto de anomias que devem ser compreendidas.

Por outro lado, a metropolização, também segundo o levantamento teórico de Lencioni (2020), manifesta-se no movimento de “dilatação do território”, onde pode ser observada a intensificação da mobilidade (hipermobilidade); as transformações do sistema produtivo internacional; e a organização reticular por meio das novas tecnologias da informação e da comunicação. Seu funcionamento se dá por meio da construção de espaços fluidos que, de maneira contraintuitiva, podem intensificar processos de

concentração de renda dentro e no entorno de cidades historicamente relevantes.

É também inegável a confluência dos estudos no que tange à periodização das mudanças constituintes da metropolização. Assim como apontado por Lencioni (2020), o ponto crítico de transformações econômicas, sociais e político-institucionais como a desregulamentação dos mercados, a globalização neoliberal e a intensificação dos investimentos nas tecnologias da informação e comunicação nas décadas finais do século XX e nos primeiros decênios do século XXI (HARVEY, 2007; MATTOS, 2006; MARTÍNEZ, 2016; MOURA, 2017) são indícios relevantes para a compreensão dos impactos das transformações capitalistas de um regime de acumulação fordista para um pós-fordista e seus desdobramentos nas economias urbanas e metropolitanas.

A metropolização, segundo Lencioni (2011), abarca os êxodos rurais, dando a impressão de uma transição completa do rural para o urbano. Evidentemente, o núcleo estratégico deste fenômeno se dá na urbanização, mas não somente. Tendências como a conformação de uma região com limites difusos e dinâmicos é uma característica morfológica inédita da metropolização. A concomitância entre, de um lado, uma notável e intensa fragmentação territorial emoldurada por paisagens com segregações sociais nítidas e, de outro, espaços homogêneos também acompanham este fenômeno. A pululante conurbação das cidades e a intensificação da rede dos fluxos entre elas formam a polinucleação e desmantelam as antigas hierarquias urbanas. Ponto este também asseverado por Santos (2014, p. 61) ao desconsiderar como método de análise a hierarquia linear entre a vila, a cidade local, a cidade regional, a metrópole incompleta e a metrópole completa. Atualmente, segundo Santos (2014), qualquer uma destas dimensões de assentamentos humanos possui o potencial técnico, informacional e econômico para interagir diretamente entre si, por meio de complexas redes comunicacionais, remodelando a hierarquia urbana pretérita.

O relativo arrefecimento do crescimento demográfico nas cidades centrais, prossegue Lencioni (2011), acompanhado do desenvolvimento do ambiente construído noutros municípios são tendências que revelam uma nova inserção e papel das cidades pequenas em meio a esta região policêntrica/polinucleada. As novas estruturas, formas e funções das e entre as

idades incitam movimentos pendulares mais intensos e reforçam o funcionamento regional por vias reticulares.

Estas múltiplas e simultâneas metamorfoses abrem os discursos acadêmicos e, conseqüentemente, as categorias de análise. Metápolis, exopólis, cidade-região, cidade-dispersa, metrópole expandida, metrópole difusa, exurbs, rurano e peri-urbanização (LENCIONI, 2011; MARTÍNEZ, 2016) são alguns exemplos de nomes dados para a transformação socioespacial enfrentada em escala planetária na contemporaneidade. Todas estas classificações, relata Lencioni (2011, p. 51) indicam a “insuficiência da denominação *metrópole* para nominar a metrópole em transição, para nominar o novo que se configura”.

Os conflitos locais ou “territorializados” entre investimentos privados globalizados e as populações marginalizadas pelos movimentos socioeconômicos neoliberais também merecem destaque na análise da metropolização engendrada por Lencioni (2011). Os novos mecanismos de sobrevivência da reprodução do capital colocam os grupos sociais em “novas lógicas de separação” (LENCIONI, 2011, p. 53).

O espaço tornou-se um produto de abrandamento dos efeitos das crises do capital por meio de sua apropriação e produção. A produção imobiliária, relata Lencioni (2011), se torna um fator central para a reprodução do capital em momentos de recessão econômica. A construção de edifícios, infraestruturas, asfaltamentos, estruturas de provisão de serviços públicos e demais investimentos de bens de capital, isto é, bens produzidos com o intuito de produzir outros bens e de aumentar a produtividade e crescimento econômico estão cada vez mais contidos em uma lógica privatista, isto é, regados mais pelo capital privado do que providos pelos fundos públicos, como comumente observados em épocas anteriores.

Mattos (2006), com o objetivo de decifrar alguns padrões da metropolização, aponta algumas tendências que estão levando a transformações significativas do espaço das metrópoles latino-americanas. A primeira delas, a reestruturação produtiva, data a mudança de um regime de acumulação com ênfase nas atividades industriais do pós-guerra combinadas com as políticas do Estado de Bem-Estar Social (fordismo-keynesianismo) para um regime de acumulação mais flexível, o qual transfere a importância do setor

secundário para o setor terciário e muda o papel protetor e regulador do Estado para outras funções que garantam a competitividade e atratividade dos negócios (Estado-empendedor). A descentralização produtiva, a organização reticular das grandes empresas, a desindustrialização, a terceirização, as subcontratações e a localização de atividades estratégicas em grandes aglomerados urbanos podem ser citadas como consequências desta reestruturação na esfera da produção global.

A segunda tendência, de cunho político, auxilia na intensificação das demais por meio do aumento de medidas governamentais de desregulamentação dos mercados (financeiros e de trabalho, por exemplo), liberalização e flexibilização produtiva. Um dos efeitos imediatos, aponta este autor, é a desestruturação e reestruturação de regimes trabalhistas, o crescente desassalariamento e a precarização da força de trabalho, suscitando em novas formas de desarticulação social; intensificando desigualdades sociais; excluindo, fragmentando e segmentando profundamente os espaços urbanos. (MATTOS, 2006).

[...] la fragmentación social urbana como expresión de una discontinuidad o discontinuidad del tejido urbano derivado de un crecimiento marcado por un estallido y una dispersión de nuevas implantaciones, con vacíos no urbanizados y aún no urbanizables entre ellas. Donde la ausencia de articulaciones entre los pedazos en los que estalla el aglomerado urbano y la disimilitud extrema de las formas de los paisajes, tanto al nivel del tejido como al del habitat, así como una gran heterogeneidad de los tipos de niveles de equipamiento (de infraestructura y colectivos) y de servicios urbanos, aparecen como rasgos distintivos de esta evolución (Navez-Bouchanine, 2002). (MATTOS, 2006, p. 54).

Os novos arranjos de empregos flexíveis tiveram (e continuam tendo) efeitos consideráveis nas políticas de proteção social da população como um todo. O novo papel do Estado neste contexto resume-se às políticas de austeridade fiscal (corte nos gastos públicos), ao mesmo tempo em que o crescimento econômico passa a se tornar prioridade das diretrizes socioeconômicas. Desta forma, o modelo fordista-keynesiano passa a ser considerado “inflacionário” e, portanto, prejudiciais à “saúde econômica e financeira” da nação. (HARVEY, 2007).

As colocações de Harvey (2007) nos levam à terceira tendência apontada por Mattos (2006): a subsidiariedade como uma limitação do papel do

governo na gestão urbana. Tal característica, combinada com o recuo da esfera produtiva, em especial o setor secundário, fez com que o setor de serviços e, sobretudo, o setor imobiliário se tornassem um caminho importante para a acumulação de capital. Para que esta tendência se perpetue, é necessária a criação e aplicação de um vasto conjunto de instrumentos e procedimentos a serviço da operação e consolidação da lógica das finanças, a ampliação de sua projeção social em diferentes estratos e grupos sociais, bem como a extensão e articulação geográfica em inúmeros lugares e regiões. Em outras palavras, é preciso esforço político para a implementação sistemática e global do processo de financeirização. (MATTOS, 2016).

A financeirização, segue Mattos (2016), como um fenômeno socioeconômico onde os atores financeiros, o mercado financeiro, suas respectivas práticas, métricas e narrativas são evidenciadas e, portanto, hegemônicas, criaram mecanismos de desregulação da produção do espaço urbano. As Parcerias Público-Privadas (PPPs), os contratos de concessão, as políticas de privatização e demais diretrizes de desregulamentação promovem, crescentemente, o avanço do capital sobre os “bens comuns”. As cidades cada vez mais são munidas de estratégias e morfologias idênticas (homogeneização) com o objetivo de atrair capitais (infraestrutura e capital imobiliário) em escala nacional e global.

A mercantilização do espaço da cidade, acompanhada de outro serviço financeiro estratégico, o endividamento como controle social, passou a articular as finanças, o mercado imobiliário e os consumidores finais de maneira inédita na história das sociedades complexas. Características como o reforço de uma rede urbana global, a competição entre as cidades, a gestão e criação de condições favoráveis aos negócios imobiliários, a valorização de setores da cidade por meio da gentrificação e o aumento da produção de moradias podem ser elencados como impactos inter e intra-urbanos da financeirização em tempos de metropolização. (MATTOS, 2016).

3.2.1 METROPOLIZAÇÃO E A NOVA ECONOMIA METROPOLITANA: O BINÔMIO “FINANÇAS - MERCADO IMOBILIÁRIO”

Soares (2020), em consonância com os outros autores até aqui citados, evidencia uma série de processos interligados e constituintes da metropolização. No seu entendimento, as mudanças metropolitanas intensificaram-se com a alteração do modo de acumulação fordista para o pós-fordista (tese harveyniana). Ademais, os processos de globalização, financeirização (mundialização do capital), desregulamentação (mercantilização) e digitalização (informacionalização) das esferas sociais e econômicas provocaram tamanha mudança no tecido urbano e rural que é válido elencar alguns pontos subjacentes a estas transformações.

O primeiro, a acumulação de capital flexível ou pós-fordista, suscitou uma verdadeira revolução organizacional e hierárquica entre o capital industrial e financeiro. Os princípios de produção atrelados à “fábrica estática” e abarcadora de funcionários perfilados em diferentes tarefas, rígidas, ergonômicas ao longo de uma linha de montagem onde o objetivo da produção em escala se espriava para um mercado consumidor igualmente grande e sustentado pelos próprios investimentos da esfera corporativa, em conjugação com as políticas keynesianas de garantia do emprego e do bem-estar social do trabalhador foram drasticamente substituídas por uma produção que, calcada nas novas tecnologias informacionais, comunicacionais, ubíquas e plásticas, as quais ofereceram às corporações a possibilidade de desmembrar-se globalmente em ilhas de produção materiais e imateriais de acordo com o grau alto ou baixo de qualificação do trabalhador, bem como a flexibilidade das políticas trabalhistas das diferentes nações. Pequenos lotes, modelos *just-in-time*, redução dos custos de estoque, mecanização, informacionalização da produção, investimentos com pesquisa e desenvolvimento, marketing, inovação e redução do quadro de funcionários são alguns processos presentes com a chegada deste novo modelo de acumulação. (HARVEY, 2007; SOARES, 2020).

O mundo do trabalho foi drasticamente afetado por estas mudanças. Sem mais espaço para conceber o trabalhador como aquele da era fordista, com certa estabilidade e rigidez em termos de tempo de trabalho, salário e direitos

sociais; o novo trabalhador da metrópole ou da *cidade-em-tempos-de-metropolização* é aquele que constantemente se vê fragilizado por uma narrativa neoliberal da competitividade, da flexibilidade, da adaptação, da individualização e da meritocracia. A revolução tecnológica e o processo de financeirização criou um novo sujeito pertencente ao “preariado digital”. A constante desindustrialização e o aumento no número de vagas no setor de serviços dividiram os trabalhadores entre aqueles que conseguem (relativos) salários altos oriundos de tarefas do ramo das tecnologias da informação (criação e gestão de softwares, por exemplo), de atividades administrativas estratégicas, ou de serviços judiciais empresariais (inteligência contratual), ou de cargos do sistema financeiro e altas finanças; e aqueles que, pela baixa qualificação que possuem ou que a atividade exige, são temporariamente empregados em tarefas localizadas na ponta oposta da economia digital (aqui sim temos o “preariado” digital propriamente dito): entregadores, motoristas de aplicativos e demais serviços do cotidiano. A dívida, aqui novamente evocada como um ordenador social, auxilia na cristalização de condições precárias de trabalho sem nenhum significativo resguardo político-social e coletivo dos direitos sociais do trabalhador precarizado. (SOARES, 2020).

Abílio, Amorim e Grohmann (2021) asseveram que a sociedade, sobretudo os seus processos relacionados ao trabalho, estão enfrentando uma fase de plataformação, isto é, uma intensa e constante dependência das plataformas digitais para a realização de diferentes atividades econômicas. Do corolário que gravita a plataformação, estes autores destacam a própria uberização como um novo tipo de (auto)gestão e controle do trabalho; e o paradoxo entre a dispersão do trabalho (e do trabalhador) e a centralização do seu controle nas mãos de grandes corporações internacionais que, por seu turno, exigem alterações no meio técnico-político por meio da flexibilização dos contratos de trabalho e desregulação do controle governamental.

Ademais, Abílio, Amorim e Grohmann (2021) afirmam que esta nova estrutura do mercado de trabalho complexifica e dificulta a análise das novas formas de exploração do trabalhador, visto que este sujeito que hoje é afetado por uma forte subjetividade neoliberal do “empreendedor-de-si” e da sequiosa competitividade entre seus pares, indica um fim da centralidade da relação capital-trabalho. Somada a esta problemática, a financeirização entra como um

novo e potente fenômeno de acumulação capitalista por parte das empresas que lucram, por um lado, com o rentismo e especulação financeira e asseguram, de outro lado, os baixos salários (custos trabalhistas), o discurso da neutralidade tecnológica e a impunidade dos seus processos de controle e vigilância algorítmica.

Além da “invasão” das finanças nos sistemas produtivos e trabalhistas, os cidadãos se veem amarrados por esta lógica em inúmeras dimensões do cotidiano. O capital financeiro que passa a dominar as empresas, também incide sobre a população como um todo através da criação de inúmeros circuitos de crédito, em especial o imobiliário. (SOARES, 2020).

Assim, podemos afirmar que é o capital imobiliário e os proprietários fundiários os que mandam na cidade. No atual contexto de financeirização da economia capitalista acrescentaríamos que é o capital financeiro-imobiliário que manda na cidade. Este estende seus “tentáculos” pela propriedade da terra e pelo processo de produção imobiliária nos diferentes tipos de empreendimentos: residenciais, comerciais, industriais, de alto padrão, de habitação popular. (SOARES, 2020, p. 40).

O binômio “finanças-mercado imobiliário” se torna o construtor definitivo da paisagem das cidades e dos campos na contemporaneidade. Para as cidades pós-fordistas, “negócios imobiliários assumem a dianteira no processo de acumulação urbana” (SOARES, 2020, p. 39). Evidente que este processo não se dá somente na esfera privada, o próprio Estado se torna promotor do investimento privado por meio de mecanismos administrativos (executivos, judiciais e legislativos) carregados de uma ideologia pró-mercado. A criação de um *image-making* das cidades; o aumento de processos de gentrificação ou elitização de áreas públicas ou residenciais; e demais ações de revitalização e renovação de pontos citadinos “táticos” são estratégias que priorizam as diretrizes imobiliárias de valorização do solo como reserva de valor, unidade de especulação e produto de atração de investimentos majoritariamente fora dos limites municipais (grandes empreendimentos imobiliários, mecanização do campo, turistificação das áreas urbanas e rurais, etc.). (LENCIONI, 2020; SOARES, 2020).

Ao analisar a realidade chilena, por exemplo, Hidalgo, Santana e Alvarado (2019) apontam para o fenômeno subjacente do extrativismo

imobiliário. Estes autores entendem esta forma de ação como uma estratégia conjugada entre instituições financeiras e estatais, onde estas últimas passam a delinear diferentes acessos a investimentos, como se criassem uma plataforma de sustentação da financeirização. A subsidiariedade do Estado, seu papel (teórico e prático) na construção de residências e na viabilização da “abertura” do meio ambiente para a expansão imobiliária se veem enredados ao capital financeiro, força motriz da produção imobiliária. Estas parcerias por meio do mercado imobiliário passaram a exercer um impacto sem precedentes na morfologia das cidades e na segregação de suas populações.

Esta miríade de movimentações provocadas pelo capital imobiliário afeta inúmeros atores sociais que, por sua vez, se veem ameaçados em todas as suas expressões territoriais, culturais, sociais e econômicas.

As populações tradicionais e a produção agrícola de pequenas propriedades são afetadas pelas frentes de expansão do capital imobiliário. Trata-se do processo de dispersão urbana, de intenso crescimento do tecido urbano, que se expande sobre áreas rurais e territórios de populações tradicionais. (SOARES, 2020, p. 40).

Tais metamorfoses extrapolam o espaço da metrópole e qualificam os territórios em processos ancorados em estruturas acima daquelas observadas nos processos de urbanização do século XX. É possível deduzir, a partir dos estudos sobre metropolização, que a problemática habitacional contemporânea é permeada e moldada por processos sócio-espaciais pertencentes ao fenômeno da metropolização, como a financeirização, a digitalização, e a plataformização. Estes fenômenos incidem no cotidiano das populações e influenciam sua sociabilização, empregabilidade, valores ético-morais e condições de existência. Tais metamorfoses extrapolam o espaço da metrópole e qualificam diferentes territórios que, por sua vez, se veem em processos ancorados em estruturas acima daquelas observadas nos processos de urbanização do século XX. (LENCIONI, 2020; SOARES, 2020).

Esta discussão será retomada no quarto capítulo, onde a habitação (também) será analisada como um enredamento de políticas públicas e interesses privados, bem como no capítulo de análise e discussão dos resultados, visto que um dos principais produtos turísticos de Gramado e Canela é a habitação e criação de domicílios de uso ocasional.

4. HABITAÇÃO SOB O OLHAR GEOGRÁFICO

Chega-se ao capítulo central de discussão desta dissertação: a habitação sob o olhar da Geografia. As seções anteriores sobre o espaço geográfico miltoniano e sobre o conceito de território e suas possíveis interpretações foram vitais para o desenvolvimento das reflexões sobre a habitação. Como? Pois bem, o espaço indica a dimensão normativa, intencional (sistemas de ações), existencial e material (sistemas de objetos) do modo como habitamos, além de indicar o conteúdo técnico, científico e informacional do meio; já o território aponta para a dimensão histórica das relações dos atores sociais e seus modos de organização (tessituras planejadas e sustentadas), em especial os agentes relacionados às territorialidades estatais e corporativas.

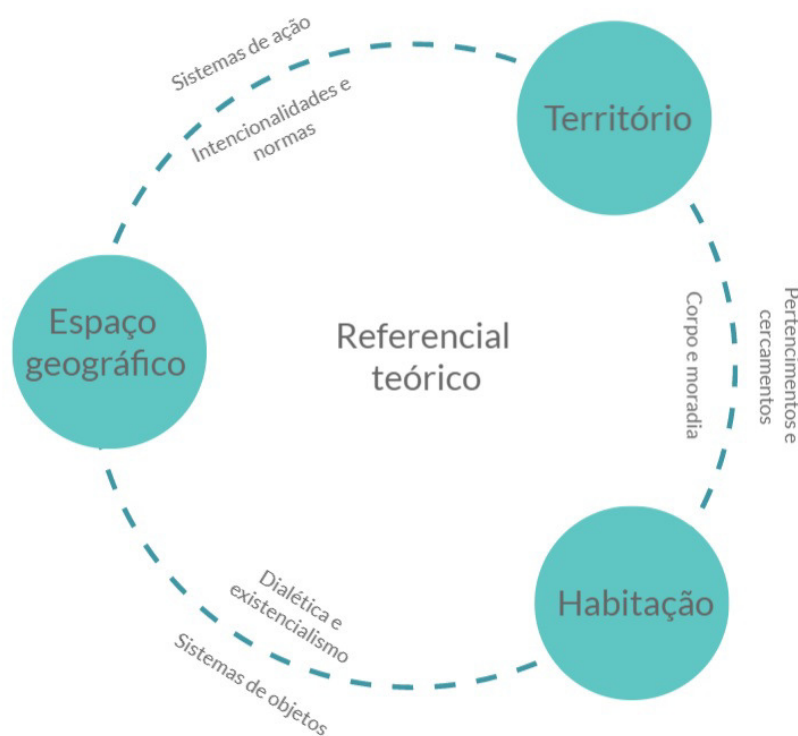
Uma moradia, neste contexto, é permeada por fatores que constituem o espaço geográfico, assim como por variáveis que configuram o uso territorial. O terreno escolhido para sua instalação desenvolve uma interface com o sistema normativo imobiliário, por exemplo; bem como sua regularidade ou irregularidade frente às leis de ordenação dos domicílios e demais edificações da cidade. Os materiais escolhidos na construção da casa indicam a força das atividades ligadas ao setor da construção civil, bem como as condições socioeconômicas dos moradores, mas não somente, as áreas que os circundam também sugerem a presença ou a falta de infraestrutura urbana e oferta de serviços urbanos, como mercados, comércio, fábricas. A condição de emprego ou desemprego dos moradores revela seus cargos, sua funcionalidade dentro da economia local e seu lugar na distribuição funcional da renda. Em linhas gerais, a habitação aqui é vista como uma complexa nodosidade que evidencia elementos espaciais e estratégias territoriais.

Em vista disso, nas próximas seções, dividiu-se a habitação em dois grandes grupos conceituais. O primeiro grupo a elucida como uma esfera elementar, unidade contraditória e lugar de existência a partir do conceito miltoniano de Lugar. A segunda acepção, que a compreende como um enredamento de políticas públicas e interesses privados, ou, simplesmente, a “multissetorialidade”, costura diferentes focos sobre a habitação por meio de

uma perspectiva multitemática, apresentando discussões que passam desde a área de Arquitetura e Urbanismo até o Direito e Saúde Coletiva. Estes dois grupos conceituais se relacionam dialeticamente e formam o esquema habitacional que guiará a compreensão da problemática habitacional contemporânea nos municípios de Gramado e Canela.

Portanto, entende-se esta primeira parte da dissertação como uma arquitetura teórica circular, dialética e recursiva: o *espaço* geográfico que abriga o *território* que circunscreve a *habitação* que, por sua vez, revela a *condição espacial* e assim por diante:

Figura 11 – Esquema circular dos capítulos teóricos da dissertação



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

4.1 HABITAÇÃO COMO LUGAR DE EXISTÊNCIA

Propõe-se, primeiramente, a compreensão da habitação como lugar de existência. Milton Santos, no entendimento de Dantas (2014), coloca a existência como primordialmente fática, diversa, múltipla, relacional e contextualizada ou geografizada. *Eu sou a partir do meu lugar, eu existo, me*

movimento e me relaciono a partir das possibilidades que este *lugar* oferece por meio dos arranjos de objetos nele existentes. Tautologicamente, “diríamos que a essência de um lugar deve ser buscada no seu modo de existir, no seu modo de ser no mundo, pois sendo ‘abrimos espacialidades’” (DANTAS, 2014, p. 53).

Uma das grandes lutas político-epistemológicas de Milton Santos foi argumentar contra as forças globalizantes que buscam encerrar as possibilidades de existência na moldura da tecnologia moderna e ocidentalizada¹¹, com toda sua carga científica e informacional voltada para poucos agentes hegemônicos. A geografização a partir do lugar de existência nos permite a abertura da intencionalidade e da instrumentalidade, utilizando-se da técnica não só como uma “memorização operacional” ou um elemento puramente instrumental, mas também um caminho para a criatividade, para o desvelamento sob um modo de descobrimento de novas possibilidades de ser. (DANTAS, 2014).

Mais adiante, no entendimento de Dantas (2014), Milton Santos aponta para um grupo de sujeitos socioculturais mais propícios a esta abertura, justamente por não estarem tão enredados nas verticalidades e espessuras técnico-científicas contemporâneas: *os pobres*.

Para Milton Santos essa possibilidade da volta, da abertura do homem para a sua plenitude, está no sul, no mundo do pobre. É aí onde ainda encontramos vestígios de criatividade, e, provavelmente seja aí onde cresce a salvação que nos “exige perceber que, permanecendo apenas em uma forma de ‘des-velamento’, o homem desfigura a realidade e a si mesmo” (CUPANI, 2011). (DANTAS, 2014, p. 54).

Santos (1993) apontava que a força dos fracos é o seu tempo lento. O período atual em que a sociedade se configura, isto é, o tempo da ciência, da tecnocracia e da informação, demanda instantaneidade e fluidez sem precedentes é o seu oposto. Nunca foi tão fácil a criação e o aumento da

¹¹ Yuk Hui, chinês, filósofo da tecnologia, aprofunda a discussão da diversidade, fragmentação e abertura tecnológica frente à marcha unificadora da globalização de matriz ocidental (estadunidense e europeia) com seus conceitos sobre cosmotécnica, tecnodiversidade e cosmopolítica. Citam-se aqui dois de seus estudos seminais a respeito destes temas: *The Question Concerning Technology in China: An Essay in Cosmotechics* (Urbanomic Media Ltd, 2016) e *Tecnodiversidade* (Ubu Editora, 2020).

artificialização dos sistemas. “O casamento dos objetos perfeitos - mais perfeitos que a Natureza - com os sistemas sociais montados no artifício explica por que uns e outros juntos são capazes de fabricar grandes fábulas em lugar de produzir grandes relatos” (SANTOS, 1993, p. 8).

Conforme apontado na seção sobre a divisão territorial do trabalho, o Mundo é composto por inúmeros tempos. Os objetos filhos da técnica e da ciência se propõem a forjar o “tempo geral” do modo de produção vigente que, quando decantado na vida dos distintos lugares, causa reordenamentos, perturbações e alinhamentos (rugosidades) com os tempos dos sujeitos que habitam determinada localidade. O axioma da celeridade, da competitividade, do espaço racional e luminoso conflita com o tempo mais lento daqueles que vivem e convivem nos “espaços opacos”, nas “contrarracionalidades”. (SANTOS, 2017; SANTOS, 1993).

Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço “inorgânico” é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias que, para seu conforto, ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação ao futuro. Por isso, os “espaços luminosos” da metrópole, espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos. (SANTOS, 1993, p. 11).

Considerando a habitação como algo que dialoga intimamente com as noções de proximidade, cotidiano, familiaridade, abertura e possibilidade presentes nos espaços opacos e inorgânicos, é possível, para os objetivos que este trabalho se propõe a resolver, desenvolver uma analogia, não completa, porém substancial, com a interpretação miltoniana de “Lugar”. Esta categoria permite observar o lugar dos “fracos”, mas que possuem a força do pensar, a força de se orientar para o futuro e de se auto-organizar em redes de solidariedade (SANTOS, 2017, p. 313; SANTOS, 1993).

Segundo Santos (2017), o lugar é um ponto de intersecção entre as “globalidades” e as “localidades” das relações socioeconômicas contemporâneas, colocando-as em posição de complementariedade e contradição. A complexidade do novo modo flexível de acumulação, combinada com a globalização financeirizada (HARVEY, 2007) e a mercantilização e individualismo cultural cada vez mais intensos dos / nos elementos espaciais

(firmas, homens, instituições, ambiente construído) (SANTOS, 2017), fazem dos lugares instrumentos analíticos potentes para compreensão dos movimentos geográficos e suas variáveis de unicidade e diversidade.

O *Lugar* também pode ser capturado como uma categoria da existência, visto que o *cotidiano* nos revela uma possibilidade de compreensão do espaço vivido. Por carregar a dimensão existencial, o lugar desencadeia a interação entre a produção racional e simbólica do espaço. Assim, *as manifestações comunicacionais* tomam centralidade e a intersubjetividade, a reciprocidade e as alteridades se dão graças ao grau de proximidade e vizinhança entre os elementos do espaço. É também no lugar que se dá o agrupamento das territorialidades ou, no léxico simondoniano, a transindividualidade que cada vez mais é intermediada por objetos técnicos e ações técnicas. (SANTOS, 2017).

Os sistemas hegemônicos e hegemonzados capturam o “lugar” à sua maneira. O primeiro opera por meio da racionalização das relações, as quais obedecem a um conjunto de normas e diretrizes mercantis e usam a proximidade como uma vantagem contábil na diminuição dos custos de transporte e logística ou se utilizam das infraestruturas como símbolos de fluxos e celeridade. Por outro lado, a proximidade, as densidades humanas e materiais abrem-se para a criação e manutenção de laços culturais, de identidade, de afetividade e de sociabilidade entre os sujeitos que compartilham este espaço. (SANTOS, 2017, 2020).

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2017, p. 322).

A habitação, haja vista o que foi exposto, pode ser capturada como uma unidade contraditória que assimila e abarca objetos e ações de diferentes sistemas pertencentes à vida em uma sociedade complexa. Esta segunda abordagem permite que a análise fuja de uma natureza prevalentemente

“localista”, entendendo assim que a multiescalaridade, multissetorialidade e verticalidades incutem nos lugares, inflexionando seus ritmos e horizontalidades; além de condicioná-los e reorganizá-los, mesmo que desigualmente.

4.2 HABITAÇÃO COMO UM ENREDAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PRIVATIZANTES: A MULTISSETORIALIDADE

Outra forma complementar de interpretar a habitação é por meio das *condições de habitabilidade*¹² inerentes ao que aqui será chamado de multissetorialidade. Ao analisar tais condições, nota-se que elas são fatores reveladores e sintetizadores de fenômenos ambientais, socioeconômicos, políticos e culturais que operam como esferas inter-relacionadas e indissociáveis. Seja por meio dos objetos, como a própria moradia, o que se tem ou não nela (consumo e renda), sua localização geográfica, sua constelação de recursos (luz, água, terra, alimentos), ou por meio das ações expressas em sistemas políticos, culturais e econômicos, o entendimento da *habitação* (ou do modo como a população hoje *habita*) se apresenta aqui como um caminho teórico-metodológico para a compreensão do “espaço como um sistema de sistemas ou como um sistema de estruturas”. (SANTOS, 2020, p. 25).

Desde já, pressupõe-se que a habitação espelha, imprescindivelmente, as condições sócio-político-históricas da sociedade. No caso do Brasil, as cidades, locais insuperáveis dos assentamentos humanos modernos, carregam, segundo Ferreira (2005), uma herança colonial de má distribuição das riquezas e de perpetuação da desigualdade sócio-espacial por meio do seu particular sistema de propriedade da terra. Do domínio e partilha exclusivos da Coroa, passando pela Lei de Terras de 1850, a terra no Brasil enfrentou uma turbulenta definição e cisão entre o solo público e privado. (FERREIRA, 2005).

¹² Esta expressão é retirada de uma entrevista do filósofo Bruno Latour intitulada “O Novo Regime Climático impõe uma nova forma de fazer política”, republicada pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU em março de 2022. Durante a entrevista, Latour aponta que “a questão climática faz da habitabilidade do planeta o problema fundamental, o centro da nossa atenção política”. A entrevista completa pode ser acessada pelo link: <https://bityli.com/cvtNU>.

A era agroexportadora da economia brasileira fixou nas cidades a imposição de mimetizar e, quando possível, importar e abrigar os sistemas tecnopolíticos da modernidade *vis-à-vis* as metrópoles do norte global; projeto este encabeçado, sobretudo, pelo poder estatal. Como local de produção imaterial e material, incluindo infraestruturas de fronteira, as cidades brasileiras passaram a valorizar a aglomeração de sistemas de engenharia e atividades administrativas, bancárias e judiciais de ponta em detrimento do trabalho social responsável pela sua própria construção. (FERREIRA, 2005).

A diferenciação urbana e a produção social do espaço desenvolveram-se no economicismo do valor fundiário urbano. As

dinâmicas de urbanização da cidade explicitavam [...] processos de valorização fundiária e imobiliária que iriam constituir uma matriz de exclusão que perdura até hoje. [...] Mas é com a intensificação da industrialização que o conceito de diferenciação espacial pela localização e a importância da intervenção estatal ganham toda sua dimensão. (FERREIRA, 2005, p. 7-9).

Por volta da segunda metade do século XX, a abertura ao capital internacional intensificou a urbanização excludente no território brasileiro. Se por um lado a entrada de multinacionais robusteceu a indústria brasileira e colocou a economia nacional como a oitava maior do mundo, com pujantes taxas de crescimento da produção interna; por outro lado, estas mesmas corporações criaram uma couraça técnica atrasada no país, pois traziam tecnologias já obsoletas para os países industrializados e perpetuavam a política de baixos salários para a sua mão de obra, o que significava baixo custo de produção em seus escaninhos contábeis e a manutenção de um padrão de alta concentração de renda para a sociedade brasileira. (FERREIRA, 2005).

Concernente à perpetuação de uma urbanização de baixos salários, Oliveira (2003) apontou em sua *Crítica à Razão Dualista* que as cidades brasileiras cresceram por meio de um setor de serviços com baixos níveis de remuneração, estruturados em pura força de trabalho. A pobreza urbana é, portanto, o processo de manutenção dos baixos custos da mão de obra. Neste corolário político-econômico-urbano, a habitação aparece como um elemento de responsabilização do trabalhador, minimizando os impactos econômicos e sociais para o capitalista e até mesmo para o Estado. (OLIVEIRA, 2003).

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras - para falar apenas do nosso universo - não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. [...] Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado - a casa - reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

As dinâmicas de urbanização e a matriz de exclusão das classes materialmente vulneráveis ganharam novos contornos sob os vetores sócio-espaciais da industrialização do século XX no Brasil. Com sua capacidade de criar aglomerados demográficos sem precedentes nas cidades, esta combinação de fatores ocasionou o surgimento das favelas e cortiços. Sob o comando dos regimes ditatoriais, as políticas habitacionais foram executadas majoritariamente por meio da construção de conjuntos de edifícios uniformes e monumentais. Tais medidas foram criticadas na década de 70, momento da ascensão do Estado de Bem-Estar Social, como formas de controle populacional por parte do Estado autoritário. Todavia, como resposta a este regimento, as políticas habitacionais estatais ulteriores transferiram sua responsabilidade para instituições de financiamento, que passaram a gerir a produção e comercialização das unidades habitacionais. (VIANA, 2004; FERREIRA, 2005).

Na esteira da redemocratização e da entrada da política neoliberal no território nacional nos últimos decênios do século XX e nas primeiras décadas do XXI, a habitação, por mais respaldo que recebera de documentos que a interpretam como direito social (Constituição Federal, Estatuto da Cidade¹³ e Planos Diretores Municipais, por exemplo), foi indubitavelmente apropriada pelos circuitos financeiros e agentes privados. Os nexos socioeconômicos

¹³ O Estatuto da Cidade é um documento com efeito de lei (Lei 10.257/2001), publicado no ano de 2001, que objetiva a ordenação e regulação do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. O Estatuto pode ser acessado na íntegra por meio deste link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

oriundos da economia pós-fordista, com sua flexibilidade contratual, processos de terciarização e terceirização, e relativos desvínculos estatais nos serviços sociais por meio de concessões e privatizações, caracterizaram, sistematicamente, a produção, distribuição e comercialização da habitação como um ativo financeiro. (VIANA, 2004; FERREIRA, 2005; HARVEY, 2007).

Na prática, os planos se distanciaram da realidade urbana periférica, e não impediram a fragmentação das políticas públicas urbanas.[...] Em um quadro em que a exclusão ao acesso à terra urbana é estrutural, e em que cabe aos municípios, seguindo os preceitos do Estatuto da Cidade, punir a especulação e obrigar o reequilíbrio social, esperava-se uma aplicação mais drástica da exigência da função social da propriedade urbana. [...] Por isso, vê-se que a eficácia do Estatuto da Cidade e de seus instrumentos é hoje ainda uma incógnita [...]. (FERREIRA, 2005, p. 19-20)

Não à toa que Santos (2018) caracterizou as cidades do início do nosso século como cidades corporativas, regidas pelo sistema territorial das grandes companhias, operante através das noções de planejamento empresarial, de marketing, consumo de massa e da competitividade locacional. Todas estas estratégias, por sua vez, são articuladas pela onipresença dos capitais financeiros, os verdadeiros *policy e landscape makers*.

Entende-se, a partir desta brevíssima abordagem histórica, que a habitação não está limitada apenas à moradia, mas sim a uma rede complexa de interesses privados e políticas públicas que garantem a sua existência como direito constitucionalmente inalienável, mas também como um ativo financeiro com grande potencial especulativo. A habitação revela um campo de interesses, bem como as condições sócio-espaciais de diferentes épocas. Portanto, seu estudo é, simultaneamente, um desafio e um convite à intersetorialidade nas ações socioassistenciais. Como primeira elucidação, cita-se a Constituição Cidadã de 1988 como um documento que coloca a moradia em coexistência com os demais direitos sociais.

art. 6º da Constituição Federal - "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação da EC 90/2015)". (BRASIL, 1988. Grifo nosso).

Os próximos parágrafos têm o intuito de apresentar pesquisas que problematizam a questão da habitação ou moradia como um estudo inter-transdisciplinar que contextualiza a participação de diferentes esferas e atores públicos e privados influentes nas condições de habitabilidade da população.

Em uma entrevista concedida para o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, intitulada “Mais do que ‘construir casinhas’, assegurar direito à moradia exige políticas públicas complexas. Algumas análises”, (IHU, 2022a) painelistas da I Jornada de Regularização Fundiária explicam a necessidade de uma articulação de políticas públicas para garantir o direito adequado à moradia. João Sette Whitaker Ferreira, doutor em urbanismo pela Universidade de São Paulo, aponta que além da falta de moradia, elementos econômicos como a relação entre a renda e o aluguel são fatores decisivos para os números crescentes de déficit habitacional¹⁴ no Brasil. Segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional nacional em 2019 foi de 5.044.322 domicílios urbanos e 832.377 domicílios rurais, totalizando aproximadamente 5,876 milhões de domicílios.

Um dos fatores pelo qual ela é entrecortada é que nem sempre a necessidade de moradia está associada à falta de moradia. Muitas vezes está associada, por exemplo, à falta de capacidade de pagar um aluguel. Então, a questão da moradia nesse caso está muito mais relativa a uma questão de emprego e de renda do que à questão da moradia em si. Uma grande parte dos movimentos de moradia é composta por pessoas que saíram do aluguel porque não conseguem mais pagá-lo.

Nesse ponto fica clara a existência de um problema, que é um problema de empobrecimento no Brasil que afeta a questão da moradia. Às vezes confundimos, achando que o problema da moradia será resolvido apenas produzindo novas casas, quando na verdade o que está no cerne é conseguir dar condições para as pessoas acessarem a moradia. (IHU, 2022a).

E acrescenta a falta de participação estratégica do Estado como outro fator relevante para compreender as condições de moradia dos brasileiros:

Além de outro elemento muito importante, que é o que está avançando no Brasil, que é o de não só produzir casas novas, mas fazer um esforço enorme de mudar a prioridade dos investimentos em infraestrutura, de tal forma que os bairros precários — de moradias

¹⁴ O déficit habitacional é obtido pela métrica comparada de três parâmetros: i) ônus excessivo de aluguel; ii) coabitação familiar intergeracional; e iii) densidade habitacional exagerada em uma área relativamente pequena, suscitando na construção de casas muito pequenas. (IHU, 2022a).

consideradas muito precárias – possam ter as moradias reformadas, recuperadas e qualificadas enquanto moradias dignas. Isso diminuiria muito a pressão por políticas habitacionais, por moradias novas. Então, é uma priorização do investimento em infraestrutura e em melhoria habitacional nos bairros mais pobres do Brasil. (IHU, 2022a).

O acesso à água, a falta de saneamento básico, a (in)salubridade oriunda da densidade habitacional exagerada e a precariedade no transporte público foram outros elementos elencados como complexificadores do direito digno à moradia. O empobrecimento populacional por meio da queda da participação dos salários na renda nacional (desassalariamento e precarização do trabalhador), a entrada de atores socioeconômicos privados ou privatizantes e a falta de mediação do Estado neste campo são também questões que perpassam a problemática da habitação contemporânea. (IHU, 2022a).

As pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo também possuem grande importância nos levantamentos teóricos e metodológicos da análise da moradia digna em seus aspectos físicos e seu crescente processo de mercantilização. Maricato (2009), por exemplo, acusa que tanto a discussão acadêmica quanto a prática relacionada à habitação resvalam na lógica do consumo.

A arquiteta e professora Raquel Rolnik, em uma entrevista publicada no IHU (2022b) intitulada “O setor corporativo está transformando a moradia em uma mercadoria” elucida muito bem o avanço de estratégias privatistas no direito constitucional à moradia.

[...] Rolnik defende a garantia de “acesso a uma moradia como porta de entrada para a educação, saúde e cultura”. A professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo denuncia que “todo o marco de flexibilização no mundo do trabalho está dialogando com um marco de flexibilização no mundo das moradias” e reivindica a tomada de terras como “libertação da submissão colonial ao capital”. (IHU, 2022b).

Himbo (2010), ao analisar o entrecruzamento contemporâneo do Estado, do capital financeiro e das empresas construtoras, asseverou esta relação como histórica e, portanto, cultural na gestão da política habitacional brasileira. A influência do mercado imobiliário no campo político se dá por meio do aumento exponencial da produção habitacional irrigada por capitais de grandes construtoras e incorporadoras. Entre o biênio 2006-2008, a empresa

pesquisada por esta autora octuplicou a produção de unidades habitacionais padronizadas para o segmento econômico beneficiado com as políticas nacionais de redistribuição de renda, consolidando a “habitação social de mercado”.

Quando a moradia é considerada um ativo financeiro, explica Rolnik (IHU, 2022b) a população entra nos circuitos financeirizados do capital, assim como na lógica do rentismo, eximindo o Estado de matriz neoliberal de suas obrigações sociais que, por sua vez, acabam transformando o *cidadão*, mormente um trabalhador informal ou precarizado, remunerado com baixos salários, em um *devedor* dos sistemas de crédito, incluindo o imobiliário.

O exemplo mais evidente do endividamento dos cidadãos como estratégia disseminada da financeirização é o projeto de lei 4188 do ano de 2022, já aprovado pela Câmara de Deputados no mês de junho do mesmo ano. Este projeto visa, em suma, “alterar as regras para que a pessoa possa contrair mais e mais empréstimos, colocando sua casa, mesmo que ainda financiada, como garantia” (IHU, 2022c). O economista David Deccache, diretor do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento, comenta que, com o desassalariamento populacional e demais mecanismos de enfraquecimento da renda dos trabalhadores, o endividamento se mostra como um eficaz mecanismo de perpetuação da especulação financeira sobre a moradia. Ademais, segundo ele, este projeto incute duas violências para a população mais pobre: a constante inadimplência das famílias e a crescente ameaça de perda da casa.

O papel de devedor concedido ao cidadão na esfera da financeirização da moradia suscita, neste sentido, no aumento do número de despejos, os quais acionam outras dimensões ou setores da sociedade: o Legislativo e o Judiciário. A *judicialização* da questão fundiária se encarrega não só da moradia mediada pelo crédito, como também da urbanização informal. Conforme apontado por Teixeira e Silva (2016), o processo de judicialização da moradia ocorre em parte porque existe a tensão entre a garantia constitucional do direito à moradia e a propriedade privada; e, por outro lado, a garantia da função social da propriedade como política pública urbana.

Estes tensionamentos irrompem com uma série de dicotomias relacionadas à esfera judicial, como o:

[...] direito individual x direito social, direito de propriedade x direito de moradia/função social da propriedade, direito privado x direito público, direito civil x direito constitucional, direito social x direito difuso, substancialismo x procedimentalismo etc. (TEIXEIRA; SILVA, 2016, p. 125-126).

Bazolli (2013), ao analisar a judicialização das políticas urbanas, conclui que este processo representa, na prática, um retrocesso democrático para o Brasil. Direitos assegurados no Estatuto da Cidade, por exemplo, e na construção histórica de movimentos sociais voltados à luta pelo planejamento urbano sustentável são frequentemente colocados dentro do âmbito judicial com o intuito de resolver conflitos no/do espaço urbano proveniente dos eventuais tensionamentos (supracitados) oriundos da universalização *versus* mercantilização da terra. Nestes casos, aponta este autor, a administração pública normalmente opera através do governismo, da transferência de recursos, das leis do mercado e da propriedade absoluta.

O tema da propriedade também entra no debate político das estatísticas públicas sobre as condições da moradia da população. Toma-se como exemplo os estudos do campo do saber de Arquitetura e Urbanismo novamente. É comum a criação de métodos para verificar as condições adequadas e inadequadas de moradia. Rolnik e Klink (2011) consideram uma relação de elementos externos e internos aos domicílios para considerá-los adequados ou não para habitação. Citam-se, para as residências urbanas e rurais, o abastecimento de água, a iluminação elétrica, instalação sanitária (rede geral ou fossa séptica para o domicílio rural), coleta de lixo, número de banheiros, espécie de domicílio, localização do domicílio e densidade de moradores por cômodo (acima de dois é considerado inadequado).

Catalá e Carmo (2021), por sua vez, aprofundam esta discussão ao analisar o conceito de aglomerado subnormal segundo o IBGE. Conforme estes autores, a definição desta tipologia de aglomerado considera dois grandes grupos, i) *características do domicílio*, na qual estão incluídas variáveis que indicam a condição de ocupação (moradia própria, cedida ou alugada); a sua ligação ou não com redes de esgoto e abastecimento de água; se possui ou não energia elétrica; se possui ou não coleta de lixo; e a quantidade média de banheiros por morador. E, ii) *características do responsável pelo domicílio*, o qual inclui dados sobre o nível de alfabetização, a faixa etária (percentagem de

responsáveis com menos de 30 anos); renda média (abaixo ou acima de dois salários) e sexo (percentagem de responsáveis do sexo feminino).

As variáveis mais relevantes para diferenciar os setores subnormais dos comuns a partir dos dados do Censo 2010 nas Regiões Metropolitanas (RM), segundo Catalá e Carmo (2021), foram variáveis diretamente relacionadas aos serviços básicos de infraestrutura urbana e aos serviços públicos: inadequação dos serviços de distribuição de energia (infraestrutura), responsável não alfabetizado (educação) e responsável com renda de até dois salários mínimos (renda / trabalho). Entretanto, a inadequação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo também apresentaram dados alarmantes, mas não entraram como variáveis relevantes na metodologia final do Instituto.

Tais inferências fizeram Catalá e Carmo (2021, p. 18) concluir que

A classificação de “subnormalidade” do IBGE não foi suficiente para representar as áreas urbanas com maior demanda de serviços básicos de infraestrutura urbana ou mesmo de adequação desses serviços nas RMs analisadas, em 2010.

Ademais, Catalá e Carmo (2021) relataram que há certas mudanças previstas para o Censo Demográfico que passarão a classificar a “subnormalidade” por meio de variáveis relacionadas à *propriedade* em detrimento daquelas que apontam a inadequação dos *serviços públicos*. A ilegalidade da ocupação passará a ter maior peso no cálculo estatístico se comparada com os dados de infraestrutura urbana. A exclusão de alguns questionários relacionados ao valor do aluguel (uma das bases para o cálculo de déficit habitacional), bem como a posse de alguns bens e a exclusão da variável de fornecimento da energia elétrica revela a penetração da lógica do rentismo, da propriedade privada e da desvalorização dos serviços públicos nos documentos estatísticos governamentais.

Há também estudos que relacionam a habitação com a saúde. Pasternak (2016), por exemplo, aponta relações diretas entre as condições de moradia adequada e os índices de saúde da população. Sua pesquisa aborda especificamente quatro dimensões do binômio “habitação-saúde”: casa e doenças transmissíveis, casa e necessidades fisiológicas, casa e acidentes domésticos, casa e saúde mental. Os indicadores utilizados pela autora

buscam regionalizar a moradia, isto é, classificá-la como *a casa*, o domicílio em si; *o lar*, isto é, a situação econômica, social e cultural da família; *o bairro* ou tudo aquilo que circunda a casa, como comércios, igrejas, escolas, áreas verdes, parques e transporte; e *a comunidade* composta por todos e todas que trabalham e prestam algum tipo de serviço no bairro.

Pasternak (2016) elucida em seu estudo o que aqui se chama de habitação como um nó multissetorial. Isto é, para esta autora, a habitação é todo um *complexus* que demanda sistemas de i) distribuição de água, esgoto, assim como sanitários, cômodos e dormitórios com ventilação e insolação adequados (variável “casa e doenças transmissíveis”); ii) confortos térmico e acústico, ar puro, luz, iluminação e locais de lazer e trabalho (variável “casa e necessidades fisiológicas”); iii) segurança material, proteção contra fogo, acidentes, inundações, quedas, envenenamentos e automóveis (variável “casa e acidentes domésticos”); e iv) privacidade, vida familiar e comunitária, satisfação estética e facilidade de manutenção e de execução de atividades domésticas (variável “casa e saúde mental”).

Por fim, cabe mencionar o trabalho de Cardoso, Silva e Guerra (2020), Geografia e os riscos socioambientais, que possui o objetivo de associar a vida das populações que vivem em zonas de risco com as mutações climáticas dos últimos decênios. A justaposição entre os sistemas socioeconômicos, a dinâmica das paisagens, as condições de habitação populacional e os fenômenos atmosféricos e climáticos são abordados através da ótica da Geografia Física e Escolar. As desigualdades, segundo este estudo, passam a ser classificadas como “socioambientais” e apontam para a constante vulnerabilização dos trabalhadores frente às questões relacionadas ao modo de produção atual e as consequências ambientais oriundas das técnicas de produção predatórias (mineração, desmatamento, poluição, etc).

Dado este breve panorama de estudos que evidenciam a rede multissetorial no âmbito habitacional, assevera-se que a existência de espessuras técnicas e normativas na casa, no bairro e na comunidade, paradoxalmente, *assegura e condiciona* os moradores em suas atividades cotidianas. Ao obter a estrutura física adequada da casa, cômodos separados para diferentes atividades, acesso às redes de saneamento básico e um entorno relativamente dinâmico com atividades de lazer, educação e comércio,

a habitação assegura sua própria reprodução (ou perpetuação) *dentro de um sistema específico de relações sociais, econômicas e espaciais*. Ao mesmo tempo, este mesmo sistema atual de ações e objetos constrói e reproduz hipertelias, mormente mediadas por aparatos técnicos, digitalizados e verticalizados, que podem ou não impedir outros (ou novos) modos de existir no mundo. (PASTERNAK, 2016; SANTOS, 2017).

As espessuras técnicas e normativas permitem a reprodução da habitação conforme suas próprias diretrizes territoriais. Os sistemas jurídicos, econômicos, sociais, culturais e políticos contemporâneos ocasionadores de uma sociedade globalizada, (neo)liberalizante, digitalizada, informacionalizada, privatista e em processo recente de metropolização são, utilizando as categorias pensamento raffestiniano, o sistema territorial vigente, repleto de atores sintagmáticos e multiescalares que possuem o objetivo de considerar, sobretudo, a ilegalidade ou não das moradias (lógica da propriedade privada) em detrimento da criação coletiva de suas condições mínimas de existência digna. (CATALÁ; CARMO, 2021; RAFFESTIN, 1993).

O principal embate que aqui quer se evidenciar com relação à habitação é que, se de um lado a sociedade cria sistemas (setores) coletivos ou individuais, analógicos ou digitais, públicos ou mercantilizados, que asseguram a habitação da população; por outro lado, como resultado consciente ou não, unifica e diminui o horizonte de possibilidades / as diversidades do viver¹⁵, e perpetuam o modo de produção vigente. (MARICATO, 2009; SANTOS, 2017).

O fenômeno da metropolização e todo o seu impacto espacial oriundo dos processos de globalização, neoliberalismo, digitalização, financeirização, desindustrialização, terciarização, especulação imobiliária, obriga-nos a pensar

¹⁵ Conforme aponta o filósofo Rodrigo Petronio (2022, p. 9-10): “Flusser, como sempre, é profético. E o é ainda mais ao detectar as contradições abissais que fundamentam esse novo tempo dos aparelhos, dos programas e dos funcionários que funcionam dentro de sistemas pré-programados. O que salta aos olhos é a absoluta vacuidade valorativa e axiológica que define este novo modo de ser e este novo modo de existência. Obviamente, não se trata de maneira nenhuma de fazer aqui uma crítica ingênua à civilização tecnocientífica. Por mais romantizada, toda nostalgia exala algum odor de totalitarismo. A pergunta que se faz é em que medida o mundo em que vivemos possibilita e pode vir a possibilitar a manutenção e o aumento da tecnodiversidade (Yuk Hui, 2021)? Em que medida o horizonte da técnica atual pode convergir para a construção, a preservação e a geração de novas cosmotécnicas (Yuk Hui, 2021)? Afinal, o problema do Antropoceno, a despeito das implicações catastróficas, também é um problema de redução da diversidade. E devemos entender aqui diversidade em todas as suas acepções existentes: geodiversidade, biodiversidade, antropodiversidade, tecnodiversidade e cosmodiversidade.”

na habitação como uma unidade contraditória (dialética) e também existencial (fenomenológica) que, mais do que revelar as vicissitudes e mazelas das frequentes crises socioeconômicas e ambientais da contemporaneidade, é uma chave para mergulhar na incompletude da nossa condição humana, evidenciar o *Lugar* como categoria nevrálgica da existência e desatar a miríade de possibilidades amarradas pela unificação dos processos sócio-técnicos globais. (LENCIONI, 2020; SANTOS, 2017).

As populações vulnerabilizadas, por sua vez, estão relativamente soltas na rarefeita espessura institucional, técnica e normativa dos sistemas societários. A falta ou o baixo alcance dos sistemas públicos e privados às necessidades básicas de sua existência faz com que a *habitação* destas populações orbite nas margens das intencionalidades (territorialidades) hegemônicas / hegemônicas, sejam elas “legais”, ou “estatais” ou “corporativas”. É importante ressaltar a esta altura que não está se desenvolvendo um argumento contra as inúmeras tentativas de luta a favor do direito constitucional pela moradia. Muito pelo contrário, o objetivo é mostrar que a dualidade “*bem comum x bem mercantil*” presente na problemática da habitação, é mais uma demonstração do movimento societário duplo apontado por Polanyi (2000) na metade do século passado. A habitação, assim como outras dimensões da vida na sociedade, se movimenta no tempo e no espaço da sociedade moderna através do embate “liberalização-mercantilização *versus* proteção social”. Ou, na ótica de Fiori (2000), no embate entre capital x trabalho e globalidade dos fluxos x territorialidade da gestão política.

Assim, a urgência humanitária que estes sujeitos socioculturais expressam por meio de suas condições de habitabilidade é vital para a criação de uma sociedade moral e eticamente comprometida com sua população e com a democracia. Entretanto, para além deste indispensável quadro de luta do direito à moradia digna, deve-se também observar que estas mesmas populações estão repletas de outros ensinamentos; do mais puro *ensinamento-do-Lugar*. Entra-se aqui em uma discussão muito mais sutil: a dimensão cotidiana e espontânea do habitar. É necessário, portanto, buscar na sabedoria destas populações aquele ensinamento que abre as possibilidades do viver. Aquele ensinamento resultante da convivência intensa e constante com as incertezas. Aquele ensinamento que possui a pura apreensão do

desvelamento, da comunicação, da emoção, da presença. (SANTOS, 1993; 2017).

Em uma entrevista para o programa de televisão “Roda Viva”, é possível extrair da fala do professor Milton Santos, aproximadamente aos 54 minutos do início do diálogo, um trecho que elucida o embate entre a contradição da tecnologia homogeneizante e a espontaneidade do viver, sobretudo na comunicação entre os pobres:

O que não falta hoje é informação. A comunicação está entre os pobres do mundo, sobretudo nas grandes cidades. Eles é que comunicam; eles é que criam. Em toda a área onde haja uma solidariedade de preocupações. E quando eu falo em solidariedade não tem nenhuma conotação ética. Eu falo de viver juntos e depender de viver juntos para continuar vivendo. Então, eu creio que aí está o caminho para uma ‘outra globalização’. Só que estamos preocupados em ter internet e a gente se gaba de haver falado com um sujeito em Nanquim ou em Tóquio, quando para a realização dessa comunicação a gente nem sequer precisa desta sofisticação toda da tecnologia moderna ou ultramoderna. A gente pode se contentar com meios menos modernos. (RODA VIVA, 1997).

Figura 12 - *Complexus* habitacional a partir do olhar geográfico



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O crescente nível de cientificação, tecnicização e informacionalização do espaço decanta na habitação como um condicionante relevante à sua existência. Conforme apontado anteriormente no estudo floridiano sobre a infosfera, o cotidiano é adjetivado por tarefas que produzem e que demandam informação, conhecimento técnico e até mesmo científico. E, por este mesmo ângulo, as populações se veem cada vez mais forçadas a entrar nestes circuitos digitalizados com vistas a obter condições minimamente dignas de moradia. A renda e a educação (sobretudo a educação digital, visto que até mesmo as políticas públicas entram na lógica da digitalização com a crescente produção de aplicativos para realização de seus serviços) são essenciais para a manutenção das condições de vida da população, mas principalmente, da perpetuação da fase contemporânea do capitalismo e sua acumulação flexível. (RUIZ, 2021; SANTOS, 2000).

Entretanto, os sistemas técnicos, normativos e institucionais não conseguem abarcar completamente todas as dimensões da vida, concedendo sempre um espaço para a abertura e a espontaneidade do viver. A percepção miltoniana do Lugar ocasiona um movimento dinamizado pela tensão entre o que se pode tecnicizar, normatizar, institucionalizar e aquilo que é incerto, aberto, indefinido e contingente. A formação sócio-espacial e seu estoque de capital fixo apresenta a qualidade da fixidez preexistente à rigidez que garante a fluidez dos processos de metropolização. Em linhas gerais, o movimento (demorar-se) inerente à habitação contemporânea é produto da tríade fixidez-rigidez-fluidez oriunda das estruturas, formas, processos e função específicas de cada recorte geográfico. (SANTOS, 2017).

Haja vista a miríade de desafios impostos por um mundo em constante globalização e digitalização de processos, criou-se também um infográfico auxiliar aquele apresentado anteriormente. As forças hipertéticas, de um lado, e as forças de abertura e diversidade, de outro, criam certo grau de *contingência* quando analisados os modos de existência habitacional.

A palavra *contingência* possui um significado ambíguo e utilizar-se-á justamente desta ambiguidade para compreender a encruzilhada habitacional do início do século XXI. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa Michaelis (2002, p. 200), esta palavra vem de contingente que, dentre outras definições, significa aquilo que “pode, ou não, suceder ou existir; duvidoso, eventual”.

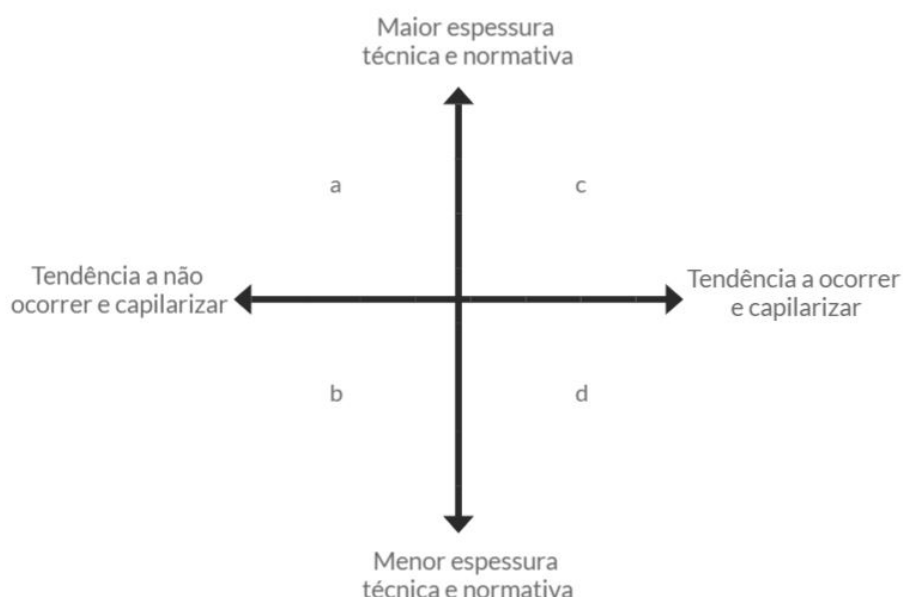
No Dicionário de Filosofia, Abbagnano (2007) apresenta algumas definições similares e até complementares. Segundo este documento, a palavra *Contingentia* pode expressar

Aquilo que é contingente: “na tradição escolástica, e sobretudo por influência da filosofia árabe, o termo C. passou a ter significado específico, diferente do que se entende por ‘possível’; passou a significar aquilo que, embora sendo possível “em si”, isto é, em seu conceito, pode ser necessário em relação a outra coisa, ou seja, àquilo que o faz ser. (ABBAGNANO, 2007, p. 200).

[...]“Na filosofia contemporânea, sobretudo na francesa a partir da obra de Boutroux, A das leis da natureza (1874), o termo C. passou a ser sinônimo de “não-determinado”, isto é, de livre e imprevisível; designa especialmente o que de livre, nesse sentido, se encontra ou age no mundo natural”. (ABBAGNANO, 2007, p. 201).

Portanto, o **grau de contingência habitacional** no sentido de ser possível em si e necessário perante outra coisa dá ênfase na habitação como o enredamento de políticas públicas complexas, mediada por objetos e ações com considerável espessura técnico-científica-informacional e garantida pelo nível de proteção institucional nas moradias. (ABBAGNANO, 2007; SANTOS, 1993; 2017).

Figura 13 - Grau de contingência habitacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O infográfico do grau de contingência habitacional, apresentado na Figura 4 é composto por quatro quadrantes com função meramente classificatória, especulativa, experimental. O eixo das abscissas, qualificados pela tendência a *ocorrer e capilarizar* ou a *não ocorrer e, por consequência, não capilarizar* destina a análise à existência e ao nível de distribuição (escala por extensão; granularidade do fenômeno e macrocefalia) de certo tipo de habitação. O fenômeno existe? E se existe, é amplo e tem tendência a ampliar ou a recuar?

Por outro lado, o eixo das ordenadas indica o grau, a densidade ou a espessura técnica e normativa presente na habitação. Este eixo também possui um elemento escalar ao dirigir o olhar para os multiníveis (verticalizações) de normatizações e distintos destinos de chegada e origem dos objetos técnicos. Neste sentido, pode-se perguntar: esta forma de habitação é altamente intermediada por normas, leis, regras e objetos técnicos ou ela está à margem de processos técnico-científico-informacionais e modernizantes?

Os quadrantes *a* e *b*, localizados do lado esquerdo das ordenadas e abscissas exprimem a dimensão da imaginação, da ficção, da especulação literária, das utopias e distopias, isto é, aquilo que ainda não ocorre na vida em sociedade ou que se apresentam apenas por meio de ideias e projetos arquitetônicos, de design, de arte ou de literatura.

Se se pega pontos à esquerda superior e próximos à ordenada no quadrante “*a*”, por exemplo, vislumbram-se situações compostas por habitações com menor tendência a existir na contemporaneidade e maior espessura técnica e normativa. Habitações pertencentes ao imaginário tecnológico e futurista, como a Ville Radieuse de Le Corbusier, e ideações de cidades *high-tech* e ultranormatizadas, como as cidades globais de Westworld¹⁶ ou o planeta Trantor do autor Isaac Asimov, também citado por

¹⁶ Westworld é um seriado de televisão de ficção científica produzido pela HBO Max, um serviço de vídeo sob o formato de plataforma digital global, que aborda assuntos relacionados à criação de robôs com traços físicos e psicológicos semelhantes aos seres humanos. Temas como livre arbítrio, consciência, vigilância, violência, big techs, dataficação e digitalização da vida são levantados ao longo da história. O supercomputador Rehoboam, personagem da terceira temporada, possui a capacidade de compilar inúmeras informações sobre a população a partir dos dispositivos eletrônicos diariamente acionados por ela, traçando, assim, seus perfis comportamentais e decidindo o seu futuro profissional e pessoal.

Lefebvre (1999) em *A revolução urbana* e até mesmo o Metaverso¹⁷ de Mark Zuckerberg. Sociedades organizadas em cidades comandadas exclusivamente por grandes companhias de tecnologia, com veículos voadores ou terrestres totalmente automatizados, com sistemas de vigilância altamente tecnológicos e invasivos, e moradias encrustadas de aparelhos eletrônicos, incessantes receptores de conteúdos e emissores de informação (internet das coisas).

O quadrante “*b*” expressa possibilidades reais ou não, tênues ou não, de habitações com menor densidade técnica e normativa. Esta parte pode representar tanto os modos de habitação históricos que não existem mais, comunidades isoladas da teia global técnica-científica-informacional, como também a imaginação ficcional de mundos distópicos, pós-apocalípticos ou utópicos com baixa espessura, organização e controle tecnológico.

Os quadrantes *c* e *d* representam o que se manifesta como realidade. A existência de um sistema habitacional com diferentes densidades normativas e tecnológicas evidencia o caráter desigual e combinado da disseminação de objetos técnicos nas sociedades contemporâneas. Os pontos mais altos do quadrante “*c*”, próximos à ordenada, por exemplo, retomam os estudos de Saskia Sassen sobre as *smart cities*¹⁸, cidades inteiras construídas por grandes corporações como um local puramente tecnológico e inovativo, totalmente voltados para as intenções das empresas que a criaram. São lugares que produzem certa complexidade, mas forjam uma completude e uma finalidade única: a produção de lucro. Elas não exploram outras manifestações de uso a não ser aqueles de cunho utilitarista. Algumas zonas de Xangai e Singapura são exemplos destes “enclaves techs” citados pela socióloga. Os pontos mais distantes da ordenada e localizados ao longo da abscissa são as condições mais comuns das moradias nas sociedades contemporâneas, ou seja, uma condição habitacional com notável capilaridade e determinada espessura normativa e técnica regendo sua existência.

Por fim, o quadrante “*d*” contempla as moradias existentes nas margens dos sistemas normativos e técnicos. Esta parte do infográfico diz respeito às populações vulnerabilizadas, pauperizadas, localizadas em zonas de risco

¹⁷ Projeto de realidade virtual aumentada Metaverse: <https://about.facebook.com/>.

¹⁸ Building smart cities. Saskia Sassen. TED Talks. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vHuX79hgtCY&ab_channel=TEDArchive

ambiental, ou nas periferias e favelas; relativamente distantes, física e socialmente, de sistemas de infraestrutura, de tecnologia e de proteção social.

De modo especulativo, as moradias de baixa renda nas zonas rural e periurbana de Gramado e Canela podem ser consideradas pontos localizados no quadrante *d*, por exemplo. Sua existência é detectável e permeada por baixa presença normativa e técnica. Em um esforço de historicização, pode-se assim dizer que a Formação Sócio-Espacial destes municípios criou tais condições espaciais que este tipo de moradia se tornou uma realidade habitacional nesta região. O próximo capítulo resgata justamente as condições que fizeram da realidade gramadense e canelense *locus* deste tipo de moradia.

5. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E METODOLÓGICOS

Este capítulo está dividido em seções que abordam: i) esclarecimentos sobre o Método da dissertação; ii) delineamentos de pesquisa e os *locus* de análise do trabalho; iii) fontes de coleta de dados; iv) as técnicas de análise; e v) as limitações do método.

5.1 ESCLARECIMENTOS SOBRE O MÉTODO

Este trabalho apoia-se na construção de um método misto, isto é, um diálogo entre o materialismo dialético e histórico (marxiano) e a fenomenologia / existencialismo inerentes ao pensamento miltoniano. O primeiro permeia grande parte das considerações teóricas apresentadas nos capítulos anteriores. O uso do materialismo dialético nos auxilia a expressar, conforme aponta Triviños (1987), o entendimento da essência do mundo através da matéria, sendo esta submissa às leis do movimento com realidade palpável e às leis cognoscíveis, subsumindo a consciência a partir de sua existência.

Ratificando o uso da base epistemológica miltoniana na escrita deste trabalho, é inescapável afirmar que aqui o materialismo dialético expressa a *possibilidade do conhecimento* do objeto estudado e, portanto, entende o “Critério da Verdade como a Prática Social” (TRIVIÑOS, 1987, p. 23). A matéria, a consciência e a prática social estão presentes tanto nos

procedimentos metodológicos quanto na fundamentação teórica desta dissertação, respeitando assim as condições básicas de realização do método filosófico materialista dialético.

É também no materialismo dialético que se abre a possibilidade de uma teoria do conhecimento e uma elaboração da lógica. A apreensão do mundo através de suas bases materiais torna este fundamento filosófico um instrumento de transformação da própria matéria, que por sua vez é alavancada por sujeitos posicionados além de um campo específico do conhecimento. O materialismo histórico, por exemplo, ciência filosófica do marxismo, provou sua capacidade de entrever a verdade por meio da prática social e asseverar que todo o conhecimento científico de uma época está, em realidade, colado com o movimento histórico da sociedade sem que estas afirmações caiam num relativismo extremo. (TRIVIÑOS, 1987).

Marx e Engels colocaram pela primeira vez, em sua obra *A ideologia alemã* (1845-46), as bases do materialismo histórico. Nela criticam os jovens hegelianos e Feuerbach¹⁹ que acham ainda que a história era resultado das ideologias e da presença dos "heróis", ao invés de buscar nas formações sócio-econômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros das sociedades. O materialismo histórico ressalta a força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou. Por isso, destaca a ação dos partidos políticos, dos agrupamentos humanos etc., cuja ação pode produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51-52).

O materialismo histórico é responsável por introduzir uma série de conceitos de fundo que estão direta ou indiretamente presentes neste trabalho, como o ser social, isto é, as relações dos homens entre si e com a natureza; a consciência social, ou a psicoesfera no léxico miltoniano (política, filosofia, direito, religião, estética); as relações de produção e seus arranjos contratuais de cooperação ou submissão; os meios de produção capazes de gerar a riqueza material; e a força produtiva e seus desdobramentos trabalhistas / humanos e técnicos / tecnológicos. (SANTOS, 2017; TRIVIÑOS, 1987).

Triviños (1987) assinala a importância de considerar o materialismo dialético como um dos principais aspectos do materialismo histórico, pois o primeiro, além de remeter à filosofia grega de Heráclito, Zênon de Eléa e

¹⁹ Feuerbach possivelmente seja a figura de mais alto relevo de todo o período que se designa como pré-marxista. *Feuerbach* (1804- -1872) destacou-se por seu apoio ao materialismo e seu ataque às idéias de Hegel, especialmente àquelas que identificavam a essência humana com a autoconsciência. (TRIVIÑOS, 1987, p. 50).

Sócrates (SUERTEGARAY, 2005), volta no esquadro histórico como uma das forças epistemológicas do sistema filosófico hegeliano, no século XVIII. Todavia, Marx e Engels “invertem” a lógica de Hegel e definem a dialética como a lei geral dos movimentos e da natureza, ou, conforme Lênin, ela pode se interpretada como a lei do eterno desenvolvimento da matéria, a qual é impulsionada por suas contradições e incessantes transformações quali-quantitativas.

A dialética, por sua vez, possui suas próprias categorias e leis. Cita-se como a primeira lei a da contradição. No entendimento de Triviños (1987), esta lei reflete a luta dos contrários, mas também a *Unidade*. Esta ambiguidade presente no mundo real carrega em si o deslocamento das coisas em determinado estado para outro estado qualitativo. Assim, a *contradição* que emana em elementos opostos possui a função de *interação*. Finalmente, esta interação pressupõe a característica de desenvolvimento e movimento.

Suertegaray (2005) aponta que a dialética como a compreensão do mundo como um processo, um movimento que é constantemente totalizado. O movimento dá a noção de tempo, e este remete à história. A historicidade é muito importante para a dialética, mas ao contrário de outros métodos, como o positivismo, a história aqui não se caracteriza pelo tempo linear, mas por aquele que é metaforicamente espiralado. Isto é, o movimento entre fatores opostos, sua locomoção conflituosa entre tese, antítese e síntese, constitui a história como um fenômeno de superação de contradições pretéritas, que se desloca em ciclos e projeções. A história sob a luz da dialética é a expressão da intertemporalidade e mutação dos aspectos qualitativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987).

É também na dialética que, segundo Suertegaray (2005), a parte está no todo e o todo está na parte. Esta ressonância, espelhamento ou holografia como observado no léxico moriniano, concebe o espaço, simultaneamente, como absoluto, relativo e relacional. Aqui não há a possibilidade de analisar a parte sem contextualizá-la no todo e vice-versa. A totalidade é reproduzida no interior dos objetos reais e compreendê-la “consiste em identificar as contradições concretas e as mediações que constituem a totalidade” (Suertegaray, 2005, p. 26). A totalidade também é abarcada por Milton Santos (2017, p. 113) como um dos elementos essenciais para apreender o espaço

geográfico, bem como a realidade, as interações, as resistências e as possibilidades do / no lugar (SANTOS, 2017, p. 313).

Por fim, o esclarecimento das dimensões imediatas e mediatas é outro fator nevrálgico para valer-se do método dialético. A análise da essência para além das aparências pode ser realizada por meio do princípio do movimento e da interação dos contrários. Ou seja, a unidade inerente às contradições é estabelecida através das mediações entre as diferentes realidades, causando deslocamentos, pulsões e superações com estados qualitativos pretéritos. (SUERTEGARAY, 2005).

Outro método que permeia esta dissertação é a fenomenologia / existencialismo por trás da definição de Lugar em Milton Santos (SANTOS, 2017). Apesar de este método entrar no sistema filosófico idealista, considera-se o diálogo entre ele e o materialismo filosófico como uma relação capaz de ser englobada à própria ótica dialética. Estes métodos supostamente contrários interagem entre si para transformar qualitativamente a análise aqui proposta. Quando partimos do “quadro maior” (o espaço geográfico) para outro menor (as moradias de baixa renda zonas rural canelense e periurbana gramadense), precisamos entender como determinados sistemas de objetos e ações decantam na experiência, na existência, no “mundo vivido” da comunidade que aqui se pretende compreender. Assim,

A fenomenologia é o *estudo das essências*, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas também a fenomenologia é uma filosofia que substitui as essências na *existência* e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua “*facticidade*”. É uma filosofia transcendental que se coloca em “*suspense*”, pra compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas também uma filosofia segundo a qual o *mundo sempre está “aí”*, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço está em reencontrar esse contato ingênuo com o mundo para lhe dar enfim um status filosófico. É a ambição de uma filosofia que pretende ser uma “*ciência exata*”, mas também uma exposição do tempo e do “*mundo vivido*”. É o ensaio de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é [...]. (TRIVIÑOS, 1987, p. 43).

Uma das principais ideias retiradas da fenomenologia e considerada nesta pesquisa é a inseparabilidade entre o sujeito e o objeto através da *intencionalidade* (TRIVIÑOS, 1987). Esta ideia, que parte de Husserl, é fundamental para entender os conceitos de território e territorialidade abordados no segundo capítulo deste trabalho, como aquela porção do espaço

imbuída de intencionalidades e relações de poder (relações políticas) de proteção, comunidade, esquiva e projeção. (RAFFESTIN, 1993; TRIVIÑOS, 1987).

Milton Santos (2017, p. 90) também elenca a intencionalidade como fator nevrálgico de conexão entre a ação e o objeto. Segundo sua argumentação, a intencionalidade não só é importante para rever a produção de conhecimento, como também para contemplar “o processo de produção e produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e seu entorno”.

Da mesma forma, é a partir da Fenomenologia, que se extraiu a importância de “descrever o fenômeno, aquilo que se apresenta imediatamente” (Suertegaray, 2005, p. 30). Entretanto, é mister ressaltar que a descrição aqui empegada deve obedecer o princípio de suspensão, isto é, o pesquisador deve despir-se de todas suas crenças e ideologia com o intuito de captar as ambiguidades e complexidades do sentido e significado dado pelos atores sociais, agentes socioeconômicos e demais grupos constituintes do *mundo vivido* a ser capturado.

A diversidade de fontes e procedimentos metodológicos se faz necessária para capturar as intersubjetividades e inter-relações apreendidas. O espaço, a paisagem e o lugar são categorias geográficas importantes para a realização deste método. O mundo vivido, a superfície onde este mundo se desvela e o lugar como uma nodosidade de experiências e significados, auxiliam a capturar a geograficidade dos sujeitos, suas interações com as dimensões naturais, sociais e culturais da vida, suas experiências, suas projeções, territorialidades e complexidades. A experiência humana, por ser rica em possibilidades, faz do método fenomenológico um campo aberto à interpretações e reinterpretações, dado que o mundo vivido é dinamizado pelas incertezas e movimentos da construção coletiva do espaço. (SUERTEGARAY, 2005).

5.2 DELINEAMENTOS DE PESQUISA

Haja vista a construção teórica dialética-existencialista deste trabalho e a dimensão do recorte geográfico dos locais analisados, optou-se por utilizar os

delineamentos e concessões de uma pesquisa *qualitativa* (TRIVIÑOS, 1987), *exploratória*, por não apresentar uma rigidez positivista e creditar suas descobertas em pesquisa documental e entrevistas parcialmente estruturadas (GIL, 2008) e *aplicada*, haja vista o constante diálogo teórico e prático com fenômenos de uma localidade (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

No entendimento de Triviños (1987), a pesquisa qualitativa possui, naturalmente, uma riqueza metodológica por uma série de pressupostos que permitem analisar os fenômenos sociais em suas diversas manifestações, sendo elas atividades, significados, relações, situações ou participações. Este tipo de pesquisa pretende decifrar o ambiente natural como uma fonte direta de dados e o pesquisador, dentro deste movimento, se torna um instrumento-chave. É através deste que a descrição e a interpretação são realizadas e a preocupação analítica recai sobre o processo e não simplesmente nos resultados ou nos produtos finais do que é pesquisado. Em adição, o pesquisador que utiliza dados qualitativos tende a interpretá-los de forma indutiva, sempre atentando-se ao *significado* dos materiais abordados.

Triviños (1987) aponta que a pesquisa qualitativa pode ter uma abrangência significativa. Os estudos comportam desde naturezas histórico-organizacionais, passando por estudos de casos sobre histórias de vidas, pesquisas em comunidades, análises situacionais, microetnografias, até estudos de casos observacionais.

As técnicas permitidas na pesquisa qualitativa também são diversas, não obstante demandam considerável rigor. Não são técnicas livres. Exigem procedimentos e ordem nas informações coletadas, pois somente assim há como garantir coesão entre o que se observa, o que se coleta e o que se apreende nas atividades práticas frente ao aporte teórico do corpo maior do trabalho. A observação livre ou participante, as entrevistas semiestruturadas, a triangulação de dados, as anotações de campo de natureza descritiva ou reflexiva e as análises de conteúdo e de discurso são alguns exemplos de procedimentos metodológicos. (TRIVIÑOS, 1987).

Conforme Heidrich (2016), a pesquisa qualitativa apresenta-se como um profícuo caminho metodológico para a Geografia, visto que ela trabalha não somente com dados objetivos, mas, sobretudo, evidencia diálogos,

compreensões, vivências pessoais ou coletivas que manifestam, por sua vez, conotações de sentido.

Este tipo de metodologia passa a filosofar sobre os significados e como eles constroem o contexto sociocultural junto com elementos mais materiais, como as dimensões físicas do modo de produção e sua influência nas paisagens. Neste contexto, a cultura gravada no espaço (as morfologias), as elaborações dos sujeitos socioculturais no espaço (as representações) e as realizações destes sujeitos (as ações) são imbricadas de tal forma que a compreensão geográfica torna-se multidimensional, abrangendo desde camadas mais visíveis até as mais sutis da construção socioespacial. (HEIDRICH, 2016).

A Geografia Cultural, novo desdobramento do saber geográfico é, segundo Heidrich (2016), a área que está concentrando mais estudos relacionados ao simbolismo das paisagens, à análise das percepções e representações do espaço, bem como as microterritorialidades. O espaço geográfico é aqui compreendido por dados objetivos que expressam a materialidade; dados subjetivos sobre as relações da sociedade e do cotidiano; e dados culturais que representam a afetividade, os significados e os imaginários (tecno e psicoferas miltonianas).

A geografia, como uma ciência que também se dedica à problemática social, cria um *complexus* (torna-se complexa) que costura as relações sociais, sejam elas de trabalho, parentesco, amizade e outras afinidades e esquivanças; as posições sociais (riqueza ou pobreza, desigualdades sociais); os itinerários cotidianos e a produção física e mental de imagens. (HEIDRICH, 2016).

É justamente por esta complexidade que se recorre à abordagem de cunho qualitativo, pois é por meio dela que se pode captar e analisar práticas, princípios e atitudes individuais e coletivas, delinear contextos e escutar novas oralidades. Para que isso seja possível, o geógrafo utiliza a pesquisa qualitativa para delimitar sua amostra, estudar situações particulares e não gerais, apreender a escala local, trabalhar com uma postura reflexiva ao invés de “neutra”, entrevistar e observar pessoas, situações e locais, e enfatizar a dimensão das relações e vínculos humanos. (HEIDRICH, 2016).

Para Gamalho (2016), por exemplo, a abordagem qualitativa permite que o pesquisador observe o sujeito como um narrador do espaço. Esta autora sublinha a importância da oralidade nos estudos geográficos, porque ela é capaz de transbordar questões vinculadas exclusivamente às materialidades, dando um novo e mais amplo significado a estas últimas.

A observação participante é um passo importante para a compreensão da complexidade geográfica. Segundo Heidrich (2016, p. 25), ela é a “postura adotada pelo pesquisador em campo”. Esta postura abre espaço para o envolvimento e, portanto, para o diálogo com os sujeitos entrevistados. A história oral ou as narrativas, por sua vez, são instrumentos valiosos para o trabalho do geógrafo. Ademais, para Triviños (1987), a observação permite abstrair de um contexto maior um fenômeno social com o intuito de descobrir sua essência, analisa-la e reinseri-la novamente no contexto mais amplo.

A oralidade e a realização de entrevistas não-diretivas, no entendimento de Gamalho (2016), são também elementos essenciais para o entendimento do processo de significação dos sujeitos e seus contextos. Os atores sociais são “detentores de saberes a partir dos quais o mundo é conhecido e significado” (GAMALHO, 2016, p.36). Portanto, nas narrativas, há que se ter em mente a não-linearidade, a revelação de imaginários, a manifestação (consciente ou não) de ideologias e a construção de sentidos. Na fala dos sujeitos é possível encontrar elementos de diferenciação social e/ou espacial; vínculos estruturais / culturais; manifestações multiescalares e locais, além de aversões, reconhecimentos, pertencimentos, etc. (GAMALHO, 2016).

Neste sentido, o pesquisador deve entender a espontaneidade da fala como um meio de se atingir maior transparência e verossimilhança na problematização das distintas construções socioespaciais. (GAMALHO, 2016). É mister apropriar-se, conforme Gamalho (2016), da intuição lefebvriana do “espaço vivido”, o espaço da apropriação, do pertencimento e do sentido. Ou, como Santaella (2021), é importante entender e apreender as causas e efeitos reais da semiosfera, a esfera dos signos.

Em suma, as narrativas são como espaços de criação, uma síntese da experiência corpórea, psicológica e social a partir do contexto do narrador. Nelas, é exequível a detecção de rugosidades que são também entendidas como imateriais por justaporem representações passadas e alhures de

vizinhos, familiares, amigos, do Estado, e da mídia, por exemplo. (GAMALHO, 2016).

Obedecendo a estas reflexões, utilizar-se-á a triangulação de dados (YIN, 2010; TRIVIÑOS, 1987) e análise textual (MORAES, 2003) como técnicas de pesquisa no processo de coleta, descrição e interpretação das informações coletadas. Estas técnicas serão abordadas com mais profundidade na seção 6.4.

5.2.1 LOCUS DE ANÁLISE

Esta dissertação analisa dois focos de moradias de baixa renda em zonas rurais e periurbanas, segundo a indicação de profissionais do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER dos municípios de Gramado e de Canela. O primeiro, localizado em Gramado, intitulado “Foco 1”, é também chamada pelo EMATER de “Ocupação Linha Carahá”, pois localiza-se a aproximadamente 10 km do bairro central e pertence ao bairro da zona rural gramadense Linha Carahá.

Figura 14 – Posição relativa do “Foco 1” com relação ao centro de Gramado e à cidade de Canela



Fonte: *Captura do Software Google Earth Pro (2022).*

O local pode ser acessado pela estrada RS-115, que liga Gramado a Três Coroas, ou pelo interior do município através da estrada Profa. Elvira Apolo Benetti. Segundo as imagens obtidas no software *Google Earth Pro* (2022), em 23 de outubro de 2020, a localidade possuía cerca de 11 residências em uma área com um perímetro de aproximadamente 407 metros, com 9.500 mil metros quadrados.

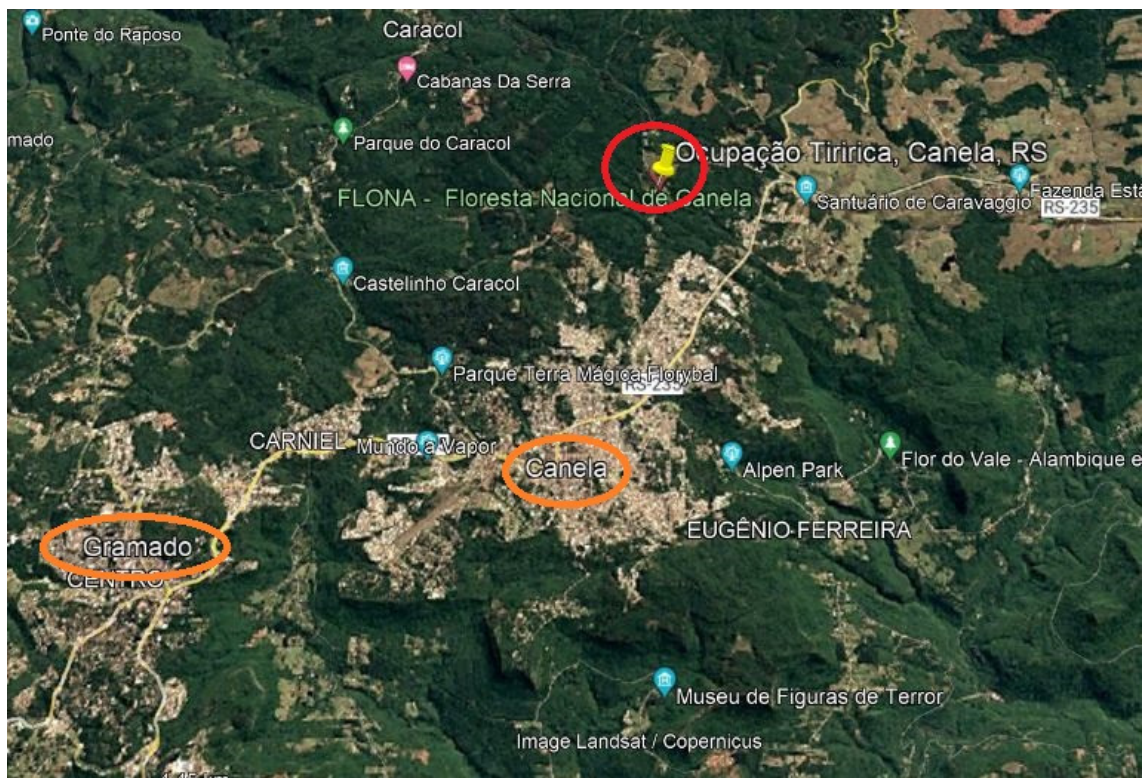
Figura 15 – “Foco 1” no ano de 2020



Fonte: *Captura* do Software Google Earth Pro (2022).

O segundo foco, “Foco 2”, está localizado a cerca de 6km de distância do bairro central da cidade de Canela e apresenta dois pontos chamados de Anexos A e B. O instituto Emater a nomeia “Ocupação Tiririca” e sua única via de acesso é pela rua João de Deus Palhano. Este foco possui uma característica peculiar, encontrando-se às margens da FLONA – Floresta Nacional de Canela, uma área de preservação pertencente ao bioma Mata Atlântica com 563,5200 hectares, catalogada e conservada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2022).

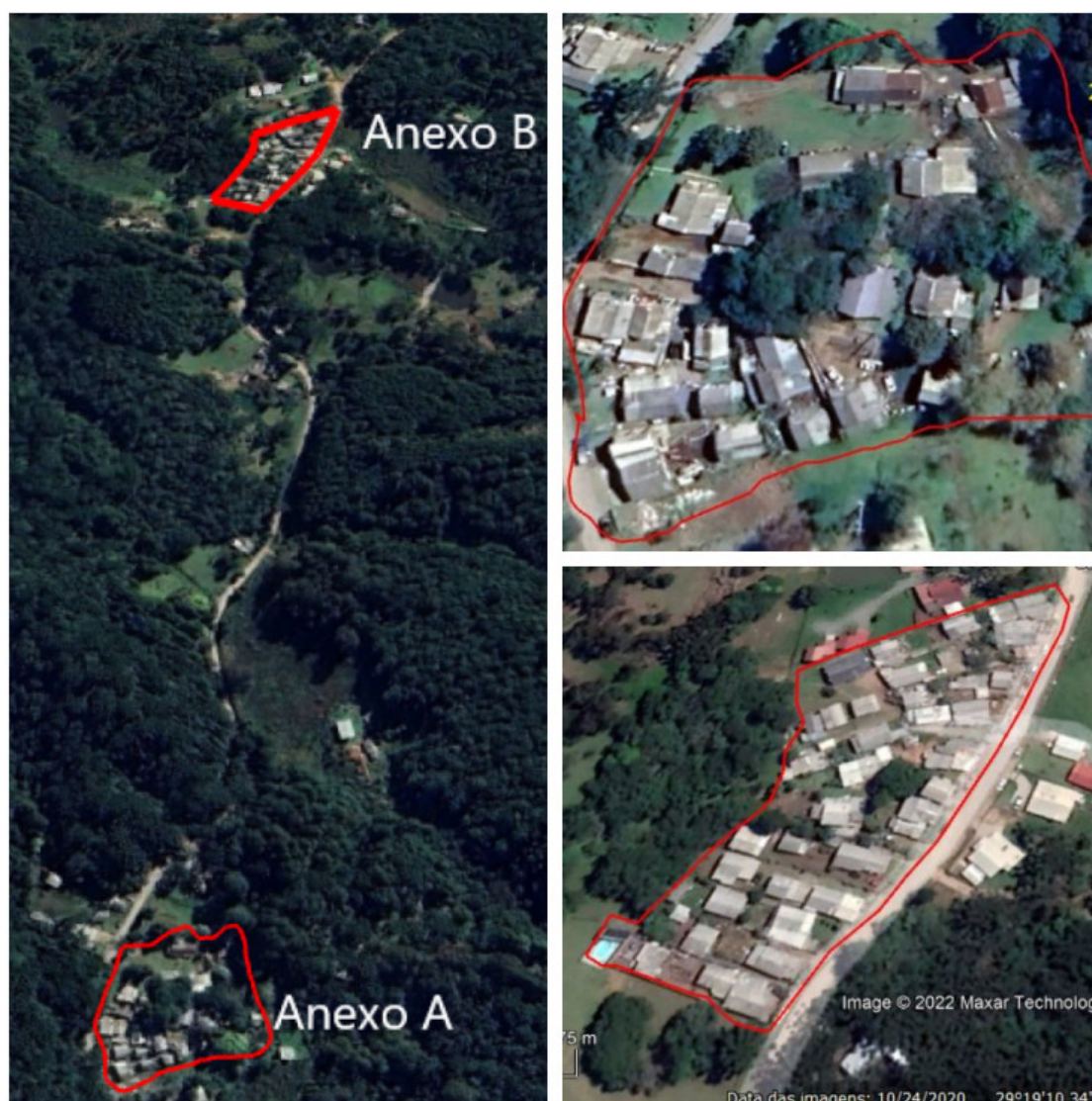
Figura 16 – Posição relativa do “Foco 2” com relação ao centro de Canela e à cidade de Gramado



Fonte: *Captura* do Software Google Earth Pro (2022).

Segundo imagens de outubro de 2020, nota-se um assentamento de aproximadamente 30 casas em um perímetro estimado de 455 metros com 8.874 metros quadrados de área. (GOOGLE EARTH PRO, 2022).

Figura 17 – “Foco 2”, Anexos A e B no ano de 2020



Fonte: *Captura* do Software Google Earth Pro (2022).

5.3 FONTES DE COLETA DE DADOS

Os dados coletados para esta dissertação foram nevrálgicos para a delineação do problema de pesquisa, para a construção do capítulo que discorre sobre a Formação Sócio-Espacial dos municípios de Gramado e Canela, para a captura da realidade socioeconômica atual da região e para o entendimento das condições de habitabilidade dos moradores dos “focos de

favelização” nas zonas rurais destes municípios. Em linhas gerais, pode-se dizer que os dados auxiliaram no entendimento do contexto municipal e local que permeiam, condicionam e possibilitam a habitação dos sujeitos estudados. As fontes deste trabalho podem ser divididas em três grupos: documentos, registros em arquivo e entrevistas.

A **documentação**, no entendimento de Yin (2010), se torna relevante para a pesquisa exploratória, pois pode se manifestar de várias formas. O conteúdo documental pode se apresentar por meio de cartas, memorandos, correspondências eletrônicas, anotações, diários, calendários, anúncios, atas de reuniões, relatórios diversos, documentos administrativos, estudos científicos da localização analisada, notícias, etc. (YIN, 2010).

Estas bases informacionais corroboram com as demais fontes levantadas (registros em arquivo e entrevistas). Os documentos fazem parte da construção deste trabalho em diferentes momentos do seu desenvolvimento. Os primeiros três documentos, D1, D2, D3, cujos Planos Diretores dos municípios de Gramado e Canela, bem como *Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias 2015-2030*, foram disparadores do problema de pesquisa desta dissertação; especialmente a in/existência de planos para os moradores de baixa renda na zona rural canelense e na zona periurbana de Gramado, assim como o termo “favelização em zonas rurais” que aparece nas matrizes de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) dos capítulos de economia e educação como uma ameaça ao desenvolvimento regional do COREDE.

Os documentos D4 e D5, um livro e um banco de imagens, respectivamente, colaboraram com a construção do capítulo sobre a Formação Sócio-Espacial gramadense e Canelense e suas “cidades históricas”. É possível extrair destas fontes a formação territorial dos municípios entre os anos de 1910 e 1950, com a chegada dos imigrantes europeus na região e com o início de investimentos em infraestrutura e demais sistemas de engenharia (vilarejos, edifícios oficiais de registros, comércio e a chegada do trem).

Os documentos D6 e D7, por sua vez, auxiliam na contextualização histórica mais recente destes municípios que, a partir dos anos 2000, intensificaram a participação dos serviços em sua produção interna bruta.

Informações como a matriz produtiva regional e municipal, as atividades econômicas que mais contratam e o projeto turístico intra e intermunicipal são alguns que podem ser apropriados nestes documentos.

As fontes D8 e D9 correspondem às notícias das zonas rurais de Gramado e Canela publicadas digitalmente pelos jornais locais. Estes dados foram essenciais para a elucidação da extrapolação urbana de processos oriundos da metropolização. Informações como os projetos sociais e econômicos com ênfase nas atividades do campo gramadense, as festas urbanas que celebram e comercializam a cultura do campo, ou até mesmo os fatores de êxodo rural deste município, como a estiagem e o valor da terra podem ser elencados como dados importantes. Já para Canela, destacam-se os projetos turísticos no campo através de roteiros esportivos, por exemplo, e a implementação de internet nas zonas rurais. Em suma, as notícias que apresentam os projetos culturais, turísticos e econômicos com foco na população rural e na zona rural canelense e gramadense são formas de exemplificar a intensa relação entre urbanidades e ruralidades no cotidiano destas localidades.

Por fim, os documentos de código D10 representam todos os registros fotográficos realizados pelo autor. Tais registros foram utilizados como uma forma de capturar a complexidade das paisagens locais e seus sistemas de objetos e rugosidades. Os registros da cidade e da zona rural buscam apresentar a pluralidade de usos do território e como estes se conectam através de processos locais e, principalmente, extralocais ou multiescalares. “Cliques” dos parques e estabelecimentos turísticos e temáticos na cidade, registros de parte das zonas industriais de Gramado e Canela e fotografias das zonas rurais e dos “focos de favelização” foram essenciais para ilustrar a diversidade espacial destes municípios.

Quadro 1 – Principais documentos consultados

Código	Título	Dados	Fonte	Site/acesso	Período
D1	LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 19 DE JUNHO DE 2012	Multitemático	MUNICÍPIO DE CANELA. Lei Complementar nº 32, de 19 de junho de 2012. DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR MUNICIPAL - PDM, QUE ABRANGE TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CANELA, RIO GRANDE DO SUL. LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 19 DE JUNHO DE 2012, [S. I.], 2012.	https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canela/lei-complementar/2012/4/32/lei-complementar-n-32-2012-dispoe-sobre-o-plano-diretor-municipal-pdm-que-abrange-todo-o-territorio-do-municipio-de-canela-rio-grande-do-sul	2012
D2	LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022	Multitemático	MUNICÍPIO DE GRAMADO. Lei Complementar nº 17, de 28 de novembro de 2022. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano e rural do Município de Gramado, institui o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) e dá outras providências.	https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/gramado/lei-complementar/2022/2/17/lei-complementar-n-17-2022-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-urbano-e-rural-do-municipio-de-gramado-institui-o-novo-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-pddi-e-da-outras-providencias	2022

D3	Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias 2015-2030	Multitemático	Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão – COREDE Hortênsias	https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144213-plano-hortensias.pdf	2009-2015; 2015-2030
D4	Uma história de Canela	Históricos	REID, Liliansa; CORRÊA, Paula Krause. Uma história de Canela . Santa Catarina, Gráfica Coan, 2016.	https://www.grandehotel.com.br/wp-content/uploads/2021/10/PDF-Livro-Uma-Historia-de-Canela-1.pdf	1913 – 1940
D5	Arquivo Público de Gramado	Históricos	Prefeitura Municipal de Gramado	https://arquivopublico.gramado.rs.gov.br/	1930-1950
D6	Transformações na estrutura produtiva do COREDE hortênsias no período 1998-2018: uma análise a partir do quociente locacional	Sociais e Econômicos	BATISTI, Vanessa de Souza; GRINGS, Andréia Daiane; RODRIGUES, Guilherme Tenher. Transformações na estrutura produtiva do corede hortênsias no período 1998-2018: uma análise a partir do quociente locacional. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional , v. 2, n. 1, 2020.	https://bityli.com/YjirVBi	1998-2018
D7	Trajatória de desenvolvimento: caso do município de Gramado no período 1985-2017	Econômicos e Históricos	RODRIGUES. G. T. Trajatória de desenvolvimento: caso do município de Gramado no período 1985-2017 . São	Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	1985-2017

			Leopoldo, 2019.		
D8	Jornal de Gramado	Sociais e Econômicos	Matérias diversas sobre a zona rural gramandense	https://www.jornaldegramado.com.br/noticias	2020-
D9	Jornal Integração	Sociais e Econômicos	Matérias diversas sobre a zona rural canelense	https://leiafacil.com.br/?s=rural	2020-
D10	Registros fotográficos	Paisagístico	Fotografias registradas pelo autor	Presentes nesta dissertação	2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os **registros em arquivos** e bases de dados consultadas são outras fontes de dados imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho. Censos, arquivos de uso público, mapas, gráficos e dados de levantamento podem ser considerados registros em arquivo. Sua utilização não é o foco principal da pesquisa, visto que se optou por um trabalho de natureza qualitativa. Não obstante, os dados estatísticos são importantes suportes para o reforço dos objetivos delineados. (YIN, 2010).

Assim como os documentos analisados, os registros em arquivos foram nevrálgicos para a criação do capítulo que discorre sobre a Formação Sócio-Espacial de Gramado e Canela, especialmente a partir dos anos 1980. Dados como o Produto Interno Bruto, o Valor Agregado Bruto, o número de vínculos formais e o número de estabelecimentos, por exemplo, conseguem demonstrar as inflexões nas matrizes produtivas destes municípios que, principalmente a partir dos anos 2000, voltaram-se para atividades relacionadas ao turismo.

Ademais, optou-se por utilizar os registros que indicam as atividades formais com maior número de contratados com vistas a contextualizar economicamente estes municípios frente à sua região de planejamento: COREDE Hortênsias. A partir destas informações, é possível concluir que o comércio, a hotelaria, os restaurantes e a construção civil são os grandes setores empregadores. Para Gramado, o turismo é o maior conector entre as atividades remanescentes do setor secundário, como a fabricação de móveis e chocolates. Já em Canela, os serviços especializados em viagens e a construção civil estão articulados com as crescentes demandas turísticas dos últimos anos.

Quadro 2 - Registros em arquivos e bases de dados consultadas

Temática	Dados coletados	Fonte	Site/aceso	Período
Geografia	Área dos municípios	Fundação de Economia e Estatística - FEE	https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/	2015
Demografia	População dos municípios	Departamento de Economia e Estatística - DEE	https://dee.rs.gov.br/populacao	2020
Economia	Produto Interno Bruto	Departamento de Economia e Estatística - DEE	http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/pib/	2019
Economia	Valor Adicionado Bruto	Fundação de Economia e Estatística - FEE	https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/	1954-1980
Geográfico	Mapa do COREDE Hortênsias	COREDE Hortênsias	https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144213-plano-hortensias.pdf	2017
Geográfico	Mapa dos Municípios e Eixos produtivos do COREDE Hortênsias	BATISTI, Vanessa de Souza; GRINGS, Andréia Daiane; RODRIGUES, Guilherme Tenher. Transformações na estrutura produtiva do corede hortênsias no período 1998-2018: uma análise a partir do quociente locacional. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional , v. 2, n. 1, 2020.	https://bityli.com/YjirVBi	2020
Economia	Representação percentual dos setores no total de vínculos em Canela	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	https://bi.mte.gov.br/bgcaged/	1985-2020
Economia	Representação percentual dos setores	Relação Anual de Informações Sociais -	https://bi.mte.gov.br/bgcaged/	1985-2020

	no total de vínculos em Gramado	RAIS		
Economia	Evolução do número de estabelecimentos por setor em Gramado	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	https://bi.mte.gov.br/bgcaged/	1985-2020
Economia	Evolução do número de estabelecimentos por setor em Canela	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	https://bi.mte.gov.br/bgcaged/	1985-2020
Economia	Atividades econômicas com maior número de contratações em Canela	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	https://bi.mte.gov.br/bgcaged/	1995 e 2020
Economia	Atividades econômicas com maior número de contratações em Gramado	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	https://bi.mte.gov.br/bgcaged/	1995 e 2020
Turismo	Mapa de Calor e Área de Captação dos turistas que visitam Gramado e Canela	Pesquisa de Fluxo Turístico Gramado e região. SEBRAE-RS	Arquivo físico ou acesso digital pelo e-mail emersonm@sebraers.com.br	2019
Turismo	Mapa dos <i>Hot Points</i> : áreas com alto volume de turistas em Gramado e Canela	Pesquisa de Fluxo Turístico Gramado e região. SEBRAE-RS	Arquivo físico ou acesso digital pelo e-mail emersonm@sebraers.com.br	2019

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As **entrevistas semiestruturadas** são a terceira e mais importante fonte de dados deste trabalho, haja vista os seus objetivos. Enquanto as fontes anteriores buscam a contextualização histórica e municipal, as entrevistas são utilizadas para a análise dos próprios focos de favelização em zonas rurais.

A estrutura das entrevistas foi criada de tal forma a se parecer com conversas guiadas, portanto não rígidas, mas que buscam obedecer às diretrizes dos objetivos específicos *b* e *c*. Esta conversação parcialmente estruturada pode também ser chamada de *entrevistas em profundidade*, pois desempenham não só uma visão das localidades investigadas, como também revelam a percepção do entrevistado sobre elas. (YIN, 2010). É neste último ponto que se encontra a riqueza dos sistemas de representação e significação dos moradores. E é também, com esta potencialidade em mente, que as perguntas expostas no quadro a seguir buscam extrair o maior número de informações do entrevistado e seu cotidiano.

A construção e classificação das questões foram elaboradas conforme o princípio metodológico de *categorização* segundo Moraes (2003) tendo em vista o esquema habitacional desenvolvido no aporte teórico. Pois bem, cada pergunta é acompanhada por substantivos entre parênteses, os quais representam as unidades de sentido que se busca em cada resposta.

Quando o morador é questionado se nasceu em Gramado, em Canela ou em outra cidade, por exemplo, procura-se entender qual é o quadro circunstancial que ele possui com a região e quais os fatores que o levaram a morar na zona rural. As dimensões do cotidiano e da convivialidade são esperadas nas respostas sobre a relação do morador com a localidade e seus vizinhos.

Sua percepção sobre as cidades, bem como seus locais de acesso e, portanto, convívio / relação com a cidade também são explorados nas perguntas. Ademais, quando se questiona “o que você mudaria na cidade?” é aberto um espaço para a imaginação, a possibilidade e o sentido de habitar do entrevistado.

Por fim, as questões mais objetivas sobre o trabalho, a quantidade de pessoas que moram na casa e se elas possuem algum tipo de relação com alguma instituição privada ou pública, buscam revelar o grau de incidência normativo-técnica no cotidiano dos entrevistados.

Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturadas é uma técnica valiosa na coleta de informações relevantes sobre o fenômeno analisado. Este autor recomenda que, antes da sua execução, é preciso encontrar um bom informante, ou seja, alguém que vive ou convive muito tempo em uma comunidade, por exemplo, com conhecimento amplo e aprofundado das circunstâncias e capacidade de expressar não apenas o fenômeno analisado, mas as suas experiências de vida com relação a ele.

Ademais, Triviños (1987) aponta que a entrevista deve estar bem alinhada com os aspectos técnicos e práticos fundamentais da pesquisa. Antes de iniciá-la, o pesquisador precisa encontrar-se informalmente com os futuros entrevistados, com o intuito de criar vínculos que assegurarão relatos mais completos. E, na hora de proceder com a “conversa-registro”, é importante esclarecer os propósitos do trabalho para os entrevistados, registrar os relatos por meio de gravadores e/ou fotografias apenas se autorizado e mesclar perguntas de natureza descritiva (pedir para o entrevistado contar sobre sua rotina ou vida) e perguntas explicativas (relacionando fenômenos mais amplos).

Ainda com relação às entrevistas semi-estruturadas, parte integrante das fontes de dados, objetiva-se estruturá-las de forma a se parecerem com conversas guiadas, portanto não rígidas, mas que buscam obedecer às diretrizes dos objetivos específicos b e c. Para tanto, proceder-se-á com 14 entrevistas divididas em três grandes grupos. O primeiro, o **grupo dos moradores dos focos**, compreende oito entrevistas, quatro em cada localidade. Os entrevistados não serão identificados pelo nome ou qualquer informação pessoal, salvo pela sua localidade e profissão (se estiverem empregados; por exemplo: entrevistado Foco 1 – autônomo; entrevistado Foco 2 - motorista). O questionário a ser utilizado é:

Quadro 3- Roteiro das entrevistas semiestruturadas: grupo dos moradores

Roteiro das entrevistas semiestruturadas com os moradores dos focos habitacionais nas zonas rurais de Gramado e de Canela
<ul style="list-style-type: none"> • Nasceu em Gramado, em Canela ou em outra cidade? (origem, tempo, relação) • Como se dá sua relação com os vizinhos e com o bairro? (cotidiano, convivialidade) • O que você acha da cidade? (cotidiano, imaginação, Lugar, sentido) • Como se dá a sua relação com a cidade? Onde você compra, trabalha, estuda, passeia? (cotidiano, percepção e relação) • O que você mudaria na cidade? (imaginação, possibilidade, Lugar) • Você trabalha? Se sim, aonde e com o quê? (trabalho e renda) • Quantas pessoas moram com você? (moradia) • Como é sua casa? Tens como descrevê-la? • Você é assistido por algum órgão público? (normas) • A administração local ou outra instituição visita e tem algum projeto neste local? (normas, instituições)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Ademais, pesquisadores e servidores públicos serão entrevistados. O **grupo dos pesquisadores**, incluirá entrevistas com dois pesquisadores membros do estudo regional “Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias 2015-2030” e um extensionista da EMATER Gramado e Canela (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Sua identificação será numeral (Pesquisador 1; Pesquisador 2). E um(a) extensionista pesquisador(a) da EMATER que será identificado(a) como “extensionista rural”.

Quadro 4 - Roteiro das entrevistas semiestruturadas: grupo dos pesquisadores

Roteiro das entrevistas semiestruturadas com o grupo dos pesquisadores
<ul style="list-style-type: none"> • O que o(a) senhor(a) considera quando classifica as moradias de baixa renda como favelização em zonas rurais? • Quais as principais causas e efeitos destas moradias na realidade municipal e regional? • O que a administração pública fez e está fazendo com relação ao problema da habitação na região? • Como vocês percebem, a partir do lugar e contribuição do seu trabalho, o crescimento econômico e populacional de Gramado e Canela a partir dos anos 2000? Quais os desafios destes movimentos?

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

E o **grupo dos servidores públicos**, formado por uma profissional da área da Saúde do município de Gramado, enfermeira responsável pelos agentes de saúde que atuam na linha Carahá; uma profissional da área de Assistência Social de Gramado, atuante no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Várzea Grande, unidade responsável também pelo bairro Carahá; e uma profissional da área de Assistência Social do município de Canela, trabalhadora do Centro de

Referência de Assistência Social (CRAS) Canelinha, unidade responsável também pela localidade onde a estrada João de Deus Palhano é encontrada. Identificação dos entrevistados: Servidor Público “Gramado AS”; Servidor Público “Gramado S”; Servidor Público “Canela AS”.

Quadro 5 - Roteiro das entrevistas semiestruturadas: grupo dos servidores públicos

Roteiro das entrevistas semiestruturadas com o grupo dos servidores públicos
<ul style="list-style-type: none"> • Vocês realizam visitas periódicas no local (Foco 1 ou 2)? Algum programa social é desenvolvido nesta localidade? • Quais as principais características socioeconômicas dos moradores destes focos ou localidades similares? • Qual a maior demanda social hoje no município, a partir da sua experiência como enfermeiro(a) / assistente social? • Como vocês percebem, a partir do lugar e contribuição do seu trabalho, o crescimento econômico e populacional de Gramado e Canela a partir dos anos 2000? Quais os desafios destes movimentos?

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os documentos, os registros em arquivo e as entrevistas semiestruturadas são elementos importantes na construção do metatexto descritivo-interpretativo, nos moldes de Moraes (2003), apresentado na próxima seção sobre as técnicas de análise utilizadas nesta dissertação.

5.3.1 REGISTROS FOTOGRÁFICOS E A PAISAGEM COMO RECURSO METODOLÓGICO: BREVES COMENTÁRIOS A PARTIR DO OLHAR MILTONIANO

Os **registros fotográficos** realizados pelo autor desta dissertação também são utilizados como um recurso metodológico para capturar a paisagem das localidades analisadas.

A paisagem, segundo Milton Santos (2014a), manifesta-se através da percepção. A paisagem é tudo aquilo de concreto que toca nossos sentidos, por isso ela deve ser interpretada como a síntese de um procedimento multissensorial.

Contudo, desde já, é importante mencionar que a paisagem não é o espaço geográfico. A primeira é apenas a aparência, enquanto o segundo é o movimento societário que a anima, a adjetiva e a constitui. A paisagem indica apenas os elementos superficiais e aparentes dos nexos invisíveis que a formam. Ela acumula ou cristaliza diferentes tempos e dinamiza, em um ritmo relativamente mais lento, formas, funções e possibilidades de ação em determinado recorte geográfico. (SANTOS, 2014a).

Em uma conferência para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no ano de 1995, Santos (2019) traz provocações importantes para se pensar a paisagem. Destacam-se, primeiramente, as constatações geográficas sobre a paisagem em si. Segundo este autor, o reino do agido incide sobre a paisagem. Ela é um fragmento que projeta um todo, mas não é o todo. Esta incompletude faz da paisagem uma espécie de quadro, um receptáculo de uma totalidade já dada. Ela pode ser interpretada como um sistema material com relativa estabilidade, o qual se torna uma das faces da realidade territorial.

Outro ponto a se destacar são os objetos que constituem a paisagem. O arranjo de objetos encontrado nela possibilita um método eficiente de captura das qualidades funcionais e sistêmicas ali detectadas. Cada objeto possui uma qualidade específica, uma função técnica bem definida, mas que só se realizará integralmente dentro de um contexto, dentro de um sistema. O objeto em si não possui valor, apenas o terá se contextualizado na sociedade. E aqui entra o papel do espaço geográfico. (SANTOS, 2019).

Assim, a paisagem é um competente recurso metodológico para entender o espaço. A necessidade de utilizar-se destes dois elementos para uma compreensão satisfatória da realidade é imprescindível. Nas palavras de Santos, 2014a, p. 79:

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, a paisagem e o espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade.

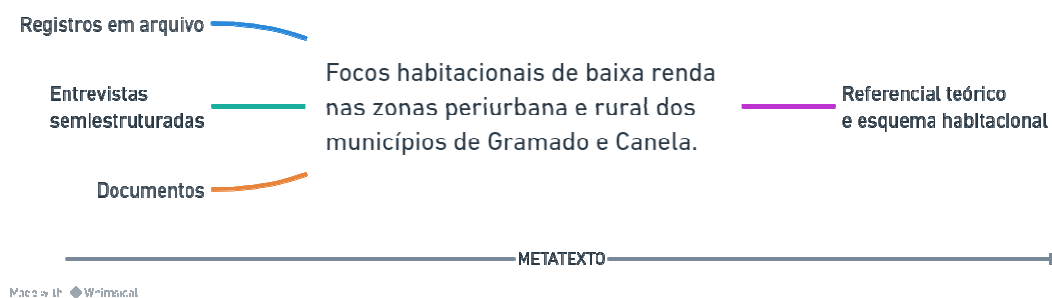
A paisagem também revela, de certa maneira, o movimento histórico dos sistemas técnicos e produtivos. Ela indica como o espaço era e é produzido. A inserção ou justaposição de objetos técnicos contemporâneos com outros pertencentes a momentos pretéritos aponta a paisagem como um resultado ou um conjunto de formas heterogêneas, com temporalidades diversas e origens naturais e artificiais (culturais). Assim, as formas da paisagem também dependem das condições políticas, sociais e econômicas de uma determinada época. (SANTOS, 2014a).

5.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Este trabalho utiliza essencialmente duas técnicas de análise. A primeira, nomeada triangulação de dados, é um procedimento bastante utilizado nas pesquisas envolvendo estudos de caso. De acordo com Yin (2010), a triangulação é um exercício que visa coletar múltiplas fontes de informação com o objetivo de indicarem, sob diferentes perspectivas, o mesmo fato ou fenômeno. Em outras palavras, as diversas fontes de evidência proporcionam diferentes camadas de avaliação do mesmo fenômeno, e este se torna, portanto, o ponto de convergência de todas as fontes.

O problema de contextualização geográfica e histórica neste trabalho exige que as distintas fontes analisadas dialoguem entre si e revelem (mas não esgotem) a complexidade da realidade que se quer analisar. Os focos de favelização em zonas rurais são fenômenos habitacionais oriundos de uma combinação particular de temporalidades, incidências político-culturais e sistemas de objetos e ações. Em suma, estes focos são resultados da formação sócio-espacial específica dos municípios de Gramado e Canela que, por sua vez, encontram-se exercendo determinadas funções em circuitos socioeconômicos e geográficos com maiores extensões e verticalidades. Portanto, a reflexão geográfica sobre a habitação a partir da favelização em suas zonas rurais no período 2000-2020, empreendida nesta dissertação, é o resultado da triangulação de documentos, dados regionais e municipais e entrevistas semiestruturadas. Todas estas fontes estão em um íntimo diálogo com o aporte teórico e seu respectivo esquema habitacional dialético-existencialista.

Figura 18 - Triangulação dos dados



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em consonância com Triviños (1987), a triangulação possui o objetivo de abranger a máxima amplitude na compreensão, descrição e explicação do que se busca estudar. Dentre as fontes de coleta, o pesquisador deparar-se-á com dados, materiais, isto é, documentos mais amplos que os dados, pois ultrapassam as informações puramente quantificadas e entrevistas semiestruturadas.

A segunda técnica, articulada com a triangulação de dados, é inspirada nos procedimentos de Moraes (2003), quando este aborda sobre a análise textual de documentos já existentes ou criados a partir de entrevistas e observações.

A principal intenção das pesquisas qualitativas é, acima de tudo, a compreensão dos fenômenos estudados. As entrevistas, neste contexto, são instrumentos importantes para o desvelamento de elementos capazes de guiar o pesquisador no seu caminho de costura entre o seu referencial teórico e o material coletado nas visitas de campo. (MORAES, 2003).

Moraes (2003) é paradoxalmente rigoroso e aberto com o procedimento metodológico por ele proposto. O procedimento em si é composto por três etapas nucleares e um elemento teleológico que amalgama as demais. São elas: i) unitarização; ii) categorização; iii) a construção de um metatexto; e a auto-organização. O rigor está concentrado principalmente nas três primeiras etapas, onde o material coletado é separado em unidades de sentido, categorizado e interpretado segundo o respaldo teórico do pesquisador. Já a auto-organização exige do pesquisador uma abertura a elementos novos que surgem das entrevistas e, portanto, aparecem como potenciais criadores de significados emergentes e iluminadores. Não à toa que Moraes (2003) também chama este caminho metodológico de “tempestade de luz”.

[...] a análise textual qualitativa pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do *corpus*, a *unitarização*; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Esse processo em seu todo pode ser comparado com *uma tempestade de luz*. O processo analítico consiste em criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se flashes fugazes de raios de luz iluminando os fenômenos investigados, que possibilitam, por meio de um esforço de comunicação intenso, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise. (MORAES, 2003, p. 192).

A **unitarização**, a primeira etapa, demanda, de antemão, a compreensão de que a leitura de um *corpus* textual pode mudar de sujeito para sujeito, pois depende do contexto linguístico, semântico e até mesmo socioeconômico de quem está analisando. A polissemia é um axioma para quem utiliza o método de interpretação textual e, logo, deve-se considerar que sempre existirão caminhos diferentes de interpretação para um mesmo documento. Em adição, há vários tipos de leitura, desde aquelas mais simples onde se pode *denotar* sentidos, até as mais profundas, onde é possível *conotar* sentidos. Ambos os casos também caem no pressuposto da polissemia. (MORAES, 2003).

Para o pesquisador social, esta polissemia é marcada pelo seu estudo teórico. Consciente ou inconscientemente, o processo de significação textual obedecerá às conjecturas teóricas do pesquisador. O principal objetivo deste, portanto, é comunicar os novos sentidos capturados por ele a partir de sua leitura da realidade. No caso das entrevistas, por exemplo, para além das estruturas teóricas norteadoras, é importante que o pesquisador esteja aberto às incertezas e aos novos “lampejos intuitivos” que podem surgir no ato do diálogo. (MORAES, 2003).

O esquema habitacional localizado no quarto capítulo desta dissertação é essencial para todos os processos de análise textual. Dividiu-se a análise em quatro grandes grupos de unitarização: **forma**, **função**, **processo** e **estrutura**. A apreensão de elementos reveladores de processos institucionais, técnicos e normativos na vida dos moradores, verticalidades de um lado; e suas redes de solidariedade, convívio, espontaneidade e imaginação, horizontalidades de outro, são temas indispensáveis na elaboração de cada etapa analítica e preenchimento dos grupos acima classificados.

Assim, ao analisar as áreas de favelização em zonas rurais sob o olhar espacial (SANTOS, 2017), há que se ter em mente os seguintes aspectos:

- **Forma:** as casas e o bairro onde estas construções se localizam. Os materiais utilizados para sua construção, assim como a existência ou não de vias de fácil acesso ao local, a existência de uma rede de saneamento, água, luz, acesso à internet e asfaltamento (elementos de infraestrutura);
- **Função:** a habitação é rural ou urbana? As casas localizadas na zona rural utilizam o solo para o plantio familiar ou comercial; ou são apenas locais de

residência, no sentido urbano, acolhendo trabalhadores que se deslocam diariamente para exercer suas atividades na cidade;

- **Processo:** a Formação Sócio-Espacial dos municípios que, atualmente, no sistema territorial da metropolização, digitalização e financeirização da economia, gravita no projeto de turistificação em massa, contratando grande parte da mão-de-obra nos serviços terciários, em especial nos restaurantes, hotéis e outras atividades relacionadas ao lazer.
- **Estrutura:** a estrutura dos municípios segundo seus documentos emancipatórios (limites físicos e administrativos) e seus respectivos documentos de ordenação da cidade, a exemplo dos planos diretores.

O *corpus* desta pesquisa, seguindo as diretrizes de Moraes (2003), serão as entrevistas e os registros fotográficos. Sim, este autor considera outros recursos não-textuais também como elementos a serem analisados, pois *comunicam* alguma coisa. Eles representam documentos *significantes*, discursos que expressam, mas também descrevem algum fenômeno, uma forma de vida, certa realidade passível de análise e extração de *significados*.

O processo de desconstrução do texto é, segundo Moraes (2003), a fragmentação do documento textual em unidades menores que podem ser chamadas de unidades de sentido ou de significado. Novamente, a quantidade de fragmentos é inerente aos objetivos de cada pesquisa. Neste trabalho, as unidades de sentido obedecem aos dois grandes grupos conceituais do esquema habitacional (conceitos *a priori*), sempre atentando às imprevisibilidades das entrevistas (conceitos emergentes).

A segunda etapa, denominada de **categorização**, consiste em um processo de comparação das unidades de sentido com vistas a agrupá-las em categorias. (MORAES, 2003). Este movimento permite que as diferentes unidades (existências técnicas, existências normativas, espessuras institucionais ou existências solidárias, espontâneas, conviviais, etc) retomem ao seu grupo semântico maior, dialogando com o aporte teórico deste trabalho.

No seu conjunto, as categorias constituem os elementos de organização do metatexto que a análise pretende escrever. É a partir delas que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise. (MORAES, 2003, p. 197)

Outro objetivo desta etapa é dialogar os métodos indutivo e dedutivo, ou seja, assim como na unitarização, o procedimento metodológico realiza-se por meio de categorias analíticas *a priori*, construídas ao longo da análise teórica, mas com certa abertura aos *elementos novos de significação* presentes nas entrevistas, os quais podem induzir o pesquisador a uma nova análise a partir do que foi escutado, coletado ou registrado. Assim, características como a abdução e intuição devem estar presentes para possibilitar a captura do novo, bem como a escalada da análise sob novos ângulos. (MORAES, 2003).

Enquanto, por exemplo, a dedução implica, geralmente, procura de objetividade, verificabilidade e quantificação, a opção pela indução, intuição e abdução traz dentro de si a subjetividade, o foco na qualidade, a idéia de construção, a abertura ao novo. (MORAES, 2003, p. 198).

Por último, **a criação do metatexto**, é a etapa constituída pela criação textual estruturada em “descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de compreensão e teorização dos fenômenos investigados” (MORAES, 2003, p. 202).

O metatexto é o motivo pelo qual as categorias anteriormente levantadas e suas respectivas unidades de sentido são realizadas e estas, por sua vez, são a estrutura básica do metatexto. É nesta etapa que o pesquisador deve utilizar a argumentação teórica e a intuição como forma de interpretação do material capturado nas atividades metodológicas (nas visitas de campo, por exemplo), assim como na descrição crítica do fenômeno analisado. (MORAES, 2003).

“Entendemos, assim, a descrição como um esforço de exposição de sentidos e significados em sua aproximação mais direta com os textos analisados” (MENDES, 2003, p. 203). Portanto, a descrição aqui não só pretende apresentar de forma clara o conteúdo das falas dos entrevistados, como também utilizará a transcrição como ferramenta de fidedignidade do discurso.

A descrição, segundo Moraes (2003), é o movimento de produção textual com característica mais próximas do empírico. A densidade da descrição, portanto, é um caminho assertivo para se alcançar a verossimilhança do que está sendo analisado. Já o caso da interpretação requer, no entendimento deste autor, um esforço maior de abstração e, portanto, afastamento do dado “bruto” para que ele possa ser visto em camadas mais profundas, sutis. A interpretação qualificada neste sentido pode ser colocada como um sinônimo de teorização. A inferência, o constante diálogo

com as bases teóricas e a elucubração de ideias e signos são alguns elementos que podem surgir a partir do processo de interpretação do *corpus* textual.

A produção de um metatexto descritivo-interpretativo, uma das formas de caracterizar a análise textual qualitativa, constitui-se num esforço em expressar intuições e novos entendimentos atingidos a partir da impregnação intensa com o *corpus* da análise. É, portanto, um esforço construtivo no sentido de ampliar a compreensão dos fenômenos investigados. (MORAES, 2003, p. 205).

Finalmente, é importante mencionar o alerta de Moraes (2003) para a auto-organização deste procedimento metodológico. Este tipo de conduta é caracterizada pelo conhecimento adquirido através de um processo de aprendizagem vivo, dinâmico e em constante diálogo com a desconstrução, a comunicação e a emergência. Esta tríade leva o pesquisador a organizar informações aparentemente caóticas por meio do seu corolário teórico-metodológico, apreender *insights*, capturar nuances e nexos invisíveis, mas importantes e comunicá-los através de uma nova ordem, uma nova provocação, um novo prisma que se abre e revela outras possibilidades de compreensão do real.

5.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A escolha de desenvolver uma pesquisa de cunho qualitativo pode apresentar inúmeros benefícios para o aprofundamento da análise de determinados contextos espaciais. Todavia, esta mesma escolha carrega algumas restrições, como o impedimento à generalização, visto que ela não pretende construir diretrizes gerais e aplicáveis para uma diversidade de produções acadêmicas. Ademais, há algumas limitações inerentes a este trabalho.

A primeira delas se encontra na elaboração teórica. Como informado no início do segundo capítulo, o autor decidiu partir de elucubrações miltonianas para dissertar sobre o espaço geográfico. Depois, optou-se por alguns autores que analisaram com mais profundidade o conceito de território. A escolha destes dois grandes temas foi imprescindível para a elaboração do capítulo sobre a habitação que poderia ser substancialmente diferente se outras matrizes teóricas ou outros conceitos geográficos fossem utilizados.

A segunda limitação passa pelos distintos passos do método e dos procedimentos operacionais. A escolha dos documentos como fonte de informação

para esta dissertação também foi circunscrita e passou não só pelo filtro dos objetivos específicos apresentados no capítulo introdutório, como também pelo limite de acesso (tecnológico e social) do autor aos registros históricos da região. Se outros documentos fossem acessados e analisados, a narrativa da Formação Sócio-Espacial dos municípios gramadense e canelense poderia apresentar tônicas e ênfases distintas. Esta mesma observação é válida para as bases de dados e entrevistas realizadas com os moradores dos Focos 1 e 2. Se outras bases quantitativas fossem consultadas, assim como outro roteiro de perguntas fosse elaborado, as considerações na análise de resultados seriam potencialmente divergentes.

Por fim, a trajetória acadêmica, a história de vida e o grau de conhecimento do autor desta dissertação é um fator importante na forma e no conteúdo da elaboração e costura dos conceitos, na coleta e análise das fontes de dados e no desenvolvimento das descrições e interpretações do metatexto. Tendo sua formação em ciências econômicas, o *habitus* do autor delinea um caminho teórico-metodológico particularmente distinto de outros autores, caso estes empreendessem em uma reflexão geográfica sobre a habitação.

6. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DE GRAMADO E CANELA

Analisar a realidade de um ou mais municípios sempre é algo desafiador. Desde já, tem-se em mente que o esforço de capturar elementos do real deve passar por uma apuração teórica que facilita a coleta de dados relevantes para o que se pretende estudar e transformar. A complexidade aqui imanente obriga o pesquisador a selecionar apenas algumas interfaces do vivido e propor formas de observação que iluminem a compreensão dos sujeitos daquela realidade. A realidade nunca pode ser capturada em sua totalidade. Por mais frustrante que soe esta última afirmação, é importante apontar a beleza que ela também carrega: a incompletude. A análise da realidade deve estar sempre aberta ao diálogo transdisciplinar. (SANTOS, 2020).

É um traço importante do método miltoniano a análise das localidades por meio daquilo que ele chamou de Formação Sócio-Espacial (SANTOS, 2020). O tempo, as temporalidades e, sobretudo, a periodização como meio de desvelar as

“áreas temporais de significação”, “modos de produção” e seus respectivos “momentos” (Santos, 2020, p. 13) enriquecem a análise geográfica e abrem o diálogo com distintos nexos construtores da realidade.

A Formação Sócio-Espacial pode ser entendida como “[...] o estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias de produção” (Santos, 2021, p. 240). A noção de formação sócio-espacial não é sinônimo da noção de sociedade global. Apesar de complementares, a primeira expressa um tipo de sociedade específica, isto é, uma análise em um dado recorte geográfico que carrega sua própria herança histórica, com suas determinações e condicionantes pretéritos, especificidades e rugosidades como processos de acumulação, refrações e justaposição de formas e funções que operam dentro de uma estrutura ou modo de produção específico, neste caso, o modo de produção capitalista. (SANTOS, 2021).

Quanto menor o *locus* estudado, mais complexo ele se torna, pois há um maior número de variáveis exógenas que determinam seu papel no processo produtivo, no consumo, na circulação e distribuição de mercadorias, assim como no campo social. (SANTOS, 2020).

Destarte, este capítulo tem como principal objetivo compreender a formação sócio-espacial dos municípios sul-rio-grandenses de Gramado e Canela nas últimas décadas através de elementos da sua dimensão geográfica e econômico-cultural. Revisitar-se-á Milton Santos, mas também teóricos como Saskia Sassen, Loïc Wacquant, Otilia Arantes com o intuito de conceber instrumentos analíticos pertinentes ao objetivo maior deste estudo.

Busca-se, através de evidências imagéticas e estatísticas, mostrar a indistinção hodierna entre cultura e economia. Arantes (2000) sinaliza a cultura como fator basilar de conformação de “fenômenos sociais totais”. Em outras palavras, pode-se dizer que a lógica do capitalismo contemporâneo se torna cultural; e a práxis cultural se manifesta na “indústria da consciência”, nas permanentes gentrificações e na ideologia crescimentista e libertária-cultural dos planos estratégicos de desenvolvimento municipal.

Inicia-se com uma breve contextualização econômica e demográfica de Gramado e Canela. A subseção 6.1.1 e 6.1.2 analisam o processo territorial de formação dos municípios e suas heranças para a economia local. Tais subseções

são respectivamente intituladas “Ocupação” e “Modernização” do território. A subseção seguinte, a “Espetacularização” do território, concentra-se nos últimos 35 anos, isto é, no período 1985-2020 para evidenciar as transformações produtivas destas cidades, que passaram a diminuir o valor agregado bruto de sua indústria e substituí-lo pelo valor produzido pelo setor terciário, em especial nas atividades voltadas ao turismo.

A seção 6.2 retoma a discussão sobre a metropolização considerando as zonas rurais destes municípios. Recorre-se a estudos que analisam o “rural” e o campo na contemporaneidade e sua íntima relação com os fluxos materiais e imateriais provenientes do “urbano”; da cidade, em especial dos processos de espetacularização turística da experiência rural e de sua paisagem. Todo este apanhado teórico é elucidado com capturas fotográficas das zonas rurais de Gramado e Canela.

6.1 O QUADRO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO DE GRAMADO E CANELA

Gramado e Canela são dois municípios localizados no nordeste do estado do Rio Grande do Sul e pertencentes ao Conselho Regional de Desenvolvimento Hortênsias ou COREDE Hortênsias, uma classificação voltada para o planejamento regional engendrada pela Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão. Além destes dois municípios, o COREDE é composto por Picada Café, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Jaquirana. No quadro a seguir é possível visualizar algumas informações socioeconômicas e demográficas destes municípios.

Tabela 1 – Dados demográficos e econômicos dos municípios do COREDE Hortênsias (2015, 2019, 2020)

Municípios	Área (km ²)	População (hab)	PIB (R\$)	PIBpc (R\$ / hab)
	2015	2022	2019	2019
Cambará do Sul	1.208,65	6.361	178.808.825	27.804,20
Canela	253,77	48.946	1.256.118.474	27.914,98
Gramado	237,83	40.134	2.257.904.456	62.317,96
Jaquirana	907,94	3.690	69.997.130	18.836,69
Nova Petrópolis	291,30	23.177	855.127.068	40.047,16
Picada Café	85,15	5.351	326.941.633	56.938,63
São Francisco de Paula	3.272,95	21.893	724.559.839	33.374,47
COREDE Hortênsias	6.257,58	149.552	5.669.457.425	-

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do DEE-Dados (2022), DEE-Dados (2022a) e FEE (2022c); IBGE (2023).

Gramado e Canela representam apenas 8% do total da área da região, enquanto que São Francisco de Paula chega a abarcar 52%. Apesar das assimetrias na extensão dos municípios, pode-se observar que Canela representava, em 2018, 33% do total populacional do COREDE Hortênsias, seguida por Gramado com 27% da população e Nova Petrópolis e São Francisco de Paula com 15% e 14% respectivamente. Cambará do Sul, Jaquirana e Picada Café, por outro lado, concentravam apenas 11% do total da população da região.

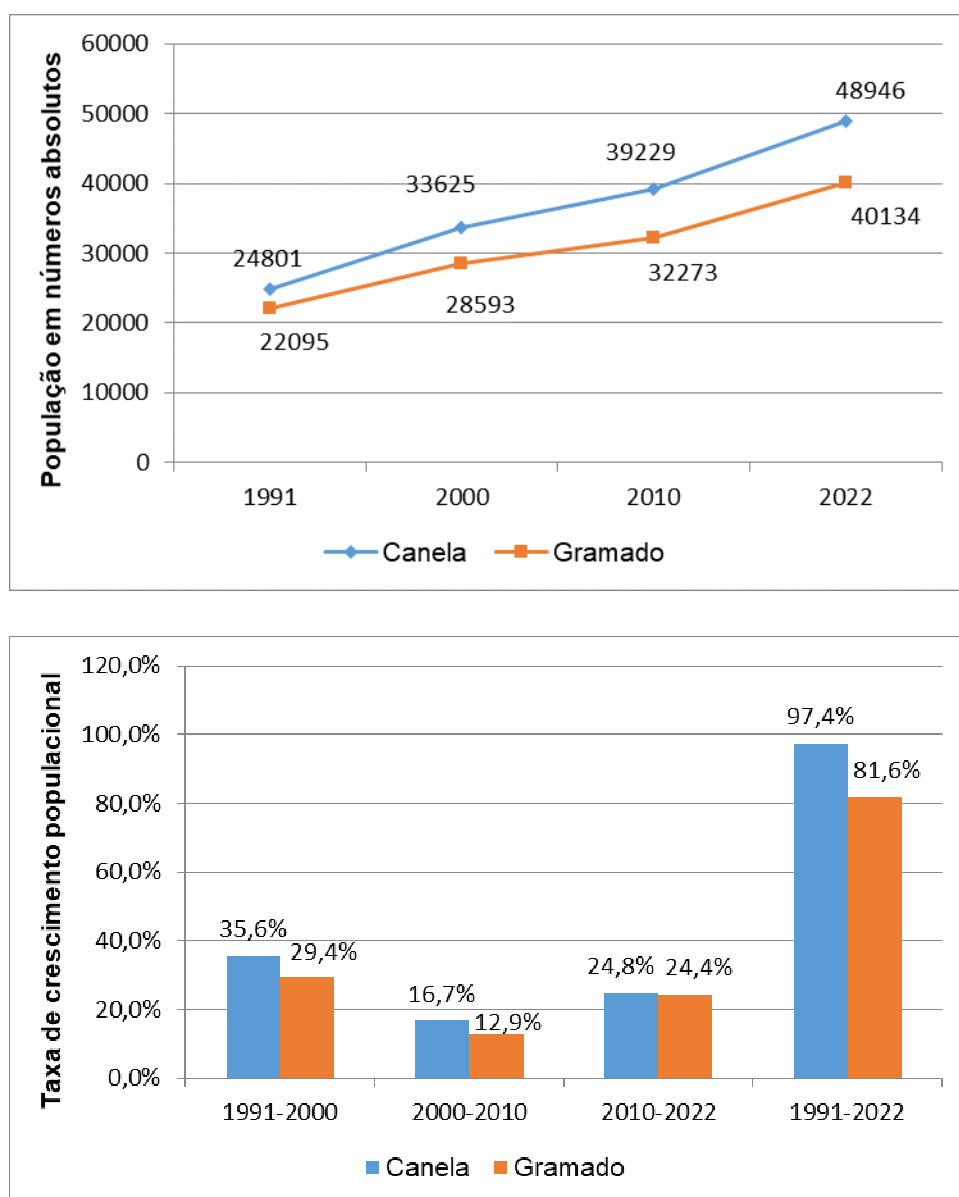
Figura 19 – Conselho Regional de Desenvolvimento Hortênsias



Fonte: Corede Hortênsias, 2017.

A população gramadense e canelense cresceu aproximadamente 24% no período entre 2010 e 2022, perdendo apenas para o interstício censitário de 1991 e 2000. Nos últimos 31 anos, o número de habitantes canelenses praticamente dobrou, passando de 24.801 para 48.946, um aumento de 97,4%. Gramado, por seu turno, registrou um aumento populacional de 81,6% neste mesmo período, isto é, passou de 22.095 habitantes em 1991 para 40.134 em 2022.

Gráfico 1- População e taxa de crescimento populacional em Gramado e Canela nos anos censitários



Fonte: IBGE, 2023.

A composição representativa do PIB revela outra hierarquia. Em 2019, Gramado totalizava 39,8% do PIB regional, acompanhado por Canela com 22,2% e

Nova Petrópolis com 15,1%. Os demais municípios concentravam 22,9% da produção interna bruta da região. Por outro lado, se analisado o PIB *per capita* de 2019 de forma decrescente, Gramado se encontra em primeiro lugar, passando para Picada Café e depois Nova Petrópolis. (BATISTI; GRINGS; RODRIGUES, 2020).

Estes dados mostram claramente a centralidade demográfica e econômica dos municípios de Gramado e Canela para a região. Contudo, apesar de sua influência local, o município de Caxias do Sul, pertencente ao COREDE Serra, ainda é classificado como a cidade de influência da macro-região Hortênsias-Serra. Isto se dá pelo fato de Caxias do Sul apresentar um tecido socioeconômico e urbano mais denso se comparada com as demais municipalidades, além de englobar um setor industrial com maior investimento de capital e tecnologia (metalurgia, por exemplo), e um setor terciário com serviços administrativos, jurídicos, logísticos, de saúde e financeiros mais complexos. (COREDE Hortênsias, 2017).

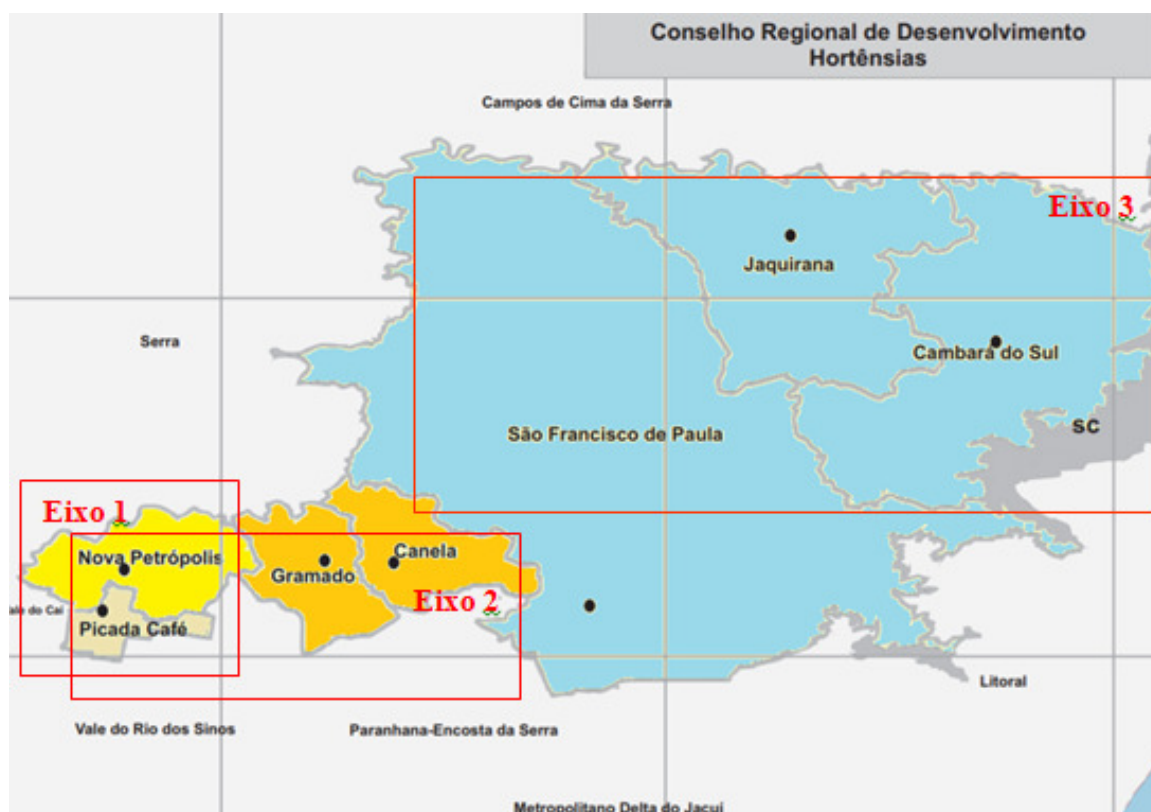
Segundo o estudo de Batisti, Grings e Rodrigues (2020), se quantificados os números de vínculos por setor econômico, a região pode ser dividida em três nexos ou eixos produtivos. O primeiro eixo, **Picada Café-Nova Petrópolis**, apresenta ainda nexos produtivos com o Vale dos Sinos, visto que as atividades do setor de calçados ainda possuem importância no total de contratações formais destes municípios, em especial Picada Café. Um dos motivos é que este último está mais próximo geograficamente dos municípios calçadistas do Vale dos Sinos e reflete a reticularidade econômica ou o arranjo produtivo local desta região.

O segundo eixo, **Nova Petrópolis-Gramado-Canela**, se caracteriza pelas atividades de comércio, hotelaria, restaurantes e construção civil. O turismo é o principal indutor do crescimento destas cidades, impulsionando as contratações não só nos setores anteriormente citados, como também nos parques de diversão, parques temáticos e demais atividades relacionadas ao lazer. Para Gramado, o turismo é o maior conector entre as atividades remanescentes do setor secundário, como a fabricação de móveis, artesanato e chocolates. Já em Canela, os serviços especializados em viagens e a construção civil estão articulados com as crescentes demandas turísticas dos últimos anos. Nova Petrópolis aparece novamente, pois ela se encontra em uma transição de um modelo de desenvolvimento baseado na indústria calçadista para iniciativas locais com foco no turismo. A relevância econômica do projeto de desenvolvimento via turismo é relativamente recente nestas localidades, podendo ser historicamente situado a partir dos anos 2000, onde

se observa uma intensificação de atividades comerciais, hoteleiras e de serviços voltados ao visitante. Esta inflexão na matriz produtiva gramadense e canelense será analisada com mais profundidade nas seções a seguir, onde se tentará demonstrar o uso de elementos culturais ou do *culturalismo de mercado* como força motriz de geração de valor agregado para o setor terciário. (BATISTI; GRINGS; RODRIGUES, 2020).

O terceiro eixo produtivo da região das Hortênsias, **São Francisco de Paula-Cambará do Sul-Jaquirana**, se destaca pelas atividades de extração e desdobramento de madeira (serrarias) e pelos cultivos permanentes e temporários, em especial de hortaliças, de maçãs e de batatas. Entretanto, é possível apontar que Cambará do Sul apresentou um importante crescimento nas contratações dos hotéis e São Francisco de Paula aumentou os postos de trabalho formais nos restaurantes nos últimos anos. (BATISTI; GRINGS; RODRIGUES, 2020).

Figura 20 - Mapa dos Municípios e Eixos produtivos do COREDE Hortênsias



Fonte: Batisti, Grings e Rodrigues (2020).

Segundo o Departamento de Economia e Estatística (DEE, 2022) da Secretaria de Planejamento e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, o Índice

de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) de Gramado e Canela, para o ano de 2018, foi de 0,824 e 0,735, respectivamente. O Idese é um índice entre 0 e 1 (onde zero representa desenvolvimento nulo e 1 desenvolvimento pleno) com um cálculo muito parecido com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois também é composto por três blocos de variáveis: renda, educação e saúde. Para Gramado, o componente “educação” apresentou o menor resultado em 2018 (0,784), ultrapassado pelas variáveis do “bloco renda” (0,817) que por sua vez deram espaço para as variáveis da saúde, com um resultado de 0,872. Canela, em contrapartida, apresentou um Idese de 0,637 para renda; 0,725 para educação; e 0,842 para o bloco da saúde.

O intuito desta breve seção foi construir a partir de dados estatísticos públicos uma “fotografia” recente do desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Gramado e Canela. A escolha de algumas variáveis do mundo do trabalho, da demografia local e do desenvolvimento econômico municipal revela parcialmente a quadratura de uma história muito mais complexa. Se analisados dados ambientais, educacionais e políticos, por exemplo, o enfoque dado a estas localidades induziria a outras formas de interpretação desta mesma realidade.

Entretanto, as seções a seguir buscam entender as manifestações hodiernas destes municípios a partir da análise de alguns dados econômicos e também culturais. Isto se dá porque há duas grandes referências metodológicas por trás da investigação deste capítulo. A primeira dá continuidade ao edifício metodológico de Milton Santos (SANTOS; SILVEIRA, 2003; SANTOS, 2014a, 2017, 2018, 2019, 2020) através da apreensão dos diferentes usos do território, dos contextos normativos e dos nexos técnicos que dinamizaram e ainda dinamizam o solo hoje conhecido como Gramado e Canela. A periodização nomeada pelos termos “ocupação”, “modernização” e “espetacularização” do território busca refletir a influência territorial do modo de produção capitalista na organização da população e na estrutura das atividades econômicas e demais eventos regionais. Os diferentes atores históricos e sociais são apresentados, bem como sua evolução organizatória para confrontar e entrelaçar suas heranças tecno-psicossociais com o enquadre contemporâneo gramadense e canelense.

Desta forma, retomando o que foi analisado no capítulo sobre o conceito de território desta dissertação, pode-se dizer que alguns autores apontam o tempo hoje vivido não como aquele da urbanização, mas aquele da metropolização, pois esta

não só carrega elementos físicos do urbano (cidade) para o campo ou para lugares remotos e pouco urbanizados, como também, através dos circuitos financeiros de investimento e propaganda corporativista, espalham valores do imaginário urbano ou da modernização para qualquer parte do planeta que, por sua vez, se veem engolfadas por uma rede global cada vez mais densa e dependente. Normalmente este fenômeno recai na população na forma de democracia de mercado, como apontado no léxico miltoniano, ou na cultura do consumo. Em linhas gerais, atualmente, é difícil encontrar localidades que escapam da articulação financeira, liberal, mercadológica, modernizante, corporativista e consumista entre a ideologia e a tecnologia, sobretudo a da informação. (SANTOS, 2018; SASSEN, 2010; ARANTES, 2000; SERPA; CARLOS, 2018; MARAFON; CHELOTTI; PESSOA, 2020).

Assim sendo, a segunda referência para as próximas seções, diz respeito às observações de Arantes (2000) com relação à *cultura* como elemento de acumulação de capital e a cidade como máquina de crescimento econômico. O culturalismo de mercado, o *image-marketing*, o planejamento estratégico, a competitividade e os signos culturais são outros elementos metodológicos arantianos que auxiliarão na compreensão da dimensão psicoférica da realidade canelense e gramadense.

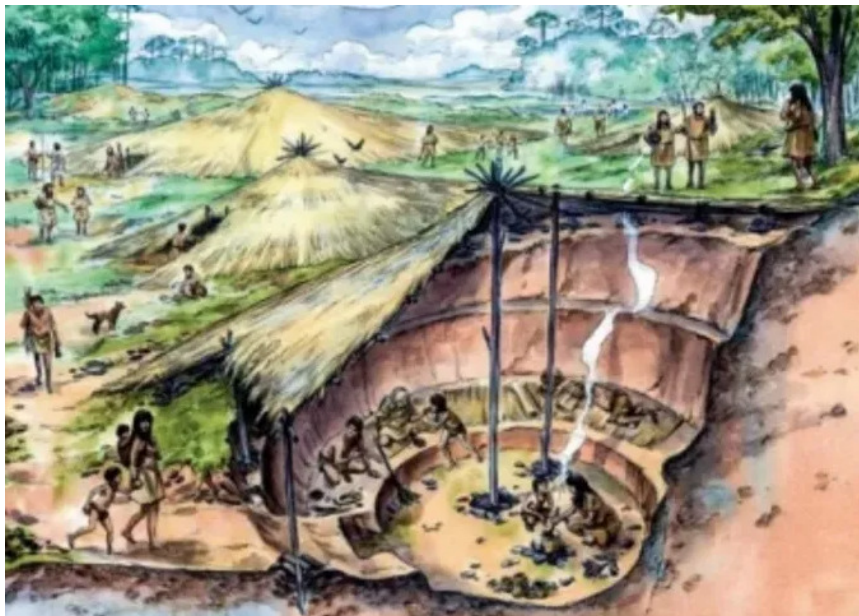
6.1.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE GRAMADO E CANELA: POVOS ORIGINÁRIOS, TROPEIRISMO E IMIGRAÇÕES SOB A INSÍGNIA RÉGIA

A complexidade cultural, no entendimento de Garcia (1997), é um resultado do processo histórico de migração ou da chegada e coexistência de vários grupos étnicos. Esta afirmação é válida para explicar a formação territorial dos municípios de Gramado e Canela.

A região onde hoje se encontra Canela e Gramado costumava ser o local de povoamento e de trocas interculturais entre os povos indígenas Kaingangs e Guaranis. Segundo a Secretaria Municipal da Cultura de Gramado (2023), estes povos eram essencialmente caçadores-coletores que conviviam na região nordeste do estado, na transição entre as escarpas do Planalto Meridional e a Depressão Central. No caso dos kaingangs, que habitavam as regiões mais frias e montanhosas, a habitação se dava em paleotocas ou abrigos subterrâneos. É

documentado que sua ocupação territorial remonta há aproximadamente 12 mil anos. (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO, 2023).

Figura 21 – Casa subterrânea kaingang



Fonte: Secretaria Municipal da Cultura de Gramado, 2023.

Enquanto os Guaranis viviam nas terras mais baixas da encosta da serra, onde hoje se localiza o Vale do Paranhana e o curso do Rio Caí, os Kaingangs conviviam em meio à floresta da escarpa do Planalto Meridional, incluindo a região hodiernamente conhecida como Gramado e Canela. Os Kaingangs, além de praticar a coleta e a caça, eram especialistas na confecção de objetos de cerâmica, atividade também compartilhada pelos Guaranis. As araucárias típicas da região estão intimamente ligadas com as narrativas da cosmogênese kaingang, além de representarem uma importante fonte de alimento nos tempos mais inóspitos e gélidos do inverno. Inclusive, a forma subterrânea de suas moradias tinha, para além dos aspectos de segurança, o objetivo de criar uma proteção térmica mais eficaz para as baixas temperaturas da região. (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO, 2023).

A longa ocupação territorial destes povos originários foi interrompida pelas políticas de “branqueamento” populacional do governo imperial brasileiro durante os séculos XVIII e XIX, fazendo com que esta população fosse violentamente retirada destas terras que passaram a ser ocupadas por descendentes lusitanos e açorianos, também conhecidos como tropeiros. (BUENO, 2003).

O tropeirismo, ou o comércio de longa distância, mudou drasticamente o uso do território nesta região que passou a servir como um importante local de entreposto comercial e repouso para os tropeiros. Desta nova função, destacam-se os cavalos e mulas como principais elementos do transporte comercial de alimentos, de rebanhos e de determinados produtos manufaturados *da* e *para* a campanha sul-rio-grandense, área que por sua vez foi acionada na época pujante da economia escravista mineira que encontrou nesta região formas rentáveis da prática pecuária. Entretanto, o comércio que se dava na região Gramado-Canela era predominantemente voltado para Porto Alegre e o Vale do Sinos. (FURTADO, 2006; SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO, 2023).

Os tropeiros que passavam pela região, segundo a Secretaria Municipal da Cultura de Gramado (2023), eram um grupo diverso composto por descendentes de portugueses, açorianos, afro-brasileiros e indígenas oriundos de diferentes regiões do Brasil. Sua ocupação era realizada para fins comerciais (caminhos de passagem); como um lugar de descanso entre as viagens comerciais; como local de extração de recursos naturais (extração e coleta da casca da gramimunha, matéria-prima do tanino utilizado nos cortumes e na produção de erva-mate); e para a tomada de terras devolutas ou “sem dono”. Foi graças a esta última forma de ocupação que os estudos históricos locais apontam para o tropeirismo como o primeiro evento sistemático de ocupação e origem da cidade de Gramado. (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO, 2023).

Os séculos XVII e XVIII foram palco do tropeirismo de passagem e de repouso, reflexo das dinâmicas econômicas do Brasil Colônia. Entretanto, a partir do século XIX, alguns tropeiros acabaram permanecendo na região, solicitando a posse das terras ocupadas ao governo. As demarcações e compras de grandes faixas de terra ou fracionamento das propriedades dos primeiros donos das sesmarias iniciaram-se a partir da metade do século XIX, incluindo novos atores locais, visto que entre os compradores estavam também ex-militares e homens influentes ligados ao governo. (FURTADO, 2006; SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO, 2023).

Estes novos compradores investiram de um lado no mercado fundiário, vendendo terras para descendentes de imigrantes (primeiro para os açorianos e depois para a população teuto-italiana); e, de outro lado, nas atividades extrativistas, em especial nos setores madeireiro e vegetal, expulsando quase que completamente os povos originários e escravos do processo de desenvolvimento

socioeconômico local. Localidades como Vale do Quilombo, Linha Moleque, Linha Caboblo e Vila Africana, a maioria localizadas onde hoje é o bairro central de Gramado, por exemplo, foram aos poucos sendo desarticuladas e apagadas da construção socioterritorial da cidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO, 2023).

Dada a nova forma de uso do território por meio do mercado fundiário voltado para imigrantes e o uso extrativista dos recursos naturais como dinamizador técnico da incipiente indústria madeireira local, os documentos históricos proclamaram novas figuras como responsáveis pela ocupação territorial da região. Joaquim da Silva Esteves, por exemplo, é mencionado como o primeiro proprietário do território canelense. Ademais, segundo o site da prefeitura municipal, o nome Canela “provém da árvore que se localizava próximo de onde hoje se encontra a Praça João Corrêa. Essa caneleira servia de ponto de encontro e pousada de tropeiros”. (CANELA, 2022).

Desde as primeiras décadas do século XX, tempo em que era distrito do município de Taquara, isto é, o município responsável pela centralização de assuntos administrativos governamentais da região, Canela já possuía uma atividade extrativista dinâmica. Entretanto, o município se emanciparia apenas no ano de 1944, dez anos antes do distrito vizinho de Gramado, pelo Decreto-Lei Estadual nº 717, de 28/12/1944. Em 1949, cinco anos depois de sua emancipação o município registrava 9.063 habitantes e em 1959, aproximadamente 12.355 pessoas, um salto de 36%. (CANELA, 2022; FEE, 2022a).

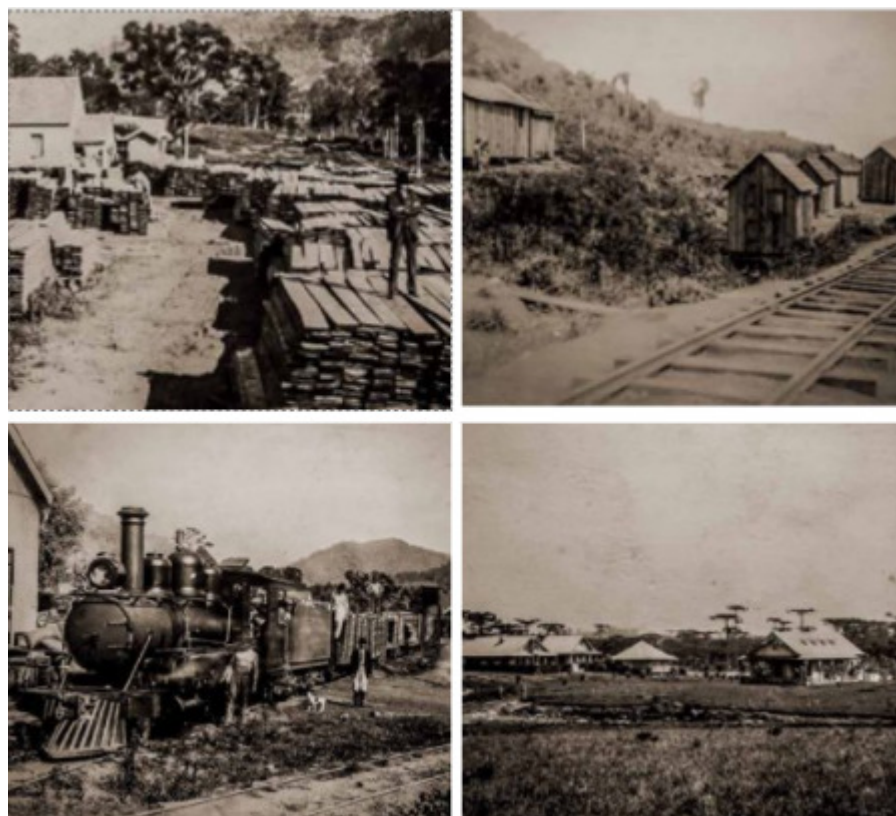
Segundo os relatos históricos da administração local:

Em 1913, foi criada a Companhia Florestal Riograndense, que comprava pinheiros e terras nas redondezas do Caracol. Para exploração desses pinheiros, foram instaladas cinco serrarias. Contratado pela companhia, Helmut Schmitt, prático em locação de estradas e instalação de serrarias, mandou construir diversas estradas, desde a localidade do Caracol até o Banhado Grande, Esteinho, Ferradura, Tubiana etc. No mesmo ano de 1913, iniciaram-se as obras de construção de uma estrada de ferro para ligar Canela a Taquara, promovidas pelo coronel João Corrêa Ferreira da Silva, desbravador do povoado; a estrada seria concluída em 1924. (CANELA, 2022).

Entretanto, pouco se fala da ocupação luso-açoriana iniciada em 1752 por ordem e incentivo do reino português. O objetivo principal destes imigrantes era suprir os centros militares do Rio Grande do Sul, antiga Capitania de São Pedro, através de atividades agrícolas, povoando e defendendo as terras meridionais do

reinado. A imigração também foi uma forma de resolver o problema de superpopulação das ilhas açorianas, que sofria com a má distribuição de terras e intermitentes atividades vulcânicas. (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO, 2023).

Figura 22 – Ocupação territorial extrativista de Canela



Fonte: Montagem elaborada pelo autor a partir de Reid e Corrêa (2016).

6.1.2 MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: IMIGRAÇÃO TEUTO-ITALIANA E INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO ¹

Os imigrantes alemães e italianos foram responsáveis por intensas transformações sócio-espaciais no estado do Rio Grande do Sul. Sua chegada ao longo do século XIX se deu em um contexto emergencial de povoamento / colonização das áreas florestais do Planalto Meridional, empreitada esta ajuizada pela Coroa, com o intuito de robustecer as cadeias de abastecimento alimentar

¹ Apesar da inegável contribuição científica de vários historiadores, com destaque para Jean Roche, esta seção é baseada na pesquisa compilada de Pebayle (2017) haja vista o propósito de captura dos nexos técnicos e contextos normativos evidenciados por este autor ao longo de sua exposição sobre a organização socioterritorial dos imigrantes italianos e alemães.

estadual (díade floresta-agricultura), em especial nos campos da campanha que estavam sofrendo grande turbulência socioeconômica nas atividades relacionadas à criação. (PEBAYLE, 2017).

Segundo Pebayle (2017), o evento da imigração teuto-italiana influenciou na formação de uma dualidade geográfica e social dentro do Rio Grande do Sul. De um lado, havia a Fronteira (Campanha) com influências modernizantes originárias da Argentina e do Uruguai, por meio de inovações zootécnicas, beneficiária do dinamismo comercial do espaço platino e organização morfológica em estâncias, algumas vilas populosas e vastos campos de criação. Do outro lado, o Planalto, receptáculo dos imigrantes, tornou-se uma área com propriedades mais fragmentadas do que as do sul do estado; a sua maior heterogeneidade topográfica e biológica abrigava algumas unidades produtoras tanto de alimentos e produtos do plantio (feijão, milho, fumo, cachaça, vinho, farinha de trigo), como também bens manufaturados importantes para as atividades internas e da campanha (selas, arreios, couro, cutelaria, ferraduras, entre outros). Ademais, as heranças culturais e econômicas dos recém-chegados imigrantes europeus propiciaram uma formação distinta de assentamentos e organização territorial.

A figura do colono, em uma perspectiva sistemática, segundo os estudos Pebayle (2017), representou diversas transformações espaciais primordiais: a reinvidicação pela reforma da estrutura agrária (organização por minifúndios, normalmente caracterizados por uma casa de madeira com oficinas e bodegas); a devastação do ecossistema florestal do planalto meridional ocasionado pelo uso do facão, enxada e demais ferramentas artesanais (ferramentas que permitiram o assentamento / permanência da nova população na Mata Atlântica); a simbiose entre técnica da roça (trazida pelos imigrantes) e da policultura como um compartilhamento de saberes entre os caboclos, mestiços e povos indígenas; a introdução de práticas comerciais do cultivo das novas plantas oriundas da região subtropical; e, em especial, a diversificação dos postos de trabalho e a importação de novas profissões manufatureiras e urbanas.

Para a historiadora Carla Menegat (IHU, 2023), os imigrantes alemães e italianos não eram somente agricultores e artesãos, eram também trabalhadores urbanos capazes de produzir capital “móvel” (prestamistas). Pebayle (2017) compartilha desta imagem ao afirmar que a relativa autonomia que as colônias do Planalto adquiriram com relação a Porto Alegre e o resto do estado se deu pelas

qualificações inerentes aos imigrantes, pois alguns eram colonos industriais modernos, outros comerciantes, vendistas e até mesmo sujeitos de classes rurais enriquecidas.

Com o tempo, as colônias teuto-italianas criaram certo controle privilegiado nas redes de compra e venda de terras e escoamento de produtos agrícolas para outras regiões (IHU, 2023). Pebayle (2017) aponta que antes das ferrovias, por volta de 1870, estas colônias já possuíam notável rede comercial e dinâmico circuito econômico local. A presença de profissões como comerciantes e bodegueiros era comum, pois os primeiros se especializaram na adaptação e adoção de métodos industriais nos produtos agrícolas, enquanto os segundos dedicavam-se à venda dos equipamentos (bens de capital agrícola, couro, ferramentas de madeira e ferro) segundo as demandas da colônia e de outras regiões do estado, como o litoral e a campanha, por exemplo.

As heranças tecnológicas e culturais dos imigrantes auxiliaram na construção de um comportamento modernizante e de um *status* fundiário propício à formação urbana. As tradições artesanais, manufatureiras e comerciais criaram força política suficiente para a formação endógena de investimentos, assim como um forte senso comunitário de desenvolvimento local. (PEBAYLE, 2017).

A modernização do território canelense e gramadense superpõe-se à chegada dos alemães e italianos e seu conhecimento técnico diretamente importado do modo de vida europeu da época. Entretanto, esta região não foi o local das primeiras colônias de imigrantes, tornando-se um destino para moradia apenas na segunda metade do século XIX, no decênio compreendido entre os anos de 1860-1870, período das migrações internas sul-rio-grandenses. Gramado e Canela receberam imigrantes alemães advindos de Nova Petrópolis e Vale dos Sinos e imigrantes italianos oriundos de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves e demais municípios da Serra Gaúcha. (SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO, 2023).

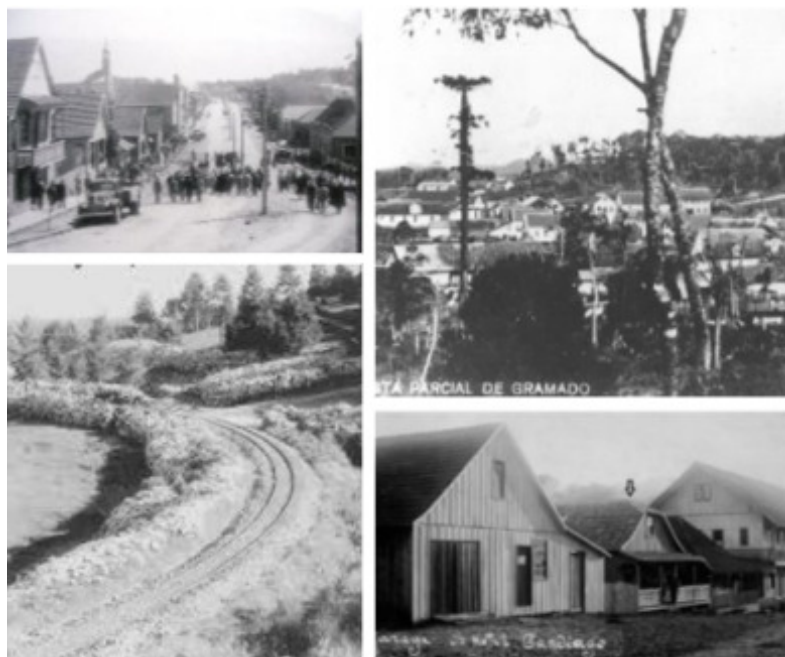
Gramado, também antigo distrito do município de Taquara, minimizou do processo de formação sócio-espacial a presença dos povos originários, mestiços e escravos que ali habitavam para evidenciar as marcas espaciais e registros históricos (ou a narrativa) da potente chegada e desenvolvimento dos imigrantes italianos e alemães em suas terras. Segundo a administração gramadense, a história da cidade começa com a chegada dos imigrantes europeus no século XIX, especialmente os descendentes alemães e italianos que influenciaram a cidade

tanto em sua arquitetura, costumes, quanto nas maneiras de produzir, desde a confecção de produtos manufaturados, artesanato, até as atividades envolvidas na criação de animais e na agricultura. (RODRIGUES, 2019).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2023), Gramado foi por muitos anos o 5º distrito do município de Taquara, todavia, mostrou-se um território de célere desenvolvimento e logo no ano de 1904 constituiu-se no local o primeiro Cartório de Notas e Registro Civil articulado por figuras como João Leopoldo Lied, José Nicoletti Filho e Pedro Benetti (escrivão, primeiro subintendente do Município e comerciante, respectivamente). Em termos normativos, foi um passo importante para a denominação e criação de instituições locais essenciais para o desenvolvimento e posterior emancipação política. (RODRIGUES, 2019).

As décadas do século XX foram palco de um rápido processo de modernização territorial por meio da construção de instituições comerciais, administrativas e judiciais do (futuro) município. Em 1913 instalou-se a sede distrital onde hoje a Cidade está situada, em 1918 ocorreu a instalação de uma Agência do Correio e de um escritório do Banco Nacional do Comércio e um ano depois a cidade chegou a receber trilhos da Viação Férrea do Estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de facilitar o intercâmbio com outras regiões do Estado. Em 1920 o distrito já possuía energia elétrica proveniente de sua própria usina e 1926, com 60 famílias e 3.500 habitantes, procedeu-se com a inauguração da Exatoria Estadual. A década de 30 foi marcada pela construção do cinema (1930), de um educandário católico (1933), da igreja-matriz (1937) e do Hospital Santa Terezinha. Um segundo hospital foi erguido no ano de 1948 junto a uma tentativa frustrada de emancipação. Em 1951 o distrito possuía sua rua principal asfaltada ao passo que se organizava uma comissão Pró-Melhoramentos de Gramado. (IBGE, 2023). Finalmente, em 1954, através da Lei Estadual n.º 2.522 cria-se o Município de Gramado com algumas indústrias e atividades comerciais, além do já conhecido destino para veraneio. (RODRIGUES, 2019).

Figura 23 – A modernização do território de Gramado



Fonte: Montagem elaborada pelo autor a partir do Arquivo Público Municipal de Gramado (2022).

Neste contexto de intensas e paradoxais transformações espaciais, a história territorial de Gramado e Canela foi construída mormente a partir da narrativa e do imaginário do imigrante. Aqui temos o que Garcia (1997) chamou de imaginário como patrimônio urbano intangível, mas em constante disputa. Os documentos históricos disponíveis para o público revelam a cidade sob a perspectiva do imigrante que foram rapidamente reificados nos livros de escritores e nos relatos das primeiras gerações de habitantes. *“Uma história de Canela”* (REID; CORRÊA, 2016), por exemplo, é um livro sobre o Grande Hotel Canela, considerado um dos hotéis mais antigos do Brasil, o qual narra a história de seu fundador, João Corrêa Ferreira da Silva, sob um tom livresco e heroico, e a importância de sua figura para a modernização/desenvolvimento da cidade a partir da chegada do trem.

Figura 24 - Estação Canela, 1934.



Fonte: Reid; Corrêa, 2016.

O senso de modernização e progresso; a vocação para o turismo, mas ao mesmo tempo nostalgia e reverência à paisagem da região podem ser capturados através das letras dos respectivos hinos de Gramado e Canela.

No alto da Serra Gaúcha. Num verde planalto ondulado. Vislumbram-se em meio aos outeiros O velho e benquisto "Gramado"; Cantemos num brado festivo. Com calma de ardor juvenil. O amor que nos liga a "Gramado". Parcela do vasto Brasil; Descendo as alturas do centro. Por vales, peraus e escarpadas. Dos homens do campo, as lavouras. Desdobram-se ao longo espalhadas; Indústria, comércio e colônias, Num único esforço aplicado, Retratam o ardor progressista Que anima o porvir de Gramado; Riquezas da mãe natureza Que Deus semeou nesta terra Ofertam aos muitos turistas Saúde nos ares da Serra.
(GRAMADOSITE, 2022).

1- Canela, terra querida Onde a gente vive mais Possui pinheiros frondosos E paisagens naturais No inverno cai branca neve Neve de encantos mil Nossa Suíça encantadora A Suíça do Brasil 2 - Deus o criador do Mundo Escultor da natureza Colocou-te junto ao céu Premiou-te com a beleza Enfeitou tua existência E com flores deu teu nome A cidade do turismo A cidade das Hortênsias 3 - Do turista és preferida Coro Por tua brisa refrescante És a terra mais querida Num recanto exuberante Se existe o céu na terra Num pedaço do Rio Grande É na mais bela cidade Na cidade de CANELA. (CANELA, 2022).

Conforme observou Garcia (1997) e, sobretudo, Sarlo (2014) as cidades também são fabricadas no imaginário dos filósofos e escritores. Através de recursos como a literatura e o cinema, a cidade passa a ser construída também pelos discursos que se incutem nas rádios, televisões e documentos históricos, hegemonizando alguns grupos sociais e marginalizando outros. Gramado, por exemplo, possui historiadores locais como Marília Daros e Hugo Daros, conhecidos pela sistematização da memória do município em livros, jornais e revistas locais.

(GRAMADOSITE, 2022). Inclusive, hoje, é possível visitar o museu Hugo Daros, localizado no bairro central da cidade. A narrativa de construção sócio-espacial foi englobada como um produto do turismo cultural da região.

Figura 25 – Museu Municipal Professor Hugo Daros



Fonte: Prefeitura Municipal de Gramado (2022).

No mês de dezembro de 2020, Wanderley Cavalcante, juntamente com os professores de História Alex Juarez Mulle e Eduardo Weber, e os professores de Geografia Amanda Elizal de Martins e Jean Canepelle lançaram o primeiro volume da coleção didática “Gramado História e Turismo” intitulado “Gramado: dos primeiros povoadores à chegada do trem”. Este é um esforço narrativo e pedagógico de ampliação do patrimônio imaterial e da memória dos diferentes povos que passaram pelo município. A segunda unidade deste primeiro volume explora com mais detalhes a vida dos povos originários e seus modos de vida e sociabilidade. Encontram-se dados arqueológicos de casas subterrâneas *Kaigang* e informações sobre a agricultura dos guaranis, por exemplo. (CAVALCANTE, 2020).

Figura 26 - A história de Gramado e Canela através da literatura



Fonte: Montagem realizada pelo autor (2022).

Na medida em que os dois municípios registravam aumento populacional, o setor primário ia perdendo representação no total da produção interna bruta das localidades. Esta afirmação é verdadeira, porém mais condizente com a realidade de Gramado, pois Canela já possuía um setor secundário forte, conforme já observado nos relatos de 1913 realizados pela administração local. Para observar estas transformações, vamos utilizar os dados sobre o valor agregado bruto de cada município (VAB municipal).

A representação percentual do VAB municipal é um instrumento que analisa o peso relativo que cada setor contabilizava na economia local. Assim, para o ano de 1959, nota-se que os serviços gramadenses ocupavam 47,8% do valor total, seguido da agricultura com 33,8% e, por último, a indústria, representando apenas 18,2% do valor adicionado bruto. Se transportados estes valores para 1970, observa-se que os serviços aumentaram para 48,7%. Ademais, vislumbra-se uma mudança entre a indústria e a agricultura, onde o primeiro setor aumentou sua representação para 35,3% (um crescimento de 17 pontos percentuais se comparado ao ano de 1959) e o último para 15,9% (diminuindo sua participação em 18 pontos percentuais no mesmo período). (FEE, 2022b; RODRIGUES, 2019).

Canela, por outro lado, registrava em 1959 um setor industrial com representação de 38,4% do VAB total. O setor de serviços registrava 54% e o setor primário apenas 7,6%. Em 1970, a produção industrial passa para 27% do VAB total, os serviços sobem para 62% e a agricultura também aumenta sua participação para 11% do VAB municipal. (FEE, 2022b).

Em 1975, os serviços gramadenses representavam mais da metade do VAB municipal (51,4%), a indústria saltou para 39,5% e a agricultura diminuiu sua participação para 9,1%. Em 1980, o setor terciário aumenta sua participação no Valor Adicionado Bruto municipal total para 52,5%, seguido do setor secundário com 41,9% e o setor primário com 5,63%. Desta forma, percebe-se que Gramado, no início da década de 80, deixara de depender de atividades agrícolas e balanceava grande parte da valorização de sua produção entre serviços e indústria. (FEE, 2022b).

Já o município de Canela registrava, em 1975, um setor terciário com representação de 62% do VAB total, seguido do setor secundário com 34% (um aumento de sete pontos percentuais se comparado com o valor de 1970) e uma agricultura que representava apenas 3,21% do valor total. Por fim, em 1980, o setor terciário permaneceu com 63%, a indústria com 33% e a agricultura com 3,7% do VAB municipal. (FEE, 2022b).

É importante mencionar as diferentes trajetórias setoriais dos municípios até este momento. Enquanto Gramado registrava uma tendência ascendente no setor industrial, isto é, um salto representativo de 18,2% em 1959 para 41,9% em 1980; Canela se manteve relativamente estável em sua estrutura produtiva. Nota-se pouca mudança entre o setor secundário e terciário nas décadas de 1970 e 1980. Este dado não surpreende, haja vista, novamente, os registros de atividades do setor secundário já em 1913, em especial as extrativistas. (FEE, 2022b).

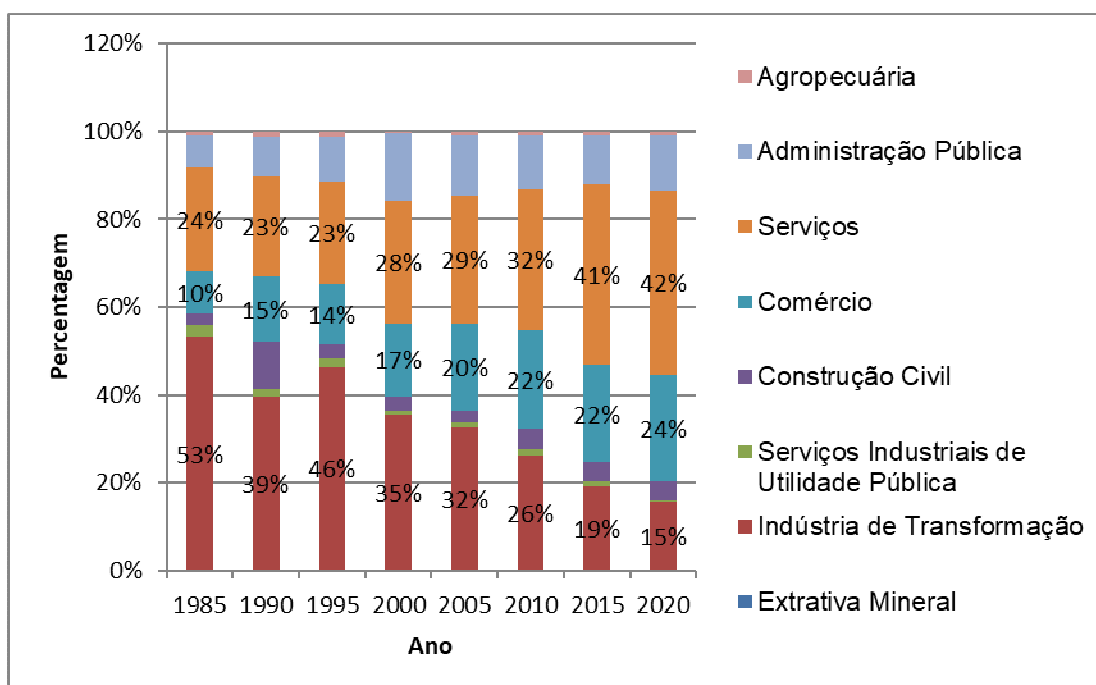
O setor de serviço (comércio e demais serviços) sempre foi muito presente na economia destas municipalidades. A seção a seguir capturará as transformações na matriz produtiva e sua influência na paisagem de Gramado e Canela. Os registros estatísticos a partir do ano de 2000 demonstram que o turismo e serviços culturais robusteceram sua participação no projeto de desenvolvimento destes municípios. Neste período, a *psicosfera*, por meio da criação de valores, narrativas, marketing cidadão e espetacularização da paisagem se torna propulsora do desenvolvimento local. Entretanto, a *tecnosfera* também acompanhou este projeto por meio da

criação de hotéis, pousadas, restaurantes, parques temáticos e demais objetos voltados para o turismo de massa. (SANTOS, 2017).

6.1.3 ESPETACULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ESPECULAÇÃO E PROJETO TURÍSTICO

A indústria canelense e gramadense dominavam as contratações no mercado de trabalho formal da região entre os anos de 1985 e 2000. Em 1985, 53% dos trabalhadores canelenses estavam no setor industrial e 34% encontravam-se em atividades relacionadas ao comércio e demais serviços. No ano 2000, o quadro é estruturalmente diferente: 35% dos trabalhadores estavam na indústria de transformação e 45% no setor de serviços. Conforme o Gráfico 1, é possível observar a queda da participação da indústria no total de contratações formais no mercado de trabalho canelense. Em 2020, este setor chegou a representar apenas 15% do total de vínculos ativos.

Gráfico 2 – Representação percentual dos setores no total de vínculos em Canela (1985-2020)



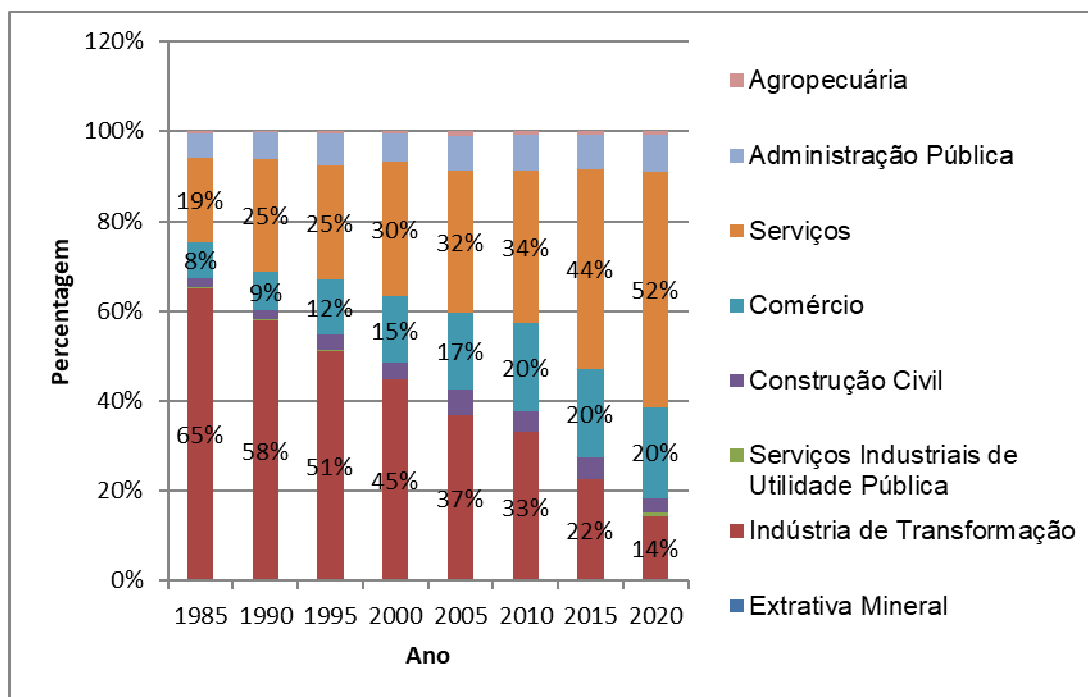
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da RAIS (2022).

No nível nacional, a década de 80 foi caracterizada pela entrada de empresas internacionais. A dominação externa das multinacionais modificou os estilos de

organização empresarial; transformou os quadros produtivos; introduziu noções de marketing e propaganda para as massas populacionais; aumentou a concorrência e o controle interno das economias; alterou os quadros de gestão, isto é, os gestores empresariais passaram a ocupar cargos de mais amplos, como *policy makers*, por exemplo; e cristalizaram, definitivamente, o poder de controle do capital financeiro, monopolista e corporativo no planejamento cidadão. (SANTOS, 2018).

Gramado é um exemplo de um município de pequeno porte que sofreu influência da entrada de empresas internacionais nas décadas de 80 e 90 e, como consequência, transformou sua matriz produtiva. Conforme apontado no estudo de Rodrigues (2019), apesar da indústria de móveis e calçados permanecer na época como as que mais absorviam funcionários, a capacidade de geração de renda (VAB municipal) revelou uma inflexão antagônica: os serviços, principalmente no ano de 1999 representavam mais de 70%, deixando a indústria com 24% (aproximadamente 33 pontos percentuais a menos que o ano de 1990). As contratações também revelam uma tendência de queda no setor da indústria de transformação da cidade, passando de 65% em 1985 para 14% do total de vínculos em 2020. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Representação percentual dos setores no total de vínculos em Gramado (1985-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da RAIS (2022).

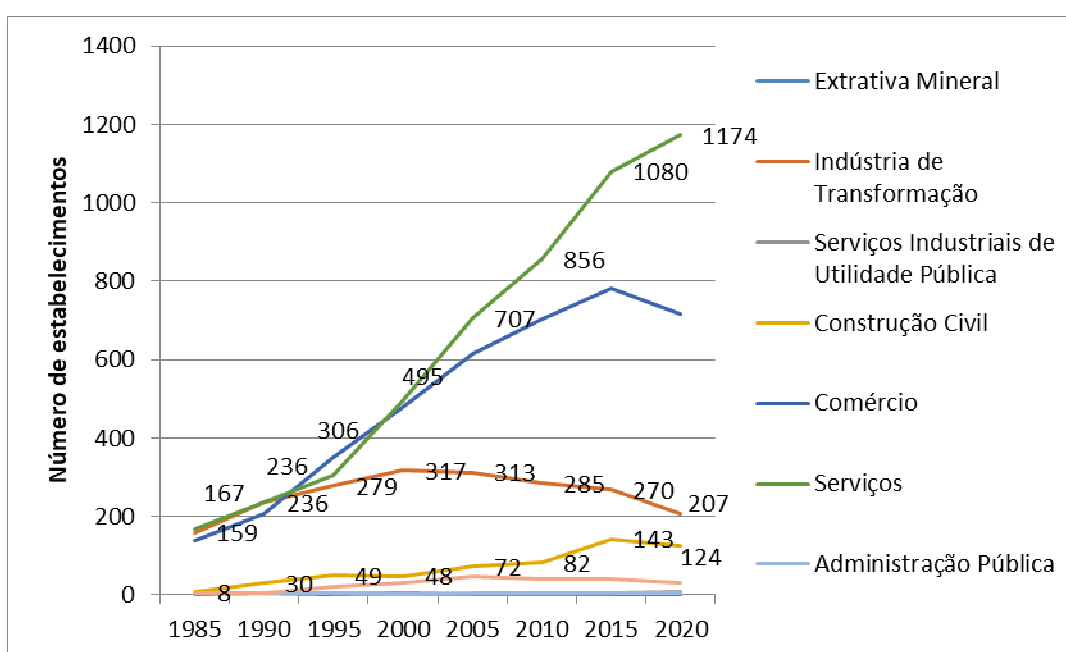
Algumas causas apontadas por Rodrigues (2019, p. 117-118) podem auxiliar na compreensão desta tendência não só em Gramado, como também no município de Canela, devido ao caráter multiescalar dos fenômenos.

Primeiro, o comportamento empresarial. Os empresários gramadenses conseguiram captar considerável quantidade de dinheiro através da especulação financeira, sobretudo na década de 80 / meados nos anos 90, onde se lograva certo benefício com as hiperinflações e subsequentes oscilações que o país enfrentava na década. Com estes montantes arrecadados, eles investiam tanto em atividades produtivas, como em consumo pessoal. Quando houve estabilização deste quadro, por meio das políticas econômicas implementadas, em especial com o Plano Real em 1994, o segundo motivo surge, sendo este manifestado pela falta de expertise destes empresários concernente ao conhecimento e execução de instrumentos administrativos básicos de controle e alavancagem de suas empresas (tabela de custos, controle de receitas e despesas, investimentos com publicidade, entre outros). E, como terceiro motivo, subjacente às políticas nacionais, tem-se a abertura comercial do Brasil nos últimos anos da década de 90, fazendo com que o produto gramadense (também) começasse a competir diretamente com bens similares produzidos em outros países como a China, por exemplo, que ofertava a preços mais baixos.

O número de estabelecimentos industriais também apresentou uma redução entre 1985-2020, em especial a partir do ano 2000, perdendo espaço para o

comércio e demais serviços. Em Gramado, por exemplo, enquanto a indústria da transformação apresentava um aumento de 30% nos estabelecimentos neste período, isto é, de 159 para 207 unidades; os estabelecimentos vinculados ao setor de serviços deram um salto de 603%, passando de 167 unidades em 1985 para 1.174 unidades em 2020. O comércio recebe destaque com um aumento de 419% em seus estabelecimentos, assim como o setor da construção civil, com uma variação positiva de 1.450% no número de unidades (Gráfico 4).

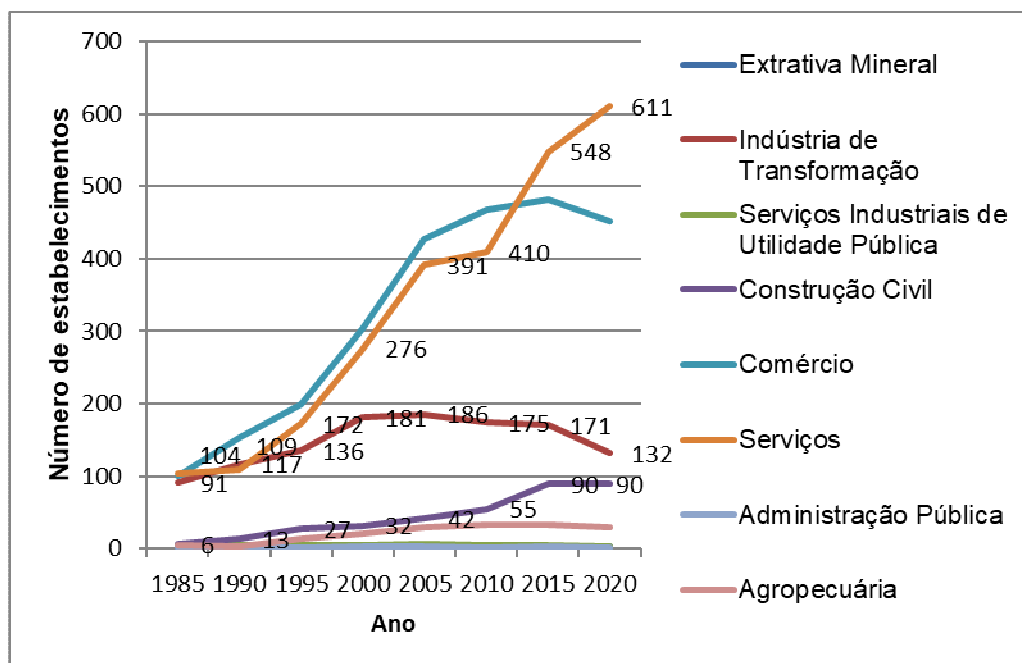
Gráfico 4 - Evolução do número de estabelecimentos por setor em Gramado (1985-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da RAIS (2022), com destaque para os valores do setor de serviços, construção civil e da indústria da transformação.

Canela, da mesma forma, registrou um aumento de 32% nos estabelecimentos da indústria de transformação (91 para 132 unidades) e um crescimento de 488% nos estabelecimentos do setor de serviços, exceto o comércio (104 para 611 unidades). Destaca-se o comércio com uma variação positiva de 352% e a construção civil com um crescimento de 1.400% (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Evolução do número de estabelecimentos por setor em Canela (1985-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da RAIS (2022), com destaque para os valores do setor de serviços, construção civil e da indústria da transformação.

Apesar da tendência decrescente do setor industrial, é importante mencionar sua influência nestes municípios. Conforme apontado por Garcia (1997), as heranças da cidade industrial são manifestadas através do crescimento populacional (Gramado, por exemplo, registrou um aumento anual de 2,42% em sua população na década de 90, época em que a indústria chegou a representar 57% do VAB municipal), assim como nas conurbações (Gramado e Canela estão conurbanas através do bairro Carniel, que foi originalmente projetado para ser um bairro industrial, mas hoje abriga uma série de parques temáticos e comércios).

Figura 27 – A zona industrial de Canela



Imagem 1 – Parte externa de uma serraria localizada na zona industrial de Canela.

Imagem 2 – Bairro localizado ao lado da zona industrial de Canela, predominantemente residencial.

Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2022).

Outras marcas na paisagem deixadas pela cidade industrial segundo Garcia (1997) é a industrialização das comunicações e da cultura, bem como o “desconhecimento” e falta de senso comunitário dos cidadãos para com a cidade e demais habitantes, característica também apontada por Wacquant (2001) como um dos elementos constituintes da marginalidade avançada. Esta transição para a modernidade, segundo este autor, permite acessos facilitados à cultura internacional, mas, por outro lado, ocasiona desigualdade de acesso aos museus, teatros ou demais espaços culturais, dado o fato de que estes lugares operam majoritariamente através de diretrizes mercadológicas. Ou, como proclamado por Santos (2014b), operam pela democracia de mercado.

A cidade com inflexões industriais obedece à lógica crescentista da modernização. As cidades, em meio a este contexto, criam equipamentos e normas indispensáveis para a acumulação de capital das empresas nacionais e internacionais que nelas se instalam. (SANTOS, 2018).

Segundo Santos (2018), ao observar a urbanização brasileira, constata-se que modernização é o principal elemento de transformação do espaço nacional. Ela representa tudo aquilo que provoca a difusão rápida (simultânea) e ampla nos/dos âmbitos sociais e econômicos da configuração espacial. No nível cultural e ideológico ou na chamada psicosfera, estas transformações são interpretadas como progresso e logo se engendram políticas, condições materiais e relações

sociais propícias para a ação econômica das grandes empresas (nacionais ou estrangeiras) que, por meio do consumo em massa e das cadeias produtivas, influenciam o setor público no processo de urbanização e reformulação de estruturas urbanas.

Figura 28 – A zona industrial de Gramado



Imagem 1 – Fábrica de móveis de madeira; Imagem 2 – Fábrica de *motor homes*. Ambas localizadas no bairro “Várzea Grande”, o qual possui a maior área para atividades industriais segundo o Plano Diretor gramadense.

Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2022).

Desta forma, é possível dizer que transformações no território são também frutos de modelos ideológicos de desenvolvimento e de modernidade. A substituição do consumidor em detrimento do cidadão; dos privilégios em detrimento dos direitos; e do egoísmo no lugar da solidariedade são alguns exemplos do trabalho das grandes corporações na psicosfera da população e na mentalidade corporativa dos gestores e responsáveis pelo planejamento urbano. (SANTOS 2018; SANTOS, 2014b). Tais reflexões nos levam ao estudo de Arantes (2000), quando nele se aponta para a cultura como uma forte aliada aos interesses do capital. Usar-se-á as contribuições arantianas para desvendar os usos da psicosfera no uso e ordenação contemporâneos do território.

Analisando o mercado de trabalho canelense e gramadense pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 95), é possível observar a mudança estrutural nas atividades com maior número de contratações entre o ano em que esta classificação foi criada (1995) e o ano de 2020.

Canela caracterizava-se, em 1995, por contratar trabalhadores em atividades relacionadas à fabricação de tênis, fabricação de móveis, fabricação de madeira laminada, chapas de madeira compensada, prensada ou aglomerada (herança de suas origens socioeconômicas), assim como artigos de cutelaria. Das onze atividades que mais contratavam, seis pertenciam ao setor industrial. Em 2020, a administração pública, restaurantes, comércio, hotéis e outras atividades relacionadas ao lazer se tornaram as maiores contratantes. Das onze atividades elencadas na Tabela 2, apenas uma atividade pertence ao setor secundário.

Tabela 2 – Atividades econômicas com maior número de contratações em Canela (1995 e 2020)

Canela 1995		
Cnae 95	Número de contratados	% total contratações
Fabricação de tênis de qualquer material	522	10%
Administração pública em geral	502	10%
Fabricação de móveis com predominância de madeira	401	8%
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada ou aglomerada	372	7%
Fabricação de artigos de cutelaria	357	7%
Estabelecimentos hoteleiros, com restaurante	296	6%
Fabricação de papel	196	4%
Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	144	3%
Comércio atacadista de mercadorias em geral (não especializado)	119	2%
Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	98	2%
Desdobramento de madeira	97	2%
Total de contratações	5068	100%
Canela 2020		
Cnae 95	Número de contratados	% total contratações
Administração pública em geral	1101	12%
Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo	490	6%
Comércio varejista de mercado Geral, c/ predominância de produtos alimentícios	378	4%
Estabelecimentos hoteleiros	345	4%
Outras atividades relacionadas ao lazer	303	3%
Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente	248	3%
Atividades de investigação, vigilância e segurança	240	3%
Fabricação de biscoitos e bolachas	216	2%
Atividades de atendimento hospitalar	213	2%
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	200	2%
Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	190	2%
Total de contratações	8894	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da RAIS (2022).

Da mesma forma que Canela, 54% das onze atividades que mais contratavam no ano de 1995 em Gramado eram do setor industrial, como a fabricação de móveis com predominância de madeira, a fabricação de tênis, a produção e elaboração de chocolate e derivados do cacau e o trabalho em malharias. Já em 2020, das atividades supracitadas, apenas a fabricação de móveis com predominância de madeira ficou entre aquelas com maior número de trabalhadores. As demais estão todas atreladas ao setor de serviços, em especial os turísticos, como hotéis, restaurantes, atividades de lazer e comércio (Tabela 3).

Tabela 3 – Atividades econômicas com maior número de contratações em Gramado (1995 e 2020)

Gramado 1995		
Cnae 95	Número de contratados	% total contratações
Fabricação de móveis com predominância de madeira	1460	18%
Fabricação de tênis de qualquer material	1330	17%
Administração pública em geral	554	7%
Estabelecimentos hoteleiros, com restaurante (desativado)	553	7%
Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo	292	4%
Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	220	3%
Estabelecimentos hoteleiros, sem restaurante (desativado)	185	2%
Produção de derivados do cacau e elaboração de chocolates, balas, gomas de mascar	177	2%
Fabricação de esquadrias de madeira, de casas de madeira préfabricadas, etc	171	2%
Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	154	2%
Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malharias (tricotagens)	150	2%
Total de contratações	8055	100%
Gramado 2020		
Cnae 95	Número de contratados	% total contratações
Estabelecimentos hoteleiros	2399	14%
Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo	1737	10%
Administração pública em geral	1425	8%
Fabricação de móveis com predominância de madeira	1152	7%
Outras atividades relacionadas ao lazer	544	3%
Produção de derivados do cacau e elaboração de chocolates, balas, gomas de mascar	538	3% continuação
Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	446	3%
Comércio varejista de mercado Geral, c/ predominância de produtos alimentícios	363	2%
Atividades de atendimento hospitalar	362	2%
Condomínios prediais	360	2%
Comércio varejista de balas, bombons e semelhantes	357	2%
Total de contratações	17275	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da RAIS (2022).

A predominância dos serviços na divisão territorial do trabalho permite, através das tecnologias da informação e o desenvolvimento dos sistemas financeiros atrelados a elas, uma constante interação entre os setores primário, secundário e terciário (GARCÍA, 1997). A centralidade das TICs, conforme os estudos de Sassen (2010; 2011), erigem arranjos tecnológicos que permitem uma endogeneização de formas globais nos lugares / localidades. Este reescalonamento econômico e sociocomunicacional evidencia a importância das cidades como *locus* de empresas ou microambientes receptores e conectores de processos globais.

Além de alterar as estruturas tradicionais de governança, a contemporânea cidade, que passa a ter um imperativo informacional, no entendimento de García (1997), acentua a multiculturalidade das localidades, além de costurar, romper e/ou criar distintos hábitos culturais. Os imaginários da cidade passam a ser elementos importantes na sua identificação e construção e o patrimônio simbólico deixa de ser um elemento representativo do passado para se tornar presente, ou seja, um processo social em constante transformação. Os imaginários urbanos também passam a vincular elementos de identidade e de cidadania.

Este tipo de aproximación tiene consecuencias para la construcción de la ciudadanía cultural, porque esta ciudadanía no se organiza sólo sobre principios políticos, según la participación <<real>> em estructuras jurídicas o sociales, sino también a partir de una cultura formada en los actos e interacciones cotidianos, y em la proyección imaginaria de estos actos em mapas mentales de la vida urbana. (GARCÍA, 1997, p. 96).

A importância das imagens e dos imaginários para os circuitos cotidianos da formação cidadina também foi proclamada por Compans (1999). Entretanto, esta autora evidenciava que, com a globalização, as TICs e as redes sociocomunicacionais contemporâneas, a cidade se tornou um elemento vital para a acumulação de capital, em especial o capital global, que alimenta os sistemas da alta finança. A imagem da cidade passa a ser um produto dos circuitos competitivos internacionais.

As cidades são o lugar privilegiado onde gostos, modos de vida e estilos são permanentemente criados e recriados, onde a volatilidade da moda pode ser mobilizada e apropriada, e onde a cultura pode ser mercantilizada, assim como somente nelas se situam os trabalhadores “imateriais” que são os produtores e/ou manipuladores destes novos sistemas de signos e imagens, dos quais necessitam agora mais do que nunca as firmas. Longe de ser uma observação marginal à problemática da organização territorial operada pela reestruturação econômica, a capacidade de produção de imagens associadas a padrões de consumo tornar-se-á, como veremos, um elemento diferencial na competição das cidades pela atração das empresas,

do qual resultarão estratégias de *marketing* e de embelezamento urbanos. (COMPANS, 1999, p. 97).

“O lugar onde a cultura pode ser mercantilizada” é uma oração que caracteriza o estudo de Arantes (2000) ao analisar o papel vital da cultura como elemento de acumulação de capital nas cidades. Ela, assim como as finanças, se aproveita das tecnologias da informação e possibilita a mercantilização de inúmeros aspectos da vida urbana. Em linhas gerais, pode-se dizer que a cultura, na contemporaneidade, é mercantilizada e mercantiliza.

Chega-se a um ponto onde a cultura é indistinta da economia. Esta afirmação é essencial para compreender o estágio atual de desenvolvimento dos municípios de Canela e Gramado, pois, através desta visão, Arantes (2000) sinaliza a cultura como fator basilar de conformação de “fenômenos sociais totais”. Em outras palavras, a lógica do capitalismo contemporâneo torna-se cultural. A práxis cultural se manifesta na “indústria da consciência”, nas permanentes gentrificações (ou rentizações, conforme analisado no capítulo da análise e discussão dos resultados) e na ideologia crescimentista e libertária-cultural. Referenciando Guy Debord, Arantes (2000, p. 47) iguala a função estratégica da cultura neste ciclo do capitalismo ao que a estrada de ferro ou o automóvel foram nos ciclos pretéritos.

[...] cultura e economia parecem estar correndo uma na direção da outra, dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, sendo o capitalismo uma forma cultural entre outras rivais. [...] o que estou tentando mostrar é que hoje em dia a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio. (ARANTES, 2000, p. 47-48).

Arantes (2000), ao estudar o que caracteriza a nova geração urbanística, aponta para uma nova forma de gerenciamento do espaço urbano a partir de uma matriz empresarial, com um léxico essencialmente voltado ao planejamento. Governantes, burocratas e urbanistas entendem que na “Era da Informação” o protagonismo das cidades é executado a partir de planos estratégicos capazes de forjar vantagens competitivas que, por sua vez, alavancam as cidades nos circuitos de competição global.

A cultura entra nesta nova forma de planejar por meio de ações de *image-making*, as quais auxiliam na criação de um imaginário e uma identidade da cidade nos espaços virtuais ou “vitrines virtuais”, haja vista a incessante intenção de

negociar os lugares como aqueles propícios para o *business*. A identidade cidadina passa a ser uma chave mercadológica e lucrativa se bem utilizada no que Arantes (2000) chamou de culturalismo de mercado. (ARANTES, 2000).

O uso de expressões na língua inglesa é proposital, pois Arantes (2000) denomina este novo gerenciamento urbano como a “gestão urbana de matriz americana”. Segundo esta autora, nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, o planejamento deixou de controlar o crescimento das cidades para encorajá-lo. Entendeu-se, desde então, que as cidades eram e são uma potente máquina de produção de riquezas e, portanto, o papel do planejador passa a ser idêntico ao do empreendedor. Várias ações começaram a ser tomadas para alavancar os investimentos privados, como as Parcerias Público-Privadas (PPP) ou os projetos de revitalização urbana. Este modelo de planejamento rapidamente se alastrou pelo mundo e se instala com mais força nos governos contemporâneos de matriz ideológica neoliberal.

Figura 29 – Imagens dos bairros centrais de Gramado e Canela



Processos de espetacularização estratégica, “*world-class-city*”, “cosmopolitismo” e a presença de marcas internacionais, especialmente franquias de restaurantes globais. Johnny Rockets (1), Mc Donalds (2), Hard Rock Café (3) e o centro de Canela (4) com a Catedral de Pedra na parte inferior esquerda da fotografia e um centro comercial à direita remetendo à estação de trem da cidade no século XX.

Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2022).

Um elemento de destaque e que explica as últimas movimentações socioeconômicas e comunicacionais nos municípios de Gramado e Canela é o que Arantes (2000) chama de “arquitetura do espetáculo”, a qual causa uma “sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição, de efemeridade e *jouissance*” (ARANTES, 2000, p. 23). A intervenção urbana, em meio a esta arquitetura, serve como instrumento para produzir “locais de sucesso” e incitar a massificação do consumo. É importante fazer com que estes projetos não impactem exclusivamente “atores exógenos” às cidades, mas que também causem um orgulho cívico em seus habitantes, os quais são levados a acreditar que fazem parte da receita de sucesso do “bom negócio” que é sua cidade. As crises e as recessões econômicas, através de mecanismos culturais, são variáveis que auxiliam na passividade e aceitação da população à ideia de competição para manutenção do negócio da cidade.

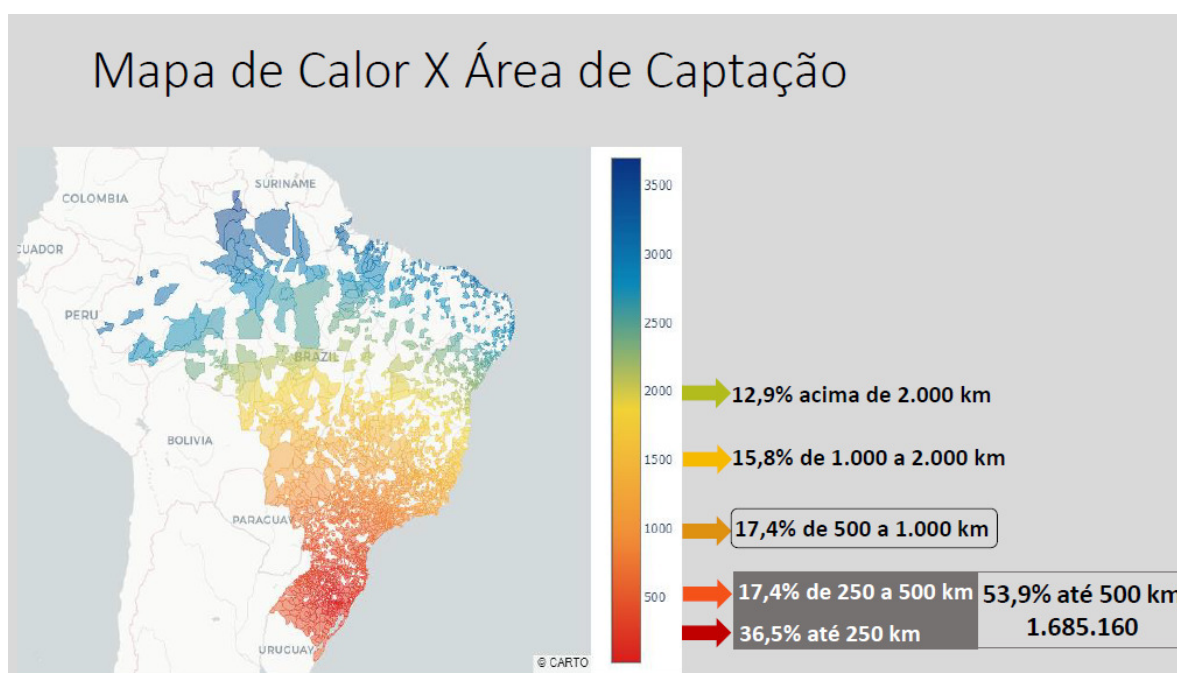
Com um projeto de desenvolvimento majoritariamente orientado pelo turismo, é comum encontrar elementos de *marketing* ou *image-making* nos sites oficiais das prefeituras municipais de Gramado e Canela. A administração local de Gramado, por exemplo, enfatiza em sua página virtual o turismo como “vocação da cidade” e seus eventos ao longo do ano como manifestações dos valores regionais:

A vocação da cidade, desde o início do século 20, tem sido o turismo, apoiado nas inúmeras belezas naturais e na criação de eventos, entre eles um dos mais conhecidos do Brasil, o Natal Luz. [...] Com a maior infraestrutura turística do Estado, Gramado oferece a excelência de seus hotéis, pousadas, restaurantes e cafés, além de mais de 50 espaços de entretenimento e lazer como parques e museus. O conjunto desses elementos transformam a cidade em um dos mais desejados destinos de turismo do Brasil. Enfim, Gramado é o cenário perfeito de uma viagem inesquecível. [...] Gramado é um lugar onde prevalece a alegria e a emoção. Entre os maiores atrativos da cidade, destacam-se seus eventos. Com o foco na sustentabilidade e na preservação de uma natureza exuberante, alia-se o calendário de eventos que contempla um ano inteiro de espetáculos para os mais diversificados públicos: Gramado Fantasia, Gramado In Concert, Páscoa em Gramado, Gramado Aleluia, Festa da Colônia, Festival de Cinema, Festival de Cultura e Gastronomia, Natal Luz e Reveillon, dentre outros. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO, 2022).

Segundo uma pesquisa do ano de 2019 do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, unidade Rio Grande do Sul (SEBRAE, 2019), Canela recebeu mais de 1,4 milhão de turistas e visitantes, enquanto Gramado contabilizou 3,2 milhões em 2019. Cerca de 70% dos turistas que visitaram a região das Hortênsias partem dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e

Paraná. O mapa de calor segundo o local de origem dos visitantes apresenta a influência da Região das Hortênsias no Rio Grande do Sul e nos estados mais próximos.

Figura 30 - Mapa de Calor e Área de Captação dos turistas que visitam Gramado e Canela



Fonte: SEBRAE-RS (2019)

Os passeios realizados pelos visitantes possuem natureza intermunicipal, no eixo de vias que ligam e conurbam as duas cidades. No mesmo estudo do SEBRAE (2019), é possível notar as áreas com alto volume de turistas, intitulados hot points de Gramado e Canela.

A gentrificação estratégica / rentização, nestes termos, é a ação de “diluição culturalista da espoliação urbana” (ARANTES, 2000, p. 31). Para que ela ocorra sem grandes motins, é necessária a articulação entre a mídia, o mundo dos negócios e a burocracia pública. Esta tríade institucional cria uma série de aspectos político-culturais que valem ser mencionados. O primeiro é o seu caráter eufemístico, ou seja, a gentrificação, através da dimensão cultural, passa a ser um poderoso meio de controle urbano e de dominação por meio da criação de imagens de inovação e espetacularização. Esta simbiose entre imagem e produto desemboca no segundo aspecto cultural, classificado por Arantes (2000) como as *linguagens simbólicas de exclusão e habilitação*. Isto significa que a gentrificação anuncia quem pode ou não ser visto na “imagem da cidade”, lembrando sempre que a construção do imaginário urbano neste contexto é voltada inteiramente para o potencial consumidor ou empreendedor do local (a ser) gentrificado. A expulsão da população que não entra nos planos estratégicos, isto é, a população socioeconomicamente marginalizada passa a sofrer a violência da exclusão no nível cultural também, através do “desaparecimento” de suas diversas manifestações na paisagem-produto, no cotidiano “renovado- inovado” e na imagem da “cidade de sucesso”.

Figura 32– Rentização em Gramado e Canela



Imagem 1 e 2 – Casas remanescentes nos bairros centrais de Canela (1) e Gramado (2) ao lado de condomínios verticais residenciais e comerciais.

Imagem 3 – Registro do bairro Piratini, um dos mais populosos de Gramado. Os círculos vermelhos indicam novos empreendimentos imobiliários em meio às residências.

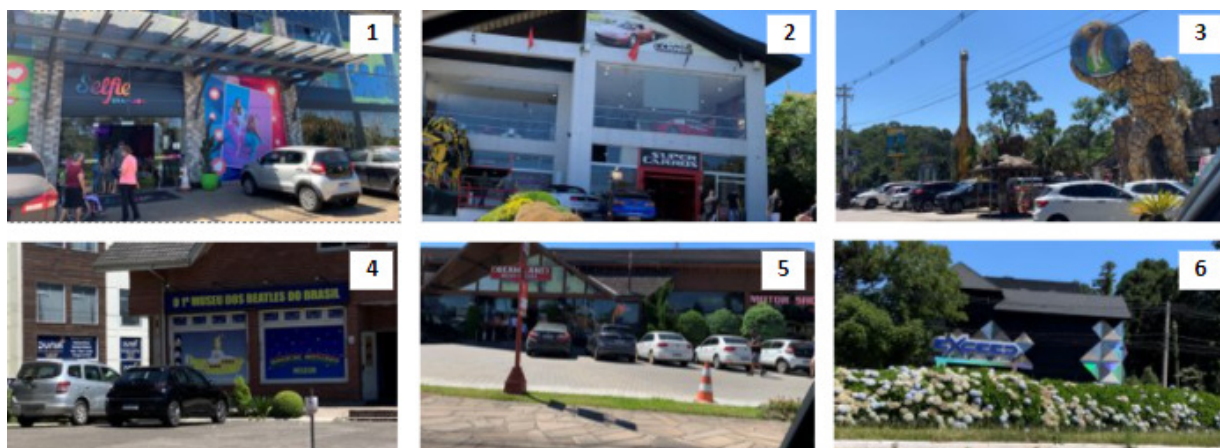
Fonte: Fotografias registradas pelo autor.

As linguagens simbólicas de exclusão e habilitação são problemas complexos que fazem parte de análises sobre periferização e marginalização. A marginalidade avançada de Wacquant (2001) é um emblemático estudo sobre estes fenômenos. Segundo ele, a marginalidade urbana e, em certa medida, a rural, pode ser identificada a partir de algumas formas de exclusão, mormente reificadas na vida das populações a partir do período histórico caracterizado como pós-fordismo, ou como também apontado por Arantes (2000), na crise da sociedade salarial, no baixo

crescimento e na desconfiança no Estado de Bem-Estar social do período pós-guerra. Pois bem, estas novas formas de exclusão, segundo Wacquant (2001), são: i) o desmantelamento do trabalho assalariado como elemento garantidor de direitos e acessos; ii) a desconexão funcional das tendências macroeconômicas, ou seja, a perda de relação positiva direta entre o crescimento do produto interno bruto e o aumento de emprego, renda e consumo; iii) a fixação e estigmatização territorial ou a intensificação da violência simbólica sobre a interseccionalidade de atores marginalizados (renda, gênero, raça, etnia); iv) a alienação territorial e a perda de um lugar de identificação coletiva, de expressão comunal, de reciprocidade e emoções compartilhadas; v) mudanças na comunicação entre os novos habitantes da cidade e sua comunidade de origem (perda de redes de amparo coletivo informal); e vi) fragmentação simbólica e funcional: ausência de linguagem comum e de representações de futuros compartilhados e sustentáveis. Todos estes pontos, em especial os elementos culturais dos tópicos iii e o iv são explorados no estudo de Arantes.

Em adição, a *economia simbólica da cidade* é outro aspecto da gentrificação estratégica / rentização levantado por Arantes (2000), no qual alega-se a existência de um grupo de “*place entrepreneurs*” que forjam a imagem da cidade sob a ideologia crescimentista e mercadológica. Há também círculos de negócios e “advogados da cidade” garantidores da construção e multiplicação de museus (de todas as naturezas possíveis), parques e demais complexos arquitetônicos que sustentam a cidade como aquela que carrega ares cosmopolitas ou de “*world-class-city*”. A economia simbólica da cidade objetiva a “cidade-negócio”, a “cidade-polida”, lugar da “hospitalidade” e da “civilidade”.

Figura 33 – Manifestações da “economia simbólica da cidade” em Gramado e Canela



“Museu da Selfie” (1), museu de carros esportivos (2), parque com temática de dinossauros (3), “Museu dos Beatles” (4), Museu da Harley Davidson (5) e parque de jogos eletrônicos e realidade virtual (6). Todos localizados na avenida intermunicipal Gramado - Canela.

Fonte: Fotografias registradas pelo autor.

Todos estes elementos, articulados na realidade das cidades, auxiliam na valorização especulativa destas que, por sua vez, intensificam os processos de desigualdade socioespacial observados nos estudos sobre metropolização. A problemática do emprego, da habitação, da saúde, dos transportes, do lazer livre (e não aquele mercantilizado pelos circuitos turísticos), dos transportes, da educação e do saneamento básico estão presentes em todas as cidades brasileiras. A urbanização da cultura do espetáculo, das corporações, das finanças e da especulação imobiliária são fatores que intensificam esta problemática e criam cada vez “mais cidades para poucos”. (ARANTES, 2000; SANTOS 2018).

Os dados estatísticos e a paisagem das cidades são evidências concretas de que a democracia social, econômica e espacial precisa ser recuperada urgentemente nas estruturas ético-morais da nossa sociedade. Pois, por detrás de toda a construção simbólica e cultural da imagem da cidade, desvela-se uma luta política incessante que põe a vida dos habitantes a serviço da economia e não vice-versa. A cultura se torna, especialmente nos dois municípios aqui analisados, um fator alienante e não democrático; um fator de intensificação de processos modernizantes, desiguais, competitivos e mercadológicos em detrimento da

valorização da cidadania, de circuitos de solidariedade, da democracia e da construção coletiva da realidade. (ARANTES, 2000; SANTOS 2018).

6.2 RURALIDADES GRAMADENSES E CANELENSES NO CONTEXTO TURÍSTICO REGIONAL

A economia simbólica da cidade apontada por Arantes (2000), também se estende para o campo no caso de Gramado e Canela. O campo e seu patrimônio tecnológico e simbólico são engolfados pelos mecanismos mercantis do projeto turístico. Por isso, abre-se esta breve seção para elucidar a ambiência (paisagem) e semiosfera rural como um produto do turismo local.

Para isso, recorre-se aos balanços teórico-metodológicos reunidos por Marafon, Chelotti e Pessôa (2018) como caminhos teóricos que expressam a importância de considerar o imaginário urbano e rural como aquele que acompanha, mas também se desprende em partes das manifestações físico-morfológicas da cidade e do campo. A relação dialética entre estes termos – a rurubanidade deles – indica a complexidade das relações sociais e econômicas contemporâneas entre estas duas tradicionais esferas de organização geoeconômica e sociológica. O urbano e o rural se interpenetram e um captura o outro a partir da sua matriz de valores original. Esta sobreposição de imaginários borra as determinações do que seria o campo e a cidade. Isto é, a cidade vista (ou visada) como o espaço dos fluxos, da velocidade, do comércio, da acumulação, da modernidade e da tecnologia perde sua exclusividade quando o campo é concebido, hodiernamente, como também um espaço onde a indústria agrícola munida de maquinário de alta tecnologia e profissionais qualificados na manipulação de sementes, de animais e da terra, explora os frutos da modernização e da mecanização, assim como se vale de serviços da alta finança e de sofisticados procedimentos jurídico-contratuais.

Evidente que há ainda características inconfundíveis entre o campo e a cidade. Marafon, Bias-Fortes e Seabra (2020) apresentam ao menos duas distinções. A primeira, de caráter morfológico, está relacionada à aglomeração e à dispersão, onde a cidade tende a apresentar mais aglomeração do que o campo, maior concentração de construções (verticalizações na maioria das vezes), maior fracionamento e diversidade no uso do solo, assim como maior densidade populacional. O segundo aspecto é funcional. O campo prioriza a divisão técnica e

territorial do trabalho e o uso da terra para atividades do setor agropecuário, opondo-se à cidade que abarca uma miríade de atividades econômicas mais voltadas para os setores industriais e de serviços.

O mesmo acontece com o urbano e o rural, isto é, há características próprias do que seria um imaginário urbano e um imaginário rural. Ambos partem de fenômenos sociais historicamente construídos que se manifestam em símbolos, identidades e culturas. As urbanidades e ruralidades não escapam da fagocitose capitalista de acumulação, especialmente no estágio onde a cultura “cola” na esfera econômica com mais veemência. (MARAFON; BIAS-FORTES; SEABRA; 2020; ARANTES, 2000).

A lógica da financeirização, da gentrificação, da mercantilização da cultura e dos demais processos modernizantes não fica restrita aos espaços das cidades. Se se complexifica e se contextualiza localmente a discussão anterior sobre metropolização, há que enfatizar e adicionar que este fenômeno espraia-se material e imaterialmente pelos diferentes territórios também através de signos, imaginários, hábitos, valores e demais significações que antes eram típicos da metrópole. Este fenômeno se dá por meio da proliferação de processos das matrizes cultural e sócio-espacial urbana, como a suposta fagocitose do rural pelo urbano, por exemplo. Em outras palavras, pode-se dizer que a metropolização, em sua (i)materialidade, manifesta-se não apenas nas grandes cidades ou regiões metropolitanas, mas cria diversas localidades que servem como terricídios (léxico lefebvriano) ou paisagens operacionais (léxico brenneriano).

Os espaços rurais ou os espaços naturais ou os de lazer, bem como aqueles relacionados aos fenômenos de reurbanização, de redensificação construtiva, de turistificação e de gentrificação, dentre muitos outros, integram-se à lógica da metropolização revelando que a metropolização se constitui num processo claramente múltiplo e diversificado, formando um verdadeiro “patchwork”, uma autêntica colcha de retalhos, figura de linguagem referida por vários autores, a exemplo de Veltz (1997), Quevit e Van Doren (1993). (LENCIONI, 2020, p. 175).

Brenner (2018) assevera que a cidade sempre foi o local de análise e investigação das causas e desdobramentos da questão urbana nas principais correntes de pesquisa do século XX. A cidade era vista como uma unidade socioespacial nodal com certa densidade populacional, podendo ser classificada através de taxonomias de similitude e diferença entre as ocupações humanas sobre

vastos territórios. Cidade fordista, cidade pós-fordista, cidade política, cidade mercantil, cidade industrial, etc., são termos muito comuns nos estudos sobre o urbano, pois eles associam diretamente a questão urbana às cidades.

Entretanto, após as provocações lefebvrianas sobre o que seria o *urbano* na “zona crítica” histórica das sociedades, a metodologia ganhou a possibilidade de ser drasticamente alterada. As observações sobre a escala (planetária), os movimentos dialéticos de implosão e explosão, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação do agrário ao urbano foram elementos importantes para o desenvolvimento de pesquisas voltadas não mais a uma urbanização concentrada (cidades, regiões urbanas, áreas metropolitanas tradicionais), mas sim a uma urbanização extensiva, na qual as mudanças nas matrizes produtivas se tornaram fatores importantes na reorganização permanente de localidades também situadas além dos perímetros da cidade, trabalhando estrategicamente para o pleno funcionamento citadino. (BRENNER, 2018).

Lefebvre (1999) denomina estas localidades como “terrícídios” e Brenner (2018) as define como “paisagens operacionais”. As crescentes demandas por atividades de extração, logística, comunicação e produção de alimentos e energia, por exemplo, transformam inúmeros recortes territoriais historicamente rurais/agrírios em paisagens funcionais, altamente capitalizadas, financiadas e financeirizadas, transnacionalizadas, privatizadas, industrializadas, tecnicizadas e ecologicamente monitoradas. Todas estas formas de intervenção possuem o intuito de manter a reprodução das cidades sob a forma contemporânea do capitalismo. (BRENNER, 2018)

Não obstante, mais do que apoiar a reprodução das cidades por meio do capital contemporâneo, autores como Lencioni (2011) colocam a reprodução do próprio capitalismo como o principal vetor de mudança e movimento nos processos de metropolização. As cidades, neste esquema, entram como um dos diversos meios possíveis para a acumulação.

Na análise de Rua (2020), este autor conclui que as cidades se tornaram o *locus* essencial de acumulação para o capitalismo industrial, com todo seu corolário concentrador de atividades econômicas (economias de aglomeração e efeito transbordamento). Foi neste momento histórico que a hierarquização urbana era uma chave para entender as dinâmicas do espaço citadino e sua relação “superior” e (des)articuladora para com o campo. Não obstante, no processo de

metropolização, a desconcentração dos circuitos de produção e consumo ao longo do território, movidos pelo capital financeiro e globalizado, requalifica o rural em si e em relação ao urbano.

Os pares “cidade e campo” e “urbano e rural” passam a compor uma rede cada vez mais complexa de relações quando contextualizados dentro do fenômeno da metropolização. Os antagonismos, dualidades e distinções entre estas categorias se tornam cada vez mais anacrônicos. Evoca-se aqui a figura do espaço como um mosaico composto por localidades paradoxalmente heterogêneas de forma endógena e exógena, mas sempre buscando se adaptar ao movimento homogeneizante do capital internacionalizado. Estas contrariedades hibridizam o urbano e o rural, formando urbanidades no rural e ruralidades no urbano (rurbanidades); requalificando as ações e objetos entre os tradicionais modos de produção do campo e da cidade; e criando uma nova hierarquia a partir de espaços de comando e gestão *versus* espaços de execução e ação. (RUA, 2020).

A financeirização do espaço, segundo Rua (2020) é outro elemento relevante na transformação da relação do campo e da cidade e, portanto, do urbano e do rural. A concepção da terra como um ativo financeiro ocorre com cada vez mais frequência também nas zonas rurais.

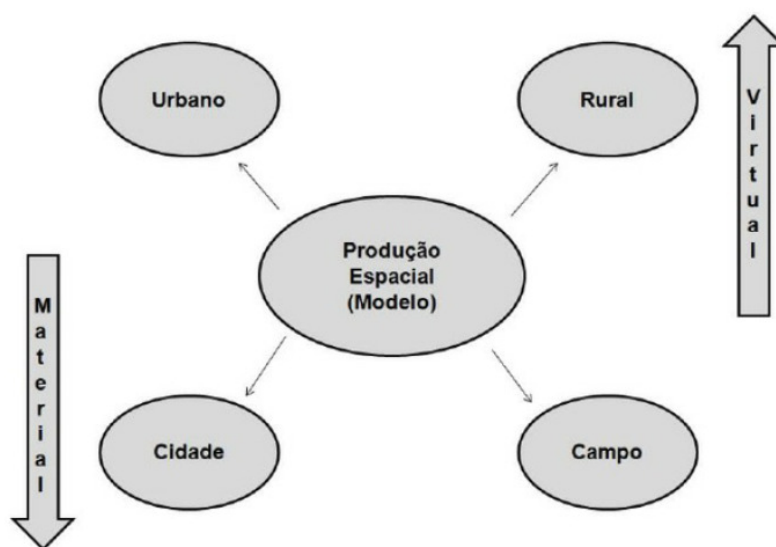
A comodificação das áreas rurais; a ligação intensa entre o mercado fundiário e financeiro por meio da taxa de juros; a revalorização do rural; e a precificação da terra como um processo multiescalar, isto é, que sofre influência das escalas regional, nacional e global na definição do preço de mercado (o predomínio da política do valor de troca) e uso dos territórios rurais, seja pelo agronegócio, seja através do mercado imobiliário, são alguns exemplos do “contágio” das urbanidades nas áreas rurais. (RUA, 2020).

Considera-se que as urbanidades podem ser constituídas por uma enorme gama de manifestações, que incluem, em seus aspectos materiais, a melhoria das infraestruturas e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, a segunda residência, o turismo, as indústrias, o acesso a bens de consumo coletivo, a especulação imobiliária e o preço da terra, novas relações de trabalho, os direitos trabalhistas, a aposentadoria rural, as políticas creditícias, entre outros indicadores a relevar. Como aspectos imateriais, poderiam ser citados os valores, a moda, a preocupação com a segurança, os costumes e os hábitos difundidos pela mídia, que alteram sobremaneira a vida cotidiana rural. (RUA, 2020, p. 320).

Torna-se importante, a partir de agora, considerar os aspectos espaciais das urbanidades e das ruralidades, suas manifestações nas zonas rurais e como isto pode ou não rearranjar matrizes de valores e ações (esfera imaterial), bem como sistemas de objetos (esfera material).

A cidade e campo são modelos de produção espacial que sinalizam elementos econômicos e demográficos de alocação de atividades produtivas e da força de trabalho no contexto capitalista. A presença do campo e da cidade, com suas distintas morfologias (dispersões e aglomerações), funcionalidades, oposições e complementariedades, manifestam, de forma simultânea e inter-relacionada, seus sistemas imagéticos, sêmicos e ideológicos. Neste contexto, o urbano e o rural entram como algo pertencente à esfera extra-objeto, ou seja, cultural, social, virtual e simbólica. (MARAFON; BIAS-FORTES; SEABRA; 2020).

Figura 34 - Modelo de produção espacial campo/cidade – urbano/rural



Fonte: Marafon, Bias-Fortes e Seabra, 2020.

Ao se basear na reflexão lefebvriana, Marafon, Bias-Fortes e Seabra (2020) consideram o urbano e o rural como categorias parcialmente desprendidas dos elementos materiais do campo e da cidade. O urbano, por exemplo, passa a ter um caráter simbólico, inerente a uma forma específica de produção espacial e, portanto, de relações sociais. Há elucubrações², incluindo o constructo teórico de Lefebvre

² ENDLICH, A. M. "Perspectivas sobre o urbano e o rural". In SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (orgs.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.; LEFEBVRE, H. The production of space. Trad. D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil

anteriormente apresentado, que asseveram que a urbanidade, oriunda de uma sociedade historicamente construída a partir da Revolução Industrial, produz certa “expulsão” das ruralidades remanescentes de construções socioespaciais pré-industriais. Todavia, há análises que propõem uma reinvenção do rural³, de acordo com seus próprios regimentos sêmicos, na medida em que o urbano se expande virtualmente no espaço. Este movimento de expansão e conflito entre urbano e rural resulta em uma manifestação não uniforme destes no território. Por este motivo que, de acordo com Marafon, Bias-Fortes e Seabra (2020), é tão difícil identificar hodiernamente o que é rural e o que é urbano, ao contrário da morfologia relativamente estática do campo e da cidade. Desta forma, pode-se dizer que:

O urbano e o rural vão se constituir em ideias historicamente construídas a partir de práticas sociais e subjetividades (símbolos, identidades, culturas), podendo apresentar distinções conceituais de acordo com cada sociedade, e que se submetem à influência dos modelos de produção espacial (reestruturação territorial), todavia podendo, também, manter singularidades herdadas de momentos passados (práticas e símbolos antigos). (MARAFON; BIAS-FORTES; SEABRA; 2020, p.184).

Em consonância com os apontamentos teórico-metodológicos sobre o fenômeno socioespacial da metropolização, Marafon, Bias-Fortes e Seabra (2020) apontam para a necessidade de uma análise da existência híbrida entre urbanidades e ruralidades, sem considerar necessariamente uma hierarquia espacial entre elas (rural subsumido ao urbano, por exemplo) ou uma ordenação temporal (urbano mais “moderno” e avançado; rural mais “atrasado”). É importante considerar estes elementos como uma espécie de territorialidade nos termos raffestiano e haesbaertiano, pois eles representam uma idealização do espaço pertencente a uma construção social. Sendo individual, coletiva, ou o resultado de ambas, as abstrações sustentadas pelo urbano e pelo rural criam práticas, símbolos, culturas e identidades territoriais. E, ao parafrasearem Carneiro (2008), os autores concebem o rural e o urbano como “práticas sociais e modelos culturais que se interpenetram, podendo ser analisados pela percepção da ruralidade (tal como da urbanidade)

Blackwell, 1991.; SANTOS, M. A urbanização brasileira. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

³ RUA, J. “Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas”. In MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. F. (orgs.). Estudos de geografia fluminense. Rio de Janeiro: Infobook, 2002, pp. 27-42.; SPOSITO, M. E. B. “A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”. In _____ e WHITACKER, A. M. (orgs.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.; CARNEIRO, M. J. “Rural como Categoria de Pensamento”. Ruris, Campinas, v. 2, n. 1, pp. 9-37, mar. 2008.

como fenômeno cultural historicamente forjado”. (MARAFON; BIAS-FORTES; SEABRA; 2020, p.185).

Há tempos que a ideologia da cidade como local de modernização, do futuro, da complexidade social e econômica desvaneceu em meio às transformações contemporâneas no uso do território. A modernização do campo através das tecnologias agrônomas e biológicas, ou até mesmo o esforço de criação de pequenas agroindústrias e (re)qualificação do trabalhador rural apontado no Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias 2015-2030, são alguns exemplos de que o campo também faz parte dos circuitos político-econômicos racionalizantes (ou de racionalização) do meio técnico-científico-informacional e que a modernização não se detém apenas aos limites citadinos. (DE JESUS, 2021; COREDE Hortênsias, 2017; SANTOS, 2017).

Figura 35 – Produção alimentar na zona rural de Gramado



Fotografia acima: Propriedade com estufas de hortaliças e morangos encontrada ao longo da estrada de acesso à Linha Bonita, zona rural de Gramado.

Fotografia abaixo: Frame do sítio onde hospeda registros textuais e fotográficos da Festa da Colônia. Uma festa anual que ocorre em Gramado desde 1958 e que,

atualmente, reúne diversas famílias produtoras da zona rural (agricultura familiar) no Centro de Eventos Expogramado, no bairro central da cidade.

Fonte: Montagem realizada a partir de fotografias registradas pelo autor e da FESTA DA COLÔNIA (2022).

Segundo Júnior e Arruda (2005) a urbanidade e a ruralidade expressam o modo de vida da cidade e do campo, respectivamente; e representam certa estrutura de sociabilidade, bem como determinados modos espaciais. Todavia, os autores apontam a importância de considerar a complexidade dos processos contemporâneos de uso do território e a hibridização (e não mais dualização) que estes termos apresentam.

Há urbanidades no campo e ruralidades na cidade. A modernização do campo; a relação com a natureza via exploração e preservação do meio ambiente (GABRIEL; SILVA, 2007); os projetos de agricultura familiar e sua multifuncionalidade *versus* grandes cultivos (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012) são alguns dos exemplos que mostram a “contaminação” entre os modos de vida e de produção do campo e da cidade e seus efeitos nas sociedades contemporâneas.

Para além dos estudos que consideram a hibridização contemporânea da relação urbano-rural como um fenômeno marcadamente técnico, há que se destacar alguns elementos sociais e antropológicos desta relação. Evidenciam-se dois aspectos nestes próximos parágrafos com o intuito de ilustrar diferentes caminhos de uso do *campo* a partir de distintas concepções do urbano e do rural.

O primeiro tem relação com a migração pendular dos trabalhadores entre a cidade e o campo como locais de trabalho e moradia. O preço dos terrenos, a valorização imobiliária na cidade e a abrangência populacional no acesso de transportes são alguns dos elementos destacados por Júnior e Arruda (2005) para compreender o deslocamento diário dos trabalhadores do campo para cidade.

Figura 36 – A utilização da zona rural como residência para os trabalhadores da cidade ou turistas



Fotografia acima: Condomínio particular na zona rural de Gramado. As casas podem ser observadas entre as árvores que margeiam uma estrada já asfaltada.

Fotografia abaixo: Residência na zona rural de Gramado sem utilizar o solo para atividades rurais.

Fonte: Fotografias registradas pelo autor.

O segundo fator está no campo como uma alternativa turística e habitacional para quem vive na cidade. Nas palavras de Silva (2007, p. 1), há uma observável procura pelo campo, na qual

é composta por cidadãos de classe média que se deslocam para o campo a fim de romper com o cotidiano e de obter uma experiência revigorante. O campo é para estes cidadãos uma espécie de paraíso na terra, que integra

muitas virtudes que se crêem inexistentes nos meios urbanos, como a tranquilidade, a natureza, a tradição e a autenticidade.

Figura 37 – Grandes empreendimentos imobiliários na zona rural



Fotografia: Empreendimento imobiliário “Gramado Termas”. Um resort spa de águas termais localizado na zona rural entre Gramado e Nova Petrópolis.

Fonte: Divulgação Grupo Wyndham (2022).

A procura de espaços rurais é muitas vezes influenciada pelo *turismo rural*. Este nicho mercadológico encontrou a oportunidade de ofertar o *rural*, sua paisagem e modos de vida, como um produto essencial para a diversificação da cartela de modalidades turísticas. Esta atividade possui a capacidade de amarrar o campo à cidade através da construção de imagens e projeções sociais no rural. Termos como o neo-ruralismo, ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural expressam este retorno ao campo como lugar de descanso, fruição e, sobretudo, de consumo. O contato do turista com as atividades relacionadas à agricultura e pecuária, por exemplo, se tornaram uma profícua forma de comercialização da “experiência rural” através do turismo que, de um lado, auxilia na preservação da cultura rural das localidades, mas, de outro, subsume as ruralidades ou o modo de vida rural nos circuitos de consumo urbanos. O setor de serviços evidentemente é o que mais desfruta das atividades turísticas rurais, tornando-se também vetor de articulação com algumas atividades do setor secundário, como a agroindústria. (CANDIOTTO, 2010; SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

Figura 38 – Turistificação do campo: atrações modernas



Fotografia acima: Panorâmica do Parque Olivas de Gramado, o primeiro parque de oliveiras do município localizado na Linha Nova, interior da cidade.

Foto abaixo: Parque SkyGlass, a primeira atração turística do Brasil com uma plataforma de vidro que permite uma vista panorâmica do interior de Canela, próximo ao Parque da Ferradura.

Fonte: PARQUE OLIVAS DE GRAMADO (2022) E SKYGLASS CANELA (2022).

Nas palavras de Schneider e Fialho (2000):

O turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pois tem o papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado. Também proporciona benefícios a população local, com melhorias na infra-estrutura e nos serviços oferecidos, além de criar mercado para os produtos agrícolas. Em contrapartida, ele pode trazer transtornos à comunidade através da influência dos turistas, como por exemplo, os impactos sobre o meio

ambiente, o aumento do custo de vida e descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local.

A *turistificação* dos espaços rurais é outro elemento que complexifica a interação entre ruralidades e urbanidades, pois não se limita a aspectos tecnológicos, mas também à elucubração psicotemporais de espaços de ritmo acelerado, frenesi e rotina turbulenta (cidade) e espaços idílicos, bucólicos, de tranquilidade e desaceleração ou viscosidade (campo). As relações turísticas que aqui surgem revelam o cidadão com o sujeito que projeta idealizações no rural, mas que carrega consigo traços inconfundíveis do consumo urbano, como a necessidade de aparatos tecnológicos, de conforto, acessibilidade e amplo (e célere) acesso aos bens e serviços. É importante frisar que a projeção de uma moradia em um local “tranquilo”, “reservado” não exime totalmente a urbanidade daquele se desloca para o “rural”. (SILVA, 2007; JÚNIOR; ARRUDA, 2005).

Figura 39 – Turistificação do campo: atrações históricas



Fotografias: Placas ao longo da zona rural gramadense indicando pontos históricos, restaurantes, pousadas e agroindústrias tradicionais.

Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2022).

Da mesma forma, levando em conta a centralidade do consumo na organização e funcionamento da sociedade, não se pode negligenciar o sujeito campesino como aquele possuidor de desejos paralelos aos do habitante da cidade. O direito ao acesso à tecnologia, às oportunidades de emprego, aos serviços e aos produtos da cidade (da grande indústria) podem ser levantados como idealizações do urbano no modo de vida do habitante rural. A perda de jovens nas zonas rurais e o abandono de práticas tradicionais da agricultura são outros exemplos das transformações no campo a partir do imaginário urbano. (COREDE Hortênsias, 2017; MEDEIROS; LINDNER, 2021; JÚNIOR; ARRUDA, 2005).

Figura 40 - Residências rurais tradicionais margeando uma via recém-asfaltada na zona rural gramadense



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2022).

A trêmula definição do urbano e do rural hoje perpassam pela problemática da habitação. Seja o cidadão ou o turista que busca a atmosfera bucólica do campo, ou o trabalhador que reside no campo, mas trabalha na cidade, ou até mesmo o agricultor que passa a conviver cada vez mais com as demandas da cidade, é importante considerar as contradições espaço-temporais dos diferentes atores que se enfrentam com suas distintas sociabilidades, modos de vida e formas de conceber a quadratura territorial, paisagística e social de sua habitação. A problemática da metropolização pode desvelar estes fenômenos que confluem na fronteira líquida entre o *campo* e a *cidade* e na construção psicossocial da *urbanidade* e *ruralidade* que tais atores carregam consigo. Todos estes novos “embates” socioespaciais podem ser qualificados pela ótica dos estudos sobre metropolização.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: OS FOCOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

A análise e discussão desenvolvidas nos próximos parágrafos são resultado das categorias analíticas levantadas no referencial teórico, em especial as contribuições miltonianas; dos dados estatísticos, fotografias, documentos e arquivos cartográficos dos municípios de Gramado e Canela; e do conteúdo relevante ao objetivo geral desta pesquisa extraído de catorze (14) entrevistas com três diferentes grupos de atores sociais. São eles: o **grupo dos moradores** com oito entrevistados, sendo quatro deles do Foco 1- Linha Carahá (Gramado) e os outros quatro do Foco 2, anexos A e B – Estrada João de Deus Palhano (Canela). O **grupo dos pesquisadores**, incluindo entrevistas com dois pesquisadores membros do estudo regional “Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias 2015-2030” e um extensionista rural de Gramado e Canela (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). E o **grupo dos servidores públicos**, formado por uma profissional da área da Saúde do município de Gramado, enfermeira membro da equipe dos agentes de saúde que atuam na linha Carahá; uma profissional da área de Assistência Social de Gramado, atuante no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Várzea Grande, unidade responsável também pelo bairro Carahá; e uma profissional da área de Assistência Social do município de Canela, trabalhadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Canelinha, unidade responsável também pela localidade onde a estrada João de Deus Palhano é encontrada.

O diálogo entre as informações provenientes destas diferentes fontes foi realizado pela técnica de triangulação de dados, nos moldes de Yin (2010). O capítulo está estruturado da seguinte forma: duas seções que apresentam as características morfológicas e socioeconômicas dos Focos e seus moradores; e quatro outras seções que desenvolvem as características mais gerais com o intuito de apresentar uma explanação, uma representação e a implicação da existência destas formas de habitação na região Gramado-Canela.

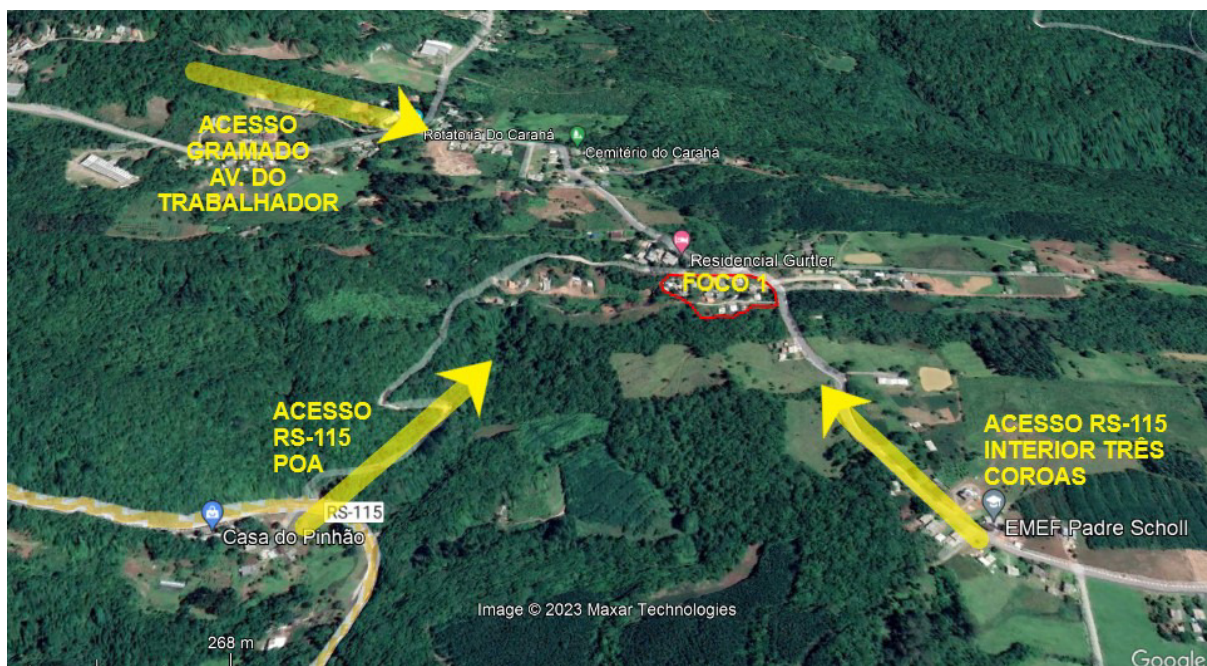
As quatro grandes características formam o metatexto que costura indução e dedução, conforme a metodologia da “tempestade de luz” de Moraes (2003). Eles buscam *implicar* a existência dos Focos 1 e 2 no contexto contemporâneo regional,

revelando nexos invisíveis, potencialidades e limitações, sem pretender esgotar a análise deste fenômeno no território gramadense e canelense.

7.1 ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS DO FOCO 1 – LINHA CARAHÁ EM GRAMADO

O Foco 1, pertencente ao município de Gramado, é caracterizado por um assentamento de aproximadamente 15 moradias, localizadas no bairro Linha Carahá, na zona rural de Gramado, extremo sul do município. O acesso a este Foco é relativamente fácil, podendo ser realizado por meio de três principais vias: RS-115 sentido Gramado-Porto Alegre; RS-115 sentido interior do município vizinho de Três Coroas e Avenida do Trabalhador, via que cruza a zona industrial, sobretudo as fábricas de móveis do bairro Várzea Grande.

Figura 41 - Vias de acesso ao Foco 1

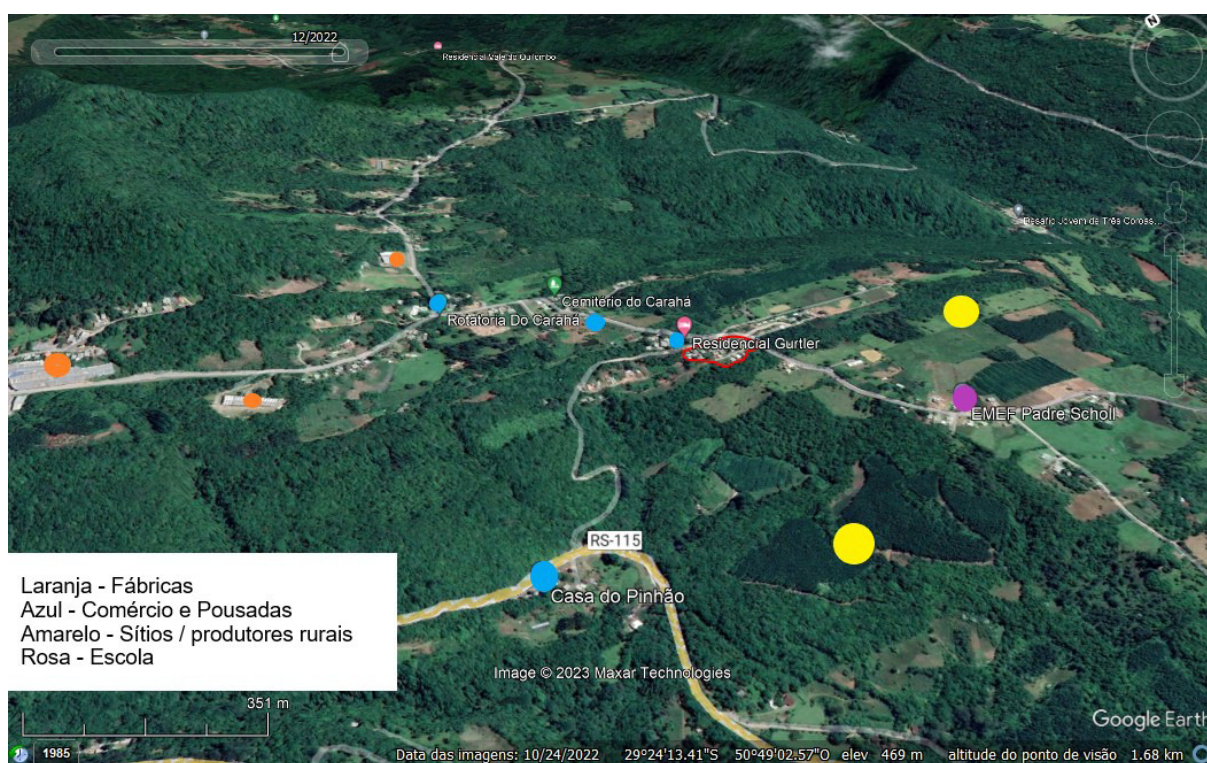


Fonte: *Captura do Software Google Earth Pro (2022).*

O grau de atividades ou uso territorial dos arredores do Foco 1 é relativamente heterogêneo se comparado com o núcleo urbano que é predominantemente comercial e o seu bairro vizinho, Várzea Grande, onde se concentra a zona industrial do município. Pelo acesso à Avenida do Trabalhador, é possível observar a presença de fábricas de móveis (Sierra Móveis, Tissot Móveis, e

Berti Indústria e Comércio de Móveis), um mini-mercado, uma pousada, o Residencial Guttler, que fica ao lado do Foco 1, um artesanato próximo à RS-115, a Escola de Educação Infantil Padre Scholl, sentido Três Coroas e diversos terrenos ou sítios, com pequenos produtores rurais.

Figura 42 - Foco 1 e os usos do território no seus arredores



Fonte: *Captura* do Software Google Earth Pro (2022).

A “idade” desta localidade é um dado importante, segundo as imagens de satélite entre os anos de 2002 e 2022, é possível notar que a aparição de moradias inicia no ano de 2010, com notável adensamento entre o quinquênio 2017-2022. Se comparado com o Foco 2, chega-se a mesma conclusão que Lopes (2014) chegou ao analisar os assentamentos urbanos nestes dois municípios: este fenômeno habitacional é mais recente em Gramado do que em Canela. Uma das entrevistadas é moradora há nove anos no Foco 1 e comenta o aumento pela procura de casas nos últimos quatro anos. Segundo ela, “*peessoas de fora*”, ou seja, não nascidas em Gramado, que vêm buscar uma oportunidade de emprego na cidade, procuram moradias mais baratas naquele local, pois os preços dos terrenos adjacentes ao núcleo urbano são elevados demais para suas remunerações, mesmo contratados formalmente.

Figura 43 - Foco 1 entre 2002 e 2022



Fonte: *Captura do Software Google Earth Pro (2022).*

O Foco 1 possui uma área de aproximadamente 9.470m². As casas nele construídas são mistas, sendo algumas de alvenaria, outras de madeira e poucas construídas com os dois materiais (concreto e madeira). As casas dos quatro

moradores entrevistados possuíam dois quartos, um banheiro e sala e cozinha integradas. Registrou-se, entre eles, uma média de três moradores por residência.

Figura 44 - Moradias do Foco 1



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2023).

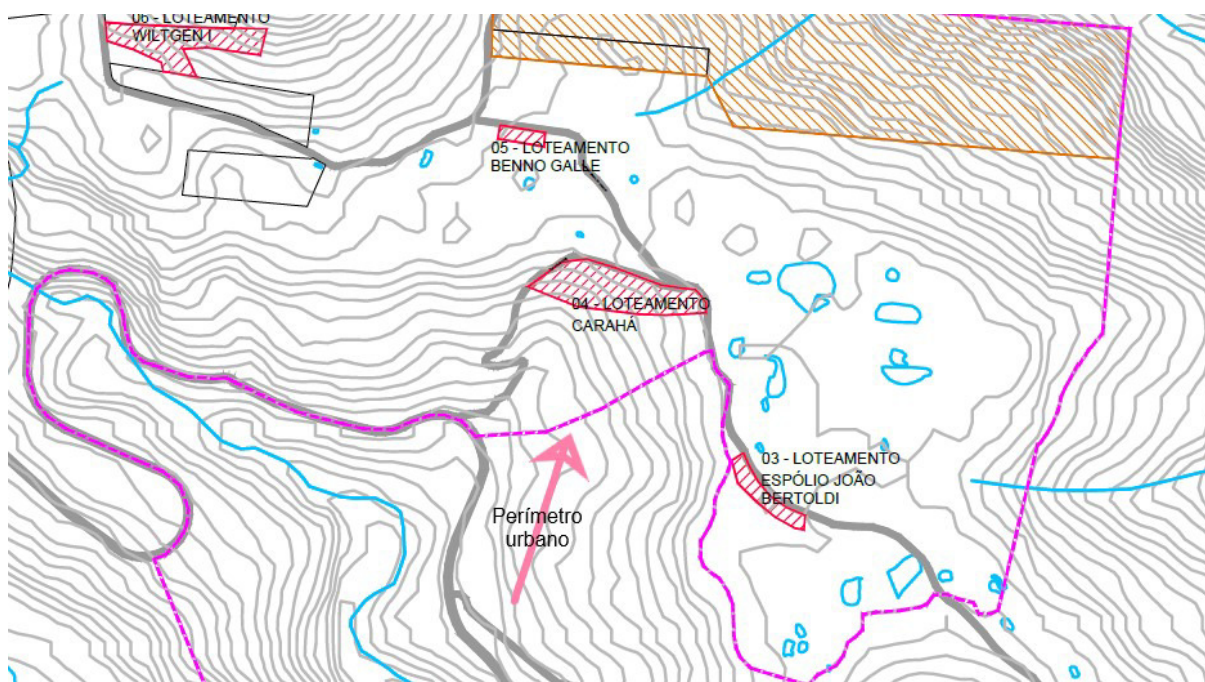
Algumas características ainda podem ser enquadradas no estudo de Lopes (2014), mesmo este sendo realizado na década passada e tendo como foco os assentamentos em zonas urbanas. Este cotejo é possível pelo fato de o Foco 1 ter função puramente urbana, informação que será explicitada na primeira característica, em sua seção própria. Assim sendo, as características ainda pertinentes são: i) sua localização do sul da cidade; ii) seu tamanho (ou quantidade de casas) menor se comparado ao Foco 2 em Canela; iii) o dado jurídico de irregularidade, isto é, as casas foram adquiridas por “contratos de gaveta”, sem documentos oficiais como escritura ou matrícula do imóvel. Algumas casas já estavam construídas e não foram compradas, mas sim alugadas. O aluguel, segundo os moradores, é mais barato que os das áreas próximas ao núcleo urbano,

o que torna a moradia mais atrativa nesta localidade; iv) o grau de precariedade das habitações é médio quanto a infraestrutura, serviços urbanos e materiais utilizados para a construção das residências. (LOPES, 2014).

A única característica que não se enquadra no estudo de Lopes (2014) é a localização deste fenômeno em áreas sem atrativos turísticos. As pousadas próximas, inclusive algumas mais antigas que o próprio Foco, e a expansão recente do turismo de nicho ecológico ou rural, por exemplo, são elementos novos que enredam a habitação desta localidade. Ademais, as casas possuem serviços de luz e abastecimento de água, todavia não existe iluminação pública nas ruas que as tangenciam, assim como não há transporte público até o local. A internet é acessada majoritariamente via dados móveis (serviços de 3G ou 4G das empresas de telefonia), pois não há postes de luz que possibilitam a oferta de serviço de internet via fibra ótica. O saneamento é predominantemente construído pelo método de fossa séptica e a pavimentação chegou ao Foco no segundo semestre de 2022 e continuou sendo realizada na época das entrevistas.

Em novembro de 2022, com a publicação da Lei Complementar 17/2022 que dispõe do novo Plano Diretor para o município gramadense, destaca-se uma importante mudança na normatização da área pertencente ao Foco 1. Segundo esta lei, o Foco passa a ser nomeado pela administração local como Área de Interesse Social (AIS) número 4 – Loteamento Carahá, sendo englobado no perímetro urbano da municipalidade. Há aqui um reconhecimento de sua função habitacional exclusivamente urbana. Segundo uma das moradoras, a chegada da pavimentação asfáltica trará esperança na melhoria dos serviços urbanos como luz e transporte, por exemplo, mas representará principalmente maiores chances de legalização da moradia através da obtenção de uma escritura junto ao cartório de registro de imóveis do município.

Figura 45 - Foco 1 e o perímetro urbano do município de Gramado



Fonte: Lei Complementar nº 17. MUNICÍPIO DE GRAMADO, 2022.

O dado urbano deste Foco é reforçado quando se analisa algumas características socioeconômicas da localidade. Dos quatro moradores entrevistados, um é aposentado e os demais trabalham em diferentes setores da cidade, não obstante em atividades predominantes da economia local. Um morador trabalha no comércio, outro trabalha autonomamente no ramo do turismo como guia turístico. Estes são nascidos no município de Barros Cassal, no Rio Grande do Sul. Enquanto o outro morador, natural de Gramado, exerce a profissão de pintor e gesseiro no ramo da construção civil.

As rendas, salvo aquela do morador aposentado que, aliás, foi trabalhador da indústria moveleira local (Sierra Móveis) e hoje recebe o benefício da aposentadoria, são provenientes do seu trabalho, ou seja, dos anos em que era assalariado. O rendimento mensal varia entre 1 e 2 salários mínimos. Em termos nominais para o ano de 2021, algo entre R\$1.100 e R\$2.200.

Na época das entrevistas, pôde-se notar nas falas dos servidores públicos do serviço social e da saúde de Gramado que a administração local possuía mínimo contato com a realidade dos moradores do Foco 1. As profissionais sabiam da existência das moradias, mas em ambos os relatos a falta de recursos e de pessoas para compor as equipes impediam uma aproximação ou até mesmo uma relação

mais sistematizada com os moradores. Os atendimentos ocorriam apenas se os moradores entrassem em contato ou buscassem solicitar presencialmente suas demandas.

Segundo o Servidor Público “Gramado AS”, o Foco 1 é um sintoma exemplar de que *“Gramado sofre com a falta de uma política habitacional. Muitas pessoas da região Norte e Nordeste estão morando na cidade, pois buscam emprego e uma qualidade de vida melhor. São os novos trabalhadores do turismo e da hotelaria”*.

Para o Servidor Público “Gramado S”, responsável pelos agentes de saúde que atuam na linha Carahá, *“a demanda por serviços de saúde cresceu muito desde a chegada da pandemia de coronavírus combinada com o aumento populacional e o crescimento da pobreza. A economia da cidade precisa de visitantes e quando as restrições – distanciamento e isolamento social – foram impostas, a economia da cidade levou um ‘baque’ e a pobreza disparou”*. Para corroborar com o relato deste profissional, o assistente social informou que os 80 atendimentos relativos ao pedido de cesta básica (alimentação), que eles atendiam mensalmente antes da pandemia, passou para 250 chamados. Ao serem questionados sobre o problema habitacional da cidade, ambos os servidores comentaram que nenhuma ação intersetorial estava sendo tomada.

7.2 ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS DO FOCO 2 – RUA JOÃO DE DEUS PALHANO EM CANELA

O Foco 2 está dividido entre os anexos A e B, pois foram entrevistados dois moradores em cada um deles. Para esclarecer esta taxonomia, descreve-se a Rua João de Deus Palhano como uma via que se estende para além da zona industrial de Canela e contorna a Floresta Nacional (FLONA) localizada no noroeste do município. Esta estrada é um dado peculiar em si, pois no seu trajeto é possível observar pequenos assentamentos, como estes aqui estudados, combinados com sítios, residências de descanso e até terrenos para produção agrícola de subsistência e pousadas rurais. O foco encontra-se na zona norte do município.

Figura 46 - Via de acesso ao Foco 2 e seus anexos



Fonte: Captura do Software Google Earth Pro (2022).

As áreas circunvizinhas do Foco 2 são, comparativamente, menos heterogêneas que o Foco 1. Não obstante, é registrável a presença da zona industrial, de residências não aglomeradas (sítios para moradia e sítios com atividades econômicas rurais de subsistência) e de pousadas (turismo). Ademais, dada a peculiaridade da área da FLONA, a construção e diversidade de usos do território na região é limitada.

Figura 47 - Foco 2 e os usos do território no seus arredores



Fonte: Captura do Software Google Earth Pro (2022).

O principal acesso aos anexos A e B do Foco 2 é a rua João de Deus Palhano, homônima ao proprietário do terreno onde está o anexo B, homenageado por doar um pedaço de suas terras para a construção de um cemitério próximo ao referido anexo. Segundo um dos seus filhos, que reside ao lado dessa localidade, a quantidade de casas construídas atualmente, cerca de 32, se explica pelo fato de o zelador do terreno, contratado por João Palhano na época, após o falecimento deste, ter trazido sua família e iniciado a subdivisão indiscriminada da área para seus parentes e outros conhecidos. O anexo tem uma área aproximada de 8.478 m².

Figura 48 - Foco 2 Anexo B entre 2002 e 2022

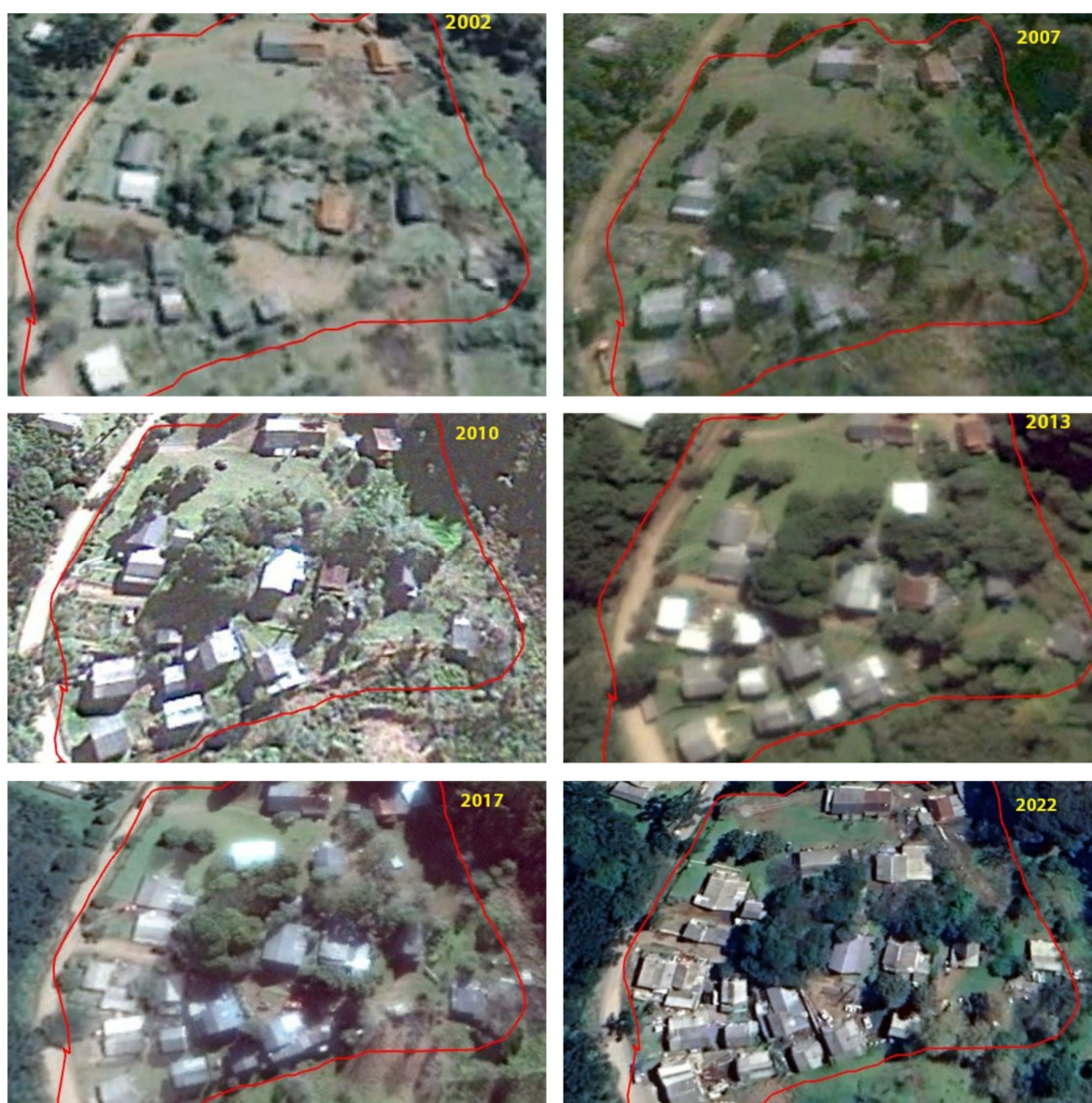


Fonte: Captura do Software Google Earth Pro (2022).

O anexo A, com aproximadamente 10.705 m², segundo os entrevistados, pertenceu a outro morador antigo da região que também iniciou o processo de loteamento do seu terreno sem documentação oficial. Hoje o local possui um minimercado que, segundo relatos, é a única edificação que possui a escritura original, e mais 17 casas que foram negociadas informalmente. Conforme a fala de um morador vizinho do Anexo A desde o ano de 1979, o número de pessoas que

passaram a procurar a região para morar aumentou significativamente no final da década de 1990, o que confirma as imagens de satélite, onde já no ano de 2002 a quantidade de moradias em ambos os anexos é praticamente a mesma que em 2022.

Figura 49 - Foco 2 Anexo A entre 2002 e 2022



Fonte: Captura do Software Google Earth Pro (2022).

Ao observar as casas do Foco 2, é possível notar maior grau de precariedade nos materiais de construção se comparadas com as moradias do Foco 1 de Gramado, além das piores condições de infraestrutura e serviços urbanos, dados ainda concordantes com a análise de Lopes (2014). De modo geral, poucas casas

foram construídas integralmente com alvenaria, algumas eram mistas e a maioria era de madeira. Os entrevistados do anexo A possuíam dois quartos, um banheiro, sala e cozinha integradas em suas moradias. Já os moradores entrevistados do anexo B relataram a existência de um banheiro, sala e cozinha integradas e apenas um quarto em suas casas. Calculou-se, entre eles, a média de quatro moradores por residência.

Figura 50 - Moradias do Foco 2, anexo A



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2023).

O fato de serem assentamentos mais antigos, mais precários e maiores que o Foco de Gramado também remete às conclusões do estudo de Lopes (2014). Ademais, os serviços públicos urbanos são mais deficientes neste Foco do que no de Gramado. Não há iluminação pública. A luz das casas é adquirida de forma privada através de instalações elétricas nos terrenos vizinhos. O abastecimento de água é intermitente, podendo faltar por mais de um dia. A pavimentação asfáltica é

inexistente, assim como o transporte público; e o problema do esgotamento é resolvido de forma particular, normalmente por meio de fossa séptica.

Figura 51 - Moradias do Foco 2, anexo B



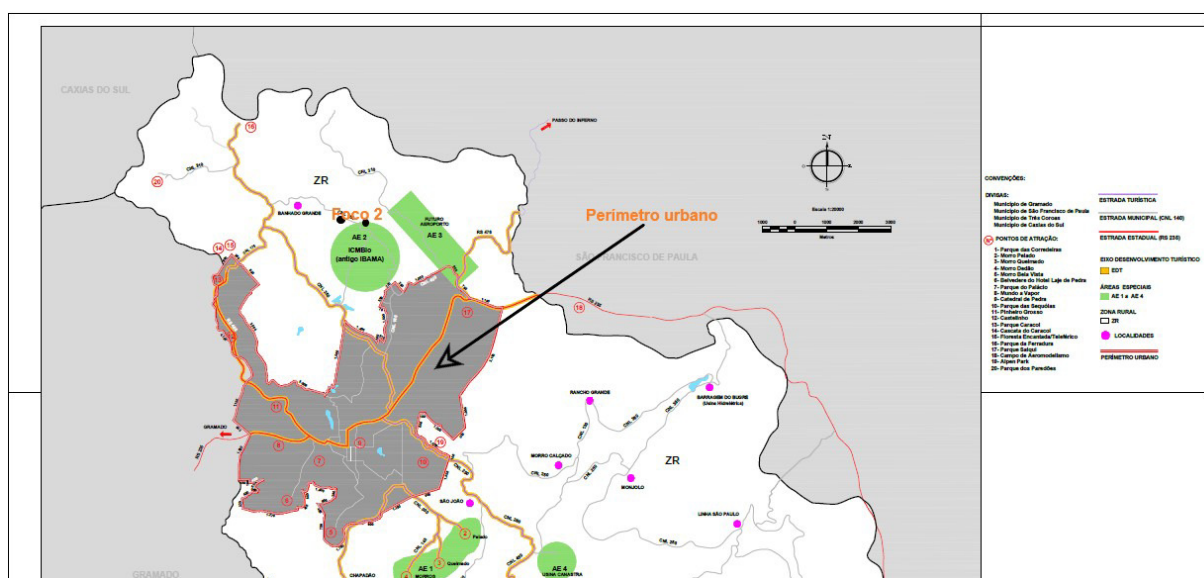
Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2023).

Quanto aos moradores, foram entrevistados o dono do minimercado e uma cuidadora, residentes do anexo A; um produtor rural aposentado e um artesão, residentes do Anexo B. Entre a renda da aposentadoria e dos salários, o nível se iguala ao Foco 1: entre R\$1.100 e R\$2.200, nos termos do ano de 2021. Segundo eles, os moradores dos anexos são trabalhadores da cidade, em especial dos estabelecimentos turísticos e do comércio. O movimento diurno do local confirma esta informação através das casas vazias, esperando seus moradores chegarem ao final da tarde (ou no horário que finda seus expedientes). As entrevistas foram realizadas no turno da tarde. Os trabalhadores se deslocavam a pé ou com seus veículos particulares, já que o transporte público não chegava até a localidade. Ao contrário de Gramado, todos os residentes entrevistados eram naturais de Canela.

E, segundo os relatos, seus vizinhos conhecidos também são de Canela, com exceção do artesão, que possui uma vizinha da Bahia, que trabalha no bairro central de Canela.

Outro contraponto ao Foco 1 está no dado de que os anexos ainda pertencem a zona rural do município de Canela. Segundo o último Plano Diretor, Lei Complementar 32/2012, estes assentamentos estão nas franjas da FLONA e próximos ao projeto de um futuro aeroporto. Se este último se concretizar, o que não parecia ser em um futuro próximo dadas as falas dos entrevistados, o cotidiano da região sofrerá grandes alterações, não só em sua função que dificilmente se manterá rural, mas na morfologia e processo de urbanização, que tomará corpo e velocidade assim que a construção do aeroporto iniciar, transformando a estrutura do município.

Figura 52 - Foco 2 e o perímetro urbano de Canela



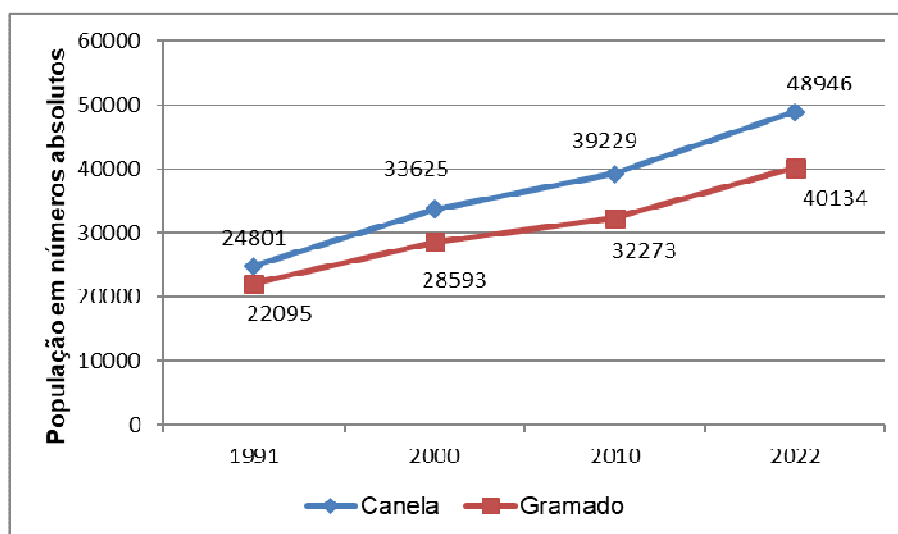
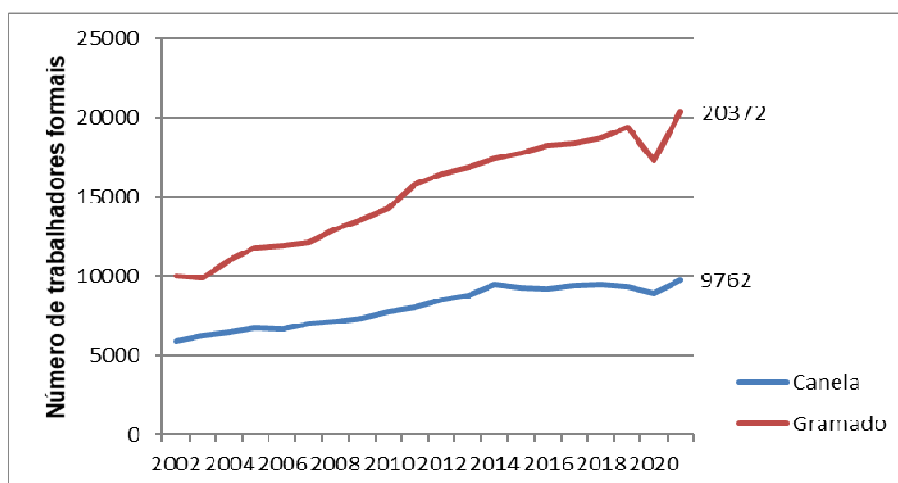
Fonte: Lei Complementar nº 32. MUNICÍPIO DE CANELA, 2012.

A realidade destes anexos está enquadrada em um movimento regional histórico de causas socioeconômicas e habitacionais. Conforme o Servidor Público “Canela AS”, o município abriga, historicamente, muitos trabalhadores urbanos de Gramado. Muitas pessoas trabalham em Gramado, mas devido ao custo de vida, principalmente o custo da moradia, a migração pendular entre estes dois municípios é um dado cotidiano. “Trabalha-se em Gramado, mas mora-se em Canela”, relata o servidor. Isto implica vários fatores. Um deles é o poder de arrecadação, pois como

Gramado possui mais contratados formais que Canela, sua economia é capaz de contribuir mais para os impostos, isto é, a arrecadação é maior. Conseqüentemente, Canela arrecada menos e arca com um custo social maior: a moradia destes trabalhadores que se locomovem de “lá para cá”.

No Gráfico 6 é possível notar que o mercado de trabalho gramandense absorve também mão de obra canelense. Entre os anos de 2002 e 2021, Gramado contratava, em média, 7.164 trabalhadores formais a mais que Canela. Entre 2002 e 2021, Canela registrou um aumento de 66% no total de vínculos ativos, enquanto Gramado contabilizou um aumento de 103%. Por outro lado, Canela possuía 8.369 habitantes a mais que Gramado.

Gráfico 6 - Número de trabalhadores formais e população em números absolutos em Gramado e Canela

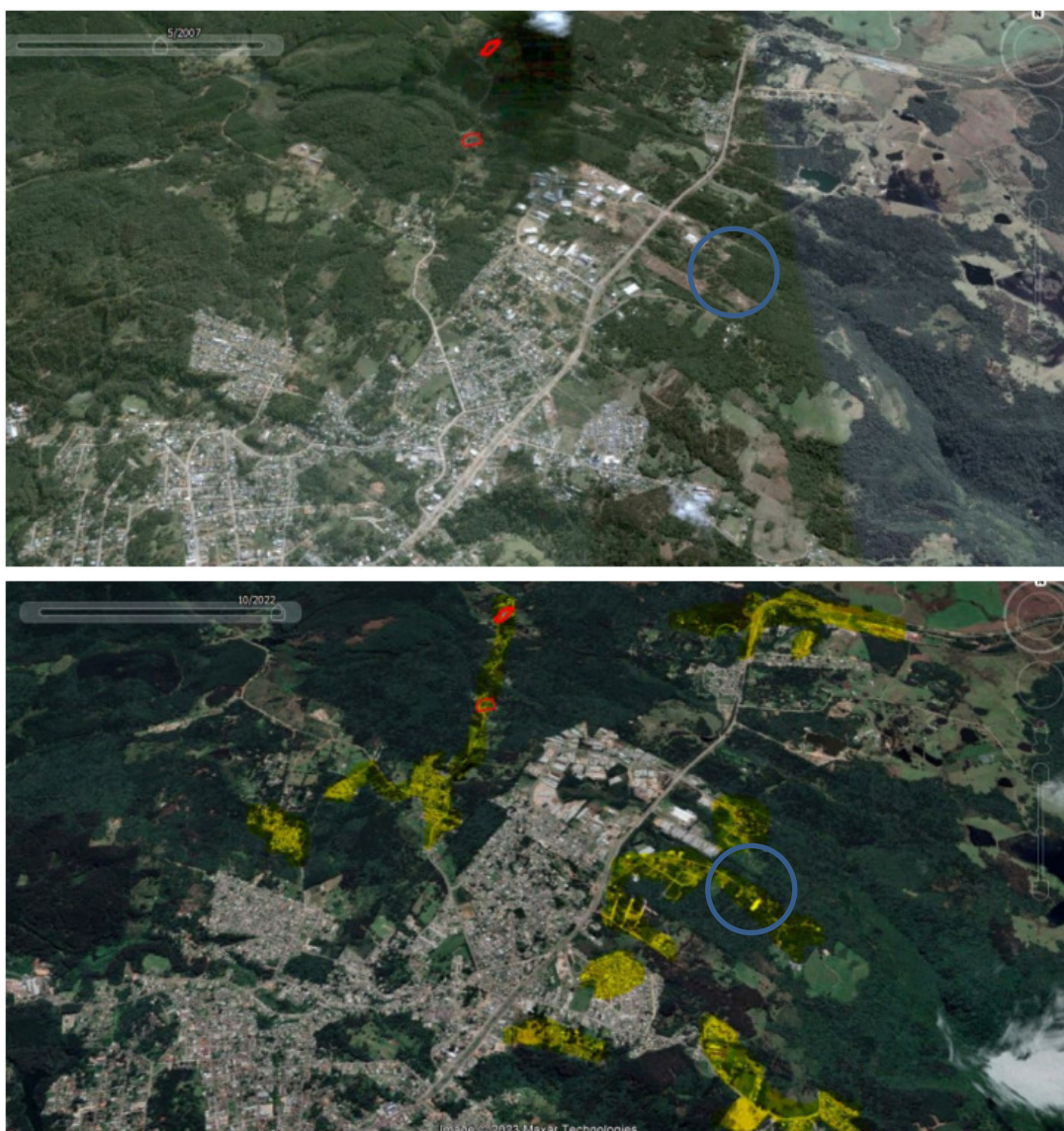


Fonte: RAIS (2023) e IBGE (2023).

A paisagem da região norte da cidade apresentou um crescimento notável de moradias nas últimas décadas. E, no entendimento do Servidor Público “Canela AS”, este fenômeno ainda não indica momentos de desaceleração. *“Gramado e Canela crescem em um ritmo acelerado”*, comenta. *“A migração de pessoas da região Nordeste do Brasil e também do Haiti e do Senegal para Canela é uma pauta que preenche cada vez mais nosso trabalho”*. É importante destacar que o crescimento de moradias aos arredores da zona industrial não está necessariamente vinculado a estas atividades. Muitos dos moradores desta região, segundo o Servidor Público “Canela AS” trabalham no comércio, incluindo o turístico, das zonas urbanas canelense e gramadense.

“As terras atrás da empresa Dauper”, uma fábrica do setor alimentício, localizada na região na zona industrial de Canela, *“abrigam hoje aproximadamente 250 famílias e não estamos dando conta de recensear esta localidade, pois não temos equipe para isso”*, declara o servidor.

Figura 53 - Crescimento da mancha urbana no norte de Canela 2007-2022



Empresa Dauper em destaque no círculo azul.

As manchas amarelas representam as áreas de expansão urbana.

Fonte: Captura do Software Google Earth Pro (2022).

Para complexificar o quadro, segue o servidor, não há sequer diálogo entre estes municípios sobre esta relação que é evidente, importante e crescente na qual Canela busca resolver com precárias “ações públicas” habitacionais. É importante destacar que o assistente social não falou “políticas públicas”, pois, segundo seu relato e também dos servidores públicos gramadenses da área da assistência social e da saúde, Gramado sequer possui uma política pública habitacional para o próprio

município. Assim, a abertura política para propor uma ação conjunta com a cidade vizinha ainda se apresenta distante.

Lopes (2014, p. 124) já evidenciava esta problemática ao concluir, segundo seu levantamento, que:

Canela possui mais assentamentos informais que Gramado, porque, segundo verificado nesta pesquisa, há uma postura de gestão diferente nos dois municípios: Gramado apresenta uma perspectiva mais rígida de controle de inclusão de novos moradores, sobretudo de baixa renda do que Canela. As entrevistas mostraram que a população moradora dos assentamentos informais reconhece o município de Canela como auxiliador no que tange a materiais para habitações e permissão para instalação no município. Assim sendo, há uma tendência de migrantes em procurar Canela para morar, ao invés de Gramado. Desse modo, pode-se dizer que Canela é menos restritiva ao acesso à terra que em Gramado. Gramado adota a política de assistir aquele que deseja se instalar na cidade desde que tenha onde residir e trabalhar. Caso não tenha, o município paga a passagem de retorno à cidade de origem. [...]

A diferença na gestão de assentamentos entre os dois municípios sobrecarrega a demanda social no município de Canela. Todavia, mesmo com a garantia de emprego e moradia, Gramado está registrando um número maior de focos ao Foco 1 (ponto levantado mais adiante, na quarta característica), o que implica na aparição de uma tendência que ainda não era capturada nos estudos de Lopes (2014), dada a maturação do fenômeno habitacional combinada com movimentos socioeconômicos ulteriores à sua pesquisa.

7.3 CARACTERÍSTICA 1: FOCOS COMO ABRIGO PARA O TRABALHADOR URBANO DE BAIXA RENDA

Após a análise morfológica dos focos e das características socioeconômicas dos seus moradores, ou melhor, dos moradores entrevistados de cada foco, é possível afirmar que estas localidades indicam ser um *abrigo para o trabalhador, em especial para aqueles que recebem baixos salários*.

Nota-se que a *função* dos focos pesquisados é predominantemente voltada para moradia do trabalhador *urbano*, isto é, habitação urbana. Nenhum dos entrevistados bem como nenhuma das casas observadas possuía atividades relacionadas à plantação ou criação de animais ou quaisquer funções rurais. Salvo as pessoas aposentadas, os demais entrevistados eram trabalhadores urbanos oriundos de atividades do setor do turismo (guias turísticos), do comércio e da

construção civil, incluindo a ocupação como prestadores de serviços autônomos (geleiteiro e pintor, por exemplo).

Os motivos da moradia em um local considerado administrativamente rural eram os mais diversos. Entretanto, o *preço do terreno* e a possibilidade de obter a *casa própria* ("fugir do aluguel da cidade", como apontado por alguns) eram denominadores comuns das falas dos entrevistados.

Outros motivos apontados pelos moradores, além da situação econômica, foram a segurança, o sossego e o trânsito. Dois moradores do Foco 1, naturais de Barros Cassal, por exemplo, foram atraídos a morar em Gramado por sua segurança pública e sua oferta de empregos. "*Aqui é cheio de vagas*", comentou o guia turístico, "*então eu e minha esposa conseguimos emprego de forma rápida*". O trânsito (leia-se a mobilidade urbana) é ainda um problema, mas, com a moradia em uma área mais afastada do núcleo urbano, onde o aglomerado de atrativos turísticos é menor, este óbice se torna mais suportável, relataram.

No Foco 2, por outro lado, "sossego" foi uma palavra que apareceu na fala de três dos quatro entrevistados. Eles estão cientes de que os turistas buscam cada vez mais as belezas paisagísticas do interior de Canela e que isto pode alterar significativamente o ritmo tranquilo da localidade. Mas, segundo a moradora que exerce a profissão de cuidadora, a beleza e a tranquilidade do interior canelense atraem também os moradores da cidade. "*Eu realizei o sonho de morar em um local mais tranquilo que o meu bairro anterior*", comenta ela. "*Gosto muito de morar aqui, apesar de alguns problemas nos serviços públicos*", aponta ela ao se referir aos serviços de luz, água e transporte que ainda não suprem a localidade.

Segundo o extensionista rural, a ocorrência de terrenos rurais loteados é resultado de uma série de embates judiciais, com jurisprudências registradas¹, onde permitem a divisão de uma parte do imóvel rural quando este é seccionado por uma estrada municipal, caso a parte a ser fracionada acabar com uma área insuficiente para atividades de criação e de plantio, isto é, menor que três hectares, conforme apontado por este profissional, segundo as normas da região. Tal dado é pertinente aos focos, visto que ambos possuem vias municipais que os atravessam. Inclusive,

¹ O conjunto de jurisprudências sobre terrenos seccionados por vias públicas pode ser analisado através deste link:
<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=im%C3%B3vel+rural+seccionado+por+estrada+municipal>

o dissenso no campo judicial acaba abrindo espaço para que este fenômeno se prolifere nas zonas rurais da região.

“É muito comum nesta região”, ou seja, em Gramado e Canela, “a divisão informal de terrenos entre familiares – espólios – ou o fracionamento sem documentação para outras pessoas que não sejam parentes”, explica o extensionista. Esta prática, segue ele,

“[...] é muito comum principalmente nas gerações mais novas, onde normalmente não se perpetua as atividades rurais dos pais ou avós. Os terrenos se tornam obsoletos, vazios e, por consequência, abre-se a oportunidade para usar a terra dentro dos circuitos do mercado imobiliário [...]. Em 2004, nós da EMATER alertamos a administração pública sobre o surgimento de quatro ocupações na zona rural de Gramado. O tema chegou a ser considerado pelo prefeito na época, que designou a criação de uma comissão para tratar do assunto. Todavia, o tempo passou e a comissão se desmanchou. Em 2014, uma década depois, nós já tínhamos 26 ou 27 aglomerações rurais irregulares. Em 2021, este número permaneceu mais ou menos o mesmo, mas os assentamentos adensaram². [...] O que chama a atenção nestes locais não é tanto as condições das casas, mesmo sendo um amontoado em alguns casos, mas sim a falta de infraestrutura básica dada a sua natureza judicial irregular. Energia e água são destaques negativos nestes locais, pressionando a demanda para o setor público. [...] O que nós da EMATER buscamos alertar é a descaracterização do meio rural pelo desordenamento habitacional e suas consequências ambientais e econômicas, como a poluição das águas ou lençóis freáticos que podem prejudicar as criações ou cultivos ainda existentes. Ademais, a questão da segurança também se torna pertinente, visto que

² O dado mais atualizado pela administração pública está no mapa das Áreas de Interesse Social (AIS), Anexo XVIII da lei complementar 17/2022 que dispõe o mais recente Plano Diretor de Gramado. Segundo este documento, são 20 loteamentos.

na Linha Carahá já houve casos de assassinato relacionados ao tráfico de drogas.” (Extensionista rural).

Quando perguntado sobre as possíveis causas do surgimento destas habitações na zona rural, ele comenta que

“A causa, sem dúvida nenhuma, é a falta de oferta de unidades habitacionais a preços razoáveis, possíveis aqui na cidade. Existem pessoas que compram por que gostam do meio rural, mas acredito que esse não é o caso aqui, porque muita gente que compra nestes locais não consegue pagar o preço da cidade. Claro, tem alguns casos que são compra e venda entre parentes, bem informal. Só que o parente que uma vez comprou, acaba saindo deste local e vende para outros. [...] Em Canela, da mesma forma, houve aumento destes assentamentos rurais nos últimos anos. Muitos deles são de familiares e parentes que moram em um mesmo terreno.” (Extensionista rural).

A partir deste relato e também das falas dos profissionais da assistência social e da saúde de ambos os municípios, é possível afirmar que os focos fazem parte de um movimento duplo, um processo complementar e concorrente que ocorre na região de Gramado e Canela: **os dois circuitos do rentismo local como subproduto da matriz econômica turística**. São eles: o *rentismo planejado* e o *não planejado* ou *contingente*. Estes circuitos podem ser representados como processos de “rentização” dos atores locais e extralocais, com o propósito de diversificar suas fontes de renda e especular através do mercado imobiliário.

O "**rentismo planejado**" é aquele alavancado pelo setor imobiliário que atende aos *proprietários* de pontos de locação e/ou de terrenos próximos aos núcleos urbanos; *proprietários* de meios de produção da indústria de móveis, malhas ou chocolates (diversificação de renda do industrialista remanescente), bem como os trabalhadores com altos salários ou trabalhadores proprietários de um terreno na zona urbana. Tal rentismo atende diretamente os turistas e, conseqüentemente, ao próprio turismo, visto que tais empreendimentos imobiliários são próprios do circuito de produtos do turismo local que ofertam a experiência habitacional idílica em cidades pequenas e espetacularizadas pelo marketing regional, impulsionando a

construção de pousadas, hotéis, locação por temporada, venda por *time sharing* e locação por aplicativos. O rentismo planejado é altamente financeirizado e responde ao circuito especulativo do mercado imobiliário. Tal produto habitacional subjacente ao turismo é notavelmente expressivo para a morfologia destes municípios. Segundo o Censo 2022, dos 24.699 domicílios contabilizados em Canela, 16% eram para uso ocasional, enquanto este valor era de 29% em Gramado, isto é, 7.098 domicílios para uso ocasional de um total de 24.248 domicílios permanentes. (IBGE, 2023).

É válido destacar que a utilização do termo “rentismo planejado” está alinhado com o conceito raffestiniano de “tessitura desejada”, mencionada anteriormente no capítulo sobre o território, como o enquadramento de poder que tenta otimizar o campo político e operatório de um grupo com o intuito de se tornar uma “tessitura suportada”, ou seja, a prática que busca maximizar o controle de um grupo em um determinado território. (RAFFESTIN, 1993).

A manifestação da tessitura planejada deste rentismo está consolidada na paisagem urbana dos bairros mais centrais destes municípios. São objetos projetados não apenas para absorver a demanda de visitantes, mas para incitá-los a experimentar a *sensação de habitar* na Serra Gaúcha e Região das Hortênsias, através de sua gastronomia, seu charme paisagístico e “bucolismo”³ interiorano. Entretanto o “produto-habitação” não diferencia o urbano do rural, pois, através da paisagem, percebe-se o avanço deste circuito para além do perímetro urbano, adentrando a zona rural por meio de pousadas, casa de alugueis por temporada e venda de terrenos para moradia permanente. Tais movimentações habitacionais são resultado de um nicho turístico cada vez mais atrativo para os visitantes, em especial nos anos seguintes à pandemia de coronavírus, onde o imperativo do afastamento e isolamento social cultivaram novos hábitos de *experimentar* ou *habitar* os lugares⁴. Aqui se observa o papel fundamental da psicofera para a

³ O termo bucolismo foi utilizado propositalmente no lugar do adjetivo “bucólico”, pois o primeiro conota esferas mais poéticas e históricas do que o segundo. A narrativa da imigração portuguesa, alemã e italiana para o turismo contemporâneo da região é um fator importante da psicofera como “o” *storytelling* dos produtos locais, incluindo a habitação. As bases culturais e materiais destes povos imigrantes hoje invadem o imaginário do visitante de Gramado e Canela, forjando uma falsa *diferenciação* na *experiência* do que *aqui* se vive ou se consome. A narrativa da imigração preenche um papel de sentido nos produtos ofertados e potencializa sua intencionalidade mercantil.

⁴ OLIVEIRA, N.; FONTANA, R. TURISMO DE PROXIMIDADE E TURISMO NO ESPAÇO RURAL COMO OPORTUNIDADES PERANTE A PANDEMIA:. Congresso Internacional de Turismo Rural e Ruralidades – CITRR; Congresso Brasileiro de Turismo Rural – CBT; Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado – CBGC; **Semana de Geografia da UEL**, v. 1, n. 1, p. 457-486, 30 nov. 2021.; BEHLING, M.; PEREIRA SILVEIRA, V.; GOMES TORRES, T.; ALFONSO, L. UM MEIO DE

produção e reprodução do *produto habitacional* do turismo local, operante por meio das redes sociais e demais meios de comunicação massificados.

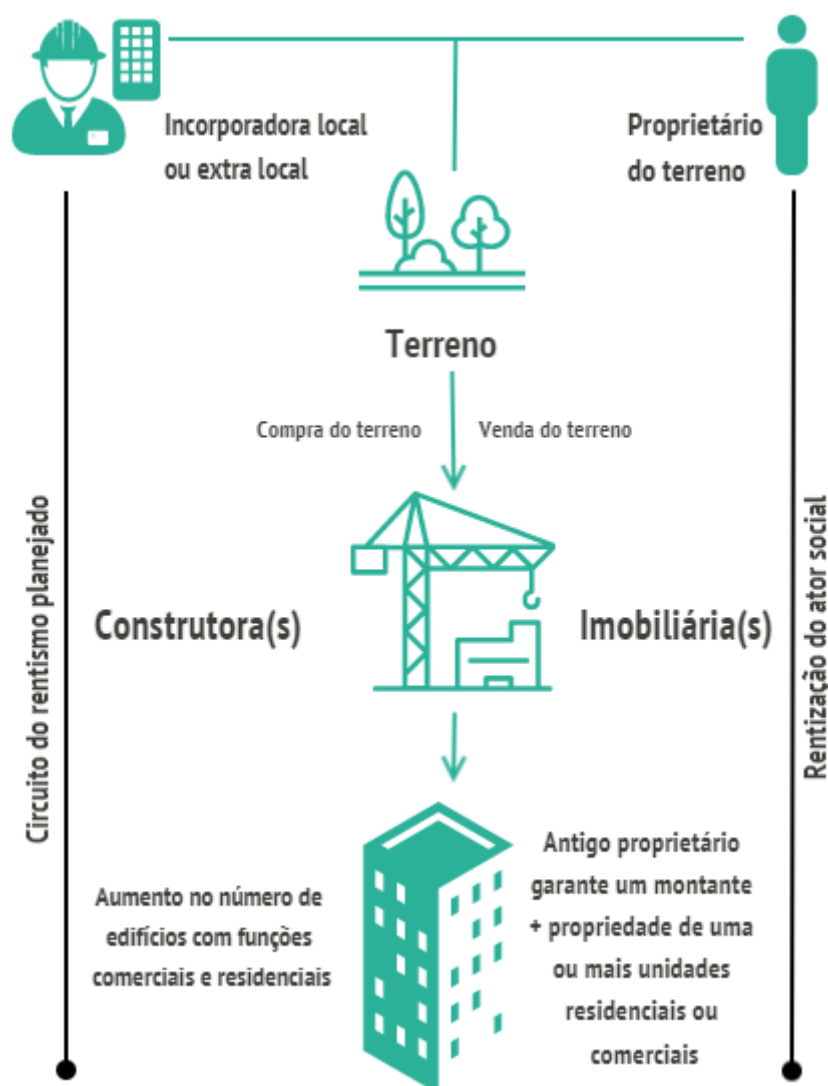
Figura 54 - Avenida Borges de Medeiros, bairro central de Gramado



Fonte: Wikimediacommons, 2023.

Normalmente, dentro do circuito do rentismo planejado, uma construtora ou incorporadora local ou *não* (podendo ser da região metropolitana de Porto Alegre ou até mesmo de outra unidade federativa do país) negocia a compra de terrenos com atores locais proprietários de imóveis das zonas com alta procura ou incentivo da administração pública para a construção de edifícios.

Figura 55 - Rentização dos atores sociais locais no circuito do rentismo planejado



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas com grupo de pesquisadores e servidores públicos (2023).

O terreno é comprado mediante o pagamento de um montante adicionado à garantia de propriedade de um ou mais pontos comerciais ou residenciais para o antigo proprietário do terreno. Com estes pontos de locação, o antigo proprietário torna-se um rentista, alugando suas unidades para inquilinos ou comerciantes. Assim se dá a “rentização”⁵ dos atores sociais locais que, em linhas gerais,

⁵ A escolha do termo “rentização” foi, dentre as demais, a mais adequada para esta situação, pois aqui se destaca a relação entre os diferentes atores dentro do processo de contratação imobiliária como estratégia de diversificação da renda do agente. O uso do termo gentrificação não parece inteiramente adequado para este trabalho, pois os locais da compra e venda do terreno não fazem parte de bairros que necessitam de revitalização ou expulsam uma parcela da população de baixa renda. A construção de um edifício não causa uma segregação socioespacial *direta*, mas sim uma

representa uma estratégia de diversificação da renda, pois, segundo os relatos dos Pesquisadores 1 e 2, há casos em que, além de proprietário de terra, quem vende o terreno também possui negócios na cidade (lucro) ou é trabalhador na região (salário).

Figura 56 - Bairro central de Gramado



Fonte: Wikimediacommons, 2023.

inclusão do agente proprietário. Neste caso, o morador antigo é incluído e não expulso no processo de especulação imobiliária. O debate sobre a polissemia do conceito de gentrificação pode ser acompanhado no estudo de Marcelo Lopes de Souza (2016) *Gentrification in Latin America: some notes on unity in diversity*, **Urban Geography**, 37:8, 1235-1244, DOI: 10.1080/02723638.2016.1200336.

Em contrapartida, os focos aqui analisados entram no circuito do "**rentismo não planejado**" ou contingente, ou seja, o rentismo voltado majoritariamente para os trabalhadores dos setores turísticos, de comércio e da construção civil com baixos níveis salariais (até 3 salários mínimos). Este rentismo absorve a demanda por moradia da força de trabalho empregada nos estabelecimentos da cidade. No caso dos focos, ele surge de forma espontânea (daí o seu caráter contingente) e, muitas vezes por meio de procedimentos irregulares ou informais. Este rentismo supre uma necessidade habitacional que não é inteiramente contemplada pela administração pública dos municípios, muito menos pelo rentismo planejado. Aqui a habitação não é produto *direto* do turismo, mas uma eventualidade causada pela demanda de mão de obra barata das atividades econômicas oriundas do turismo.

A irregularidade no campo judicial, por meio dos contratos de gaveta, da falta de escritura / matrícula dos imóveis, combinada com os preços em níveis razoavelmente compatíveis aos baixos salários são umas das características deste circuito, além de manifestar-se nas áreas mais periféricas da cidade e nas zonas rurais ainda não cristalizadas por serviços turísticos de nicho. Este rentismo que também é rentização de alguns atores locais, realizado por meio da venda ou aluguel informais de moradias em zonas rurais, auxilia na manutenção e, ultimamente, impulsiona a intensificação da *segunda característica*.

Não obstante, antes de se seguir para a segunda característica, outro ponto pode ser abordado nesta seção: o uso da classificação miltoniana para qualificar o termo "abrigo", porque, afinal, o termo "favelização em zonas rurais" utilizado no "Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias 2015-2030" é uma taxonomia adequada para este tipo de moradia?

Os pesquisadores membros do estudo regional "Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias 2015-2030" explicam que o uso do termo foi uma forma de chamar a atenção dos poderes locais para certas transformações nos usos do campo.

"A favelização aqui na região das Hortênsias é devido à falta de uma política habitacional. As pessoas vêm pra cá na expectativa de obter um bom emprego, de crescer como qualquer pessoa tem vontade... elas utilizam de tudo que é público - escolas, creches, saúde - e o custo de vida é alto... o metro quadrado em Gramado é altíssimo. Aonde elas vão?"

*Para o rural, para os loteamentos irregulares na zona rural. E então, temos o 'colono' ou o morador mais antigo da zona rural que os pais já estão com certa idade, os filhos já não residem lá, e resolvem vender três, quatro, cinco hectares. Se dão conta que vender em lotes separados, se ganha mais. E assim o fazem, sem nenhuma infraestrutura de água, de luz, de esgoto, tão pouco de transporte público... e assim tem se formado as **favelas** no interior de Gramado, Canela e, pela questão da proximidade, na divisa de Gramado com Nova Petrópolis também". (Pesquisador 1. Grifo Nosso).*

Segundo o mesmo pesquisador, há uma relação desigual entre os dois municípios no que concerne à habitação, ecoando a fala da assistente social de Canela:

Gramado possui uma dívida social impagável com Canela. Porque Gramado atrai e atrai mão de obra, estas pessoas vêm de todos os lugares do Brasil e elas só conseguem morar na periferia de Canela, utilizando os serviços públicos daquela municipalidade – educação e saúde. Grande parte desta irresponsabilidade vem dos gestores locais, pois entra prefeito e sai prefeito, e a política habitacional não é implementada. (Pesquisador 1).

A estrutura de renda de Gramado também foi explicitada por este pesquisador:

"A riqueza altamente concentrada nas mãos de poucos. Aqui a pirâmide é extremamente afunilada e a base é enorme. Aqui tem um cinturão pessoas que não ganham mais de R\$1.300 reais por mês. E são essas que trabalham de segunda a segunda, uma folga por semana e um domingo por mês. São elas que tocam a cidade". (Pesquisador 1).

Apesar do conteúdo falas do extensionista rural e dos pesquisadores do "Plano estratégico" apontarem uma realidade importante, não é possível carimbar este fenômeno como "favelização". O objetivo principal deles era utilizar o termo

como um alerta para as incertezas crescentes nas zonas rurais dos municípios do COREDE Hortênsias. Tais incertezas, segundo eles, são de várias ordens, como a econômica, por meio do embate da especulação imobiliária (terra para produzir ou para especular? Agroindústria ou pousadas?); cultural, no sentido geracional, na perda dos valores ou hábitos rurais das novas gerações que se aculturam cada vez mais com elementos modernizantes; e urbano, através do embate administrativo frente a uma estratégia de articulação entre as funções rurais e urbanas por meio da matriz econômica turística regional (expandir a zona urbana? Qualificar a zona rural por meio do agroturismo ou da agroindústria?). Ademais, para Gramado e Canela, em especial o primeiro, o termo foi utilizado como uma denúncia à falta de uma política pública habitacional municipal.

No entanto, as localidades assim chamadas por estes pesquisadores de “favelizadas” não foram propriamente qualificadas por meio de estudos de campo e recenseamento demográfico e socioeconômico, o que recai em uma dimensão política e não propriamente científica, ou neste caso, geográfica.

Assim, acredita-se ser mais adequado, depois da análise das falas e dos dados, catalogar estes focos como *indícios de “bairros pobres da periferia”* (SANTOS, 2012, p. 195), ao entender que eles surgem de forma espontânea, isto é, não estão subsumidos sistematicamente pelo planejamento da administração local; possuem, por conseguinte, um plano irregular e subequipamento (a questão da infraestrutura urbana); e abrigam moradores com trabalho regular, porém não qualificado. (SANTOS, 2012).

Ainda dentro da estruturação taxonômica dos setores citadinos de Santos (2012, p. 196), para que estes focos fossem considerados “favelas”⁶, o sítio e sua

⁶ Optou-se pela taxonomia dos setores de Milton Santos no livro *Manual da Geografia Urbana*, pois sabe-se que as favelas são objetos de inúmeros estudos antropológicos, psicossociais, sociológicos, econômicos, jurídicos, políticos e geográficos. Podendo, assim, ter seus critérios classificatórios drasticamente alterados segundo o estudo implementado. Cita-se como exemplo os estudos de GONÇALVES, Rafael Soares. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, 2020; FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Memória Como Direito À Cidade: Dicionário De Favelas Marielle Franco. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 35, p. 309-335, 2022; DE OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. As “favelas”, uma invenção cultural e política: uma análise comparada da representação da pobreza urbana no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte (1897-1920). **Revista de História Comparada**, v. 14, n. 1, p. 123-152, 2020.; PASTERNAK, Suzana; BOGUS, Lucia Maria. Favelas na Macrometropole Paulista. In: **XII Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020**. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020.; CARVALHO, Camila; DE CARVALHO CABRAL, Diogo. Beyond the Favelas: An Analysis of Intraurban Poverty Patterns in Brazil. **The Professional Geographer**, v. 73, n. 2, p. 269-281, 2021.; IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves. Direito à moradia

situação deveriam registrar terrenos de pouco valor e impróprios para construção de casas (riscos socioambientais, como deslizamentos), além de apresentar focos também nos bairros centrais e não necessariamente nas periferias. A “clandestinidade” de uma favela, na perspectiva jurídica e urbanística, deveria se dar em terrenos públicos ou abandonados. Por fim, o dado dos recém-chegados na cidade é importante para as favelas, pois têm mais chances de obter baixa qualificação profissional e nenhuma renda fixa. Considerando o termo utilizado como “favelização”, com atenção para o sufixo que conota um processo, os focos deveriam apresentar movimentos crescentes de fatores pertencentes às características supramencionadas. (SANTOS, 2012).

Não obstante, ao contrário destes apontamentos, os focos estão instalados em terrenos sem perigo de deslizamento ou qualquer desastre ambiental; crescentemente valorizados pelo produto turístico rural; localizados na periferia urbana, ou na zona periurbana ou rurubana; e, apesar de irregulares, não são terrenos abandonados ou públicos, são faixas de terra de propriedade privada e ocupados por meio de negociações de compra e venda informais. Por fim, os recém-chegados estão em atividades que exigem baixa qualificação, mas sua renda, dada a situação empregatícia de formalidade, é fixada segundo seus contratos. (SANTOS, 2012).

Agora, as pessoas que moram nestes focos podem ser consideradas pobres? Para problematizar – e não responder ou findar – esta questão, abre-se a discussão da segunda característica.

7.4 CARACTERÍSTICA 2: FOCOS COMO VETOR DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO BARATA

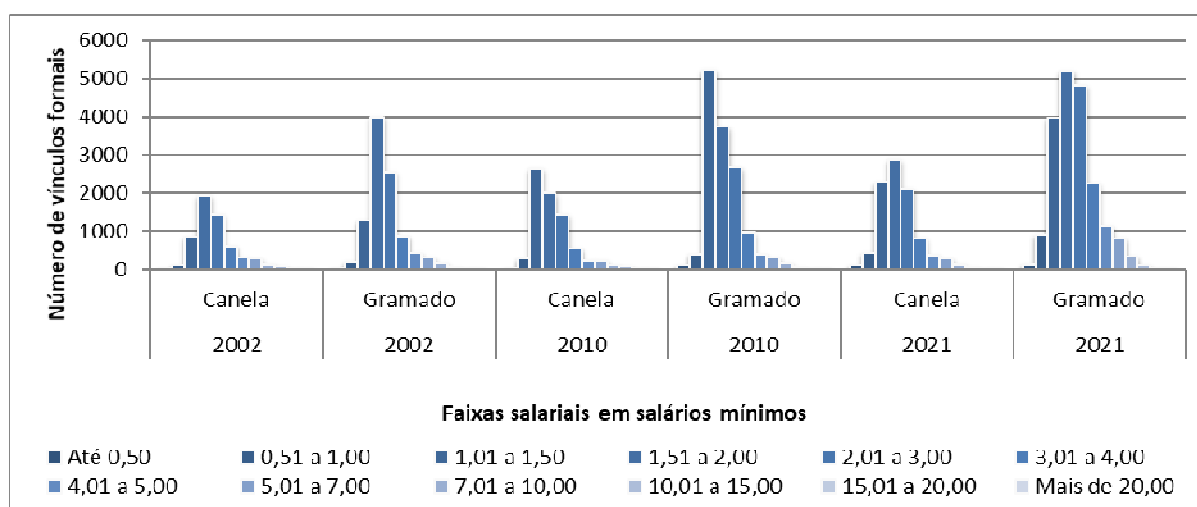
Esta característica encontrou inspiração na tese de Francisco de Oliveira em a *Crítica à Razão Dualista* (Boitempo, 2003), em especial quando este autor aponta para o processo de urbanização brasileira como o resultado da acumulação capitalista que concilia crescimento e exclusão: altos lucros, baixos salários e setores relativamente financeirizados. Segundo Oliveira (2003), as cidades brasileiras crescem por meio de um setor de serviços com baixos níveis de

remuneração, estruturados em pura força de trabalho. A pobreza urbana é, portanto, o processo de manutenção dos baixos custos da mão de obra (OLIVEIRA, 2003). Neste corolário político-econômico-urbano, a habitação aparece como um elemento de responsabilização do trabalhador, minimizando os impactos econômicos e sociais para o capitalista e até mesmo para o Estado.

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras - para falar apenas do nosso universo - não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. [...] Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado - a casa - reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

Inspirada nesta tese, interpreta-se que a demanda habitacional do trabalhador, ou seja, a busca por moradias mais baratas consequentemente localizadas em áreas mais distantes dos centros urbanos de Canela e Gramado auxilia na manutenção dos históricos baixos níveis salariais dos trabalhadores da região. Em Canela, por exemplo, 74% dos trabalhadores formais recebiam entre 0,5 e 3 salários mínimos em 2002, pulando para 84% das contratações em 2010 e aproximadamente 82% do total de vínculos formais em 2021. Gramado, da mesma forma, apresentou uma concentração de 80% em 2002 e 86% em 2010. Em 2021, 76% dos trabalhadores formais recebiam rendimentos entre 0,5 e 3 salários mínimos. A concentração salarial pode ser observada no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Número de trabalhadores formais por faixa salarial em Gramado e Canela (2002, 2010, 2021) (salário mínimo)



Fonte: RAIS, 2023.

No ano de 2021, os trabalhadores canelenses que recebiam entre 1 e 2 salários mínimos representavam 54% do total de contratações formais, enquanto em Gramado, esta percentagem era de 46% do total. Os trabalhadores com rendimentos entre 3 e 4 salários mínimos contabilizavam 11% e 9% em Canela e Gramado, respectivamente para o ano de 2002. Já em 2021, os valores inverteram, passando para 9% em Canela e 11% em Gramado. Apesar da migração, ou seja, do aumento em termos absolutos de trabalhadores gramadenses nas faixas entre 3 e 4 salários mínimos, a concentração de vínculos ainda fica nos estratos com rendimentos abaixo de 3 salários.

A pressão, ao invés de recair na luta política pelo aumento dos rendimentos reais, incide no "rentismo não planejado", nos contratos de gaveta e na expansão dos focos de habitação urbana ao longo da zona rural destes municípios, alterando a malha urbana regional e conservando os baixos rendimentos dos trabalhadores. Este circuito informal ou irregular do mercado habitacional contribui no baixo custo de reprodução da força de trabalho da região, permitindo altas margens de lucro para os detentores das atividades com maior impacto para a economia local, como a construção civil e o turismo.

Estes "focos urbanos" na zona rural, além de apresentarem uma estreita comunicação com as atividades turísticas e suas derivações, também moldam uma rede funcional de serviços com baixos coeficientes de capitalização, como é o caso

de minimercados, de pequenas oficinas e profissionais autônomos (serviços domésticos, de cuidado e até mesmo de guias turísticos). (Fuguras 60 e 61).

Figura 57 - Minimercado, marmoraria e serralheria próximos ao Foco 1



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2023).

Figura 58 - Marcenaria familiar no Foco 2, anexo B



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2023).

Nas condições presentes, a horizontalização da habitação e dos serviços regionais de baixa capitalização não recai exclusivamente no processo de formação de serviços externos às unidades industriais, conforme apontado por Oliveira (2003). Não obstante, tal movimento pôde ser observado em Gramado e Canela, em especial no primeiro, nos anos 1990 com o fechamento das fábricas locais de calçados, economicamente relevantes até então, desembocando na abertura de pequenas oficinas de reparo por parte dos antigos funcionários, e mais recentemente na lenta, mas constante queda da participação da indústria moveleira nas contratações formais (RODRIGUES, 2019).

Os dados da RAIS (2023) corroboram com a afirmação supramencionada. A indústria da madeira e do mobiliário gramadense possuía 94 estabelecimentos em 1990 e passou a contabilizar 130 unidades em 1999. Outro destaque vai para a indústria metalúrgica que no início da mesma década apresentava 9 estabelecimentos que passaram para 33 em 1999. A construção civil passou de 30

para 42 estabelecimentos no mesmo período. Ademais, as unidades do comércio varejista também apresentaram um salto, passando de 198 para 398 estabelecimentos. O setor do comércio atacadista também contabilizou um aumento de 9 para 36 unidades e os serviços de alojamento, por sua vez, registraram um crescimento de 148 para 250 unidades no mesmo período.

No município de Canela, os destaques estatisticamente positivos entre os anos de 1990 e 1999 vão para o setor da madeira e do mobiliário, com um aumento de 53 para 85 unidades. A construção civil também contabilizou um crescimento de 13 para 27 estabelecimentos. Entretanto, os maiores registros vão para o setor do comércio varejista com 280 unidades no ano de 1999 comparadas a 146 em 1990; e os serviços de alojamento que passaram de 59 para 129 unidades no final daquele decênio. (RAIS, 2023).

O aumento no número de negócios com poucos funcionários é igualmente um dado marcante na estrutura dos estabelecimentos da década de 1990 para Gramado e Canela. Em Gramado, por exemplo, as unidades com nenhum funcionário contratado aumentaram 177% contra 86% no município de Canela. A faixa de estabelecimentos que contratavam entre 1 e 4 funcionários registraram um aumento de 111% em Canela e 233% em Gramado. Em contrapartida, as unidades entre 250 e 499 contratados registraram uma queda de 100% em Canela e nenhum aumento em Gramado. Abaixo, a Tabela 4 expõe os demais dados. (RAIS, 2023).

Tabela 4– Tamanho dos estabelecimentos por número de empregados, Gramado e Canela, 1990 e 1999

CANELA				GRAMADO			
Tamanho do estabelecimento por número de empregados	1990	1999	Varição percentual	Tamanho do estabelecimento por número de empregados	1990	1999	Varição percentual
0 Empregado	57	106	86%	0 Empregado	103	285	177%
De 1 a 4	219	463	111%	De 1 a 4	358	1193	233%
De 5 a 9	61	95	56%	De 5 a 9	143	289	102%
De 10 a 19	34	49	44%	De 10 a 19	66	135	105%
De 20 a 49	16	31	94%	De 20 a 49	31	79	155%
De 50 a 99	8	9	13%	De 50 a 99	17	21	24%
De 100 a 249	5	5	0%	De 100 a 249	6	9	50%
De 250 a 499	4	0	-100%	De 250 a 499	2	2	0%
De 500 a 999	0	1	-	De 500 a 999	1	2	100%

Fonte: RAIS (2023).

Estes dados indicam alguns traços ou manifestações das transições das matrizes produtiva e morfológica da região na década de 1990, as quais passaram a contemplar mais atividades do setor terciário, formadas por estabelecimentos mais numerosos, porém menores e com baixo coeficiente de contratação. Esta década anunciava a estrutura de acumulação que iria reger os decênios seguintes das economias gramandense e canelense. (RAIS, 2023).

Contemporaneamente, o turismo e a construção civil a serviço do turismo se tornaram os principais vetores de transformação morfológica e funcional da paisagem destes municípios, conforme também explicitado no capítulo sobre a formação sócio-espacial regional, além de serem causas relevantes para a complexidade geográfica e política do processo de habitação da região. Por detrás destas atividades econômicas, há uma lógica de acumulação que carrega suas contradições específicas. Analisar-se-á este ponto na subseção a seguir.

7.4.1. PRESSÃO DEMOGRÁFICA COMO MODO DE ACUMULAÇÃO NA REGIÃO GRAMADO-CANELA

Os focos como abrigo para o trabalhador urbano e vetor de reprodução da força de trabalho barata só podem ser qualificados como tais graças aos processos econômico e sócio-espacial da região Gramado-Canela, voltados ao turismo, especialmente a partir dos anos 2000, onde a região investiu no aumento da *quantidade* de seus visitantes, preparando meios para a consolidação do **turismo de massa** através da guinada na matriz produtiva para setores envolvidos com atividades turísticas como hotéis, parques, comércio varejista, restaurantes e construção civil.

Como as atividades turísticas precisam ser *consumidas localmente*, o turismo de massa *infla artificialmente* a demanda local. Com o aumento no número de consumidores e uma oferta relativamente constante de serviços ajuizada pela própria estrutura turística e infraestrutura urbana municipais, os preços locais são pressionados para cima. Para exemplificar este ponto, tome os 44.643 habitantes de Gramado que, em 2019, antes da pandemia, receberam cerca de 3,2 milhões de turistas (fluxo 71 vezes maior que a população local) e Canela, com seus 53.348 habitantes e cerca de 1,4 milhão de turistas também em 2019 (uma população flutuante 26 vezes maior que a local). (IBGE, 2023; SEBRAE, 2019).

Há aqui uma estratégia na manutenção relativamente controlada de elementos *fixos*, como a oferta dos serviços turísticos de lazer e alojamento, e o simultâneo aceleração e robustez dos fatores de *fluxo*, como a população de visitantes. (RODRIGUES, 2019; SANTOS, 2017).

Conforme apontado no segundo capítulo, ao dar forma e conteúdo aos processos de produção, distribuição e circulação, os fixos e fluxos se tornam elementos importantes no processo de acumulação. Se observadas as condicionalidades que este processo demanda, nota-se a centralidade de salvaguardar a relação fixos-fluxos para as realidades gramadense e canelense. Assim, para que ocorra a acumulação nestes municípios, é necessário: i) um excedente na oferta de mão-de-obra a partir do estímulo de crescimento populacional ou de correntes migratórias (criação de massas ou “exércitos para produção”); ii) disponibilidade relativamente controlada dos meios de produção, como máquinas, equipamentos, infraestrutura ou sistemas de engenharia com o

intuito de promover a circulação e expansão da produção e consumo no território; iii) um mercado para absorver as crescentes quantidades de mercadorias produzidas, objetivando a realização da demanda efetiva. (HARVEY, 2005; SANTOS, 2014a; SANTOS, 2017).

Ao visitar estes municípios, os turistas podem desfrutar de inúmeros produtos turísticos. Destacam-se alguns: i) o **consumo nos padrões metropolitanos**, com fortes influências da matriz de valores *world-class-city*; ii) **parques** com temáticas fantasiosas por meio da espetacularização da experiência *gamer* e da imersão em estabelecimentos com fortes estímulos audiovisuais; iii) **cultura**, por meio de eventos e museus históricos; iv) **gastronomia**; v) **paisagem**, incluindo a rural, muitas vezes confundida com a paisagem natural; e vi) **habitação**.

Figura 59 - Produtos turísticos de Gramado e Canela



Fonte: Montagem realizada pelo autor (2023) a partir do Wikimediacommons (2023).

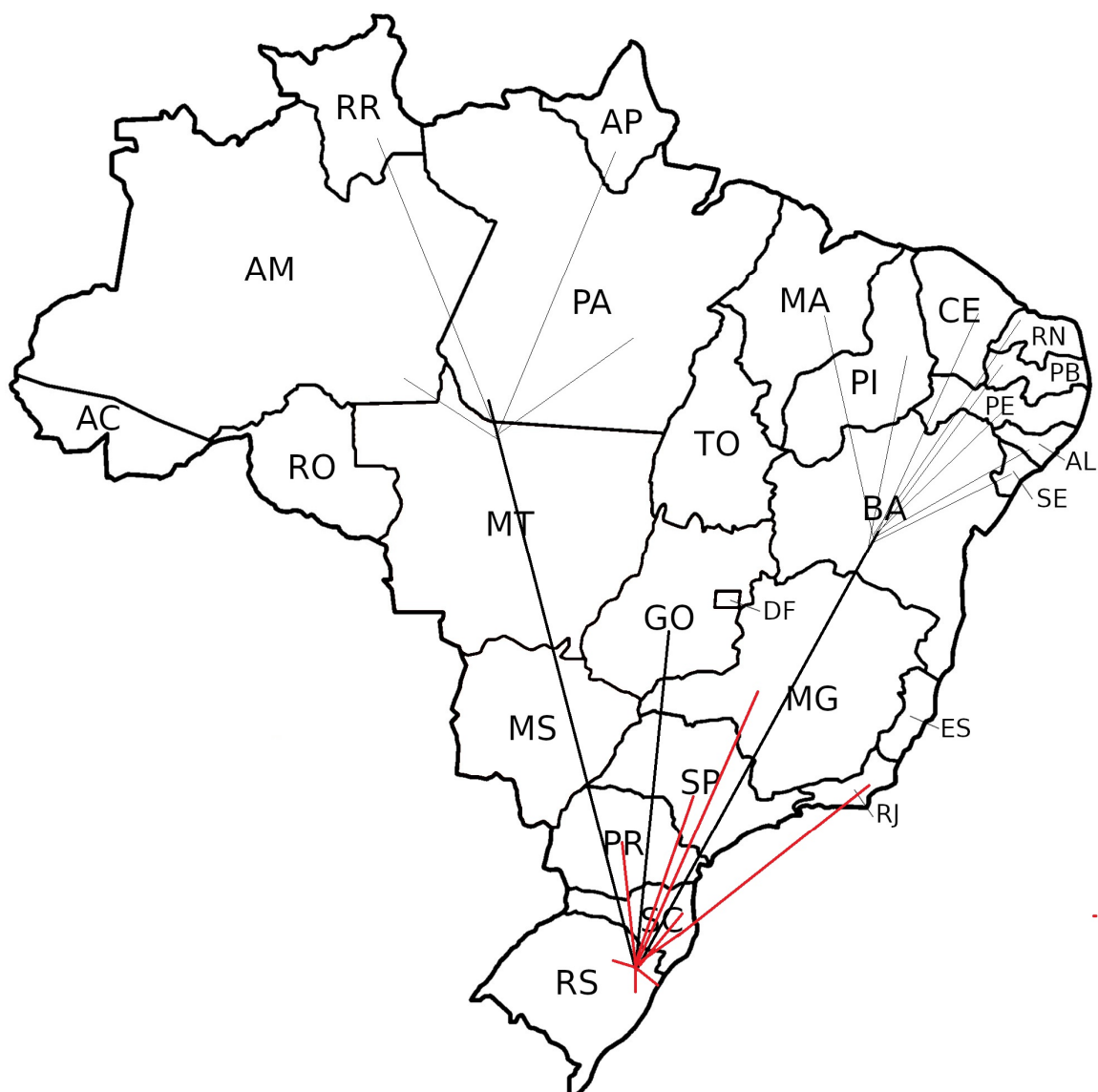
Visto que os empreendimentos imobiliários do "rentismo planejado" podem ser considerados como um dos produtos locais do turismo, a pressão inflacionária recai também no *produto turístico da habitação*. Como consequência, nota-se o crescimento relativamente controlado no número de hotéis, pousadas, edifícios de

aluguel por temporada e produtos afins para absorver a demanda artificialmente criada (turistas), pois quanto maior o número de leitos, maior deve ser o número de visitantes para que o *hiato* entre oferta e demanda de serviços turísticos possa permanecer constante, tendo em vista a manutenção da renda do aluguel e do lucro em níveis altos.

Todavia, a pressão demográfica não se encontra apenas na demanda por serviços locais, mas também na **oferta de mão de obra**. O crescimento destes municípios atraiu e atrai cada vez mais novos moradores. São pessoas de outras cidades e estados que buscam uma oportunidade de emprego na região.

No Foco 1, metade dos entrevistados eram pessoas de outras cidades do estado do Rio Grande do Sul. Nas entrevistas com os servidores públicos de Gramado e Canela é possível destacar os relatos sobre a chegada destes novos moradores, sujeitos em busca de emprego e segurança, oriundos de diferentes regiões do Brasil, como a região Nordeste, com destaque para o estado da Bahia, a região Centro-Oeste, com ênfase em Goiás, e a região Norte. (Servidor Público Gramado AS; Servidor Público Gramado S; Servidor Público Canela AS).

Figura 60 - Principais destinos de origem dos turistas e novos trabalhadores de Gramado e Canela



As linhas pretas representam os principais destinos de origem dos novos moradores e trabalhadores da região Gramado-Canela e as linhas vermelhas representam os principais destinos de origem dos turistas que visitam a região.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) a partir das entrevistas semiestruturadas e SEBRAE (2019).

O mapa apresentado acima auxilia no entendimento do fenômeno contemporâneo de metropolização, anteriormente apresentado no capítulo sobre o território. O projeto turístico gramandese e canelense está intimamente ligado com mais de uma região metropolitana brasileira, destaca-se as regiões metropolitanas

de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo; assim como diferentes estados do país, localizados em todas as grandes regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Estes dados revelam o que Lencioni (2020) aponta como dilatação do território, por meio da intensificação da mobilidade (hipermobilidade); das transformações do sistema produtivo internacional; e da organização reticular das novas tecnologias da informação e da comunicação.

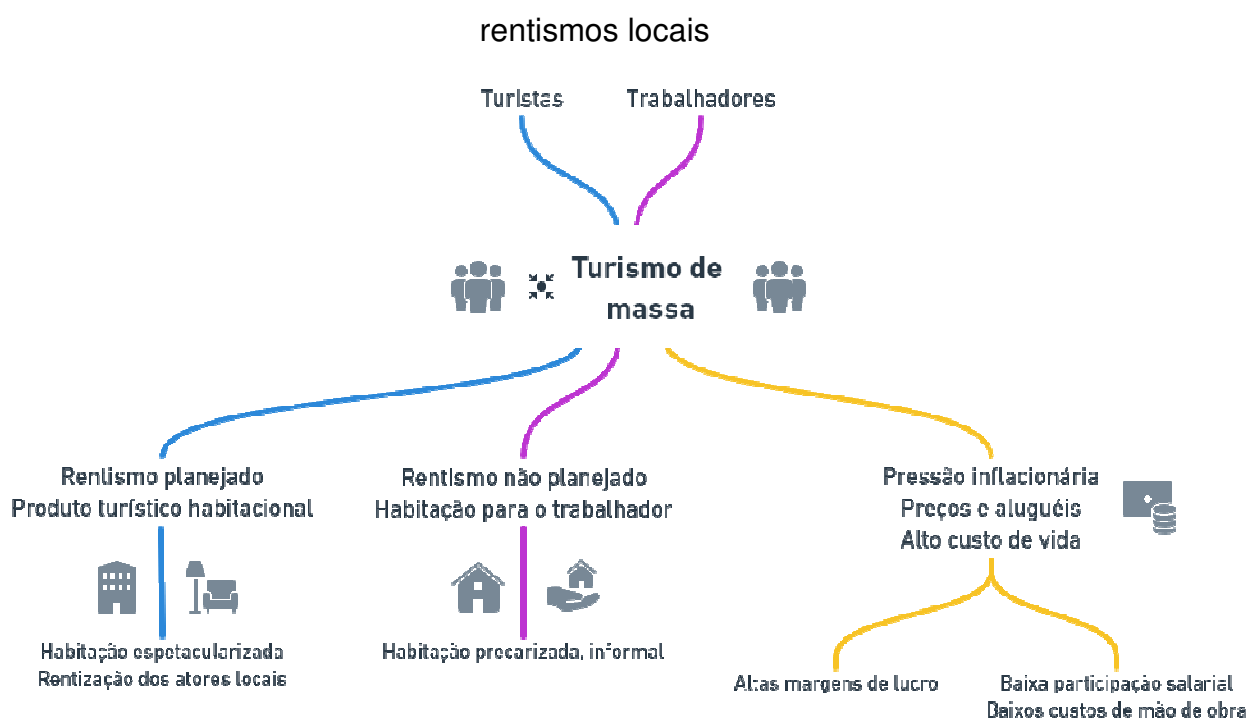
O aumento destes recém-chegados em busca de emprego dilata a oferta local de mão de obra e pressiona o nível dos salários para baixo. Com baixos rendimentos, estes trabalhadores recorrem ao "rentismo não planejado", buscando abrigo e sossego nas zonas mais afastadas (e mais baratas) dos municípios de Gramado e Canela. Apesar de não ser possível inferir na parcela migrante da população destes municípios, observa-se que entre os Censos de 2010 e 2022, segundo o IBGE (2023), tanto a população gramandense quanto a canelense aumentou 24%. De 32.273 habitantes para 40.134 em Gramado e de 39.229 habitantes para 48.946 em Canela.

Agora, estes migrantes que buscam novas oportunidades na região e que, com antigos moradores, passam a habitar em locais onde a possibilidade de construir ou alugar uma moradia é mais ou menos compatível com seus salários podem ser considerados pobres? Há uma tendência apontando um aumento da pobreza urbana nestes municípios?

Estas provocações são dignas de preencher uma série de novos estudos. Porém, não cabe a este trabalho classificar os moradores dos Focos como pobres ou não. Esta inclusive é uma questão que os objetivos deste trabalho não contemplam. Todavia, é válido afirmar, a partir do que aqui está sendo levantado, que, se o morador destas localidades apresentar apenas uma fonte de renda e esta for o salário, há grandes chances de ele viver em situação de vulnerabilidade material. Em outras palavras, se o trabalhador não possui meios de diversificar sua fonte de renda, o custo de vida da região dificultará que ele realize grandes mudanças nas suas condições materiais de vida, **por isso o motivo do indicativo no título de moradias de baixa renda**. Todos os moradores entrevistados possuíam apenas uma fonte de renda; quando não o benefício da aposentaria, o salário. A combinação dos altos custos de vida com os baixos salários regionais e a falta de diversificação das fontes de renda são parâmetros importantes na definição dos padrões habitacionais da população gramandense e canelense.

Por outro lado, como resposta a este fenômeno geográfico, uma ação cada vez mais sistemática e urgente é necessária por parte do poder público. Quando as atividades intensivas em mão de obra são escolhidas em detrimento das atividades intensivas em capital e, dentro desta equação, o fator redistributivo é negligenciado, as consequências do aumento populacional recaem, dentre outras coisas, na demanda por serviços públicos. O adensamento predial e as demandas por segurança, educação, saúde e infraestrutura (saneamento, mobilidade, aumento da rede de distribuição de luz e água, conectividade, entre outros) são alguns exemplos de transformações geográficas e pressões políticas oriundas do crescimento urbano puxado pelo projeto regional do turismo de massa. (RODRIGUES, 2019).

Figura 61 – Esquema relacional do turismo de massa, custo de vida regional e



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas (2023).

Ao mesmo tempo, a permanência desta forma de acumulação se mostra atraente, pois o movimento contrário entre inflação de preços e aluguéis, de um lado, e deflação dos salários, de outro, intensifica a concentração de renda na região e possibilita a expansão urbana regida pelas leis do Mercado.

Todavia, as desigualdades espaciais por meio de contratos habitacionais informais aparecem como uma preocupação recente, pois sua existência começou a

conflitar com os próprios produtos do turismo. Tal problemática está contemplada na terceira característica.

7.5 CARACTERÍSTICA 3: FOCOS COMO LOTES CONCORRENTES COM OS PRODUTOS DO TURISMO RURAL. A AMBIGUIDADE ENTRE FORMA E PROCESSO

Alguns produtos do turismo regional foram citados anteriormente, como o consumo “cosmopolita”, os parques temáticos, a cultura local, a gastronomia, a paisagem e a habitação. Nesta característica, evidencia-se que os focos apontam para um conflito urbano e econômico entre os produtos habitacionais e paisagísticos do turismo. Isto faz com que o “grau de homogeneidade interna dos bairros” onde os focos se localizam, fator morfológico de análise miltoniana (SANTOS, 2012, p. 200), seja menor do que os bairros centrais. Visto que, enquanto estes últimos comportam atividades predominantemente turísticas, como comércio, hotéis e restaurantes, assim como edifícios para uso residencial, a Linha Carahá e a Estrada João de Deus Palhano abrigam moradias, pousadas, minimercados, oficinas, serviços públicos (escola municipal de educação infantil), indústrias de transformação e atividades agrícolas.

Dois elementos interessantes também surgiram das conversas entre os moradores dos Focos. O primeiro, oriundo da fala da moradora do Foco 2 que exerce a profissão de cuidadora, está no seu relato sobre o aumento de turistas e praticantes de esporte, em especial ciclistas, procurando a zona rural de Canela para visitação e pr aticas de exercícios físicos. Ademais, ao lado do anexo B do Foco 2 uma pousada chamada “Cabanas da Natureza” indica a presença destes atores de origens “alhores” ao cotidiano de quem vive nesta localidade.

Figura 62 - Produtos turísticos habitacionais nas zonas rurais de Gramado e Canela



Fonte: Montagem realizada pelo autor (2023), com base no Airbnb (2023) e Youtube (2023).

Outro elemento interessante está na fala do guia turístico, morador do Foco 1, ao explicar que o locatário da casa que ele alugava no momento da entrevista morava em Torres, litoral norte sul-rio-grandense, e que, ao saber sobre os projetos de asfaltamento da linha Carahá e da procura por moradia por parte da população, construiu mais quatro casas de madeira no seu terreno nos últimos anos. Esta expectativa de valorização das terras na localidade o fez adiantar o processo de rentização e, para além da casa onde o guia turístico morava, todas as outras moradias encontravam-se alugadas na época das entrevistas.

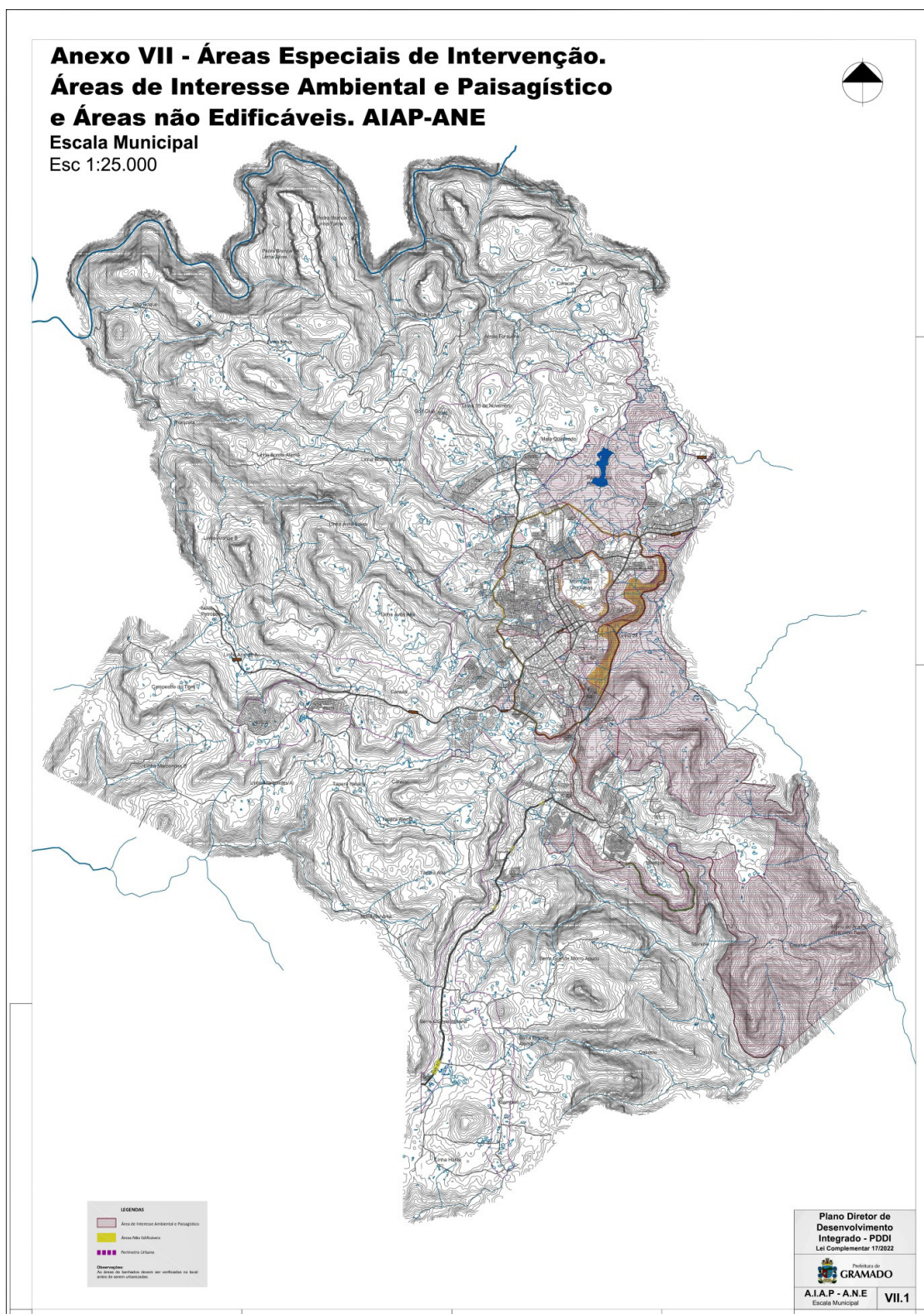
Figura 63 - Construção de moradias de aluguel no Foco 1 entre 2019 e 2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do software Google Earth (2022).

O que este locatário não sabia é que na elaboração da Lei Complementar 17/2022 que dispõe o mais recente Plano Diretor de Gramado, a região onde o bairro Carahá se localiza tornou-se uma área de preservação paisagística e de interesse ambiental, portanto, uma área não edificável. Esta zona, conforme observado no Anexo XVII do Plano Diretor, se estende por toda a parte leste do município. O estímulo à expansão urbana, conforme o novo zoneamento desta lei, foi projetado para a zona norte da cidade, nos bairros Mato Queimado e Caracol.

Figura 64- Anexo XVII da Lei Complementar 17/2022 do município de Gramado



Fonte: Lei Complementar nº 17. MUNICÍPIO DE GRAMADO, 2022.

Observa-se, neste contexto, uma contradição entre o **processo de acumulação** instaurado na região, o qual necessita de uma constante **pressão**

demográfica de turistas e trabalhadores com vistas à manutenção de altos lucros, altos aluguéis e baixos salários; e a **forma** como os produtos turísticos são ofertados, em especial a paisagem idílica, natural, “intocada”, bucólica, típica de “cidades pequenas”, utilizada no mercado imobiliário local como um fator atrativo para o aluguel por temporada ou moradia permanente.

Esta contradição entre processo e forma faz com que as moradias urbanas dos Focos entrem em concorrência com certos produtos turísticos de nicho, como o ecoturismo, o turismo rural e a hospedagem rural, formando uma paisagem heterogênea na zona rural destes municípios. A presença de pousadas rurais e outras modalidades de hospedagem, como o aluguel por temporada, já evidenciam a expansão do turismo nas zonas rurais gramadense e canelense.

7.6 CARACTERÍSTICA 4: FOCOS DE EXPANSÃO URBANA

Em termos funcionais, processuais e formais, os focos indicam um movimento de expansão urbana. Processuais, porque manifestam em parte a demanda demográfica por mão de obra oriunda do processo de acumulação regional ajuizado pelo projeto turístico. Assim, a função destes focos obedece às necessidades habitacionais do trabalhador urbano com baixos rendimentos do setor de turismo. A forma como a demanda por habitação deste trabalhador é suprida passa normalmente pelo circuito do rentismo não planejado, caracterizado pela compra e venda informal de terrenos ou casas em locais com baixa ou nenhuma infraestrutura urbana, majoritariamente localizados nas zonas rurais ou periurbanas destes municípios. São locais onde o rentismo planejado ainda não opera e, assim, não desloca os preços dos terrenos acima das capacidades financeiras desta parcela populacional.

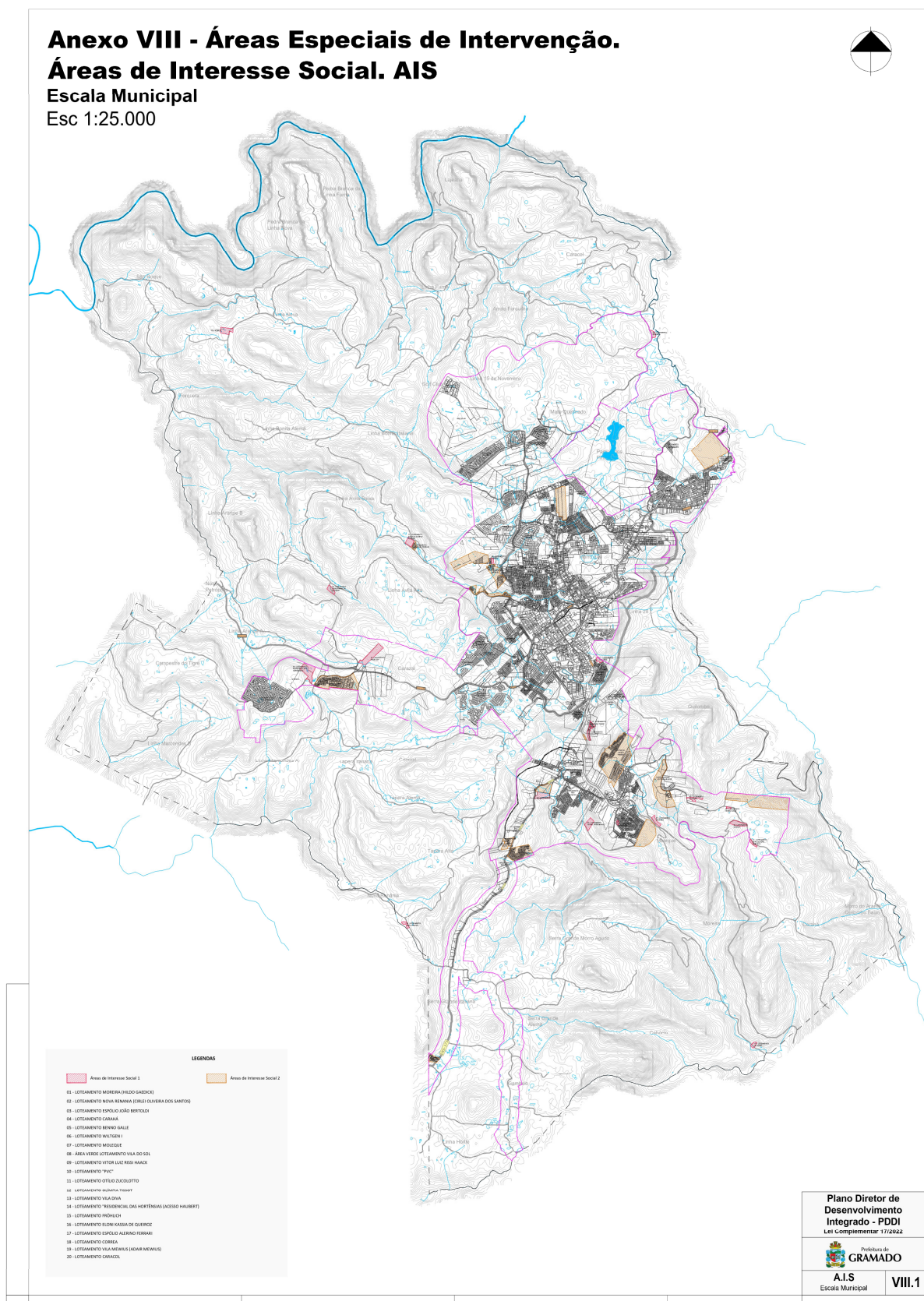
No caso de Canela, a expansão é observável, conforme apresentado na Figura 50, nas redondezas da zona industrial, no norte do município. Esta expansão urbana expressa nestes focos é comandada pelo movimento dos dois rentismos, processo que também ocorre em Gramado.

A administração pública age de forma atardada com o reconhecimento de áreas de interesse social por meio de práticas de *reurbanização* ou no controle da expansão urbana não planejada por meio da criação de áreas de interesse ambiental e paisagístico. (LOPES, 2014; MUNICÍPIO DE GRAMADO, 2022).

Em Gramado, estes focos de expansão foram reconhecidos pela administração local novamente na Lei Complementar 17/2022. Eles intitularam estas localidades de “Áreas de Interesse Social 1 (AIS)” e marcaram vinte focos ou loteamentos com características mais ou menos semelhantes. Há um erro no documento, pois no mapa são identificáveis vinte e dois loteamentos e apenas vinte são elencados na legenda. É possível observar que o Foco 1 é ordenado como o quarto ponto, intitulado “Loteamento Carahá”. (MUNICÍPIO DE GRAMADO, 2022).

Destes vinte e dois focos, dezesseis loteamentos se encontram dentro do perímetro urbano atual do município (Heri Stahl, Diva, Belvedere, Vitor Luiz Rissi Haack, “PVC”, Moleque, Carahá, Benno Galle, Wiltgen I, Vila do Sol, Espólio João Bertoldi, Otílio Zucolotto, Olímpia Tissot, Correa, Fröhlich, Residencial das Hortênsias) e seis estão na zona rural gramadense (Loteamento Moreira; Nova Renânia, Queiroz, Ferrari, Mewius e Caracol). É interessante analisar o elemento toponímico, indicando que grande parte destes loteamentos carregam um nome ou sobrenome, reforçando a fala dos pesquisadores com relação à situação judicial de espólio ou inventário familiar destes terrenos. (MUNICÍPIO DE GRAMADO, 2022).

Figura 65 - Anexo XVIII da Lei Complementar 17/2022 do município de Gramado



Fonte: Lei Complementar nº 17. MUNICÍPIO DE GRAMADO, 2022.

A própria administração local reconhece a expansão urbana. Segundo o secretário do Planejamento de Gramado, o novo plano diretor aumentou 35% sua zona urbana. (GRAMADOMAGAZINE, 2022). Canela, por outro lado, já apresenta estudos relacionando sua expansão urbana com as atividades turísticas, seja através do aumento de condomínios fechados, revalorização seletiva do solo urbano, valorização estético-imobiliária da paisagem natural, avaliação contábil do Imposto Predial e Territorial Urbano frente ao crescimento do mercado imobiliário, bem como o papel da imprensa local no registro e memória do processo de expansão urbana⁷.

⁷ HOFFMANN, Norberto. Canela: expansão urbana e turismo sob a ótica da imprensa local. **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, [S. l.], p. 1-12, 31 jan. 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/152224383211679007468990596340955971316.pdf>.; HOFFMANN, Norberto. ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE CANELA-RS. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/68-aspectos-da-urbanizacao.pdf>; LIMA, Saionara Senir de Oliveira de. Análise Evolutiva da Receita de Imposto Predial e Territorial Urbano–IPTU–Frente à Expansão Imobiliária no Município Turístico de Canela/RS. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/12374>;

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de compreender a relação entre o turismo de massa e moradias de baixa renda a partir de dois focos habitacionais na zona periurbana e rural de Gramado e Canela, no estado do Rio Grande do Sul, este trabalho apresentou quatro características que implicam e indicam as relações e possíveis causas destas localidades na formação econômica e sócio-espacial da região.

Tais características só foram possíveis graças ao aporte teórico ligado aos objetivos específicos a e c, nos quais se buscou entender *como se dá a habitação na contemporaneidade e o papel dos estudos geográficos nesta discussão*.

Através de dois grandes arcos narrativos e contextualizadores: o espaço geográfico e o território; e outro conceito sintetizador: o Lugar, a habitação foi interpretada como um quase-sinônimo do Lugar miltoniano, ou seja, um elemento sintetizante, adjetivado como quadratura elementar, unidade contraditória e lugar de existência; e constituída a partir do enredamento de políticas públicas e ações privatizantes (uma multissetorialidade).

A habitação, portanto, é formada e convive com espessuras técnicas, normativas e institucionais que provocam sua conectividade e noção de rede por meio de uma fluidez confinada às normas inerentes às próprias espessuras. Mas é também na habitação que se observa a mais vívida abertura ao incerto, à convivialidade, à espontaneidade, à comunicação e à potência do Lugar.

Com a construção de um quadro teórico esquemático sobre este tema, voltou-se para as moradias de baixa renda em zonas periurbanas e rurais nos municípios de Gramado e Canela e buscou-se responder os objetivos específicos b e c.

A identificação, caracterização e mapeamento dos dois focos de moradia destes municípios foram realizados por meio de um estudo da Formação Sócio-Espacial desta região, apresentada no sexto capítulo da dissertação, combinado com procedimentos operacionais e metodológicos de cunho qualitativo, em especial, a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas (comunicadas no quinto capítulo). Os dados estatísticos revelam diferentes momentos históricos nas matrizes produtivas gramadense e canelense; municípios emancipados ainda como vilarejos agrofamiliares e com pequenos empreendimentos hoteleiros e madeireiros, modernizados pela chegada do trem (1910-1970) e pela sedimentação da cultura dos imigrantes europeus, passando a

contratar grande parte de sua mão de obra em atividades industriais (1970-2000) até desenvolver projetos mais consistentes na área do turismo (2000-atualidade). Todos estes movimentos são sintetizados em três grandes eventos, no sentido miltoniano. São eles: ocupação, modernização e espetacularização do território.

Desde então, a região se caracteriza pela exuberância e espetacularização da paisagem, sobretudo a urbana, que possui a função econômica e estética vinculada ao processo histórico de construção da cidade neoliberal, com todo o seu corolário de políticas individualizantes, de consumo, de leis mercadológicas e de forças especulativas imobiliárias.

As inúmeras construções de caráter extravagante e espetaculoso nos bairros centrais, assim como seus impactos no desenvolvimento local já são um objeto de análise em si, em especial no tocante à sua representação cultural frente ao tipo de turismo promovido nestas municipalidades. Todavia, a análise voltou-se para um dado paisagístico intrigantemente ligado ao turismo de massa: focos esparsos de moradias precárias e relativamente aglomeradas em determinadas faixas de terra. Assentamentos que surgem ao lado de estradas de terra, próximas às produções agrícolas e até mesmo de pousadas rurais. O que este tipo de habitação indica e implica no espaço de Gramado e Canela? Como estas casas se relacionam com os edifícios espetacularizados e condomínios de luxo destas cidades?

Concluiu-se que, como primeira característica, estes focos apontam novas dinâmicas da estrutura urbana e, sobretudo, sua função. Estes locais são utilizados pelos trabalhadores da cidade como abrigo / moradia. A construção das casas está intimamente ligada aos trabalhos urbanos dos moradores, em especial no setor turístico. Foi possível observar que grande parte dos entrevistados exerce sua função nos bairros onde o comércio, a hotelaria, os restaurantes, os parques, a construção civil e demais atividades turísticas estão concentradas e voltam para suas residências que estão localizadas ou na periferia da cidade ou na zona rural.

A estrutura destes locais obedece, em grande parte, ao estudo morfológico de Lopes (2014), especificamente na diferença em “idade”, precariedade e tamanho destes assentamentos. Assim, ainda se confirma que os assentamentos canelenses são mais antigos, mais precários em termos materiais; e maiores que os assentamentos gramadenses.

Foi possível, através das entrevistas com os servidores públicos e pesquisadores, apontar que a realidade destes focos está enquadrada em um

movimento regional histórico de causas socioeconômicas e habitacionais. Canela abriga, historicamente, o trabalhador urbano de Gramado. Muitas pessoas trabalham em Gramado, mas devido ao custo de vida, principalmente ao custo da moradia, a migração pendular entre estes dois municípios é um dado cotidiano. Isto implica vários fatores. Um deles é o poder de arrecadação, pois como Gramado possui mais contratos empregatícios formais que Canela, sua economia é capaz de contribuir mais para os impostos, isto é, a arrecadação é maior. Conseqüentemente, Canela arrecada menos e arca com um custo social maior: a moradia destes trabalhadores que se locomovem de “lá para cá”. A análise de imagens de satélite, relacionada com a fala dos servidores públicos, aponta para um movimento de expansão da mancha urbana de Canela para o norte da cidade, aos arredores da zona industrial municipal e também nas vias de acesso que levam para São Francisco de Paula, município vizinho.

A questão das fontes de renda e suas disparidades foram determinantes para a criação da segunda característica que analisa os focos como vetor de reprodução da mão de obra barata local. Logo, interpretou-se que a demanda habitacional do trabalhador, ou seja, a busca por moradias mais baratas conseqüentemente localizadas em áreas mais distantes dos centros urbanos de Canela e Gramado auxilia na manutenção dos históricos baixos níveis salariais da região.

É também os diferentes estratos de renda que determinam a participação ou não destes moradores nos circuitos do rentismo local. Analisou-se que os focos fazem parte de um movimento duplo, um processo complementar e concorrente que ocorre na região: os dois circuitos do rentismo local como subproduto da matriz econômica turística. São eles: o rentismo planejado e o não planejado ou contingente. Estes circuitos podem ser representados como uma espécie de “rentização” dos atores locais e extralocais, com o propósito de diversificar suas fontes de renda e especular através do mercado imobiliário.

As moradias visitadas e moradores entrevistados entram no circuito do “rentismo não planejado” ou contingente, ou seja, o rentismo voltado majoritariamente para os trabalhadores dos setores turísticos, de comércio e da construção civil com baixos níveis salariais (até 3 salários mínimos). Este rentismo absorve a demanda por moradia da força de trabalho empregada nos estabelecimentos da cidade. No caso dos focos, ele surge de forma espontânea (daí o seu caráter contingente) e, muitas vezes por meio de procedimentos normativos

informais. Este rentismo supre uma necessidade habitacional que não é inteiramente contemplada pela administração pública dos municípios, muito menos pelo mercado imobiliário dos bairros urbanizados. Aqui a habitação não é produto direto do turismo, mas uma eventualidade causada pela demanda de mão de obra barata das atividades econômicas oriundas do turismo.

A terceira característica mostrou que a periferia e zona rural gramadense e canelense, em especial a gramadense, são também áreas de interesse turístico. Assim, os focos passam a se tornar lotes concorrentes de determinadas atividades locais de nicho, como o ecoturismo e turismo rural. Neste contexto, observa-se uma contradição entre o processo de acumulação instaurado na região, o qual necessita de uma constante pressão demográfica de turistas e trabalhadores com vistas à manutenção de altos lucros, altos alugueis e baixos salários; e a forma como os produtos turísticos são ofertados, em especial a paisagem idílica, natural, “íntocada”, bucólica, típica de “cidades pequenas”, utilizada no mercado imobiliário local como um fator atrativo para o aluguel por temporada ou moradia permanente.

Por fim, a quarta característica interpretou os focos como *locus* de expansão urbana haja vista suas características funcionais, processuais e formais. Processuais, porque manifestam em parte a demanda demográfica por mão de obra oriunda do processo de acumulação regional ajuizado pelo projeto turístico. Assim, a função destes focos obedece às necessidades habitacionais do trabalhador urbano com baixos rendimentos oriundos do setor de turismo. A forma como a demanda por habitação deste trabalhador é suprida passa normalmente pelo circuito do rentismo não planejado, caracterizado pela compra e venda informal de terrenos ou casas em locais com baixa ou nenhuma infraestrutura urbana, majoritariamente localizados nas zonas rurais ou periurbanas destes municípios. São locais onde o rentismo planejado ainda não opera e, assim, não desloca os preços dos terrenos acima das capacidades financeiras desta parcela populacional.

A relação entre o turismo de massa e as habitações de baixa renda nas zonas periurbana e rural de Gramado e Canela, respectivamente, estão intimamente ligadas com a formação sócio-espacial voltada aos serviços urbanos que exigem baixa qualificação, às desigualdades econômicas com relação ao acesso às diferentes fontes de renda *vis a vis* o custo de vida da região e à falta de uma política habitacional (inter)municipal que dê conta da complexidade espacial das relações de moradia entre os diferentes trabalhadores destes municípios.

Por fim, dado que o esquema habitacional teórico se mostrou, no final, como um enquadramento muito amplo de variáveis tecno e psicossféricas, bem como fatores de verticalidade e horizontalidade do cotidiano, muitos elementos podem ainda ser explorados em futuros trabalhos, como i) *as perspectivas para a criação de uma política habitacional municipal ou até mesmo intermunicipal*; ii) *a questão dos imigrantes na região de Gramado e Canela e como eles podem contribuir democrática e sistematicamente para o desenvolvimento local*, provocação levantada pelo Servidor Público “Canela AS” quando comentou sobre o aumento da migração de pessoas da Região Nordeste do Brasil, bem como do Haiti e do Senegal para Canela; iii) *as diferentes reações frente ao rumo do crescimento urbano na região*. Muitas falas expressaram preocupação com relação ao crescimento desordenado da região de Gramado e Canela. Uma moradora do Foco 2, Anexo A, relatou que se sente insegura com o futuro, pois tem medo da existência de projetos urbanos que eventualmente os expulsarão de suas moradias ou até mesmo da violência urbana que cresce junto com o aumento da população; iv) *como se dá a expansão urbana de Gramado e Canela atualmente?* Observou-se, a partir das imagens de satélite, planos diretores e das entrevistas, que Canela apresenta uma tendência de expansão para o Norte, enquanto Gramado contabiliza um crescente número de assentamentos para o sul e oeste, em direção aos municípios de Três Coroas e Nova Petrópolis, respectivamente. O que isso significa para os órgãos responsáveis pelo planejamento e dinâmica territorial da região?; v) *como Gramado e Canela diversificarão as suas matrizes produtivas?* Processos de desindustrialização combinados com projetos de turismo de massa transformaram a região em um lugar hegemonicamente comandado pelo setor terciário. Quais os planos para a ativação de setores industriais, agroindústrias e atividades com maior impacto redistributivo, tecnológico-funcional e de capital?; vi) *a região de Gramado e Canela pode ser planejada como uma conurbação de cidades pequenas?* Os recentes movimentos demográficos são essenciais para o planejamento territorial local. Segundo o Censo 2022 (IBGE, 2023), a região contabilizou aproximadamente 89 mil habitantes. Nos últimos 31 anos, o número de moradores canelenses praticamente dobrou, passando de 24.801 para 48.946, um aumento de 97,4%. Gramado, por seu turno, registrou um aumento populacional de 81,6%, isto é, passou de 22.095 habitantes em 1991 para 40.134 em 2022.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. atual. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1026 p. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/nicola-abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek ; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil : conceitos , processos e formas. **Sociologias** , v. 23, p. 26 56, 2021.
- ALVES, Paulo Roberto. A Divisão do Trabalho em Durkheim, Marx e Weber. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 3, n. 1, p. 46-58, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 19-34, 2008.
- ARANTES, Otilia Uma estratégia fatal in Arantes, Otilia; Vainer, Carlos e Maricato, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**. (4ª ed.) Petrópolis: Vozes, 2000 p. 11-74
- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE GRAMADO. Amigos do Arquivo Público Municipal de Gramado. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/amigosarquivogramado/>
- AZEVEDO, Leon Martins Carricone. **O rural e o urbano na teoria de Henri Lefebvre**. Proceedings of XIII Jornada do Trabalho. Proceedings of XIII Jornada do Trabalho, 2012.
- BARRADAS, Liana França Dourado. **Marx e a divisão do trabalho no capitalismo**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2279>
- BARROSO, A. Sérgio. Revoluções industriais e metamorfoses do capitalismo: aspectos históricos e teóricos. **Princípios**, n. 150, 2017.
- BATISTI, Vanessa de Souza; GRINGS, Andréia Daiane; RODRIGUES, Guilherme Tenher. Transformações na estrutura produtiva do corede hortênsias no período 1998-2018: uma análise a partir do quociente locacional. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 1, 2020.
- BAZOLLI, João Aparecido. A judicialização das políticas urbanas. **RIDB, Ano**, v. 2, p. 14693-14720, 2013. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/13/2013_13_14693_14720.pdf. Acesso em: 02 jun 2022

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, SEPARAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais**, n. 53, p. 72-89, 2020.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados** [online]. 2013, v. 27, n. 79, pp. 133-144. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>>. Epub 25 Nov 2013. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>. Acesso em: 21 Jul 2022

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRAGA, J. C. Financerização como padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. **Instituto de Economia da Unicamp**. São Paulo. 03 de jun 2019. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rJWxFT6ngDU&ab_channel=InstitutoDeEconomiaDaUnicamp

BRANDÃO, Carlos A., FERNANDEZ, Victor R., QUEIROZ, Luiz C. Ribeiro. (Orgs). **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018. 406 p. Disponível em: <http://lepur.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Brandao_Fernandes_Ribeiro_escalas_espaciais2018.pdf>.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRENNER, N. **Revolução Urbana? In Espaços da urbanização**. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles. 2018.
BUENO, E. **Brasil: uma história**. Segunda edição revista. São Paulo. Ática. 2003.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, 2012.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, p. 3-24, 2010.

CANELA (RS). Prefeitura Municipal de Canela. 2022. Disponível em: <http://www.canela.rs.gov.br/index.php/cidade>.

CARDOSO, Cristiane; SILVA, Michele Souza da; GUERRA, Antônio José Teixeira. (Org). **Geografia e os riscos socioambientais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. 210 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia Crítica e a crítica da Geografia. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 11, p. 2, 2007.
CARNEIRO, M. J. "Rural como Categoria de Pensamento". **Ruris**. Campinas, v. 2, n. 1, pp. 9-37, mar. 2008.

CATALÁ, L. SOUZA; CARMO, R. LUIZ DO; O conceito de aglomerado subnormal do IBGE e a precariedade dos serviços básicos de infraestrutura urbana. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 38, p. 1–24, 2021. DOI: 10.20947/S0102-3098a0154. Disponível em: <https://rebeb.org.br/revista/article/view/1711>. Acesso em: 2 jun. 2022.

CAVALCANTE, W.(org). Coleção Didática História e Turismo - Volume I - Gramado - Dos primeiros povoadores a chegada do trem 1919. **Coleção Didática Gramado História e Turismo. Prefeitura Municipal de Gramado**. Secretaria de Educação. 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=PhsMEAAAQBAJ>
CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. **Serviço Social em Revista**, v. 22, n. 2, p. 425-440, 2020.

COMPANS, Rose. O Paradigma das *Global Cities* nas Estratégias de Desenvolvimento Local. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], Maio 1999. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/compans_rose.pdf.

COPETTI, Thiago. Crescimento acelerado desafia Gramado. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 29 jul. 2019. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/empresas_e_negocios/2019/07/694458-crescimento-acelerado-desafia-gramado.html. Acesso em: 22 out 2022.

COREDE Hortênsias. CONSELHO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS (COREDE – Hortênsias). **Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias / Rio Grande do Sul: 2015-2030**. Canela, RS. 2017. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144213-plano-hortensias.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1995. p. 77-117

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

DANTAS, Aldo. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 3, p. 49-61, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/HvTh6cbKcYr83RpVXBjgGLv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 dez 2021.

DE JESUS, Samuel. **Urbanidade E Ruralidade Na Sociedade Contemporânea**. S/l. 2021. Disponível em: <https://bitly.com/salmuG>. Acesso em: 10 dez 2021.
DEE-Dados. Departamento de Economia e Estatística. DEE. **Estimativa populacional**. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/populacao>. Acesso em: 26 jan. 2022.

DEE-Dados. Departamento de Economia e Estatística. DEE. **PIB Municipal – Série Histórica**. Disponível em: <http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/pib/>. Acesso em: 26 jan. 2022a.

DINIZ, Nelson; GONÇALVES, Pedro Paulo. As cidades dos galpões: dinâmicas e contradições da urbanização. **e-metropolis**, [s. l.], ano 13, número. 49, p. 8-14, 2022. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/377/original/emetropolis49_art-capa.pdf?1669124298. Acesso em: 24 nov. 2022.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Vol. 2. São Paulo: Martins fontes, 1977. Disponível em: <https://bityli.com/098Yo6>

ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Geosul**, v. 18, n. 35, p. 131-148, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13606>

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FALU, Ana. El Derecho de las Mujeres a la Ciudad. Espacios Públicos sin discriminaciones y violencias. **Revista Vivienda y Ciudad** - ISSN 2422-670X - Volumen 1 - Diciembre 2014 – Pp. 10 / 28.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. FEE. **Área dos municípios**. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>. Acesso em: 26 jan. 2022c.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. FEE. **População municipal**. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/estudos-e-pesquisas/renda-interna-municipal-rs-1939-1980.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022a.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. FEE. **Valor Adicionado Bruto Total – Série Histórica**. VAB Municipal. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/estudos-e-pesquisas/renda-interna-municipal-rs-1939-1980.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022b.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. **Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**, v. 1, 2005.

FESTA DA COLÔNIA. **Unindo origens, celebrando tradições**, c2022. Página inicial. Disponível em: <https://www.festadacolonia.net.br/>. Acesso em: 20 jun 2022.

FIORI, José Luís. A propósito de uma construção interrompida. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 1-19, jun. 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GABRIEL, Rosalina; SILVA, Emiliana. As atitudes face ao ambiente na ruralidade e urbanidade: que impacto no desenvolvimento agrícola e ambiental. In: **Atas do 13º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional**. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/9w8MsqzV7TMSsmL3KW57C4r/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez 2021.

GAMALHO, Nola Patrícia. Narrativas do espaço nas histórias de vida: os desafios das metodologias qualitativas na geografia. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia L.Z. (Orgs). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. 334 p. Disponível em: <https://editora letra1.com.br/epub/9788563800220/9788563800220.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

GARCÍA, C. **Imagínarios urbanos**. Buenos Aires: Eudeba, 1997. P 67 a 104.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Gilson. **O espaço submisso**: o problema da tese de Heidegger sobre a espacialidade. Orientador: Jesus Vásquez Torres. 2003. 79 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32955?mode=full>. Acesso em: 23 ago. 2021.

GOOGLE EARTH PRO. **Google Earth** website. <http://earth.google.com/>, 2022.

GRAMADOMAGAZINE. **Conta errada diz Presidente da Comissão do Plano Diretor sobre : Estudos alertam sobre expansão de 63% da área urbana proposta no Plano Diretor de Gramado**. Disponível em: <https://gramadomagazine.com.br/2022/08/26/estudos-alertam-sobre-expansao-de-63-da-area-urbana-proposta-no-plano-diretor-de-gramado/>. Acesso em: 1 set. 2023.

GRAMADOSITE (RS). Gramadosite. 2022. Disponível em: <https://www.gramadosite.com.br/colunistas/perfil:mariliadaros>. Acesso em: 16 jun 2023.

GRIMM, Flavia Christina Andrade. **Trajetória epistemológica de Milton Santos. Uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-26062012-143800. GRUPO WYNDHAM. Wyndham Gramado Termas Resort & Spa, c2022. Página inicial. Disponível em: <https://www.wyndhamhotels.com/pt-br/wyndham/gramado-brazil/wyndham-gramado-termas-resort-and-spa/overview>. Acesso em: 21 jun 2022.

HAESBAERT, Rodrigo. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Haesbaert, Rogério. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. 11 dez 2021.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>. Acesso em: 20 jul 2022.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia L.Z. (Orgs). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. 334 p. Disponível em: <https://editoraleta1.com.br/epub/9788563800220/9788563800220.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1991.

HIDALGO, R; SANTANA, D; ALVARADO, V. Geografías financiarizadas del extractivismo inmobiliario: lógicas financiero-inmobiliarias y estatales de la producción de lo urbano y la naturaleza en Chile. **Espaço e Economia. Geografia econômica e a economia política**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019, p. 385-404.

HIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. doi:10.11606/T.18.2010.tde-04082010-100137. Acesso em: 19 mai 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home>. Acesso em: 31 ago 2023.

IBGE. BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gramado/panorama>. Acesso em: 02 set 2022.

IHU. 15 jan 2021. 2021a. Os estados devem retomar a soberania digital. Entrevista com Luciano Floridi. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/606178-os-estados-devem-retomar-a-soberania-digital-entrevista-com-luciano-floridi>. Acesso em: 11 jun 2021.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos . **“A lógica do tecnofeudalismo possui uma ascensão contínua sobre nossas vidas”**. Entrevista com Cédric Durand. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. 29 jan 2021. 2021c. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/606396-a-logica-do-tecnofeudalismo-tem-uma-ascensao-continua-sobre-nossas-vidas-entrevista-com-cedric-durand>. Acesso em: 11 jun 2021.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos . **O setor corporativo está transformando a moradia em uma mercadoria. Entrevista com Raquel Rolnik**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. 26 abr 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/618009-o-setor-corporativo-esta-transformando-a-moradia-em-uma-mercadoria-entrevista-com-raquel-rolnik>. Acesso em: 01 jun 2022b.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos . **Twitter e Trump: uma perspectiva ética. Artigo de Paolo Benanti**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. 12 jan 2021. 2021b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/606054-twitter-e-trump-uma-perspectiva-etica-artigo-de-paolo-benanti>. Acesso em: 11 jun 2021.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **“Os Estados devem retomar a soberania digital.” Entrevista com Luciano Floridi**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS –

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **A condição pós-humana em um mundo maquínico: tecnosfera e responsabilidade social. Artigo de Roberto Marchesini**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. 11 out 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/613545-a-condicao-pos-humana-em-um-mundo-maquinico-tecnosfera-e-responsabilidade-social-conferencia-de-roberto-marchesini>.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **Economia de Francisco: notas sobre o evento**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. 02 dez 2020. 2021d. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/604952-economia-de-francisco-notas-sobre-o-evento>. Acesso em: 17 jun 2021.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **Mais do que “construir casinhas”, assegurar direito à moradia exige políticas públicas complexas. Algumas análises**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. 29 abr 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/618123-mais-do-que-construir-casinhas-assegurar-direito-a-moradia-exige-politicas-publicas-complexas-algumas-analises>. Acesso em: 26 mai 2022a.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **No país do endividamento crescente, proposta de lei atende clamor de bancos e ameaça retirar casas de devedores**. Entrevista especial com David Deccache. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. 26 jun 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/619819-projeto-aprovado-pela-camara-muda-regras-de-financiamentos-e-pode-tomar-a-casa-de-devedores-entrevista-especial-com-david-deccache>. Acesso em: 27 jun 2022c.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **O mito do herói imigrante que faz fortuna com suor e trabalho encobre a escravização do século XXI. Entrevista especial com Carla Menegat**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. 02 mar 2023. 2023.

Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/626583-o-mito-do-heroi-imigrante-que-faz-fortuna-com-suor-e-trabalho-encobre-a-escravizacao-do-seculo-xxi-entrevista-especial-com-carla-menegat>

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **Ser humano e inteligência artificial: os próximos desafios do onlife. Entrevista com Luciano Floridi.** INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. 28 out. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/604136-ser-humano-e-inteligencia-artificial-os-proximos-desafios-do-onlife-entrevista-com-luciano-floridi>. Acesso em: 11 jun 2021.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **Ser humano e inteligência artificial: os próximos desafios do onlife. Entrevista com Luciano Floridi.** INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. 28 out. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/604136-ser-humano-e-inteligencia-artificial-os-proximos-desafios-do-onlife-entrevista-com-luciano-floridi>. Acesso em: 11 jun 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Flona de Canela.** Governo Federal. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/flona-de-canela>. Acesso em: 05 set. 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de grandes cidades.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p 1-26 e 477- 499.

JORNAL DE GRAMADO. Jornal de Gramado, c2022. Página Inicial. Disponível em: <https://www.jornaldegramado.com.br/>. Acesso em: 20 jun 2022.

JORNAL INTEGRAÇÃO. Leia Fácil, c2022. Página inicial. Disponível em: <https://leiafacil.com.br/>. Acesso em: 20 jun 2022.

JÚNIOR, Eduardo Marandola; ARRUDA, Zuleika Alves. Urbanidade E Ruralidade No Brasil E As Redefinições Entre Campo E Cidade. **Boletim de Geografia**, v. 23, n. 1, p. 24-38, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12028/7243>. Acesso em: 10 dez 2021.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza** [online]. 2010, v. 22, n. 3 [Acessado 19 Julho 2022] , pp. 475-485. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300005>>. Epub 04 Abr 2011. ISSN 1982-4513. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300005>. Acesso em: 19 jul 2022.

KAHIL, Samira Peduti. Rugosidades, Periodização E Aceleração Contemporânea O Tempo Na Obra De Milton Santos. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 10, n. 2, p. 4-9, 2012.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

KON, Anita. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, p. 473-490, 2020.

KROPOTKIN, Petr. **The Industrial Village of the Future**. 1884. s/l. The Anarchist Library. 2021. Disponível em: <http://theanarchistlibrary.org/library/petr-kropotkin-the-industrial-village>. Acesso em: 20 nov 2021.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Lamparina, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ed. Cultura Libre, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 2016.

LENCIONI, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana contemporânea. In: **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: Paim, 2011, p. 51-64.

LENCIONI, Sandra. Metropolização. **Geographia** (UFF), v. 22, p. 173-178, 2020.

LESSA, Sérgio. Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 11, 2001.

LOPES, DÉBORA. 2014. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE ARQUITETURA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. **ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM CIDADES TURÍSTICAS: Uma análise de Canela e Gramado (RS)**. [s.l.: s.n.].

Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109004/000947626.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 set. 2023.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, v. 4, pp. 1-18, 1978.

LUKÁCS, G. O trabalho. **Per uma ontologia dellessere sociale**, v. 2, 1981.

Disponível em:

<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf>.

MALAVSKI, Paula Dagnone. I COLÓQUIO O ESPAÇO DO HABITAT DA OBRA DE HENRI LEFEBVRE: DO RURAL AO URBANO. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 15, n. 3, p. 210-210, 2011.

MARAFON, Gláucio J.; BIAS-FORTES, Gabriel; SEABRA, Rogério. As relações campo/cidade e rural/urbano no século XXI. In: MARAFON, Gláucio J.; CHELOTTI,

Marcelo C.; PESSÔA, Vera L. (Orgs). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro EDUERJ, 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2020/03/PDF-TEMAS-EM-GEOGRAFIA-RURAL.pdf>>.

MARAFON, Gláucio J.; CHELOTTI, Marcelo C.; PESSÔA, Vera L. (Orgs). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro EDUERJ, 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2020/03/PDF-TEMAS-EM-GEOGRAFIA-RURAL.pdf>>.

MARAFON, Glaucio José; BIAS-FORTES, Gabriel; SEABRA, Rogério. As relações campo/cidade e rural/urbano no século XXI. In: MARAFON, Glaucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Temas em Geografia Rural**. Editora Da Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro - EDUERJ. Rio de Janeiro, 2020.

MARAFON, Glaucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Temas em Geografia Rural**. Editora Da Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro - EDUERJ. Rio de Janeiro, 2020.

MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos metrópole**, n. 21, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5954>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MARTÍNEZ, P. M.T. La metropolización afectada por la globalización: reflexión epistemológica sobre la nueva revolución urbana. Cuadernos De Geografía: Revista Colombiana de Geografía, 25(2), 2016, 77-105.

MASSEY, Doreen. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaco. **Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis-SC**, v. 3, n. 5, p. 142-155, 2007.

MATTOS, Carlos A. de. **Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas**. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

MATTOS, Carlos de. Financiarización, valorización inmobiliaria del capital y mercantilización de la metamorfosis urbana. **Sociologias** (Porto Alegre), v. 18, n. 42, 2016, p. 24-52, agosto.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. (org). Patrimônio, Turismo e Vitivinicultura. **Marcas na Paisagem**. 1ª edição. Alvorada: Jad Editora Editoração Gráfica, 2021.

MENDEZ, Ricardo, Metrópolis en la globalización neoliberal e impacto de su crisis. **Revista de Ciencias Sociales**, año 6, Nº 25, Universidad Nacional de Quilmes, 2014, pp. 45-67.

MICHAELIS. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Michaelis**. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 2002.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdi/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 01 set. 2022.

MOREIRA, Lucimara; GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos Machado; QUIRINO, Raquel. A Relevância Da Categoria Gênero E Das Relações Sociais De Sexo Nas Discussões Sobre A Organização E Divisão Do Trabalho. **Trabalho & Educação**, v. 29, n. 1, p. 155-169, 2020

MOURA, R. O complexo diálogo entre o urbano e o regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 4, 2017. p. 5-26.

MUNICÍPIO DE CANELA. Lei Complementar nº 32, de 19 de junho de 2012.

DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR MUNICIPAL - PDM, QUE ABRANGE TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CANELA, RIO GRANDE DO SUL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 19 DE JUNHO DE 2012**, [S. l.], 2012. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/canela/lei-complementar/2012/4/32/lei-complementar-n-32-2012-dispoe-sobre-o-plano-diretor-municipal-pdm-que-abrange-todo-o-territorio-do-municipio-de-canela-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MUNICÍPIO DE GRAMADO. Lei Complementar nº 17, de 28 de novembro de 2022.

Dispõe sobre o desenvolvimento urbano e rural do Município de Gramado, institui o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) e dá outras providências. **LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022.**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/gramado/lei-complementar/2022/2/17/lei-complementar-n-17-2022-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-urbano-e-rural-do-municipio-de-gramado-institui-o-novo-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-pddi-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 abr. 2023.

Dispõe sobre o desenvolvimento urbano e rural do Município de Gramado, institui o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) e dá outras providências. **LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022.**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/gramado/lei-complementar/2022/2/17/lei-complementar-n-17-2022-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-urbano-e-rural-do-municipio-de-gramado-institui-o-novo-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-pddi-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 abr. 2023.

NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone et al. Sistema comunal, divisão do trabalho e valor: contribuições teóricas para uma solidariedade para além do capital. **Otra Economía**, v. 9, n. 17, p. 219-231, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PARQUE OLIVAS DE GRAMADO. **TURISMO, GASTRONOMIA, CULTURA, AZEITE DE OLIVA**, c2022. Página inicial. Disponível em:

<https://www.olivasdegramado.com.br/>. Acesso em 20 jun 2022.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 51-66, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/115080/112790>.

Acesso em: 15 jun. 2022.

PEBAYLE, Raymond. **Reflexões sobre a Geografia Histórica e Cultural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2017.

PEDROSA, B. V. A Geografia Crítica Brasileira e o Debate Sobre Ontologia do Espaço: uma Aproximação. **Geografares**, [S. l.], n. 11, p. 139–168, 2012. DOI: 10.7147/GEO11.1771. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1771>.

PEDROSA, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro**: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-24092013-102013.

PETRONIO, Rodrigo. MESOCENO: A Era dos Meios e o Antropoceno. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 20, v. 20, n. 339, p. 1-60, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/339cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PITTA, M. F. Do problema da espacialidade em Heidegger à esferologia de Sloterdijk. *Synesis* (ISSN 1984-6754), 9(1), 141–164, 2017. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1394>. Acesso em: 04 abril 2022.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. **Economia; Turismo; Eventos; Inovação e o Projeto Gramado Inteligente**. Disponível em: <https://www.gramado.rs.gov.br/pagina/conheca>. Acesso em: 12 jan. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Parte III –O Território e o Poder -Capítulo 1 –O queé território?

RAIS. BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RAIS. BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

RAMÍREZ VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca; LEVI, Liliana López. **Espacio, paisaje, región, territorio y lugar**: la diversidad en el pensamiento contemporáneo. 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

REID, Liliana; CORRÊA, Paula Krause. **Uma história de Canela**. Santa Catarina, Gráfica Coan, 2016. Disponível em: <https://www.grandehotel.com.br/wp-content/uploads/2021/10/PDF-Livro-Uma-Historia-de-Canela-1.pdf>

RIBEIRO, L. C. Q.; DINIZ, N. **Financeirização e mercantilização à luz dos ciclos sistêmicos de acumulação e de urbanização**. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) *As*

metrópoles e o capitalismo financeirizado. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2020.

RODA VIVA. **Milton Santos** - 31/03/1997. Youtube, 04/08/2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law&ab_channel=RodaViva. Acesso em 10 set. 2022.

RODRIGUES, Daniel. **Marx e a divisão social do trabalho, uma resposta atual**. In: Iv Conferência Internacional “LA OBRA DE KARL MARX Y LOS DESAFIOS DEL SIGLO XXI”, Cuba. 2016.

RODRIGUES. G. T. **Trajetória de desenvolvimento: caso do município de Gramado no período 1985-2017**. São Leopoldo, 2019.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 89, p. 89-109, mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002011000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2022.

RUA, João. Metropolização do espaço, urbanidades no rural e novas ruralidades. In: MARAFON, Gláucio J.; CHELOTTI, Marcelo C.; PESSÔA, Vera L. (Orgs). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro EDUERJ, 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2020/03/PDF-TEMAS-EM-GEOGRAFIA-RURAL.pdf>>.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas. **Cadernos IHU Ideias**. São Leopoldo, ano 19, n. 314, p. 1-26, 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/314cadernosihuideias.pdf>.

SANTAELLA, Lucia. Semiótica/ Semiose/ Semiosfera na época do big data e do Antropoceno. **LabJor FAAP**, São Paulo, p. s.n, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://medium.com/labjorfaap/semi%C3%B3tica-semiose-semiosfera-na-%C3%A9poca-do-big-data-e-do-antropoceno-647a6ed12854>. Acesso em: 6 set. 2022.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 5ª ed., 2003. 470p. -Capítulo I -A questão: o uso do território. pp.19-22

SANTOS, Milton. (1993) Metrópole: a força dos fracos é seu tempo lento. **Ciência e Ambiente**. 1993. Ano IV, no. 07, jul/dez, p. 7-12.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2018.

SANTOS, Milton. **Da paisagem ao espaço - Prof. Milton Santos - FAU-USP 1995**. Youtube, 23 jan 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=juUkGzFTO5U&ab_channel=geoleandro1945. Acesso em: 17 jun 2022.

- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2020.
- SANTOS, Milton. **Manual da Geografia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2012.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: EDUSP, 2014a.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2014b.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2021.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001139875>. Acesso em: 19 jul. 2022. , 2000.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2017.
- SARLO, Beatriz. **A cidade vista: mercadorias e cultura urbana**. São Paulo: Editora WMF Martins, Fontes, 2014.pp. 133-175.
- SASSEN, Saskia. **Ciudad y Globalización**. Quito: Olacchi, 2011. P 135- 175.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. pp . 15-41.
- SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, p. 15-50, 2000.
- SEBRAE-RS. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Pesquisa de Fluxo Turístico Gramado e região**. Gramado, 2019.
- SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE GRAMADO. Acervo físico. **Museu Major José Nicoletti Filho**, 2023. Gramado – Rio Grande do Sul
- SENNETT, Richard. **Construir e Habitar. Ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SEPLAN. 2015. Governo do Estado do Rio Grande do Sul Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico COREDE Hortênsias**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134130-20151117101627perfis-regionais-2015-hortensias.pdf>. Acesso em: 12 abr 2023.
- SERPA, Ângelo; CARLOS, Ana F. (Orgs.). **Geografia Urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018. Excertos. Disponível em:

<<https://play.google.com/books/reader?id=yvO7DwAAQBAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1.w.0.0.0.3>>.

SILVA, Luís. A procura do turismo em espaço rural. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 11, n. 1), p. 141-163, 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo. CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. In:

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto (org.). Métodos de Pesquisa. 1ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SILVEIRA, María Laura. **Aula Magna 2022 IGEO/UFRGS - Território e sociedade na América Latina pós-COVID-19**. Facebook: Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRGS. 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/posgeaufrgs/videos/?ref=page_internal. Acesso em: 26 jul 2022.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1958.

SKYGLASS CANELA. Skyglass Canela, único do mundo, c2022. **Página inicial**. Disponível em: <https://lojaskyglasscanela.com.br/>. Acesso em: 21 jun 2022.

SOARES, P. R. R. Produção do espaço urbano, financeirização e gestão urbana nas metrópoles e cidades na atualidade. **Revista e-metropolis**, v. 11, 2020, p. 34-42.

SODRÉ, Maiara Tavares; MARTINS, Solismar Fraga. A relação entre rural e urbano na ótica de Henri Lefèbvre: um estudo sobre o papel das tríades lefèbvrianas na configuração espacial contemporânea. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, n. 6, p. 52-65, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território, sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. (In) CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa;

SOUZA, Maria Adélia de. Milton Santos, Trajetória e Obra. Um intelectual atento ao espaço e ao tempo do mundo. **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, 2022.

Disponível em:

https://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/2022/eventos/milton_santos/16_03_milton_santos_trajetoria_e_obra_conferencia_de_maria_adelia.pdf. Acesso em: 11 jul 2022.

SPOSITO, M. E. B. "A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade". In: WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre a Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 12, p. 1- 63, 2005.

TEIXEIRA, Alessandra; SILVA, Eliane Alves da. Conflitos fundiários urbanos e sistema de justiça: judicialização da política ou politização da justiça?. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 1, p. 124-144, 2016. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24664>. Acesso em: 01 jun 2022.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIAL ROEHE, M.; DUTRA, E. Dasein, la concepción Heideggeriana sobre el modo de ser humano. **Avances en Psicología Latinoamericana**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 105-113, 2013. DOI: 10.12804/apl32.1.2014.07. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/apl32.1.2014.07>. Acesso em: 29 mar. 2022.

VIANA, Daniela Dietz. História da habitação no Brasil (1850-2004). **Salão de Iniciação Científica (16.: 2004: Porto Alegre). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2004.**, 2004.

VICENTE, Joselia Aparecida Pires; ZIMMERMANN, Tânia Regina. De Marx ao Feminismo: Uma análise Interseccional de Gênero e Classe nas Relações de Trabalho. **Revista Trilhas da História**, v. 10, n. 19, p. 159-178, 2020.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001. pp.21-43.

WIKIMEDIACOMMONS, a miateca livre. Região das Hortênsias, Rio Grande do Sul. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZUSMAN, Perla. Milton Santos. Su legado teórico y existencial (1926-2001). **Documents d'anàlisi geogràfica**, n. 40, p. 205-222, 2002. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/DocumentsAnalisi/article/view/31765>.

ANEXO A – INFOGRÁFICO DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO DE GRAMADO E CANELA

Região de Gramado e Canela

Nexos técnicos e ocupação territorial



(continua)

(continuação)

Pequena propriedade
Agricultores, artesãos
Produção de bens agrícolas (bens de transformação)
Industrialização dos produtos agrícolas com materiais como o couro, tecidos, a madeira e ferro (metalurgia)
Comércio de equipamento agrícola: interno (colônias do planalto meridional) e para o litoral e a campanha sul-rio-grandense
Vitivinicultura



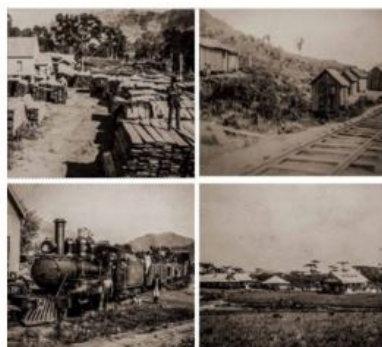
Independência administrativa e a chegada do trem (1919 -1924)

Forte transformação na paisagem regional;
Construção de comércios, cartório, correio, igrejas, hospitais, escolas, estradas, hotéis e superintendências distritais



Modernização do território

Modernização do território



Economia local e seus dois eixos de acumulação (1930-1990)

Queda das atividades primárias frente aos demais setores
Aumento da participação industrial na produção local.
Manufatura: artesanato, tapeçaria, peças de vime, móveis e de madeira
Alta do setor terciário, em especial o comércio e hotéis
Aumento populacional



(continua)

(continuação)

Projeto turístico: espetacularização da paisagem e da habitação (1990-)

Queda das atividades indústrias frente ao Turismo

Turismo de massa

Aumento no número de edifícios

Produtos turísticos: a experiência do consumo; parques (a espetacularização da experiência gamer; museus temáticos); cultura (eventos e museus históricos); gastronomia; paisagem (incluindo a rural, muitas vezes confundida com a paisagem natural); e habitação idílica (hotéis, pousadas, moradia permanente ou aluguel por temporada)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023), a partir do Software Infogram.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA MORADORES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA MORADORES

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo mestrando Guilherme Tenher Rodrigues, nº de matrícula 00331700, o qual se encontra regularmente matriculado no curso de mestrado do programa de Pós-graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa aqui realizada possui como tema "Habitação" e tem como objetivo geral a problematização sobre a habitação a partir de um foco com moradias de baixa renda na zona periurbana do município de Gramado e de outro localizado na zona rural do município de Canela, no estado do Rio Grande do Sul, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. A pesquisa busca a) elaborar um esquema teórico sobre habitação a partir de concepções do espaço geográfico e Lugar miltonianos, aplicando-o na realidade de dois focos de habitação de baixa renda nos municípios de Gramado e Canela; b) identificar, caracterizar e mapear estas duas localidades nos municípios de Gramado e de Canela; e c) analisar indicações e implicações destes focos de habitação de baixa renda e suas possíveis causas e efeitos na formação sócio-espacial dos municípios de Gramado e Canela.

Você será apresentado às seguintes questões:

Roteiro das entrevistas semiestruturadas com os moradores dos focos habitacionais nas zonas rurais de Gramado e de Canela

- Nasceu em Gramado, em Canela ou em outra cidade? (origem, tempo, relação)
- Como se dá sua relação com os vizinhos e com o bairro? (cotidiano, convivialidade)
- O que você acha da cidade? (cotidiano, imaginação, Lugar, sentido)
- Como se dá a sua relação com a cidade? Onde você compra, trabalha, estuda, passeia? (cotidiano, percepção e relação)
- O que você mudaria na cidade? (imaginação, possibilidade, Lugar)
- Você trabalha? Se sim, aonde e com o quê? (trabalho e renda)
- Quantas pessoas moram com você? (moradia)
- Como é sua casa? Tens como descrevê-la?
- Você é assistido por algum órgão público? (normas)
- A administração local ou outra instituição visita e tem algum projeto neste local? (normas, instituições)

Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho da dissertação, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas. Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na dissertação de mestrado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Salienta-se que será guardado o anonimato dos participantes, utilizando-se apenas de sua profissão e/ou atividade de pesquisa e instituição como informação de identificação nas análises.

ORIENTAÇÃO PARA AS RESPOSTAS

Você pode ficar a vontade para responder as questões que quiser.

De forma alguma é necessário responder a todas.

Se achar mais fácil e prático responder ou discutir o que é tratado com uma única resposta, fique à vontade.

Suas opiniões, experiências, ideias e pensamento serão de grande contribuição.

Agradecemos desde já.

Atenciosamente

Guilherme Tenher Rodrigues, estudante de mestrado sob orientação do prof.
Dr. Paulo Rodrigues Soares.

Pesquisador: Guilherme Tenher Rodrigues

Contato: guitenherr@gmail.com, (54) 991077101

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Contato: paulo.soares@ufrgs.br

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA PESQUISADORES

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA PESQUISADORES

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo mestrando Guilherme Tenher Rodrigues, nº de matrícula 00331700, o qual se encontra regularmente matriculado no curso de mestrado do programa de Pós-graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa aqui realizada possui como tema "Habitação" e tem como objetivo geral a problematização sobre a habitação a partir de um foco com moradias de baixa renda na zona periurbana do município de Gramado e de outro localizado na zona rural do município de Canela, no estado do Rio Grande do Sul, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. A pesquisa busca a) elaborar um esquema teórico sobre habitação a partir de concepções do espaço geográfico e Lugar miltonianos, aplicando-o na realidade de dois focos de habitação de baixa renda nos municípios de Gramado e Canela; b) identificar, caracterizar e mapear estas duas localidades nos municípios de Gramado e de Canela; e c) analisar indicações e implicações destes focos de habitação de baixa renda e suas possíveis causas e efeitos na formação sócio-espacial dos municípios de Gramado e Canela.

Você será apresentado às seguintes questões:

Roteiro das entrevistas semiestruturadas com o grupo dos pesquisadores

- O que o(a) senhor(a) considera quando classifica as moradias de baixa renda como favelização em zonas rurais?
- Quais as principais causas e efeitos destas moradias na realidade municipal e regional?
- O que a administração pública fez e está fazendo com relação ao problema da habitação na região?
- Como vocês percebem, a partir do lugar e contribuição do seu trabalho, o crescimento econômico e populacional de Gramado e Canela a partir dos anos 2000? Quais os desafios destes movimentos?

Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho da dissertação, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas. Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na dissertação de mestrado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Salienta-se que será guardado o anonimato dos participantes, utilizando-se apenas de sua profissão e/ou atividade de pesquisa e instituição como informação de identificação nas análises.

ORIENTAÇÃO PARA AS RESPOSTAS

Você pode ficar a vontade para responder as questões que quiser.

De forma alguma é necessário responder a todas.

Se achar mais fácil e prático responder ou discutir o que é tratado com uma única resposta, fique à vontade.

Suas opiniões, experiências, ideias e pensamento serão de grande contribuição.

Agradecemos desde já.

Atenciosamente

Guilherme Tenher Rodrigues, estudante de mestrado sob orientação do prof.
Dr. Paulo Rodrigues Soares.

Pesquisador: Guilherme Tenher Rodrigues

Contato: guitenherr@gmail.com, (54) 991077101

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Contato: paulo.soares@ufrgs.br

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES PÚBLICOS

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES PÚBLICOS

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo mestrando Guilherme Tenher Rodrigues, nº de matrícula 00331700, o qual se encontra regularmente matriculado no curso de mestrado do programa de Pós-graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa aqui realizada possui como tema "Habitação" e tem como objetivo geral a problematização sobre a habitação a partir de um foco com moradias de baixa renda na zona periurbana do município de Gramado e de outro localizado na zona rural do município de Canela, no estado do Rio Grande do Sul, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. A pesquisa busca a) elaborar um esquema teórico sobre habitação a partir de concepções do espaço geográfico e Lugar miltonianos, aplicando-o na realidade de dois focos de habitação de baixa renda nos municípios de Gramado e Canela; b) identificar, caracterizar e mapear estas duas localidades nos municípios de Gramado e de Canela; e c) analisar indicações e implicações destes focos de habitação de baixa renda e suas possíveis causas e efeitos na formação sócio-espacial dos municípios de Gramado e Canela.

Você será apresentado às seguintes questões:

Roteiro das entrevistas semiestruturadas com o grupo dos servidores públicos

- Vocês realizam visitas periódicas no local (Foco 1 ou 2)? Algum programa social é desenvolvido nesta localidade?
- Quais as principais características socioeconômicas dos moradores destes focos ou localidades similares?
- Qual a maior demanda social hoje no município, a partir da sua experiência como enfermeiro(a) / assistente social?
- Como vocês percebem, a partir do lugar e contribuição do seu trabalho, o crescimento econômico e populacional de Gramado e Canela a partir dos anos 2000? Quais os desafios destes movimentos?

Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho da dissertação, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas. Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na dissertação de mestrado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Salienta-se que será guardado o anonimato dos participantes, utilizando-se apenas de sua profissão e/ou atividade de pesquisa e instituição como informação de identificação nas análises.

ORIENTAÇÃO PARA AS RESPOSTAS

Você pode ficar a vontade para responder as questões que quiser.

De forma alguma é necessário responder a todas.

Se achar mais fácil e prático responder ou discutir o que é tratado com uma única resposta, fique à vontade.

Suas opiniões, experiências, ideias e pensamento serão de grande contribuição.

Agradecemos desde já.

Atenciosamente

Guilherme Tenher Rodrigues, estudante de mestrado sob orientação do prof.
Dr. Paulo Rodrigues Soares.

Pesquisador: Guilherme Tenher Rodrigues

Contato: guitenherr@gmail.com, (54) 991077101

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Contato: paulo.soares@ufrgs.br